

COLEÇÃO

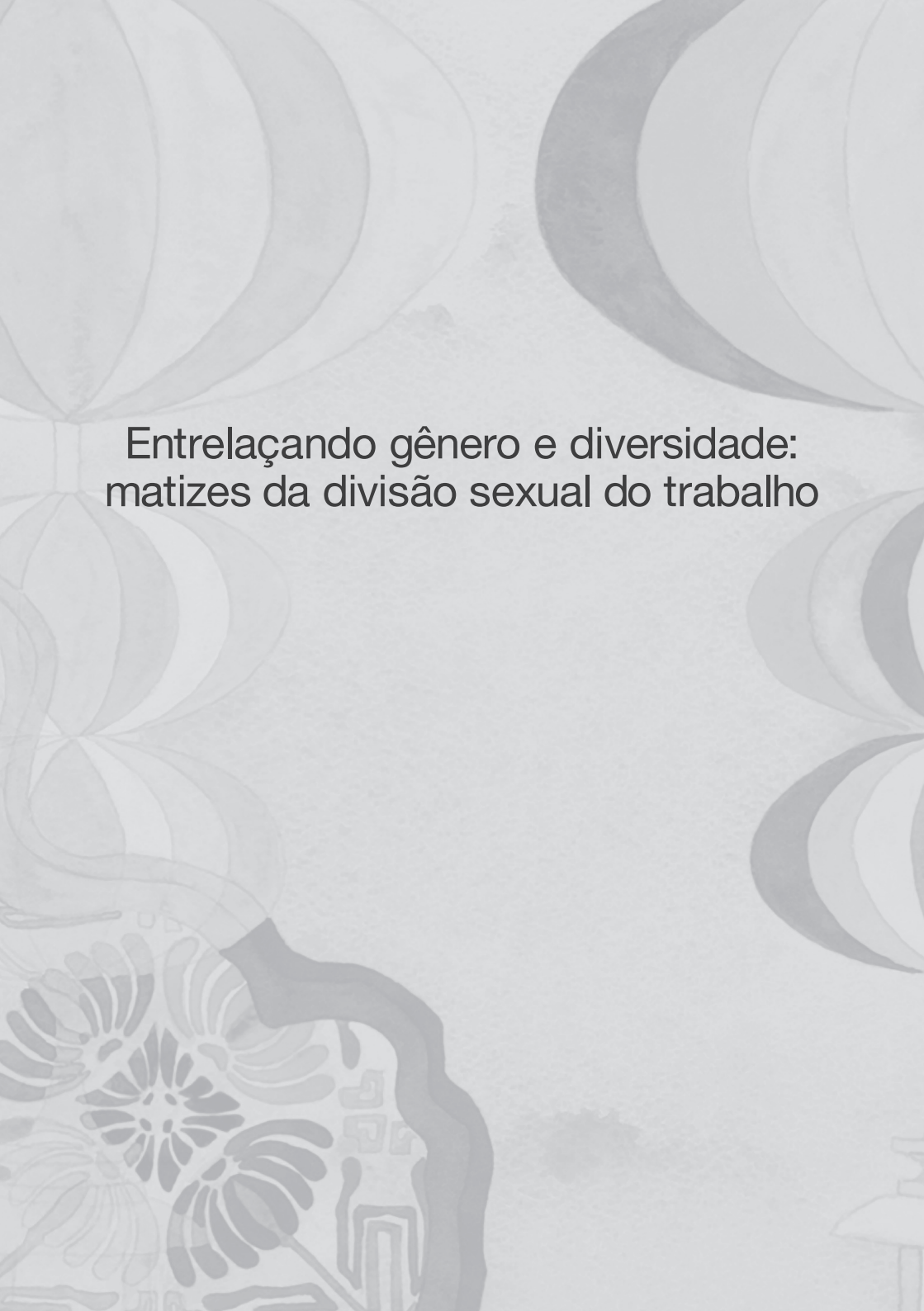
Entrelaçando
*gênero &
diversidade*

VOLUME 2

Entrelaçando gênero e diversidade:
matizes da divisão sexual do trabalho

Nanci Stancki da Luz
Lindamir Salete Casagrande
(Organizadoras)

Editora
UTFPR



Entrelaçando gênero e diversidade:
matizes da divisão sexual do trabalho



Reitor: Luiz Alberto Pilatti. **Vice-Reitora:** Vanessa Ishikawa Rasoto. **Diretora de Gestão da Comunicação:** Mariangela de Oliveira Gomes Setti. **Coordenadora da Editora:** Camila Lopes Ferreira.

Conselho Editorial da Editora UTFPR. Titulares: Bertoldo Schneider Junior, Isaura Alberton de Lima, Juliana Vitória Messias Bittencourt, Karen Hylgemager Gongora Bariccatti, Luciana Furlaneto-Maia, Maclovio Corrêa da Silva, Mário Lopes Amorim e Sani de Carvalho Rutz da Silva. **Suplentes:** Anna Sílvia da Rocha, Christian Luiz da Silva, Lígia Patrícia Torino, Maria de Lourdes Bernartt e Ornella Maria Porcu.

Editora filiada a



Entrelaçando gênero e diversidade: matizes da divisão sexual do trabalho

**Nanci Stancki da Luz
Lindamir Salete Casagrande
(Organizadoras)**

Curitiba
UTFPR Editora
2016

© 2016 Editora da Universidade Tecnológica Federal do Paraná.



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons-
Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional.

Esta licença permite o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos ao(s) autor(es), mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Disponível também em: <<http://repositorio.utfpr.edu.br/jspui/>>.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

E61 Entrelaçando gênero e diversidade : matizes da divisão sexual no trabalho. / Nanci Stancki da Luz, Lindamir Salete Casagrande (org.). – Curitiba: Ed. UTFPR, 2016.
396 p. : il.

ISBN: 978-85-7014-177-4

1. Identidade de gênero. 2. Identidade de gênero na educação. 3. Mulheres – Trabalho. 4. Discriminação de sexo no emprego. 5. Mulheres na educação. I. Luz, Nanci Stancki da, org. II. Casagrande, Lindamir Salete, org. III. Título.

CDD (23. ed.) 305.3

Bibliotecária: Maria Emília Pecktor de Oliveira CRB-9/1510

Coordenação editorial

Camila Lopes Ferreira
Emanuelle Torino

Normalização

Jean Maicon Rodrigues
Emanuelle Torino

Projeto gráfico, capa e editoração eletrônica

Ana Caroline de Bassi Padilha

Revisão gramatical e ortográfica

Silvino Iagher

Ilustração da capa

Luciana Silveira

UTFPR Editora
Av. Sete de Setembro, 3165 Rebouças
Curitiba – PR 80230-901
www.utfpr.edu.br

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	9
---------------------	----------

CAPÍTULO 1	23
-------------------	-----------

RETROSPECTIVA DO TRABALHO FEMININO NO OCIDENTE A PARTIR DO SÉCULO XVIII

Nadia Véronique Jourda Kovaleski e Marília Gomes de Carvalho

CAPÍTULO 2	55
-------------------	-----------

DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO E PROFISSÕES CIENTÍFICAS E TECNOLÓGICAS NO BRASIL

Nanci Stancki da Luz e Leda Gitahy

CAPÍTULO 3	91
-------------------	-----------

CIÊNCIA E TECNOLOGIA NO BRASIL: ESCOLHAS GENERIFICADAS

Joyce Luciane Correia Muzi e Nanci Stancki da Luz

CAPÍTULO 4	123
-------------------	------------

QUEM FAZ ENGENHARIA E LICENCIATURA NA UTFPR? ANÁLISE SOB A PERSPECTIVA DE GÊNERO

Lindamir Salete Casagrande e Ângela Maria Freire de Lima e Souza

CAPÍTULO 5

169

A HISTÓRIA DA TECNOLOGIA E AS TECNOLOGIAS POLÍTICAS DO GÊNERO*Tatiana de Souza e Marília Gomes de Carvalho***CAPÍTULO 6**

195

QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL DE MULHERES PARA A INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO CIVIL: ENTRE O ENFRENTAMENTO E A REPRODUÇÃO DA DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO*Talita Santos de Oliveira e Silvia Cristina Yannoulas***CAPÍTULO 7**

229

MULHERES EM BIOLOGIA: FEMINIZAÇÃO OU FEMINILIZAÇÃO?*Ângela Maria Freire de Lima e Souza***CAPÍTULO 8**

259

AS “PRENDAS” TAMBÉM VESTEM BOMBACHA! MULHERES, HOMENS E NOVAS CONFIGURAÇÕES DE GÊNERO NO MUNDO DO RODEIO PARANAENSE*Miriam Adelman***CAPÍTULO 9**

297

O OLHAR FEMININO DE ESTUDANTES PRIVADAS DE LIBERDADE SOBRE O CUIDADO*Ires Aparecida Falcade-Pereira e Araci Asinelli-Luz*

CAPÍTULO 10

333

**SENTIDOS ATRIBUÍDOS À PATERNIDADE NO ÂMBITO DA POLÍTICA
PRIMEIRA INFÂNCIA MELHOR/RS***Carin Klein e Dagmar Estermann Meyer***CAPÍTULO 11**

359

**GÊNERO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA NO RIO GRANDE DO NORTE:
REFLEXÕES SOBRE INDICADORES E DESIGUALDADES***Carla Giovana Cabral***SOBRE A “GAROTA DA CAPA”**

387

SOBRE AS AUTORAS E OS AUTORES

391



APRESENTAÇÃO

Educar é um ato que exige compromisso com o humano, conhecimento da realidade, compartilhamento de alegrias/conquistas e esperança em um mundo melhor. Educar exige informação, formação, conhecimento e sabedoria. Educar exige a problematização de entrelaçamentos entre questões que insistem em afligir e causar dor aos humanos e, sobretudo, que educandos/as e educadores/as sejam protagonistas de suas histórias e da história e que tenham utopias e ações para transformar sonhos em atitudes e ações com capacidade para construir a transformação social e derrubar barreiras para avançar na consolidação de uma humanidade humana.

Refletir sobre as exigências da educação sempre nos faz trilhar pelos caminhos e ensinamentos do educador Paulo Freire que, sabiamente, alerta que não estamos no mundo simplesmente para a ele nos adaptar, mas sim para transformá-lo. Essa transformação exigirá um desenlaçar das desigualdades e começar um entrelaçar da igualdade, a partir do compromisso, dentre outras questões, com o fim da exploração humana nas diversas formas de produção/reprodução, bem como de todos os processos de hierarquia e desvalorizações decorrentes da divisão sexual do trabalho no mundo do trabalho.

Dividir, separar, hierarquizar e desvalorizar são ações que se agregam para possibilitar a exploração do trabalho e a

distribuição desigual das riquezas no mundo. A divisão sexual do trabalho historicamente separou e hierarquizou trabalhos: atividades masculinas foram associadas ao espaço público – a política, a ciência, a tecnologia, a economia, dentre outras – e passaram a ser mais valorizadas, a resplandecer mais e a receber maior reconhecimento e poder; por outro lado, atividades femininas foram associadas ao espaço privado – as atividades domésticas e o cuidado humano, dentre outras – e passaram a ser desprestigiadas, desacreditadas, consideradas não-científicas e até mesmo não-intelectuais, como se isto fosse possível.

A divisão sexual do trabalho, ao separar e hierarquizar as atividades, possibilita a intensificação da exploração do trabalho, em particular do trabalho das mulheres. A desvalorização das tarefas femininas é tão grande que parte significativa de suas atividades pode não ser considerada como trabalho: tarefas domésticas e do cuidado humano ainda são naturalizadas, percebidas como parte da vida das mulheres e invisibilizadas socialmente.

O espaço laboral tem marcas de gênero, raça/etnia, geração, nacionalidade, orientação sexual. O entrelaçar de discussões sobre o mundo do trabalho com essas variáveis busca ampliar as reflexões sobre a complexidade dos processos de exploração do trabalho e das formas pelas quais a desigualdade de gênero se manifesta nos espaços considerados tradicionalmente como produtivos e reprodutivos. Esta publicação – *Entrelaçando gênero e diversidade: matizes da divisão sexual do trabalho*” soma-se a essas reflexões com objetivo de discutir as desigualdades sociais, em particular as de gênero no mundo do trabalho e refletir sobre os desafios educacio-

nais para a concretização do direito à educação e a efetivação da igualdade no Brasil.

Entrelaçando Gênero e Diversidade: matizes da divisão sexual do trabalho é o segundo volume da coletânea *Entrelaçando Gênero e Diversidade*, resultado do projeto Gênero e Diversidade na Escola (GDE), coordenado pelas pesquisadoras Nanci Stancki da Luz e Lindamir Salette Casagrande, apoiado pela Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão do Ministério da Educação (SECADI/MEC), desenvolvido pelo Núcleo de Gênero e Tecnologia (GeTec), do Programa de Pós-Graduação em Tecnologia (PPGTE) da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR) nos anos de 2013 e 2014 e cujo objetivo era refletir sobre a urgência da promoção dos direitos humanos e colaborar com o enfrentamento da homofobia, sexismo, racismo e outras violências presentes no ambiente escolar.

A coletânea *Entrelaçando gênero e diversidade* – composta ainda pelos livros *Entrelaçando gênero e diversidade: enfoques para a educação* (volume 1), *Entrelaçando gênero e diversidade: múltiplos olhares* (volume 3) e *Entrelaçando gênero e diversidade: violências em debate* (volume 4) – foi pensada e organizada para contribuir com as discussões acerca da temática gênero e diversidade na escola, a partir de temas que contemplassem parte da complexidade dessas discussões, seja a partir de diferentes abordagens e perspectivas, seja nas metodologias ou nas diferentes perspectivas teóricas adotadas pelas/os autoras/es.

Entrelaçar as discussões sobre gênero e trabalho faz-se necessário em uma sociedade que discrimina, desvaloriza e segrega a partir da identidade de gênero, do corpo, da orien-

tação sexual e mesmo da aparência, ou seja, necessário porque a construção da igualdade ainda é incipiente.

Diferenças entre aqueles que se identificam ou se reconhecem como homens e aquelas que se identificam ou se reconhecem como mulheres não podem ser transformadas em desigualdades e justificar hierarquias e desvalorizações. Não assumimos a existência de homens e mulheres essenciais por natureza, porque o ser humano é sempre único e sua unicidade é feita de particularidades, mas também de coletividade e historicidade. Por outro lado, assumimos a construção social de homens e mulheres – de forma não fixa, tampouco estática – e refutamos a tese de que determinadas tarefas são próprias das mulheres e outras são naturalmente masculinas, pois esta forma de perceber o trabalho humano tem historicamente contribuído para que preconceitos e discriminações floresçam e se fortaleçam a partir de um mundo pensado a partir de divisões entre espaços masculinos e femininos. Como consequência dessa divisão, espaços geográficos e sociais, assim como profissões e cursos podem ser generificados/sexualizados, criando barreiras para o processo de realização humana e contribuindo para que o trabalho se constitua como espaço que limita a atuação de homens e mulheres.

Movimentos revolucionários e de busca por igualdade de direitos trouxeram à tona a exclusão, a exploração e a discriminação, desnaturalizando a desigualdade e potencializando lutas por dignidade e igualdade. Este livro faz parte do esforço de pesquisadores/as nacionais que têm desenvolvido investigações sobre essas temáticas e que, certamente, trarão reflexões que contribuam para a consolidação da cidadania plena e efetivação do direito à educação, a qual deve ser capaz

de transformar e desenvolver plenamente cada pessoa para que transforme a sua realidade e construa um mundo sem hierarquias, discriminações e exploração humana. Aos/às pesquisadores/as comprometidos/as com essa transformação e que partilharam suas reflexões nesta publicação, nossos sinceros agradecimentos.

Abrimos este volume com a contribuição de Nadia Véronique Jourda Kovaleski e Marília Gomes de Carvalho com o capítulo intitulado *Retrospectiva do trabalho feminino no ocidente a partir do século XVIII*, que inaugura esse des/entrelaçamento com a discussão da divisão sexual do trabalho, ressaltando como a categoria gênero altera a definição do trabalho. A autora, numa rápida retrospectiva histórica do trabalho feminino, situou-nos no processo de consolidação de uma divisão sexual do trabalho, que embora almejada, também questionava a compatibilidade da feminilidade com o trabalho assalariado, a tentativa de conciliar uma suposta natureza feminina com o trabalho produtivo, o desafio da definição de salário feminino como complementar, a contraposição da realidade vivida com discursos oficiais que insistiam em dar ênfase no trabalho reprodutivo às mulheres e a construção de espaços de trabalho majoritariamente femininos. Nessa construção, o conceito de emprego fundou-se em modelos masculinos que, por um lado, supõe uma divisão sexuada do trabalho, por outro exige a manutenção da divisão sexual do trabalho para sua existência. Neste processo histórico destaca-se a relevância da inclusão da discussão da divisão sexual do trabalho doméstico para a compreensão do trabalho profissional:

Um ganho importante nos séculos XX e XXI é o reconhecimento, nos países ocidentais, do trabalho reprodutivo efetuado pela grande maioria das mulheres como sendo

um trabalho. No entanto, nenhum país conseguiu resolver o problema da dupla/tripla jornada das mulheres. Atualmente, o trabalho reprodutivo é o ponto nevrálgico das relações de gênero. A conciliação é complexa porque demanda mudanças profundas nas sociedades humanas atuais (KOVALESKI, 2016, p. 45).

Divisão sexual do trabalho e profissões científicas e tecnológicas no Brasil, de autoria de Nanci Stancki da Luz e Leda Gitahy, dá continuidade à discussão com uma reflexão sobre divisão sexual do trabalho no Brasil, enfatizando as atividades científicas e tecnológicas, que embora tenham sido construídas social e historicamente como espaço de domínio masculino, têm, nas últimas décadas, ampliado significativamente o número de profissionais mulheres, um indicativo de avanços para a igualdade de gênero, mas também um alerta para a continuidade da divisão sexual do trabalho e distintas formas de exploração e segregação do trabalho da mulher, conforme alertam as autoras:

O que se verifica é que por inúmeros fatores (profissionais e extraprofissionais), a presença feminina no mundo do trabalho continua marcada por processos que contribuem para a desvalorização de suas atividades – precarização (terceirização, informalidade, tempo parcial, baixos salários, flexibilidade no uso do trabalho, etc.); segregação, seja vertical (pouca mobilidade na carreira e dificuldade para ascender aos postos hierarquicamente mais altos) ou horizontal (concentração do trabalho feminino em determinados setores e funções) e a bipolarização do trabalho feminino que expressa desigualdades entre as próprias mulheres (LUZ; GITAHY, 2016, p. 62).

Na problematização da participação das mulheres nas carreiras científicas e tecnológicas, embora os avanços femininos sejam significativos, destacam-se os inúmeros obstáculos que as mulheres ainda enfrentam nesse espaço de trabalho. As autoras nos convidam a olhar a realidade a partir da lente de gênero e ver além das discriminações e exclusões arbitrárias, um olhar que possibilitará enxergar claramente os processos de inserção excluída e os obstáculos na carreira, que embora pareçam de cristal, se configuram como se de aço fossem no momento de serem derrubados.

O terceiro capítulo *Ciência e tecnologia no Brasil: escolhas generificadas*, de Joyce Luciane Correia Muzi e Nanci Stancki da Luz, destaca que não existe neutralidade e os fazeres científicos são intencionais, visam interesses e têm gênero. O campo científico e tecnológico foi construído historicamente como masculino, no entanto, a participação feminina sempre foi uma constante, embora historicamente e intencionalmente apagada e esquecida. Para as autoras, a ausência feminina nas ciências e o conteúdo do conhecimento científico foram questionados a partir da recuperação da história das mulheres, possível a partir do movimento feminista. Essa participação, todavia, não ocorreu sem que houvesse resistência, subversão e contradições, pois:

havia um receio por parte da comunidade científica de que o gênero do pesquisador influenciasse negativamente no fazer científico e depusesse contra as características tão prezadas pelos cientistas homens. Em relação a isso, pode-se dizer que houve um movimento no sentido de fazer essa comunidade entender que existem métodos alternativos de conduzir pesquisa (MUZI; LUZ, 2016, p. 99).

Na perspectiva de resgatar a história da participação das mulheres na área científica e tecnológica, apresentam a contribuição feminina em diversos campos do saber, bem como sua contribuição nas sociedades e associações científicas.

Na sequência, apresentamos a contribuição de Lindamir Salete Casagrande e Angela Maria Freire de Lima e Souza com o capítulo intitulado *Quem faz engenharia e licenciatura na UTFPR?: Análise sob a perspectiva de gênero*. Com o intuito de responder à pergunta título, as autoras fazem um breve histórico da UTFPR e um levantamento de como ocorre a participação feminina no meio acadêmico e no nível superior da educação nacional. Na sequência, adentram ao universo da universidade em questão buscando identificar como se dá a distribuição das vagas nas engenharias e licenciaturas por sexo. Este estudo nos mostra que a divisão sexual não está somente no mercado de trabalho, mas inicia ainda na formação universitária e se reflete no mercado de trabalho. Apontam que as engenharias, de modo especial no câmpus localizado na capital paranaense, se configuram como um reduto masculino e as licenciaturas se mostram mais procuradas pelas mulheres. Concluem que para a compreensão dos dados apresentados neste capítulo:

torna-se necessária a realização de pesquisas de cunho qualitativo com o corpo docente e discente, buscando identificar as diversas razões que levam eles e elas a escolherem os cursos nos quais estão matriculados bem como as dificuldades e facilidades de permanência nesses cursos (CASAGRANDE; LIMA E SOUZA, 2016, p. 159).

No próximo capítulo *A história da tecnologia e as tecnologias de gênero*, de autoria de Tatiana de Souza e Marília Go-

mes de Carvalho, a partir de uma perspectiva histórica abrangente e crítica, desvela-nos como o campo teórico da história da tecnologia se articulou com o campo discursivo e histórico do gênero, sendo a ampliação do conceito de tecnologia um ponto crucial para essa articulação. As autoras destacaram a relevância da definição de tecnologia de poder de Foucault na emergência do saber médico sobre a sexualidade e na reflexão de suas implicações.

Para aqueles(as) historiadores(as) da Tecnologia que desejam compreender os efeitos dos discursos de gênero nas práticas sociais e políticas dentro de um determinado contexto histórico com uma ainda maior abrangência teórica, a ampliação do conceito de tecnologia, conforme Foucault o utiliza, pode se mostrar uma ferramenta analítica bastante frutífera (SOUZA; CARVALHO, 2016, p. 172).

No capítulo seguinte, intitulado *Qualificação profissional de mulheres para a indústria da construção civil: entre o enfrentamento e a reprodução da divisão sexual do trabalho*, as autoras Talita Santos de Oliveira e Silvia Cristina Yannoulas analisam o **Programa Mulheres em Construção** e as contradições dos programas de formação profissional para as mulheres que, se por um lado, podem ampliar as possibilidades de trabalho feminino, reduzir as assimetrias de gênero e contestar a lógica de segmentação sexual das ocupações, por outro, podem reproduzir as desigualdades inerentes à divisão sexual do trabalho. Essa reprodução está presente desde a escolha dos cursos oferecidos que levam em conta atributos adquiridos pelas mulheres nos processos de socialização. Assim destacando-se a reflexão:

As políticas de inclusão produtiva voltadas para as mulheres, principalmente os programas destinados à incorporação em áreas não tradicionais, devem se efetivar em compasso com as políticas de ação afirmativa, sob pena de se traduzirem em mecanismos de reforço da dominação de gênero e de ampliação da exploração e alijamento da força de trabalho feminina (OLIVEIRA; YANNOULAS, 2016, p. 218).

A presença significativa de mulheres e as transformações vinculadas ao feminino na biologia é o tema abordado por Ângela Maria Freire de Lima e Souza no capítulo sob o título *Mulheres em biologia: feminização ou feminilização?* A análise do curso, da carreira, da participação das mulheres na área revelaram relações de poder, discriminação de gênero e os obstáculos que as mulheres ainda enfrentam para que tenham seu trabalho reconhecido na área científica:

o mundo científico ainda se configura como profundamente atravessado por um viés androcêntrico, seja pelos modos de produção de conhecimento, no sentido epistemológico, seja pela forma como é estruturado, aí se incluindo longas jornadas de trabalho, dedicação exclusiva, alheamento de outros papéis sociais, contribuindo assim de modo decisivo para dificultar a permanência de mulheres no exercício da profissão (LIMA E SOUZA, 2016, p. 245).

Entrar no universo dos rodeios e desvelar como gênero, classe, geração, sexualidade e pertencimento à comunidade rural ou urbana é o que nos proporciona o capítulo de autoria de Miriam Adelman, intitulado *As “prendas” também vestem bombacha!: mulheres, homens e novas configurações de gênero no mundo do rodeio paranaense*. A autora analisa a cultura

equestre do Sul do Brasil, a participação das mulheres nos rodeios e como a entrada das mulheres nesse espaço foi acompanhada de mudanças, pois se, num primeiro momento, havia pouca participação feminina e as competições eram mistas, atualmente há categorias separadas por sexo e maior diversificação nas categorias masculinas. Essas mudanças, todavia, coexistem com discursos contraditórios e ambivalentes sobre gênero e sexualidade e também desigualdades de gênero:

As laçadoras reclamam nas entrevistas que até hoje receberam prêmios muito baixos em dinheiro, em comparação às premiações masculinas, impedindo qualquer possibilidade de “profissionalização” delas como atletas (ADELMAN, 2016, p. 272).

Na sequência, apresentamos o capítulo intitulado *O olhar feminino de estudantes privadas de liberdade sobre o cuidado*, de Ires Aparecida Falcade-Pereira e Araci Asinelli-Luz, nos leva para discussões sobre a ética do cuidado e da justiça, a partir de interpretações de mulheres que se encontram em situação de privação de liberdade. As autoras destacam a necessidade de contemplar como direito humano as especificidades de gênero no cuidado e justiça aplicados ao cárcere feminino e apontam a educação como caminho imprescindível para respeitar a dignidade das mulheres privadas de liberdade. Ressaltam que a maioria dos presídios não está preparada para as especificidades das mulheres que, em seu período de privação de liberdade, precisam receber atendimento que possibilite não só tratar doenças do corpo, mas que também permita que se refaçam das dores e violações sofridas e amenizem a quebra dos vínculos afetivos com filhos/as e família.

Na luta contra as desigualdades, as autoras apresentam a importância da educação que:

se apresenta como um fator que mobiliza a esperança e a transformação de vida pessoal e de sociedade, permitindo, através do acesso ao conhecimento, a possibilidade e as condições para que as mulheres construam a sua cidadania (FALCADE-PEREIRA; ASINELLI-LUZ, 2016, p. 322).

O capítulo seguinte, *Sentidos atribuídos à paternidade no âmbito da política Primeira Infância Melhor/RS*, as autoras Carin Klein e Dagmar Estermann Meyer analisam sentidos atribuídos, pelas mulheres-mães e mulheres-visitadoras da política Primeira Infância Melhor (PIM/RS), à paternidade/masculinidade. Para as autoras, se por um lado, por meio da maternidade, as mulheres se tornam o principal alvo das políticas públicas referentes ao desenvolvimento infantil, por outro, a paternidade não esteve relacionada, tampouco serviu como foco de intervenção. Embora as pesquisadoras tenham observado movimentos de resignificação da masculinidade e a vivência da maternidade:

Ao longo do trabalho de campo, o posicionamento ou a (in)visibilidade dada à paternidade e à participação dos homens no cuidado operaram no sentido de desresponsabilizá-los (KLEIN; MEYER, 2016, p. 351).

Entrelaçar as discussões sobre trabalho e gênero são essenciais para a consolidação de uma educação para a igualdade. Como educar para o mundo do trabalho sem discutir a exclusão histórica das mulheres de determinadas profissões? Como educar sem mencionar que as mulheres ainda

enfrentam maiores dificuldades para ascender na carreira, recebem menores salários, são segregadas em determinadas ocupações e permanecem sendo as principais responsáveis pelos trabalhos domésticos e cuidado dos filhos, ou seja, sem prepará-la para romper tetos e labirintos de cristais? Como educar sem **empoderar** os/as educando/as, sem resgatar a sua autoestima e sem prepará-los para a autonomia e para a consolidação de um mundo de justiça e igualdade? Como educar sem respeitar as diferenças do ser humano?

Desejamos que as reflexões deste livro possam auxiliar na reflexão dessas questões e que ocasionem em cada leitor/a o sentimento de que o mundo pode ser construído sem dominados/as e dominadores/as, sem colonizados/as e colonizadores/as, assim como sem explorados/as e exploradores/as. Que este sentimento possa se transformar em ações concretas para eliminar a desigualdade de gênero e efetivar o trabalho como ação transformadora e humanizadora de homens e mulheres. E, a discriminação, se necessária, que seja positiva e contribua para que a igualdade se torne uma realidade. Enfim, que a execução de um trabalho seja sempre para a realização da vida.

Boa Leitura!

Nanci Stancki da Luz
Lindamir Salete Casagrande
Organizadoras



RETROSPECTIVA DO TRABALHO FEMININO NO OCIDENTE A PARTIR DO SÉCULO XVIII

Nadia Véronique Jourda Kovalesski
Marília Gomes de Carvalho

INTRODUÇÃO

Uma certeza se impõe: quer seja com ferramentas ou sem elas, no interior doméstico ou no exterior, com ou sem filhos, a grande maioria das mulheres sempre trabalhou. Os cinco volumes da *História das mulheres*, de Duby e Perrot (1991), mostram, da Antiguidade até hoje, uma atividade incessante por partes das mulheres. A *História das mulheres no Brasil*, de Del Priore (1997), demonstra, também, como a atividade das mulheres autóctones, colonizadoras e escravas foi primordial na constituição deste país.

Ao ler sobre a vida das mulheres em todas as épocas, em todas as sociedades humanas, tem-se a impressão que elas nunca param, que suas idas e vindas entre as tarefas adentram a noite e começam cedo. Perrot (2011, p. 181) comenta: “Não se imagina a sobrevivência de um grupo de pessoas, qualquer que seja, em nenhum momento, sem o trabalho das mulheres”.

No entanto, antes das pesquisadoras feministas colocarem à luz do dia a história escondida por uma historiografia escrita no masculino, era comum escutar que as mulheres entraram no mundo do trabalho produtivo depois da Segunda Guerra Mundial. O trabalho era apresentado como a solução à clausura das mulheres em casa e sua dependência. A ligação entre salário e liberação das mulheres parecia estar associada à ideia de que a autodeterminação era possível no mercado de trabalho, mas não na família. A família encarnava o império das tradições e o mercado de trabalho, a modernidade.

Para entender melhor a divisão sexual do trabalho atual definir-se-á, num primeiro momento, o que entendemos por trabalho e divisão sexual do trabalho para, em seguida, fazer uma retrospectiva histórica do trabalho feminino a partir do século XVIII. De fato, o processo de industrialização modificou os papéis sexuais e familiares, no entanto, como veremos, a célula familiar respondeu com flexibilidade às mudanças, apoiando-se quase que integralmente nos papéis femininos.

DEFINIÇÕES

Antes da aceitação moderna, o trabalho era sinônimo de sofrimento e/ou de imobilização forçada. A noção moderna de trabalho, tal qual a conhecemos, foi formalizada pela economia política do século XVIII.

Num primeiro momento, com Marx (1975), apresenta-se o trabalho como uma característica inerente ao ser humano. Para esse filósofo, o trabalho acontece entre o homem e a natureza. O homem coloca sua inteligência e sua força em movimento a fim de assimilar matérias e dar-lhes uma forma

útil para a sua sobrevivência. Ao mesmo tempo em que ele age sobre a natureza externa e a modifica, ele age sobre a sua própria natureza.

As trocas entre o homem e a natureza produzem-se sempre em condições sociais determinadas (artesanato, manufatura, escravidão, capitalismo, assalariado). Conforme Hirata e Zarifian (2007, p. 243-244), é a partir do século XVIII que o “conceito de trabalho assalariado pode ser proposto: o assalariado trabalha sob o controle do capitalista ao qual pertence o produto do seu trabalho”. O trabalho se define então como uma atividade social objetiva, isto é, pode ser descrita, analisada, racionalizada, temporizada (apropriação do tempo pelo capitalista).

No entanto, Hirata e Zarifian (2007) argumentam que essa definição do trabalho é insuficiente, porque é oriunda de um modelo assexuado de trabalho. Ver-se-á a seguir como a introdução da categoria gênero muda a definição do trabalho.

A DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO

A noção de divisão sexual do trabalho foi primeiramente utilizada pelos antropólogos e etnólogos para descrever uma complementaridade de tarefas entre homens e mulheres. Foram antropólogos/as feministas que demonstraram que, antes de tudo, a divisão sexual do trabalho não traduzia uma complementaridade das tarefas, mas uma relação de poder entre homens e mulheres. Esses/as estudiosos/as, ao analisarem a divisão sexual do trabalho em várias sociedades humanas, mostraram que, na verdade, não existem tarefas de mulheres ou tarefas de homens: uma mesma tarefa pode ser considerada masculina numa sociedade e feminina em outra.

Hoje, a divisão sexual do trabalho pode ser definida como a:

Destinação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a apreensão pelos homens das funções de forte valor social agregado (políticas, religiosas, militares, etc.) Esta forma de divisão social do trabalho tem dois princípios organizadores: o princípio de separação (existem trabalhos de homens e trabalhos de mulheres) e o princípio de hierarquização (um trabalho de homem “vale” mais do que um trabalho de mulher) (KERGOAT, 2007, p. 36).

Para se chegar a essa definição se fez necessária a denúncia por parte dos/as pesquisadores/as feministas, uma vez que uma:

enorme massa de trabalho era realizada gratuitamente pelas mulheres, que este trabalho era invisível, que era feito não para si, mas para os outros e sempre em nome da natureza, do amor e do dever maternal (KERGOAT, 2007, p. 37).

Na sociologia, a problemática da incorporação da dimensão de gênero nos estudos sobre o mundo do trabalho está posta há aproximadamente quarenta anos. Até os anos 50/60, na França e no Brasil, a sociologia do trabalho não incorporava a categoria de gênero nas suas análises. Os estudos se contentavam em falar da diferenciação dos papéis femininos e masculinos e se situavam na sociologia da família ou da psicossociologia.

No Brasil, o livro *A mulher na sociedade de classe: mitos e realidade* (SAFFIOTI, 1976), foi um marco nos estudos aca-

dêmicos de gênero, por introduzir nos estudos marxistas a opressão vivida pelas mulheres no mundo do trabalho (PINTO, 2007). Na França, os estudos de Madeleine Guilbert sobre o trabalho em domicílio marcaram definitivamente a sociologia do trabalho (HIRATA; KERGOAT, 2008). Antes disso, conforme Hirata e Kergoat (2008), a sociologia do trabalho focava seus estudos sobre a figura arquetípica, universal do operário da grande indústria.

Ao longo dos anos 70 e 80, do século passado, a categoria gênero forçosamente reconsiderou alguns conceitos-chave da sociologia do trabalho. Por exemplo, o conceito de trabalho teve que mudar já que os fundadores da sociologia partiam de um modelo assexuado, o seu “sujeito - o homem - tendo sido erigido como universal” (HIRATA; KERGOAT, 2008, p. 44).

Pesquisadoras vão definir a noção de trabalho com a inclusão do sexo social e do trabalho reprodutivo. Assim, a noção do trabalho será ampliada para:

[...] o entendimento do trabalho não assalariado, não remunerado, não mercantil, do trabalho informal. Trabalho profissional e doméstico, produção e reprodução, regime salarial e família, classe social e sexo social são consideradas como as categorias indissociáveis (HIRATA; ZARIFIAN, 2007, p. 248).

Hoje, nos estudos sobre trabalho, o gênero é incorporado em muitas categorias: emprego/desemprego; qualificações/competência; ciências/tecnologia; carreiras; pleno emprego/emprego a tempo parcial; família/trabalho; novos modelos produtivos, migrações, trabalho formal e informal.

O TRABALHO REPRODUTIVO¹

Em 1971, Friedan, no seu livro *Mística feminina*, denuncia o **mal-estar que não tem nome** das mulheres do lar. Reflexões sobre o trabalho reprodutivo começam a se desenvolver em diferentes movimentos femininos. Duas correntes se sobressaem: de um lado, movimentos feministas tradicionais de mulheres que trabalham no lar e/ou como colaboradoras na empresa familiar rejeitam a leitura estigmatizante do trabalho reprodutivo promovida pelo feminismo liberal e lutam, ao contrário, por sua valorização. Do outro lado, o feminismo materialista coloca o trabalho reprodutivo no coração de uma reflexão mais geral sobre a opressão das mulheres (BERENI et al., 2008).

Essas diferentes perspectivas teóricas convergem na identificação de tarefas que eram invisíveis, não reconhecidas socialmente e executadas por mulheres na esfera privada, qualificando-as de trabalho. Entre essas tarefas, algumas têm vocação interna à esfera familiar: cuidado, educação e/ou acompanhamento moral das crianças e adultos dependentes, cozinha, lavagem, compras, tarefas administrativas, orçamento familiar. Outras tarefas realizadas na esfera privada com o cônjuge participam da atividade produtiva: na agricultura, no comércio, no artesanato, nas profissões liberais.

Atualmente, o trabalho reprodutivo é definido como “o conjunto das tarefas ligadas ao cuidado das pessoas realizado na família - lar conjugal e parentesco - trabalho gratuito

¹ Neste estudo usar-se-á a seguinte nomenclatura: **trabalho reprodutivo**: todo trabalho sem remuneração relacionado aos cuidados da família, da casa e da produção familiar; **trabalho produtivo**: trabalho assalariado/trabalho liberal; **trabalho doméstico**: trabalho remunerado de cuidados e limpeza executado nas famílias ou nas empresas (limpeza).

efetuado essencialmente pelas mulheres” (FOUGEYROLLAS-SCHWEBEL, 2007, p. 249).

Nos países ocidentais, os avanços consideráveis das mulheres no trabalho produtivo não conseguiram quebrar a destinação quase que exclusiva do trabalho reprodutivo às mulheres. Conforme Kergoat (2007), o conceito de trabalho reprodutivo nunca foi usado para interrogar a sociedade salarial, só se fala em termos de dupla/tripla jornada, acumulação, conciliação de tarefas, delegação das tarefas. Na mídia, quando uma executiva de sucesso ou uma atriz é entrevistada, uma das perguntas é geralmente sobre a conciliação do trabalho com a família, essa pergunta é raramente feita aos homens.

Isso vai influir de maneira definitiva na vida das mulheres: estudos, escolha de profissão, carreira, estado civil, lazer, mobilidade, maternidade, tempo social (KOVALESKI, 2002).

Abramo e Todaro (2008, p. 96), numa pesquisa sobre o custo do trabalho na América do Sul, comentam:

A tensão nascida da conciliação necessária entre o investimento reprodutivo e as exigências derivadas da maior participação das mulheres no mercado de trabalho e na esfera pública em geral, empurra as mulheres a mudar de um jeito preocupante o seu comportamento reprodutivo, como as maternidades tardias ou a escolha de não ter filhos. [...] Este estado de fato é também revelador da dificuldade crescente das mulheres que trabalham de gerenciar os trabalhos ligados aos filhos, em razão das novas formas de organização do trabalho, do alongamento da esperança de vida e do aumento consecutivo do número das pessoas idosas as quais têm que cuidar (Tradução nossa).

A divisão sexual do trabalho reprodutivo se mantém como um pressuposto que implique às mulheres se encarregarem do trabalho efetuado na família. Abramo e Todaro (2008, p. 97) comentam:

Não se trata de proceder somente a uma redistribuição do trabalho reprodutivo entre homens e mulheres, é também necessário que o mundo do trabalho tome em conta a vida fora do trabalho dos indivíduos dos dois sexos, integrando-os na redefinição dos procedimentos do trabalho e das políticas de recursos humanos (Tradução nossa).

Sendo assim, a maternidade é suscetível de influenciar a carreira das mulheres no sentido de que podem parar de trabalhar, reduzir o seu tempo de trabalho, mudar de profissão ou setor de atividade e/ou frear sua progressão na carreira e nos salários (DE HENAU et al., 2008).

Falar da divisão sexual do trabalho vai muito além das diferenciações entre tarefas masculinas e femininas. Para estudar e entender o trabalho profissional, também é primordial estudar e entender a divisão sexual do trabalho doméstico. Em seguida, veremos os percalços do trabalho produtivo feminino a partir da Revolução Industrial.

RETROSPECTIVA HISTÓRICA SOBRE O TRABALHO FEMININO

A REVOLUÇÃO INDUSTRIAL

A industrialização começou na Inglaterra antes de se estender a todo o mundo ocidental, tendo especificidades em

cada país. Ela acarretou o deslocamento da mão de obra e dos recursos da produção primária (agricultura, pesca, silvicultura) para as atividades industriais, comerciais e de serviço. A produção cresceu e a usina tomou o lugar da casa como centro de atividade produtora (HOBSBAWM, 1982).

A economia doméstica assalariada, que tinha no passado caracterizado a organização familiar das pessoas sem posses, torna-se a forma de economia mais comum da classe trabalhadora. O capitalismo foi o motor da industrialização europeia.

No Brasil, a industrialização começou no Nordeste do país a partir de 1840, mais especificamente com a indústria de tecido de algodão na Bahia e se deslocou para o Sudeste. Na passagem ao século XX, o Rio de Janeiro concentrava o maior número de operários/as do país, sendo superado por São Paulo somente em 1920 (RAGO, 1997).

É nesse momento histórico que vão se consolidar conceitos que influenciam a vida das mulheres até hoje: o conceito da esfera privada (para as mulheres), esfera pública (para os homens) e o conceito do menor valor da força de trabalho feminino. Na verdade, os conceitos da esfera privada e da esfera pública não são novos. Apareceram já na Grécia antiga e foram reforçados na Revolução Francesa, onde vários filósofos, políticos e os seus seguidores afirmaram que a mulher se mantém perpetuamente na infância e é incapaz de ver tudo o que é exterior ao mundo fechado da domesticidade (KOVALESKI, 2002).

Scott (1991) argumenta que a mulher trabalhadora ganhou destaque no século XIX e que essa visibilidade resultou da sua percepção como problema. Esse problema se ori-

ginou da compatibilidade da feminilidade com o trabalho assalariado:

[...] as questões que ela levantava eram as mesmas: deve a mulher trabalhar por um salário? Qual é o impacto do trabalho assalariado no corpo feminino e na sua capacidade de desempenhar as funções maternais e familiares? Que gênero de trabalho é adequado para uma mulher? Nem toda a gente esteve de acordo com o legislador francês Jules Simon que afirmou, em 1860, que “uma mulher que se torna trabalhadora deixa de ser mulher”, mas a maior parte das facções intervenientes nos debates sobre a mulher trabalhadora enquadrava os seus argumentos em termos de uma oposição assumida entre lar e trabalho, entre maternidade e salário, entre feminilidade e produtividade (SCOTT, 1991, p. 444).

Enquanto no período pré-industrial as mulheres combinavam várias atividades produtivas e a criação de filhos sem provocar polêmica, então agora se dizia que a mudança do local de trabalho dificultava essa combinação. O resultado era que as mulheres só poderiam trabalhar durante curtos períodos, geralmente antes de casar e ter filhos e voltando depois que os filhos eram autossuficientes. Em consequência, ficariam confinadas em empregos precários de baixa remuneração:

O “problema” da mulher trabalhadora, então, era ela ser uma anomalia num mundo onde trabalho assalariado e responsabilidades familiares se tinham tornado ocupações a tempo inteiro e espacialmente diferenciadas. A “causa” do problema era inevitável, um processo de desenvolvimento industrial capitalista com uma lógica própria (SCOTT, 1991, p. 444).

Scott (1991) argumenta que o fato de representar o homem como o trabalhador exemplar, ocultava diferença de formação, estabilidade e duração de emprego entre os próprios homens e, assim, padrões semelhantes de irregularidade e mudança de empregos entre os dois sexos:

Em consequência disso, o sexo era oferecido como a única razão para as diferenças entre homens e mulheres no mercado de trabalho, quando essas diferenças poderiam de outro modo, ter sido entendidas em termos do referido mercado, das flutuações econômicas e das relações variáveis entre a oferta e a procura (SCOTT, 1991, p. 445).

Os discursos sobre as mulheres, pós-Revolução Francesa, oriundos dos filósofos, políticos, médicos, religiosos e sindicalistas glorificavam o papel da mãe. Ela devia se tornar o anjo do lar que zelaria pela família e dela dependeria o futuro da Nação. Badinter (1986) constata que, se no século XVI censurava-se a mãe pela sua ternura para com os filhos, no século XVIII toda a *intelligentia* fará censura inversa. Assim, segundo a autora, surge:

[...] um novo modo de vida que aparece no final do século XVIII e que se desenvolverá no século XIX. Voltada para o interior, a intimidade que conserva bem cálidos os laços afetivos familiares, a família moderna se agrupa em torno da mãe, que adquire uma importância que jamais tivera (BADINTER, 1986, p. 238).

Embora Badinter (1986) esteja falando particularmente da sociedade francesa, podemos generalizar para as socie-

dades ocidentais, incluindo o Brasil, no qual, segundo Rago (1997, p. 26):

Muito influenciadas pelo filósofo francês Jean Jacques Rousseau, pelo pensamento vitoriano e por concepções religiosas, as elites intelectuais e políticas do começo do século XX procuraram redefinir o lugar das mulheres na sociedade [...] para muitos médicos e higienistas, o trabalho feminino fora do lar levaria à desagregação da família.

Scott (1991, p. 470) argumenta: “Ao definir o papel reprodutor da mulher como primário, o Estado reforçou o estatuto secundário da sua atividade produtiva”.

Nessa conjuntura, os economistas da época definiram o salário masculino para a própria subsistência do trabalhador como também para manter a família. Eles demonstraram que, devido a sua fisiologia, a mulher nunca poderia ser um trabalhador normal e o produto do seu trabalho sempre inferior àqueles dos homens: “A mulher é, industrialmente falando, um trabalhador imperfeito”, escrevia Buret (BURET², 1840, p. 287, apud SCOTT, 1991, p. 457).

Apoiando-se nesses fatos, os industriais definiram o salário feminino como “suplementar, quer compensando falta, quer proporcionando dinheiro para além do que era necessário para a sobrevivência básica” (SCOTT, 1991, p. 456). A mulher “trabalha apenas para seus botões” (SOIHET, 1997, p. 367), dizia a ideologia dominante no Brasil.

² BURET, Eugène. **De la misère des classes laborieuses en France et en Angleterre**. Paris: Renouard, 1840.

Assim, o salário feminino era fixado como se fosse um suplemento aos ganhos de outros membros da família, mesmo se a assalariada fosse solteira.

Scott (1991, p. 457) comenta:

À descrição que a economia política fazia das “leis” dos salários femininos criou uma espécie de lógica circular, na qual os baixos salários femininos tanto causavam como demonstravam o “facto” de que as mulheres eram menos produtivas que os homens.

Assim, ao propor duas leis para o trabalho, isto é, dois sistemas diferentes de cálculo do preço do trabalho, os economistas enxergavam a força de trabalho segundo o sexo, justificando-a em termos de uma funcional divisão sexual do trabalho (SCOTT, 1991).

Até hoje, apesar das leis garantirem a igualdade de direito entre homens e mulheres no trabalho, persiste a noção de que a força de trabalho das mulheres é menos valiosa. Isso se traduz mais sutilmente pelo **teto de vidro**³ ou mais abertamente, por exemplo, na rede de supermercado Wal-Mart dos Estados Unidos, em que 1,5 milhões de trabalhadoras e ex-trabalhadoras estão processando a rede por discriminações de gênero⁴. O laboratório Novartis foi condenado pelo tribunal do distrito sul de Nova York a pagar 250 milhões de dólares por discriminações de gênero: as vendedoras eram pagas sistematicamente cento e três dólares a menos que os homens para realizarem exatamente

3 O conjunto dos obstáculos visíveis e invisíveis que separam as mulheres dos mais altos cargos na hierarquia profissional e organizacional (ROSENDE, 2010).

4 Desde 2001, as trabalhadoras estão com uma ação coletiva contra o Wal-Mart, por serem sistematicamente menos pagas que os homens pela mesma função.

o mesmo trabalho (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. ONU MUJERES, 2011/2012).

É interessante e ao mesmo tempo sintomático notar que, se de um lado, os reformadores dos séculos XVIII, XIX, XX davam ênfase ao trabalho reprodutivo para as mulheres, de outro, destituíam esse trabalho de qualquer valor econômico. Assim, os censos de 1881 na Inglaterra e de 1896 na França, excluíram as tarefas domésticas da categoria trabalho. Antes disso, o trabalho das donas de casa e dos empregados domésticos era classificado na rubrica **Doméstico**. Existia uma assimilação entre donas de casa e os/as domésticos/as. Sobre o trabalho feminino do século XIX, no Brasil, Fonseca (1997, p. 517) comenta:

[...] apesar de ser evidente que em muitos casos a mulher trazia o sustento principal da casa, o trabalho feminino continuava a ser apresentado [...] como mero suplemento à renda masculina. Sem ser encarado como profissão, seu trabalho em muitos casos nem nome merecia. Era ocultado, minimizado em conceitos gerais como “serviços domésticos” e “trabalho honesto”.

Ao mesmo tempo, elaborou-se uma representação radicalmente nova do trabalho que distinguiu a população ativa da população inativa. Conforme Battagliola (2008), essa distinção se apoiou na definição do trabalho como sendo trabalho mercantil retribuído por uma remuneração direta, seja pela venda de bens ou serviços, seja pela percepção de um salário. A visão do trabalho, como sendo uma atividade remunerada, afasta definitivamente as mulheres, efetivando o trabalho reprodutivo da população ativa (BATTAGLIOLA, 2008; SCOTT, 1991).

O REVERSO DOS DISCURSOS OFICIAIS

Ao estudar a realidade descrita pelos/as contemporâneos/as dessas trabalhadoras ou por elas mesmas⁵, esbarra-se em vivências muito diferentes das veiculadas pelos discursos oficiais.

O deslocamento do trabalho industrial para um lugar definido não representou nenhuma grande novidade no mundo das trabalhadoras. De fato, mesmo elas sendo solteiras ou casadas, as mulheres já trabalhavam regularmente fora de casa, por consequência, nada justifica que no período industrial os trabalhos reprodutivo e produtivo fossem vistos como irreconciliáveis.

Num segundo momento, a procura por trabalhadoras era relativamente importante por partes dos industriais. Por exemplo, a primeira indústria têxtil a vapor da cidade de Orleans, na França, empregava, em 1791, uma mão de obra essencialmente feminina e infantil, em razão do baixo custo (metade dos homens) (BATTAGLIOLA, 2008).

Guilbert (2006) nota que, segundo uma pesquisa sobre a produção industrial feita na França em 1847/1852, as mulheres adentram às indústrias como as de papel, cerâmica, açúcar, enquanto na metalurgia as mulheres são empregadas nas fabricações mais leves: pregos, grampos, ferramentas. Nas minas, elas escolhem e lavam o carvão.

⁵ Ver a esse respeito o livro de Marx (1975), *O capital*. Na revista: *Le Mouvement Social*, n. 105, out./nov. 1978. Disponível em: <<http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k57317237/f1.image>> acha-se o testemunho de Lucie Baud, ouvrière em soie - (Lucie Baud, operária na sede). Raro testemunho de uma operária da sede em 1902. No Brasil, a imprensa anarquista denunciava as condições de trabalho das operárias (RAGO, 1997). O livro *Alvorada operária: os congressos operários no Brasil*, contém também o testemunho da operária Luíza Ferreira de Medeiros durante a primeira Guerra Mundial.

No Brasil, as estatísticas no Rio Grande do Sul, em 1900, mostram que “cerca de 42% da população economicamente ativa era feminina: 41,6% nas artes e ofícios; 46,8% na indústria manufatureira” (FONSECA, 1997, p. 517). Contudo, na França, os mesmos discursos ditavam que a mulher devia ser resguardada em casa cuidando dos afazeres domésticos, enquanto os homens asseguravam o sustento da família (RAGO, 1997).

Joana Maria Pedro, ao falar das Mulheres do Sul na *História das mulheres no Brasil* (PEDRO, 1997), refere-se às inúmeras donas de manufaturas e indústrias; de Roese Gaertner (RS), diretora da agência da Companhia Fluvial no final do século XIX; de Catarina Cavagnoli, proprietária de animais de carga em 1898 (RS); de Maria Selim, de Curitiba, dona de um botequim e vista como sufragista.

OS SÉCULOS XIX E XX

Nos séculos XIX e XX, o grande desafio para os industriais, reformadores e também para os sindicalistas é de conciliar as qualidades atribuídas **por natureza** às mulheres, com as atividades assalariadas. Essas **qualidades naturais** são um pretexto para pagar menos às mulheres e, assim, garantir uma reserva de mão de obra barata. Assim, no final do século XIX, a doméstica, a operária do têxtil e a costureira constituem as figuras dominantes das mulheres no mundo do trabalho.

Conforme Battagliola (2008) e Perrot (2011), o emprego das mulheres acompanha sempre um discurso justificador por parte dos empregadores, que visa a legitimar o seu emprego pelas qualidades femininas e a desencorajar quaisquer ambições de fazer carreira.

As afinidades, entre as qualidades requeridas pelo emprego de escritório (por exemplo) e a vida familiar, são sempre sublinhadas pela meticulosidade, o gosto pelo detalhe, docilidade, inteligência receptiva e espírito maleável. Ao contrário, a falta de força criativa, a capacidade de exercer a autoridade ou tomar decisões as limitam **por natureza** às funções de execução.

Perrot (2011, p. 190) argumenta:

Frente à chegada progressiva das mulheres ao trabalho, os homens protestaram, receando que elas tomassem o seu lugar. De fato, isso não só criou concorrência, mas também, uma possibilidade de promoção: houve reorganização na hierarquia dos cargos e os empregos mais interessantes, melhores pagos, foram tomados pelos homens (Tradução nossa).

Conforme Perrot (2011), o que define uma profissão feminina é quando essa profissão é considerada subqualificada e, por consequência, subpaga. O salário não é somente ligado ao rendimento, mas, também, ao estatuto: o estatuto do homem é superior ao estatuto da mulher, então é normal que ele ganhe mais:

[...] oficialmente sempre se argumenta que as mulheres fazem coisas menos qualificadas que os homens, que elas trazem só suas qualidades “naturais”; o que se pagaria, seria então a aprendizagem, a qualificação. Quando as mulheres trabalham no têxtil diz-se: “Elas sabem costurar, têm os olhos finos”. Quando se tornam datilógrafas (o que necessita uma verdadeira aprendizagem) diz-se: “São dotadas para o piano, têm os dedos ágeis” (PERROT, 2011, p. 193-194).

Na medida em que as mulheres progridem em novas profissões, assiste-se a um progressivo abandono por parte dos homens. Lagrave (1991, p. 513) comenta:

Os homens são convidados a abandonar certos empregos, em razão de uma nova distinção em vigor: trata-se de canalizar as energias masculinas para as profissões ativas e as mulheres para profissões sedentárias.

No seu livro-defesa, Bonnefoy (1914) encoraja os homens a deixar as bibliotecas: “O homem não se encontra aqui no seu lugar: é uma ciência serva das outras ciências.” Esse papel subordinado não convém ao orgulho natural do homem. A mulher não se sentiria humilhada por servir, por ter na biblioteca o papel que desempenha no seu lar (BONNEFOY⁶, 1914, p. 69, apud LAGRAVE, 1991, p. 513).

O século XIX levou a divisão sexual do trabalho ao seu apogeu. O racionalismo vigente procurou definir o lugar de cada um. Lugar das mulheres: maternidade e casa, sendo acidental a participação no trabalho assalariado, cadenciada pela necessidade da família, confinada às tarefas não qualificadas, subordinadas e tecnologicamente específicas (PERROT, 1992).

Entre as duas guerras mundiais, a escolaridade das meninas aumenta e permite que adentrem às profissões do terciário. De fato, a expansão dos produtos manufaturados e das indústrias alimentícias acompanhou o desenvolvimento dos sistemas de distribuição. Isso vai, com o crescimento das populações urbanas, multiplicar o número e tamanho das lojas (TILLY; SCOTT, 2002).

6 BONNEFOY, André. **Place aux femmes! Les carrières féminines administratives et libérales**. Paris: Fayard, 1914.

As famílias das classes laboriosas, devido às duras condições de trabalho e aos salários miseráveis pagos às mulheres, desejam que suas filhas possam “ter mãos brancas e juntar-se aos colarinhos brancos do setor dos serviços” (LAGRAVE, 1991, p. 512).

Conforme essa mesma autora, as aspirações da pequena e média burguesia unem-se às da classe laboriosa e as meninas são mandadas às escolas secundárias para adquirirem um “dote profissional” (LAGRAVE, 1991, p. 512).

Observa-se a diminuição das trabalhadoras no serviço doméstico, uma estagnação dos efetivos femininos na indústria e o seu aumento nas administrações (o correio, em particular), nos escritórios, nas lojas de departamentos.

O século XX se caracterizou por uma entrada maciça de mulheres na educação e no assalariado, mas sem erradicar a desigualdade vigente na educação e no trabalho (KOVALESKI, 2002).

O intervalo entre as duas guerras mundiais revela ao mundo inteiro, chocado, as doenças do capitalismo: depressão, crises, *crash* bolsista, desemprego estrutural e a ausência de mecanismos internacionais reguladores da economia. Conforme Lagrave (1991, p. 508), é nesse contexto:

[...] de turbulências conjunturais e estruturais que, nos países industrializados, a educação e o trabalho femininos progredem. O que provoca admiração e lamentações, mas [...] depois de tantas mortes, se as próprias mulheres não compreendem o seu dever, convém que este lhe seja lembrado.

E, ele será lembrado, de novo! Uma ofensiva proveniente dos Estados, com o forte apoio das Igrejas, toma por alvo o trabalho das mulheres e, mais particularmente, das mulheres casadas. Nada de muito novo nessas políticas pró-natalistas: valoriza-se a mãe educadora, mas agora mais taylorizada, racional. Abrem-se mais escolas e cursos para intensificar a educação doméstica, que se torna alternadamente burguesa ou populista, para se adaptar às diversas expectativas de classe: as mulheres das classes laboriosas devem tentar fazer maravilhas com **o que se tem**, e as burguesas devem mecanizar o lar pra consumir menos, mas melhor (LAGRAVE, 1991).

No Brasil, os positivistas, os liberais, os médicos, a Igreja, os industriais e a grande maioria dos operários anarquistas e socialistas promulgam o mesmo discurso sobre a valorização da maternidade. Nos anos 20 e 30 a figura da mãe cívica passa a ser exaltada (RAGO, 1997).

RAGO (1997, p. 592) salienta que os membros do Apostolado Positivista no Brasil entendiam que a mulher não deveria possuir dinheiro:

Um objeto sujo, degradante e essencialmente masculino, portanto contrário a sua natureza. A mulher deveria se restringir ao seu “espaço natural” o lar [...] Muitos repetiam convictos os argumentos do médico italiano Cesare Lombroso: “O amor da mulher pelo homem não é um sentimento de origem sexual, mas uma forma destes devotamentos que se desenvolvem entre um ser inferior e um ser superior”.

Contudo, existe, de novo, um paradoxo entre a grande massa de mulheres e crianças empregadas nas indústrias e a preconização da rainha do lar. Isso é justificado dos dois la-

dos do Atlântico pelo fato que as mulheres mais pobres, quer devido a sua constituição física ou à falta de formação moral, eram muito inferiores às mulheres normais e, dessa forma, mais inclinadas aos vícios e às tentações do mundo moderno:

No imaginário das elites, o trabalho braçal, antes realizado pelos escravos, era associado à incapacidade pessoal para desenvolver qualquer habilidade intelectual ou artística e à degeneração moral. Desde a famosa “costureirinha”, a operária, a lavadeira, a doceira, a empregada doméstica, até a florista e a artista, as várias profissões femininas eram estigmatizadas e associadas a imagens de perdição moral, de degradação e de prostituição (RAGO, 1997, p. 589).

No entanto, segundo Lagrave (1991, p. 509-510), essa “tentativa temerária não impede as mulheres de se manterem no mundo do trabalho” e, na França, as mulheres ativas casadas passam de 35%, em 1921, a 41%, em 1936.

Depois da Segunda Guerra Mundial, os tempos são de euforia, a fé no progresso é imensa, o produto interno bruto dos países europeus aumenta. Na Inglaterra, Alemanha e Suécia comissões tripartidas, sindicatos/Estados/ empregadores fixam as condições do pleno-emprego. O Estado se torna uma providência para todos. De fato, ele dispõe de vários trunfos: baixo preço da energia, aumento da produtividade do trabalho, a valorização da formação e da educação (LAGRAVE, 1991). Esse período, que vai de 1945 a 1975, será chamado das **Trinta Gloriosas**, ou do período do **Estado Providência**.

As mulheres mergulham nesse país de Cocanha⁷, diz-se agora que elas participam efetivamente da riqueza das nações. No entanto, elas estão longe de se beneficiar dessa participação:

⁷ País de Cocanha, país de abundância, onde a vida é fácil e agradável.

Cada vez mais integradas ao sistema educativo e ao mundo do trabalho, elas são simultaneamente relegadas para postos cada vez mais feminizados e, portanto desvalorizados, ou para níveis hierárquicos mais baixos. Durante esse período, vemos construir sob os nossos olhos o processo de naturalização da divisão sexual do trabalho, processo perceptível no período precedente, mas que agora se intensifica em favor dos novos dados econômicos (LAGRAVE, 1991, p. 519).

A escola e a família modelam a mentalidade das meninas de tal modo que elas escolham racionalmente áreas feminizadas, mesmo sabendo que são mais desvalorizadas. Concorda-se plenamente com a afirmação de Lagrave (1991, p. 524) que escreve: “O efeito mais sutil e mais violento da dominação masculina no sistema escolar é realmente o de fazer assumir pelas mais desprevenidas (as mulheres), as escolhas que presidem à sua própria desvalorização”.

Entre 1945 e 1975 criam-se, em todos os países ocidentais, leis, regulamentações, decretos nacionais e internacionais que proclamam o direito a um salário igual para um trabalho igual: em vão, estamos em 2014 e, ainda, em todos os países industrializados existem diferenças.

Se, no início da Revolução Industrial os capitalistas justificavam pagar menos às mulheres porque o seu trabalho era excepcional, sendo apenas um complemento do salário masculino e sua produção de menor qualidade, parece que, hoje, o problema a resolver é como integrar as mulheres no mundo do trabalho, mas distinguindo-as profissionalmente dos homens.

É interessante notar que o que qualifica um trabalho está longe de ser uma operação técnica, mas é mais o resultado de conflitos e negociações entre grupos sociais. Até hoje, as

mulheres saem muitas vezes perdendo nesses conflitos: a palavra mulher não rima com a palavra qualificação e, dificilmente, as mulheres fazem o mesmo trabalho que os homens.

A partir dos anos setenta ocorrem mudanças marcadas pela crise do petróleo, inflação e desemprego em massa durável e estrutural. Em todos os países ocidentais instalam-se políticas de austeridade e de luta contra a inflação. À rigidez do mercado, à burocracia e controle do Estado, às leis trabalhistas esclerosadas há que opor flexibilidade, reconversão, mobilidade, reciclagem: é o declínio do Estado-providência nos países ocidentais e a queda do muro de Berlim na União Soviética.

Assim, políticas econômicas neoliberais declaram que o mercado será a solução. O trabalho muda de nome: chama-se de preferência “emprego”⁸ (LAGRAVE, 1991).

Ao final dos anos 80 fala-se em globalização/mundialização das economias mundiais, de trabalho informal nos países emergentes e trabalho a tempo parcial nos países europeus. Situações de trabalho, que eram muito distantes no tempo do Estado-providência entre a França e o Brasil, por exemplo, aproximam-se com a emergência de novas categorias de trabalhadores/as mais instáveis e precários/as. No entanto, no Brasil, a grande desigualdade social, devido à maior concentração de renda, piora esse quadro (HIRATA, 2003).

Toda essa conjuntura não impediu o crescimento da taxa de atividade profissional das mulheres, como comenta Maruani (2008, p. 16):

8 Conforme Maruani (2006, p. 60), “É necessário distinguir o *trabalho* - entendido como atividade de produção de bens e serviços e do conjunto das condições de exercício dessa atividade - do *emprego* - entendido como o conjunto de modalidades de acesso e retração do mercado de trabalho e a tradução da atividade laboral em termos de estatutos sociais”.

O crescimento espetacular da atividade feminina, que começou nos anos 60, é um tsunami que ninguém tinha previsto e que nada parou até agora - nem a penúria de emprego, nem a diminuição do crescimento econômico, nem o crescimento do desemprego estrutural.

Nesses últimos quarenta anos, a escolaridade feminina não parou de crescer e viabilizou novas oportunidades de trabalho: engenheiras, arquitetas, advogadas, juízas, médicas, professoras universitárias, gerentes, etc. A taxa de atividade feminina no final dos anos noventa, em países como a França e o Brasil, é espantosa: “mais de 47%, chegando a atingir 80% entre as mulheres da faixa etária de 25 a 49 anos” (HIRATA, 2003, p. 18). O perfil da população ativa feminina também mudou: se no Brasil dos anos setenta a maioria das trabalhadoras era jovem, solteira e sem filho, em 2002 a taxa mais alta de atividade é encontrada entre as mulheres casadas, mais velhas e com filhos (BRUSCHINI; LOMBARDI, 2007). Isto é, atualmente, as mulheres interrompem muito menos suas trajetórias profissionais que no passado.

Tudo parece dizer que as velhas desigualdades entre trabalho masculino e feminino podem, enfim, desaparecer. No entanto, é forçoso reconhecer que, como já acontecia no passado, as desigualdades se deslocam e não desaparecem. Claro que muitas coisas melhoraram desde os anos sessenta, como comenta Maruani (2003, p. 23-25):

[...] as diferenças salariais diminuíram um pouco, algumas profissões masculinas foram feminizadas sem se desvalorizar, algumas mulheres podem ter carreiras menos estagnantes. Mas, em relação ao progresso obtido em termos de formação e qualificação, em relação à continuidade das trajetórias profissionais, a diferença

entre o “capital humano” das mulheres e sua situação no mercado de trabalho parece mais injusta, mais injustificável hoje do que ontem. As mulheres são globalmente mais instruídas que os homens, mas continuam ganhando menos, ainda concentradas num pequeno número de profissões feminizadas, mais numerosas no desemprego e no subemprego.

Assim, na base de uma pesquisa realizada em oitenta e três países, a Organização Mundial do Trabalho (OIT) informa que, na maioria dos países, as mulheres ganham entre 10% e 30% a menos que os homens. Segundo a Confederação Internacional dos Sindicatos, a diferença salarial é, em média, de 29% na Argentina, 22% na Polônia e 24% na República Coreana (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. ONU MUJERES, 2011/2012).

Em muitas profissões, onde na base há um número equivalente de homens e mulheres, existe o **teto de vidro**. Isto é, numa dada profissão, as mulheres são menos presentes à medida que se cresce na hierarquia e elas são raras nos cargos mais altos. Conforme Bereni et al. (2008, p. 139) esse fato foi constatado em todos os setores, nas empresas privadas ou públicas.

Como explicar esse fenômeno? Em qual medida se trata de práticas diretamente ou indiretamente discriminatórias? Ou talvez se trate de **escolha** por razões materiais (trabalho reprodutivo) ou de negociações profissionais, conjugais ou simplesmente de razões culturais (autocensura, reticências em relação ao poder)? Estudos recentes propõem observar os jogos desses diferentes fatores.

Em 1990, num artigo fundador, Acker (1990) sublinha o papel essencial das organizações na reprodução das relações

de gênero. Ela põe em xeque a neutralidade pretendida dos procedimentos da cultura organizacional e mostra a importância do gênero como princípio estruturante e significativo nas organizações. Isso se observa em vários níveis: na divisão desigual do trabalho, no espaço e nas normas de comportamento segundo o gênero; na construção de símbolos, participando da hegemonia masculina, que reforçam essas desigualdades (o executivo poderoso, autoritário, competente na sua técnica, que controla suas emoções); e, enfim, essa dominação masculina pode se observar no nível das interações (por exemplo, numa reunião, nas distribuições de tomada de palavras dos homens e das mulheres).

No nível das representações, o conceito de emprego, sublinha a autora, é fundamentado num modelo masculino (tempo integral, disponibilidade, ausência de implicação com o trabalho reprodutivo) que suponha uma divisão sexuada do trabalho, ao mesmo tempo em que a mantém. Fortino (2002), num estudo das experiências diferenciadas dos homens e das mulheres numa administração pública, onde a promoção profissional acontece com concurso interno, demonstra que, apesar da neutralidade burocrática existem, carreiras com duas velocidades. Em primeiro lugar, o número de mulheres que se apresentam no concurso é menor que o dos homens. Longe de se resumir a uma ambição profissional menor, esse fenômeno resulta muitas vezes numa escolha forçada. A realização de concursos internos é frequentemente submetida a um limite de tempo (por exemplo, precisa realizar o concurso nos cinco anos que seguem a contratação inicial). Isso pode representar um obstáculo numa idade onde o investimento profissional das mulheres é limitado pelas maternidades. Muitas vezes a promoção implica mobilidade geográfica que

as mulheres não querem (por razões óbvias) ou não conseguem negociar com o cônjuge. Caso o cônjuge também seja funcionário público será a mobilidade e a carreira dele que serão priorizadas.

Esses dois exemplos ilustram como as normas organizacionais, porque ainda possuem um viés masculino, podem constituir uma fonte de discriminações contra as mulheres, independentemente de qualquer intenção de discriminar.

Deve-se assinalar um fenômeno acontecendo tanto no Brasil quanto na França: a bipolarização da inserção profissional feminina. Um dos polos é constituído de profissionais altamente qualificadas ocupando empregos de prestígio e relativamente bem remunerados e o outro pela grande maioria de trabalhadoras não ou pouco qualificadas: faxineiras, empregadas domésticas, atendentes de enfermagem, caixas de supermercado, professoras primárias no Brasil (LAGRAVE, 1991; HIRATA, 2003).

CONCLUSÃO

A progressão da atividade assalariada das mulheres representou um elemento importante da transformação do seu status social desde os primórdios da Revolução Industrial. Pode-se dizer com razão que tudo mudou e, em contrapartida, afirmar também que nada mudou. Em matéria de acesso à educação e ao emprego, os progressos são gigantes; contudo, na igualdade de salários e carreiras, na precariedade do emprego, as desigualdades são recorrentes.

Um ganho importante nos séculos XX e XXI é o reconhecimento, nos países ocidentais, do trabalho reprodutivo

efetuado pela grande maioria das mulheres como sendo um trabalho. No entanto, nenhum país conseguiu resolver o problema da dupla/tripla jornada das mulheres. Atualmente, o trabalho reprodutivo é o ponto nevrálgico das relações de gênero. A conciliação é complexa porque demanda mudanças profundas nas sociedades humanas atuais. A título de esperança pode-se citar o exemplo da Suécia, onde as políticas de igualdade entre os gêneros são as mais adiantadas do mundo. Graças a esse tipo de políticas e às ofertas de serviços de cuidados infantis de qualidade, a diferença salarial é consideravelmente inferior à média dos países europeus 13%, enquanto na Espanha a diferença é de 23% (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. ONU MUJERES, 2011-2012).

Conforme a filósofa Geneviève Fraisse (1996), a progressão das mulheres não pode ser avaliada só em termos de igualdade. Mais precisamente, é entre liberdade e igualdade que se situa o lugar das mulheres na sociedade. Para chegar à igualdade no mundo do trabalho, o caminho ainda será longo, mas a autonomia econômica é uma conquista rumo à liberdade. Façamos alusão à conclusão de Maruani (2006, p. 104) no seu livro sobre o trabalho das mulheres: “O resultado atual – e provisório – da feminização do assalariado não é a igualdade dos sexos, mas a liberdade dos sexos”.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, Laís; TODARO, Rosalba. Le coût du travail em Amerique Latine: une analyse sexuée. In: HIRATA, Helena; MARUANI, Margaret; LOMBARDI, Maria Rosa (Org.). **Regards croisés: France-Europe-Amerique Latine**. Paris: La Découverte, 2008. p. 88- 99.

ACKER, Joan. Hierarchies, jobs, bodies: a theory of gendered organizations. **Gender and Society**, Thousand Oaks, Califórnia, v. 4, n. 2, p. 139-158, 1990. Disponível em: <<http://gas.sagepub.com/content/4/2/139.abstract>>. Acesso em: 19 set. 2016.

BADINTER, Elizabeth. **L'un est l'autre**. Paris: Odile Jacob, 1986.

BATTAGLIOLA, Françoise. **Histoire du travail des femmes**. Paris: La Découverte, 2008.

BERENI, Laure et al. **Introduction aux gender studies**: manuel des études sur le genre. Bruxelles: De Boeck, 2008.

BONNEFOY, André. **Place aux femmes! Les carrières féminines administratives et libérales**. Paris: Fayard, 1914.

BRUSCHINI, Cristina; LOMBARDI, Maria Rosa. Trabalho, educação e rendimentos das mulheres no Brasil em anos recentes. In: HIRATA, Helena; SEGNINI, Liliana (Org.). **Organização, trabalho e gênero**. São Paulo: Senac, 2007. p. 43-87.

BURET, Eugène. **De la misère des classes laborieuses en France et em Angle-terre**. Paris: Renouard, 1840.

DE HENAU, Jérôme et al. Emploi des mères et politiques familiales en Europe. In: HIRATA, Helena; MARUANI, Margaret; LOMBARDI, Maria Rosa (Org.). **Regards croisés**: France-Europe-Amerique Latine. Paris: La Découverte, 2008. p. 150-168.

DEL PRIORE, Mary (Org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1997.

DUBY, Georges; PERROT, Michelle. **História das mulheres**: a antiguidade. Porto: Edições Afrontamento, 1991. v. 1.

DUBY, Georges; PERROT, Michelle. **História das mulheres**: a Idade Média. Porto: Edições Afrontamento, 1990. v. 2.

DUBY, Georges; PERROT, Michelle. **História das mulheres: do renascimento à Idade Moderna**. Porto: Edições Afrontamento, 1991. v. 3.

DUBY, Georges; PERROT, Michelle. **História das mulheres: o século XIX**. Porto: Edições Afrontamento, 1991. v. 4.

DUBY, Georges; PERROT, Michelle. **História das mulheres: o século XX**. Porto: Edições Afrontamento, 1991. v. 5.

FONSECA, Claudia. Ser mulher, mãe e pobre. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1997. p. 510-553.

FORTINO, Sabine. **La mixité du travail**. Paris: La dispute, 2002.

FOUGEYROLLAS-SCHWEBEL, Dominique. Travail domestique. In: HIRATA, Helena et al. (Dir.). **Dictionnaire critique du féminisme**. 2. éd. Paris: PUF, 2007. p. 248-254.

FRAISSE, Geneviève. **La différence des sexes**. Paris: PUF, 1996.

FRIEDAN, Betty. **Mística feminina**. Petrópolis: Vozes, 1971.

GUILBERT, Madeleine. Le travail des Femmes. In: Margaret MARUANI Margareth; ROGERAT Chantal. Madeleine Guilbert. **Travail, genre et sociétés 2/200**, n°16, p. 5-15. Disponível em: <www.cairn.info/revue-travail-genre-et-societes-2006-2-page-5.htm>. Acesso em: 18/08/2011.

HIRATA, Helena. Apresentação à edição brasileira. In: MARUANI, Margareth; HIRATA, Helena. (Org.). **As novas fronteiras da desigualdade: homens e mulheres no mercado de trabalho**. São Paulo: Senac, 2003. p. 15-28.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Division sexuelle du travail professionnel et domestique: Brésil, France, Japon. In: HIRATA, Helena et al. (Org.). **Regards croisés: France-Europe-Amerique Latine**. Paris: La Découverte, 2008. p. 197-209.

HIRATA, Helena; ZARIFIAN, Philippe. Travail (le concept de). In: HIRATA, Helena et al. (Dir.). **Dictionnaire critique du féminisme**. 2. éd. Paris: PUF, 2007. p. 256-262.

HOBSBAWM, Eric John. **A era das revoluções**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

KERGOAT, Danièle. Division sexuelle du travail et rapport sociaux de sexe. In: HIRATA, Helena et al. (Dir.). **Dictionnaire critique du féminisme**. 2. éd. Paris: PUF, 2007. p. 35-41.

KOVALESKI, Nadia Veronique Jourda. **As escolhas de cursos pelas mulheres**: qual formação para quais papéis sociais?: o caso das estudantes do Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná - Unidade de Ponta Grossa. 2002. 157 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas) - Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2002.

LAGRAVE, Rose Marie. Uma emancipação sob tutela: educação e trabalho das mulheres no século XX. In: DUBY Georges; PERROT Michelle. (Dir.). **História das mulheres**: século XX. Porto: Edições Afrontamento, 1991. v. 5. p. 505-549.

MARUANI, Margaret; ROGERAT Chantal. Madeleine Guilbert. **Travail, genre et sociétés**, Liège, n. 16, p. 5-15, 2006. Disponível em: <<http://www.cairn.info/revue-travail-genre-et-societes-2006-2-page-5.htm>>. Acesso em: 19 set. 2016.

MARUANI, Margareth. Emploi, chômage et précarité em Europe. In: HIRATA, Helena; MARUANI, Margareth; LOMBARDI, Maria Rosa (Org.). **Regards croisés**: France-Europe-Amerique Latine. Paris: La Découverte, 2008. p. 15-29.

MARUANI, Margareth. Introdução. In: MARUANI, Margareth; HIRATA, Helena (Org.). **As novas fronteiras da desigualdade**: homens e mulheres no mercado de trabalho. São Paulo: Senac, 2003. p. 21-36.

MARUANI, Margareth. **Travail et emploi des femmes**. Paris: La Découverte, 2006.

MARX, Karl. **O capital**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. ONU Mujeres. **El progreso de las mujeres em el mundo**: en busca de la justicia: 2011-2012. Disponível

em: <<http://www2.unwomen.org/~media/field%20office%20mexico/documentos/publicaciones/2012/el%20progreso%20de%20las%20mujeres%20en%20el%20mundo%202011-2012/el%20progreso%20de%20las%20mujeres%20en%20el%20mundo%20completo%20pdf.pdf?v=3&d=20141219T103325>>. Acesso em: 19 set. 2016.

PEDRO, Joana Maria. Mulheres do sul. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1997. p. 278-321.

PERROT, Michelle. La conquête du travail. In: HÉRITIER, Françoise et al.(Org.). **La plus belle histoire des femmes**. Paris: Éditions du Seuil, 2011.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da história**: operários, mulheres, prisioneiros. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

PINTO, Celi Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abreu, 2007.

RAGO, Margareth. Trabalho feminino e sexualidade. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1997. p. 578-606.

RODRIGUES, Edgar. **Alvorada operária: os congressos operários no Brasil**. Rio de Janeiro: Mundo livro, 1979.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **A mulher na sociedade de classe**: mito e realidades. Rio de Janeiro: Vozes, 1976.

SCOTT, Joan Wallach. A mulher trabalhadora. In: DUBY, Georges; PERROT, Michelle (Org.). **História das mulheres**: o século XIX. Porto: Edições Afrontamento, 1991. v. 4. p. 443-475.

SOIHET, Rachel. Mulheres pobres e violência no Brasil urbano. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1997. p. 362-400.

TILLY, Louise Audino; SCOTT Joan Wallach. **Les femmes, le travail et la famille**. Paris: Payot & Rivages, 2002.

DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO E PROFISSÕES CIENTÍFICAS E TECNOLÓGICAS NO BRASIL

Nanci Stancki da Luz
Leda Gitahy

INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho é discutir a divisão sexual do trabalho no Brasil, com foco nas atividades científicas e tecnológicas, historicamente com predominância masculina, mas que atualmente têm alterado o perfil de gênero de seus (suas) profissionais, a partir da entrada de um número crescente de mulheres, fato que pode ser indicativo de avanços para a consolidação da igualdade de gênero nesse espaço laboral.

A participação feminina no mercado de trabalho brasileiro tem-se ampliado nas últimas décadas, ocupando espaços tradicionalmente masculinos e rompendo fronteiras antes percebidas como intransponíveis. Embora sejam evidentes os avanços no que se refere à igualdade de gênero no mundo **produtivo**, inúmeras desigualdades ainda permanecem marcando essa esfera. A divisão sexual do trabalho, que separa as atividades entre homens e mulheres, também continua as hierarquizando de forma que o trabalho feminino permanece menos valorizado socialmente que o masculino.

Conquistas de direitos das mulheres têm coexistido com percepções que continuam associando determinadas atividades profissionais com **supostos** atributos femininos (maior habilidade para o cuidado ou paciência) ou masculinos (força física ou objetividade), que justificariam a separação sexual do trabalho, a partir da crença de que homens e mulheres teriam naturalmente capacidades distintas. É o caso, por exemplo, da percepção da educação como área **feminina**, enquanto a ciência e tecnologia (C&T) seria **masculina**.

Embora concepções de gênero binárias e excludentes, que insistem na diferença entre **trabalho de homem** e **trabalho de mulher**, estejam gradativamente perdendo força e alterações na divisão sexual do trabalho tenham possibilitado redução das desigualdades de gênero e valorização do trabalho feminino, diversas atividades permanecem sendo identificadas como masculinas ou femininas, seja pelo perfil de gênero/sexo dos seus profissionais ou pela forma como seus saberes e conhecimentos continuam sendo estruturados e organizados.

DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO

Relações de poder desiguais entre homens e mulheres dificultam a efetivação da igualdade nas relações de trabalho e a realização dos direitos das mulheres. Mecanismos discriminatórios nos processos de contratação e de promoção profissional, segregação ocupacional e rendimentos mais baixos ainda fazem parte da realidade das trabalhadoras brasileiras.

A reprodução de uma imagem feminina como ser **secundário**, estereótipos de gênero, associação das mulheres

prioritariamente ao espaço privado/doméstico, invisibilidade/desvalorização de suas atividades e comportamentos machistas/sexistas/misóginos presentes nos inúmeros espaços sociais interferem nas escolhas profissionais das mulheres e contribuem para a aceitação e naturalização de uma divisão sexual do trabalho na qual o trabalho masculino vale mais do que o feminino.

Assim, gênero continua sendo uma categoria relevante para a análise do mundo do trabalho. Ao relacionar determinadas atividades a características consideradas essencialmente e/ou socialmente femininas (destacando-se as que são associadas ao cuidado, como a enfermagem, a assistência social e o magistério) assumimos um raciocínio que se associa a uma falsa premissa: a de que homens e mulheres seriam naturalmente e/ou socialmente diferentes, seja resultado da Biologia e/ou de processos de socialização, existindo, assim, atividades e lugares mais adequados para uma e outro. Essa premissa é preliminarmente rejeitada, embora não seja objeto de discussão neste trabalho, pois diferentemente, assumimos que somos todas/os iguais, mas também diferentes. Iguais, porque humanos; diferentes, porque nossas particularidades e diferenças fazem parte desse humano e é o que permanece nos humanizando durante a nossa existência. Sem diferenças, poderíamos tardiamente concretizar o poder de autômatos pré-humanos ou realizar antecipadamente o sonho de domínio dos ciborgues pós-humanos, produzidos fisicamente de maneira idêntica e programados para que as formas de pensar, viver a sexualidade, de se relacionar com entidades divinas e outras questões que fazem parte da existência humana sejam todas idênticas; enfim o triunfo do fim do humano.

Sobre a discussão acerca de diferenças, vale destacar, todavia, a reflexão sobre a luta que grupos sociais discriminados e excluídos travaram contra a discriminação e a exclusão, e para questionar os critérios dominantes de igualdade e diferença e os diferentes tipos de inclusão e exclusão que legitimam, conforme Santos (2003, p. 79):

As diferenças sexuais e étnico-culturais passaram a ser valorizadas como formas próprias de pertença legítima a coletivos mais amplos e portadores de uma dignidade apenas negada pelos preconceitos dominantes sexistas, racistas ou colonialistas. (...) A partir de então a luta contra a discriminação e a exclusão deixou de ser uma luta pela integração e pela assimilação na cultura dominante e nas instituições suas subsidiárias, para passar a ser uma luta pelo reconhecimento da diferença, pela consequente transformação da cultura e das instituições de modo a separar as diferenças (a respeitar) das hierarquias (a eliminar) que atavicamente lhe estavam referidas.

Interessa-nos, assim, respeitando as diferenças humanas, compreender como determinadas diferenças (de gênero, particularmente) são hierarquizadas e transformadas em desigualdades sociais a partir de discriminações e preconceitos. A realidade associada ao objetivo de consolidar uma sociedade humana, melhor e humanizada, nos conduzirá para discussões ora do direito à igualdade, ora do direito às nossas diferenças, este último considerado condição *sine qua non* para a nossa dignidade e humanidade e sem o qual não se realiza a igualdade.

Nesta perspectiva, permanece essencial a continuidade das reflexões e lutas sobre o direito à igualdade entre homens

e mulheres no mundo do trabalho, pois a desigualdade de gênero tem-se consolidado como uma das inúmeras formas de exploração e de discriminação. Embora a luta das mulheres tenha concretizado conquistas nesse âmbito, ainda permanece um *gap* salarial entre homens e mulheres, não obstante a ampliação de sua escolaridade feminina; segregações horizontais e verticais continuam existindo e concentrando mulheres em determinados setores e dificultando a ascensão na carreira profissional; uma resistência masculina em assumir as atividades do âmbito doméstico e relacionadas ao cuidado (tarefas doméstica, cuidado com filhos, cuidado com doentes da família, etc.) ainda acarreta sobrecarga de trabalho e de responsabilidade feminina.

Para a compreensão dessa realidade, a discussão acerca da divisão sexual do trabalho é essencial. Para Hirata e Kergoat (2007), essa forma particular de divisão social do trabalho se organiza a partir do princípio da separação, para o qual existem trabalhos para homens e trabalho para mulheres; e, a partir do princípio hierárquico, no qual o trabalho dos homens tem maior valor do que o trabalho das mulheres.

Uma das formas de divisão sexual do trabalho é a que destina prioritariamente as atividades da esfera doméstica e reprodutiva às mulheres e as do âmbito da produção aos homens. Essa divisão *per se* não acarretaria a desvalorização das atividades femininas, se a sociedade não atribuísse maior valor ao trabalho dos homens do que ao das mulheres. Este último, em grande medida, aparece como **invisível**, associado com amor, afeto e solidariedade, o que pressupõe doação e um caráter essencialmente não monetário e não profissional.

Realizar atividades que não se traduzem em retribuições financeiras fazem parte do humano e também *per se* não se configuram como um problema social, pois homens e mulheres têm compromissos com sua família, sua comunidade, com pessoas de seu e de outros países, ou seja, consigo mesmo e com o outro. O compromisso de zelar e cuidar de crianças, idosos, doentes, familiares, enfim, daquelas/es que fazem parte da nossa vida e da nossa comunidade (que pode e deve ser entendida da forma mais ampla possível) é uma obrigação de todos/as, sejamos homens ou mulheres. Entretanto, este compromisso ético e moral pode se transformar em fonte de exploração, discriminação e segregação feminina.

Parte das mulheres são mães (biológicas e/ou afetivas), parte dos homens são pais (biológicos e/ou afetivos) e este fato pode gerar doação e afeto. O cuidado, assim, poderá ser identificado para além de um simples fato, consolidando o ser mãe/ser pai/ser avó/ser avô, etc., como um ato de extrema beleza e que envolve compromisso e solidariedade. Ser mãe ou pai, no entanto, não poderia condicionar escolhas profissionais.

Mulheres e homens podem ser docentes, enfermeiras/os, engenheiras/os, matemáticas/os ou escolher qualquer outra profissão. Associar educação infantil com as mulheres porque elas podem ser mães, o que as tornaria mais adequadas ao cuidado humano e ao magistério, seria o equivalente a afirmar que os cursos de formação de docentes (formação inicial ou continuada) deveriam assumir como pré-requisito a maternidade, o que configura um absurdo.

Embora todo o processo de socialização contribua para escolhas e definições de vida, inclusive as de cunho profissional, o preparo para o exercício de qualquer profissão ocorre em cursos profissionais (básicos, técnicos ou formação supe-

rior, por exemplo) e, mesmo em atividades que o profissional tem sua formação fora dos processos formais, o saber/conhecimento e habilidades profissionais são ensinados e aprendidos e não fruto de uma suposta natureza de gênero.

Pensar a mulher como um ser mais dócil, passivo, afetivo, emotivo, paciente, delicado, solidário, voltado para as relações entre as pessoas, ao cuidado, à maternidade e à beleza, em contraposição a uma **natureza** masculina mais agressiva, competitiva, racional, objetiva, de maior força física e voltada para a liderança e o mando, realimenta a dicotomia masculino/feminino e os estereótipos de gênero que condicionam as escolhas profissionais de homens e mulheres. Essa dicotomia constitui fonte dos processos de hierarquização das profissões, desvalorizando atividades desenvolvidas por mulheres porque associadas a atributos que são hierarquizados de forma que os considerados como masculinos são percebidos como de maior relevância social (docilidade x agressividade, afetividade x racionalidade, etc).

Essa dicotomia cristaliza o que deve ser entendido como atribuição masculina e feminina e impossibilita percepções de outras formas de relações sociais:

O esquema binário que situa o masculino e o feminino como categorias excludentes estende-se para definições do que é ser homem e do que é ser mulher, professor e professora em nossa sociedade. Essa dicotomia cristaliza concepções do que devem constituir atribuições masculinas e femininas e dificulta a percepção de outras maneiras de estabelecer as relações sociais. O cuidado, por exemplo, é visto como uma característica essencialmente feminina – para alguns uma responsabilidade natural, para outros, fruto da socialização das mulheres. Muitas atividades profissionais associadas ao cuidado são con-

sideradas femininas, como a enfermagem, o tomar conta de crianças pequenas, a educação infantil, etc. O ato de cuidar, fundamental na relação com a criança, deve ser entendido como uma atividade que envolve compromisso moral.

Criam-se, assim, vários estereótipos sobre homens e mulheres: agressivos, militaristas, racionais, para eles; dóceis, relacionais, afetivas, para elas. Em decorrência, funções como alimentação, maternidade, preservação, educação e cuidado com os outros ficam mais identificadas com os corpos e as mentes femininas, ganhando, assim, “um lugar inferior na sociedade, quando comparadas às funções tidas como masculinas” (VIANNA, 2002, p. 93).

A aceitação social de uma divisão sexual do trabalho, na qual as mulheres têm suas atividades desvalorizadas socialmente, decorre de processos que naturalizam e reforçam essa dicotomia entre o feminino e o masculino. Discursos que associam a mulher ao espaço privado e ao cuidado são transferidos para o espaço público e para o mercado de trabalho, favorecendo uma maior concentração feminina em profissões associadas a esse âmbito, bem como contribuindo para o afastamento das mulheres de outras atividades identificadas com o masculino e mais valorizadas socialmente, dentre as quais as do âmbito político.

A distribuição, por sexo, dos cargos eletivos políticos revela que as mulheres ainda têm pouca participação em um espaço de poder que, não obstante a discursos que desprivilegiem e desqualifiquem os detentores desses cargos, ainda se configura como de grande relevância para os avanços (ou retrocessos) das políticas públicas e para a implementação da

igualdade, além de ser um âmbito que detém elevado *status* social, mas que permanece majoritariamente masculino.

Embora, em 2010, o Brasil tenha eleito sua primeira Presidente da República– Dilma Rousseff – a participação das mulheres no parlamento nacional permanece bastante reduzida. Naquela eleição, o número de senadoras passou para 12 (doze), de um total de 81 (oitenta e um) senadores, o que representa aproximadamente 15%. Em relação ao número de deputadas federais, passou para 45 (quarenta e cinco), de um total de 513 (quinhentos e treze) deputados, o que representa aproximadamente 8,8%. Vale destacar que as mulheres representavam, naquele momento, aproximadamente 52% do eleitorado brasileiro. Esse resultado expressa um **monopólio** masculino dos espaços de poder político na atual divisão sexual do trabalho no país.

Ao discutir as tendências sobre o trabalho no Brasil, Silva (2005) apresenta outras formas de manifestações dessa divisão. A primeira, refere-se à ampliação da participação feminina no mercado de trabalho brasileiro e é associada a diversos fatores, dentre os quais, necessidade econômica, oportunidades de trabalho, queda do número de filhos ou ampliação da escolaridade das mulheres:

o significativo aumento das atividades das mulheres – uma das mais importantes transformações ocorridas no País desde os anos 70 – seria resultado não apenas da necessidade econômica e das oportunidades oferecidas pelo mercado, em conjunturas específicas, mas também, em grande parte, das transformações demográficas, culturais e sociais que vêm ocorrendo no Brasil e que têm afetado as mulheres e as famílias brasileiras. A intensa queda da fecundidade reduziu o número de filhos por

mulher, sobretudo nas cidades e regiões mais desenvolvidas do País, liberando-a para o trabalho. A expansão da escolaridade e o acesso às universidades viabilizaram o acesso das mulheres a novas oportunidades de trabalho. [...] transformações nos padrões culturais e nos valores relativos ao papel social da mulher, intensificadas pelo impacto dos movimentos feministas desde os anos 70 e pela presença cada vez mais atuante das mulheres nos espaços públicos, alteraram a constituição da identidade feminina, cada vez mais voltada para o trabalho produtivo. A consolidação de tantas mudanças é um dos fatores que explicaria não apenas o crescimento da atividade feminina, mas também as transformações no perfil da força de trabalho desse sexo (BRUSCHINI, 2000, p. 16).

Outro destaque foi dado à coexistência dessa ampliação da participação da mulher no mercado de trabalho com a permanência do processo de segregação, discriminação e precarização do trabalho feminino, bem como das desigualdades salariais entre homens e mulheres. No que se refere à discussão sobre precarização do trabalho, Hirata (2010) alerta que o trabalho precário é majoritariamente feminino e que é necessário estabelecer relação entre desigualdade entre mulheres e homens no mercado de trabalho com as desigualdades na família e na esfera doméstica (relação de trabalho, de poder, de saber, relações de dominação).

Silva (2005) destacou ainda a existência da permanência de ocupação de cargos a partir de concepções tradicionais de atributos masculinos e femininos simultaneamente à existência de mudanças, entre as quais a elevação no número de mulheres que ocupam cargos hierarquicamente superiores, o aumento da participação de mulheres em ocupações tradicionalmente masculinas e de homens em ocupações tradicionalmente femininas.

Tais tendências revelaram mudanças na divisão sexual do trabalho, mas também expressam contradições que estão presentes em uma sociedade que luta, reivindica e quer alterações nas condições de vida, mas também resiste a elas e permanece defendendo relações já estabelecidas e que reproduzem diversas formas de injusto. Deve-se considerar que a reprodução de uma divisão de trabalho não igualitária, portanto não justa, cria condições para perpetuar a desigualdade social. A grande presença de mulheres em atividades que ocupam inúmeras horas de trabalho, mas que pouco contribuem para alterar as suas condições precárias de vida, gerar autonomia financeira ou efetivar o direito à dignidade humana, mantém as mulheres entre a parcela mais pobre da população, o que reforça as desigualdades de gênero e nos distancia da justiça social.

Deve-se considerar ainda a bipolarização do trabalho feminino como resultado, em parte, dos processos que ocorrem na esfera educacional. Para Hirata (2010), a maior instrução e diplomação feminina possibilitaram que mulheres se tornassem executivas, profissionais intelectuais de nível superior (médicas, advogadas, juízas, arquitetas, engenheiras, jornalistas, professoras universitárias, pesquisadoras, publicitárias, etc.). Todavia essa realidade coexiste com outro polo constituído por mulheres em setores tradicionalmente femininos: empregadas domésticas e diaristas (categoria profissional bastante numerosa no Brasil); setor público de saúde (auxiliares de enfermagem); educação (professoras de maternal e ensino fundamental, sobretudo); prestação de serviços; profissionais do trabalho de cuidado. A partir dessa polarização, verifica-se a exacerbção das desigualdades sociais e antagonismos, tanto entre mulheres e homens, quanto entre as próprias mulheres.

O que se verifica é que por inúmeros fatores (profissionais e extraprofissionais), a presença feminina no mundo do trabalho continua marcada por processos que contribuem para a desvalorização de suas atividades – precarização (terceirização, informalidade, tempo parcial, baixos salários, flexibilidade no uso do trabalho, etc.); segregação, seja vertical (pouca mobilidade na carreira e dificuldade para ascender aos postos hierarquicamente mais altos) ou horizontal (concentração do trabalho feminino em determinados setores e funções) e a bipolarização do trabalho feminino que expressa desigualdades entre as próprias mulheres. Assim, o trabalho feminino no Brasil ainda pode ser caracterizado por:

- a) dupla ou tripla jornada de trabalho – mulheres ainda as principais responsáveis pelas atividades do âmbito doméstico (cuidado);
- b) segregação do trabalho feminino, alocando as mulheres em atividades e setores associados ao feminino e com salários menores e menor prestígio social;
- c) precarização como característica de parte significativa do trabalho feminino – trabalho sem vínculo formal; pouca mobilidade na carreira, trabalho temporário;
- d) assédio sexual e moral no trabalho, sendo as mulheres as principais vítimas;
- e) doenças ocupacionais, afetando grande número de mulheres;
- f) presença feminina em atividades laborais que pouco contribuem para a autonomia financeira e que colaboram para a manutenção de um processo de feminização da pobreza.

É certo que a instrução e o acesso ao trabalho formal contribuíram para o questionamento da estrutura patriarcal,

para alterar as relações de poder entre homens e mulheres e para a consolidação de uma sociedade mais igualitária; todavia, as desigualdades de gênero no mundo do trabalho, apresentadas anteriormente, continuam desafiando e exigindo reflexões e ações que visem a sua eliminação.

TRABALHO FEMININO: METÁFORAS E CILADAS

Tem sido comum analisar a realidade profissional das mulheres a partir de metáforas/analogias/comparações que possibilitem expressar de forma simples as dificuldades e barreiras que as mulheres encontram no mundo trabalho, dentre as quais destacamos: o **piso/assoalho pegajoso**, a **escada pegajosa** e o **teto de vidro/cristal**.

A ocupação de postos de trabalho com baixos salários e pouca/nenhuma mobilidade de carreira pode ser associada a um **piso/assoalho pegajoso**, ilustrando uma quase paralisia profissional de determinadas atividades femininas. São profissões que não possuem qualquer tipo de plano de cargos e salários e que, inclusive, não contribuem para agregar saberes que possibilitem mudanças para outra profissão.

O setor de trabalho doméstico¹ no Brasil exemplifica essa analogia do **piso pegajoso**, pois emprega aproximadamente 7 (sete) milhões de mulheres e 500 (quinhentos) mil homens e é uma das profissões que se destaca por baixa valorização,

1 Informações do Ministério do Trabalho e Emprego dão conta que o traço diferenciador do emprego doméstico é o caráter não-econômico da atividade exercida no âmbito residencial do/a empregador/a e que integram a categoria: cozinheiro/a, governanta, babá, lavadeira, faxineiro/a, vigia, motorista particular, jardineiro/a, acompanhante de idosos/as, caseiro/a, dentre outras.

poucas (quase nenhuma) possibilidades de ascensão na carreira e baixa formalização (apenas 26,3% de trabalhadoras têm carteira de trabalho assinada).

Vale destacar na análise dessa realidade, conforme Kymlicka (2006), que os processos de dominação e desigualdade de gênero podem tornar desnecessárias discriminações arbitrárias contra a mulher, porque muitas não têm condições de competir por determinados empregos, seja porque a divisão sexual do trabalho a que se submeteram a mantiveram em dependência econômica, ou criaram dificuldades para qualificar-se, seja porque as precárias condições de vida as impelem a aceitar condições degradantes de trabalho e as impedem de se organizar para reivindicar e conquistar melhores condições de vida. Ou seja, existe um problema de dominação e a igualdade vai requerer poder. A partir de um poder igual não se criariam sistemas que definissem trabalhos masculinos como superiores aos femininos e o valor do trabalho não estaria baseado no gênero de quem o desenvolve, já que essa categoria não mais evidenciaria formas de poder expressas em valor ou **desvalor** do trabalho (KYMLICKA, 2006).

No entanto, estamos longe dessa igualdade. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (2014), em 2011 o rendimento médio do trabalho das mulheres era de R\$ 1.343,81, enquanto o dos homens era de R\$ 1.857,63, ou seja, o rendimento feminino era 72,3% do valor médio masculino. Esses indicam que o trabalho feminino permanece em setores de baixa remuneração, revelando que o **piso pegajoso** ainda dificulta o arrastar dos pés das mulheres em direção às atividades de melhor remuneração.

Já a **escada pegajosa** representa o esforço e a dificuldade das mulheres para ascender na hierarquia profissional, ilustrando as maiores dificuldades que mulheres enfrentam nesse processo. E para aquelas que conseguem alguma ascensão na carreira, pode-se deparar com um fenômeno conhecido como **teto de vidro/cristal** que consiste em barreiras não formais as quais embora invisíveis, dificultam a ascensão das mulheres ao topo de uma carreira. Vale destacar que algumas barreiras para ascensão funcional, pela dificuldade encontrada para serem transpostas, configurando-se como verdadeiros **tetos de pedra**, quebráveis sim, mas exigindo mais esforço e organização das mulheres, pois se tais obstáculos fossem enfrentados individualmente, dificilmente seriam ultrapassados.

Para Lima (2013), o **teto de vidro** representa obstáculos concretos, porém invisíveis, e que impedem as mulheres de ocupar posições de prestígio nas profissões. Nessa metáfora, a autora destaca a questão da transparência do vidro, referindo-se à ausência de barreiras formais/legais que dificultem a atuação profissional e a participação de mulheres em cargos de poder bem como, a posição do teto, que representa entraves e dificuldades que, embora expressem possibilidades, também expressam que as mulheres acabam limitadas a um determinado ponto da carreira.

A ascensão profissional das mulheres acaba sendo dificultada por aspectos socioculturais nem sempre perceptíveis, pois aparentemente não existe impedimento para que as mulheres ocupem qualquer posto na hierarquia de uma empresa/instituição privada ou pública. No entanto, não é isso que ocorre, pois mulheres com excelente formação e com grande dedicação ao trabalho não conseguem atingir os postos hierarquicamente superiores por fatores que não

se relacionam à sua capacidade, mas, sim, a processos advindos de uma cultura relacionada à discriminação e preconceito com o trabalho feminino.

Vale destacar que grande parte das barreiras que a mulher enfrenta no mercado de trabalho nem sempre é explicitada. A escolha de quem deve ser promovida ou não em um determinado emprego não se fundamenta em discriminações arbitrárias, inclusive porque são proibidas legalmente, mas por processos que mascaram a discriminação e o preconceito e se refletem em uma maior valorização do trabalho masculino.

Outras metáforas foram feitas para explicar as condições de trabalho das mulheres e a continuidade de um processo que as desvaloriza e as mantém em situação de precariedade. Neste trabalho, todavia, destacaremos na sequência a discussão da participação feminina nas carreiras científicas e tecnológicas.

Inúmeros avanços devem ser considerados na discussão do trabalho feminino no Brasil, sendo perceptível o rompimento de fronteiras entre trabalho masculino e feminino. As mulheres passaram a atuar em diversas profissões consideradas masculinas, ampliando a participação feminina em áreas como ciência e tecnologia e também o reconhecimento de que os conhecimentos produzidos pelas mulheres são também científicos e tecnológicos.

Atividades de pesquisa que buscam resgatar a participação histórica da mulher na área de C&T e políticas públicas estimulando as mulheres a entrar nessas carreiras têm proporcionado uma nova percepção sobre o conhecimento, possibilitando a desconstrução da invisibilidade feminina nessa área e, gradativamente, mudando o perfil de gênero e abandonando associações de C&T somente com o universo masculino.

MULHER, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

A maior presença de mulheres na ciência e tecnologia altera o perfil dos profissionais, mas também o próprio desenvolvimento científico e tecnológico que, agora, pode contar com a contribuição de uma parcela da população (a feminina) que foi historicamente excluída. Essa exclusão provocou o descarte de ideias, percepções, interesses de temas de pesquisa e, quiçá, soluções para problemas que ainda assolam o mundo.

As metáforas sobre o trabalho feminino discutidas anteriormente também servem para analisar e problematizar a participação das mulheres nas carreiras científicas e tecnológicas, pois, embora sejam notórios os avanços femininos nessas profissões, a exclusão das mulheres na C&T não é situação que se encontra apenas em livros de história. Apesar de toda luta e organização das mulheres para o acesso pleno à educação e ao trabalho, as formas de exclusão foram se alterando e se tornando menos explícitas, passando a impressão de que a sonhada igualdade foi conquistada plenamente. No entanto, permanecem excluindo e desvalorizando as atividades femininas.

Embora não sejam por processos formais e nem sempre configurem discriminações arbitrárias, a exclusão feminina ocorre mesmo quando as mulheres estão inseridas nas carreiras (uma espécie de inserção excluída), pois enfrentam maiores obstáculos para ascender na carreira ou podem ficar concentradas em áreas com menor prestígio e valor social. Nesta perspectiva, Lima (2013) aponta para dois tipos de exclusão das mulheres na ciência:

a) exclusão vertical², que se refere à sub-representação das mulheres em postos de prestígio e poder, mesmo nas carreiras consideradas femininas; e b) horizontal³, que se refere ao pouco número de mulheres em determinadas áreas do conhecimento, em geral, de maior reconhecimento para a economia capitalista, as consideradas ciências “duras” – exatas e engenharias (LIMA, 2013, p. 884).

Lima (2013) destaca a presença do denominado efeito Mateus, exemplificado pela questão das bolsas de produtividade em pesquisa, coordenações de Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia e premiações como capitais científicos que atraem prestígio, recursos financeiros e multiplicam o reconhecimento do mérito científico, mas que privilegiam mais homens do que mulheres.

Vale destacar que Merton (1968), ao analisar os sistemas de recompensas da ciência e como eles interferem na produção de conhecimento, observou que a descoberta feita por

2 Para Lima (2013, p. 884) a exclusão vertical pode ser exemplificada por dados do CNPq de 2001 a 2011: o percentual de mulheres bolsistas de produtividade em pesquisa (PQ), em todas as áreas e em todos os níveis de bolsa, variou de 32,1% a 35,3% e, no nível mais elevado da bolsa – 1A – o percentual de mulheres, nesse mesmo período, variou de 22,1% a 23,8%. Em 2011, o percentual de bolsas concedidas ao sexo feminino foi de 23,5%. Enquanto o percentual de participação femininas nas bolsas PQ, em todos os níveis, apresenta um discreto, linear e progressivo aumento, no nível 1A a variação é bem menor e também não é linear. A autora destaca ainda que, em 30 anos de existência do Prêmio Álvaro Alberto, apenas duas mulheres foram homenageadas com o prêmio (de um total de 42 premiados); e que, no caso dos Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia (INCT) – grupos de excelência que pesquisam em rede e possuem um volume considerável de recursos – da soma de cento e vinte e seis INCTs, somente dezoto são coordenados por mulheres.

3 Sobre a exclusão horizontal, Lima (2013, p.884) aponta que a partir dos dados do CNPq (2001 a 2010), o percentual das mulheres nas bolsas do país por grande área, em ciências exatas e da terra, engenharias e computação, variou de 29 a 36%. De 2005 a 2011, o percentual de mulheres bolsistas de produtividade em Pesquisa nas Engenharias variou de 17% a 21%.

cientistas reconhecidos obtêm maior difusão do que descobertas semelhantes feitas por cientistas pouco renomados; que o reconhecimento cria acesso diferenciado aos meios de produção do conhecimento científico; que cientistas **eminentes** ganham crédito desproporcional por suas descobertas e, quando um cientista renomado assina um artigo em colaboração, embora possa inclusive apagar a contribuição de um cientista desconhecido, pode ajudar a lhe dar crédito que dificilmente viria de outra forma. O autor, inspirado na passagem bíblica “a quem tem será dado ainda mais, e terá em abundância; mas a quem não tem será tirado até o que tem (Mt 13,12)” cunhou o termo **Efeito Mateus** para representar esse mecanismo de vantagens cumulativas presentes na academia científica. Esse processo de acumulação de reconhecimento historicamente beneficiou mais homens do que mulheres.

As mulheres, por sua vez, podem sofrer um processo inverso, denominado de **Efeito Matilda**⁴, pois as mulheres menos inseridas em redes e confrontadas com menor mérito por parte dos seus superiores hierárquicos podem ver suas contribuições serem minimizadas (Kovaleski, 2013) ou, ainda, ver ser reduzido o capital científico das menos capitalizadas (Lima, 2013).

Para Lima (2013), as exclusões (vertical e horizontal) apresentam dois momentos distintos na carreira acadêmica feminina: a primeira ocorre no processo de escolha da área e outro em relação à permanência e à ascensão na profissão. Vale destacar que a escolha da área de atuação profissional

4 Sobre o **Efeito Matilda**, ver: ROSSITER, Margaret W. L'effet Matthieu Mathilda en sciences. Les cahiers du CEDREF, n. 11, p. 21-39, 2003. Disponível em: <<https://cedref.revues.org/503>>. Acesso em: 28 set. 2016.

pode ser analisada a partir das escolhas de um curso superior ou técnico e que, embora o acesso feminino à universidade tenha possibilitado às mulheres o ingresso em profissões da área científica e tecnológica (engenharias, por exemplo), a divisão sexual nos processos de formação continuam relevantes para analisar tanto a exclusão vertical (sub-representação de mulheres em postos de prestígio e poder) quanto na horizontal (pouca participação feminina em determinadas áreas de conhecimento). Para analisar essa forma de divisão sexual, discutiremos a seguir a presença feminina nos cursos superiores.

O censo de Educação Superior 2011 (BRASIL, 2013) aponta para a continuidade do avanço educacional das mulheres no país. Os cursos superiores, de forma geral, passaram a ter uma composição discente com maioria feminina. A Tabela 1 evidencia essa predominância das mulheres nos cursos de graduação.

Tabela 1 – Participação de mulheres e homens no ensino superior presencial – Brasil 2011

	Feminino	Masculino	Total
Ingresso	1.308.435 55,8%	1.038.260 44,2%	2.346.695 100%
Matrícula	3.837.088 56,9%	2.902.601 43,8%	6.739.689 100%
Conclusão	621.363 61,1%	395.350 38,9%	1.016.713 100%

Fonte: Brasil (2013).

A partir dos dados da Tabela 1, observamos que as mulheres compõem a maioria entre as matrículas (56,9%), ingresso (55,8%) e concluintes (61,1%). Essa tendência de cres-

cimento da participação percentual feminina já era observada em anos anteriores, pois, segundo Ristoff et al. (2007), a participação feminina entre os concluintes havia passado de 59,9% (141.678 mulheres) – em 1991 – para 62,2% (446.724 mulheres) – em 2005.

Todavia, essa maior participação feminina não se reflete em todos os cursos, pois, as mulheres se concentram em determinadas áreas, conforme se observa na Tabela 2.

Tabela 2 – Participação (% de matrículas) de homens e mulheres em áreas de conhecimento (%) – Brasil 2011

	Áreas com maior participação feminina	%	Áreas com maior participação masculina	%
1	“Serviços e de Beleza”	97,2%	“Engenharia Mecânica e Metalúrgica	90,7
2	“Ciências da Educação”	92,3	“Proteção de Pessoas e de Propriedades”	89,3
3	Secretariado e Trabalhos de Escritório”	91,2	“Setor Militar e de Defesa”	88,5
4	“Serviço Social e orientação”	91,0	“Eletrônica e Automação”	88,5
5	“Ciências Domésticas”	89,4	“Eletricidade e Energia”	87,1
6	“Terapia e Reabilitação”	84,5	“Ciência da Computação”	85,4
7	“Enfermagem e Atenção Primária”	84,4	“Veículos a Motor, construção Naval e Aeronáutica”	85,2
8	“Psicologia”	81,1	“Processamento da Informação”	82,5
9	“Biologia e Bioquímica”	71,5	“Transportes e Serviços”	80,5
10	“Farmácia”	71,3	“Uso do Computador”	80,4

Fonte: Brasil (2013).

Embora o acesso feminino ao ensino superior tenha possibilitado o ingresso das mulheres em profissões científicas e

tecnológicas, a participação das mulheres em determinadas áreas – Engenharia Mecânica e Metalúrgica, por exemplo – ainda é bastante baixa. Os dados da Tabela 2 apontam para a continuidade de uma divisão sexual nos processos de formação, destacando-se a grande presença feminina em áreas associadas ao cuidado e historicamente percebidas como de atuação feminina; confirmam também a permanência de uma presença majoritariamente masculina em áreas tecnológicas, ainda com predominância numérica masculina.

Essa distribuição de gênero no ensino superior revela a continuidade de uma divisão sexual do trabalho, na qual o trabalho feminino tende a se concentrar em atividades de saúde, beleza, cuidado e ensino e, o masculino, em áreas tecnológicas, particularmente nas engenharias e computação.

Vale destacar ainda que, segundo o censo 2011 (BRASIL, 2013), existe equilíbrio entre as matrículas feminina e masculina (participação percentual próxima de 50%) nas seguintes áreas: **química e engenharia de processo, finanças, bancos, seguros, comércio e administração (cursos gerais), formação de professor de educação básica, história e arqueologia, direito, formação de professor de disciplinas profissionais, proteção ambiental (cursos gerais), química e marketing e publicidade**. Resultado que também aponta para atividades profissionais em que homens e mulheres participam quantitativamente de forma mais equilibrada.

Orsi (2012), a partir de relatório da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), reafirma os dados sobre uma maior participação feminina nos cursos superiores no Brasil, pois em 2010, 63% de todos os títulos acadêmicos de nível superior foram concedidos às mulheres;

elas são, todavia, maioria (de 52% a 77% do total de títulos) nas áreas de educação; humanidades e artes; saúde; ciências sociais, direito e administração e serviços. por outro lado, são minoria nos setores de engenharia, manufatura e construção (28%); ciência (38%); e agricultura (41%).

Embora a proporção de mulheres brasileiras com títulos acadêmicos de nível superior seja superior a de homens (12% ante 10%), ocorre uma inversão no mercado de trabalho, pois dentre as pessoas que atuam em funções de nível superior, 91% dos homens estão empregados, contra 81% das mulheres. Destaca-se que, de forma geral, a mulher brasileira com nível superior ganha, em média, apenas 61% do que ganha um homem com o mesmo nível de instrução (ORSI, 2012). Esses dados continuam revelando que exclusões e desigualdades ainda se fazem presentes no cotidiano das trabalhadoras brasileiras.

A escolarização, enquanto fator isolado, não tem o poder de eliminar as desigualdades de gênero, uma vez que isso exigiria ações que abarcassem outros âmbitos. A igualdade material entre homens e mulheres exige tanto políticas públicas de gênero em favor das mulheres com ações que contribuam para desconstruir estereótipos de gênero e alterem a divisão sexual dos processos de formação e do trabalho produtivo e reprodutivo. Políticas afirmativas de gênero revelam-se essenciais para acelerar a conquista da igualdade de gênero no mundo do trabalho, pois poderão proporcionar às mulheres igualdade de acesso às diversas profissões, igualdade de oportunidades para ascender profissionalmente e eliminar qualquer tipo de discriminação negativa no trabalho.

Não obstante, o investimento na formação das mulheres continua sendo um fator que contribui para alterações na di-

visão sexual do trabalho, já que permanece sendo condição *sine qua non* para a entrada em determinadas profissões. Essa educação, no entanto, não deve ser sexista ou marcada por qualquer tipo de preconceito ou discriminação negativa, pois a educação formal tanto pode contribuir para desconstruir quanto para reforçar estereótipos de gênero e a divisão sexual do trabalho.

A formação profissional é inegavelmente **generificada**, pois expressa relações presentes na sociedade e o fato de que gênero permeia todos os processos de socialização de um indivíduo. As brincadeiras masculinas e femininas que fazem parte dessa socialização tendem a contribuir para o desenvolvimento de aptidões e para a escolha profissional, pois grande parte dos brinquedos para meninas continuam sendo miniaturas de utensílios domésticos e bonecas, o que provavelmente as prepara e conduz para atividades do âmbito doméstico e do cuidado e contribui para naturalizar essas atividades para as mulheres. Já os meninos tendem a ter mais acesso a bonecos heróis, artefatos tecnológicos e miniaturas de meios de transporte (carros, aviões, barcos), preparando-os para atividades distintas das mulheres e mais associadas a espaços públicos. Deixar de marcar os brinquedos como masculinos e femininos e oferecê-los às crianças sem qualquer forma de preconceito poderá contribuir para que meninas e meninos se familiarizem tanto com aviões, computadores, barcos e máquinas quanto com bebês, fogões e panelas, colaborando para ampliar os limites da imaginação e o número de brincadeiras, para aumentar a interação entre as crianças e não limitar as possibilidades de construção de um futuro no qual as atividades sejam valorizadas a partir de parâmetros não-sexistas, não-homofóbicos, não-racistas, não-discriminatórios, ou seja, que possibilitem a

construção de uma sociedade na qual homens e mulheres possam ter direito à felicidade e possam se realizar profissional e humanamente, independente de sua preferência por aviões ou por fogões.

Assim, a compreensão dessa divisão depende de uma análise mais ampla e que envolve o processo de socialização das crianças e as relações de poder estabelecidas entre homens e mulheres. A análise sobre divisão sexual do trabalho, feita na primeira parte deste texto auxilia a compreensão da continuidade e permanência da desvalorização do trabalho feminino mesmo em setores em que claramente se verifica avanço nos processos de igualdade de gênero. A constante ampliação da escolaridade feminina tem contribuído para o avanço das mulheres nos diversos campos profissionais, mas esse fator não foi suficiente para a consolidação de um mercado de trabalho igualitário para as mulheres. Para isso é necessário alterar relações de poder, mudar percepções sobre homens e mulheres e eliminar todas as formas de preconceito e discriminação que ainda impedem a construção da igualdade.

A partir dessa discussão, verificamos que os obstáculos em uma carreira profissional feminina podem ser complexos e contínuos. Vencido o processo de formação, outros obstáculos deverão ser superados, e esse processo pode perdurar por toda uma vida. Lima (2013), a partir de pesquisa realizada com cientistas de diversas áreas, verificou que as barreiras para as mulheres estão dispostas ao longo da carreira e não apenas no **topo**; são complexas, pois múltiplas, diversas e não formais. Assim, a autora considera que, a partir do fenômeno **teto de cristal** pode-se ter a falsa ideia de que os obstáculos só existem no momento em que as mulheres desejam ascender na profissão, e propõe uma reflexão sobre as relações que

condicionam a baixa representação e visibilidade feminino no campo científico a partir da metáfora do **labirinto de cristal**. Para a autora, este conceito indica que os obstáculos encontrados pelas mulheres estão em toda a sua trajetória científica, pois um labirinto apresenta desafios e armadilhas. Embora concretos, seus obstáculos são transparentes como cristais, mas mesmo que passem despercebidos, irão influenciar os processos de escolha, desistência, ascensão ou estagnação na carreira, bem como influenciar o reconhecimento da atuação feminina e podem resultar em talentos femininos perdidos ou pouco aproveitados. A autora explorou três tipos de obstáculos desse labirinto:

a) o drible da dor, por meio de duas representações sociais: a de super-mulheres e a de inteligências descorporificadas; b) a presença dos sexismos automático e instrumental; e c) o conflito entre os discursos sobre “ser mulher” e “ser cientista” e seu consequente efeito Camille Claudel⁵ (LIMA, 2013, p. 886).

Para a autora, o drible da dor refere-se a manobras utilizadas pelas cientistas na recusa em perceber os obstáculos específicos do gênero, dispostos ao longo de suas carreiras. Já o sexismo automático opera segundo as representações sociais de mulher, construída na lógica heteronormativa de gênero, e

5 Para Lima (2013), são conflitos entre os valores exigidos para ser uma **boa cientista** e os requisitos considerados necessários para ser uma **boa mulher** dispostos nos discursos hegemônicos. Em relação ao **Efeito Camille Claudel**, a autora, inspirada em um filme sobre a biografia da escultora francesa, considerou as seguintes consequências possíveis: a) **carreiras encaixadas** (escolhas que objetivam manter relações amorosas/familiares em detrimento da carreira); b) possível ofuscamento da esposa em função da lógica de gênero; c) concorrência entre o casal.

sobre a definição acerca da imagem de cientista baseada na visão androcêntrica, marcando o sexo feminino como se fosse **fora de lugar** nas carreiras científicas e o sexismo instrumental, por sua vez, utiliza os valores de gênero dispostos na cultura como estratégia para garantir uma posição de poder ou destaque quando recursos legítimos, como competência técnica ou argumentação. No Labirinto operaria ainda os conflitos entre os valores exigidos para ser uma **boa cientista** e os requisitos considerados necessários para ser uma **boa mulher**, dispostos nos discursos hegemônicos (LIMA, 2013).

Não podemos deixar de considerar que os conceitos de ciência e tecnologia foram socialmente construídos, elaborados em relações de poder, que classificaram e hierarquizaram os conhecimentos, ditaram o que podia ou não ser considerado como científico e tecnológico e valorizaram os conhecimentos e as atividades de forma desigual – construção na qual estiveram presentes o gênero e as noções estreitas e binárias de homem e mulher. Schiebinger (2001) revela, por exemplo, que atividades desenvolvidas no lado privado da vida e associadas às mulheres não foram consideradas como científicas, dentre os quais a economia doméstica (administração e projeto da vida familiar) e enfermagem (cuidado e conforto diário de pacientes).

A classificação dos conhecimentos acabou por desprezar diversos conhecimentos produzidos pelas mulheres, o que influenciou os dados sobre a participação das mulheres na área científica e tecnológica. Quando se discute profissões científicas e tecnológicas, nem sempre se inclui a docência (em todos os níveis e modalidades), por exemplo. Todavia, essa atividade é essencial para a produção científica e tecnológica de qualquer país. Destacam-se, particularmente, os docentes do en-

sino superior que, além de formar profissionais para a ciência e a tecnologia, também desenvolvem atividades de pesquisa e desenvolvimento.

Embora a carreira docente no país seja fortemente associada ao feminino, destaca-se que a maioria dos professores do ensino superior são homens, pois, segundo Ristoff et al. (2007), em 2005, 55,7% (162.864) docentes desse nível de ensino eram homens. Vale destaca ainda que, segundo Luz (2009), quando se considera a física, a estatística e a matemática associadas ao campo científico e, as engenharias, ao tecnológico, as mulheres brasileiras têm uma maior participação nas ciências do que na tecnologia (Tabela 3).

Tabela 3 – Distribuição, por gênero, do número de empregos em carreiras científicas e tecnológicas: Brasil 2001 e 2006 (%)

Profissões	2001		2006	
	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino
Químico	45	55	43	57
Físico	38	62	34	66
Estatístico	51	49	56	44
Matemático	37	63	44	56
Engenheiro Civil e Arquiteto	22	78	–	–
Arquiteto	–	–	55	45
Engenheiro Civil e afins	–	–	17	83
Engenheiro Eletricista e Engenheiro Eletrônico	10,2	89,8	9,7	90,3
Engenheiro Mecânico	5,2	94,8	5,6	94,4

Fonte: Luz (2009)⁶.

⁶ Dados da Rais 2001 e 2006: Relação anual de informações sociais do Ministério do Trabalho e Emprego – Brasil (2016).

Quando comparados dados de 2001 e 2006, verifica-se que houve uma estagnação na ampliação da presença feminina na área tecnológica, particularmente nas engenharias, que ainda se configura como um campo de atuação profissional majoritariamente masculino. A engenharia mecânica é a que se apresenta com menor participação feminina, mantendo uma tradição histórica de campo de trabalho majoritariamente masculino.

Luz (2009), ao analisar a questão salarial desses profissionais, constatou que permanecem desigualdades salariais e desvantagens femininas, pois sempre um número maior de mulheres do que de homens recebe salários na menor faixa salarial – até 10 salários mínimos. Mesmo entre os matemáticos e estatísticos – profissões que apresentam uma distribuição mais equitativa de gênero, com participação feminina de 44% e 56%, respectivamente, ou aproximadamente 49% quando considerados em conjunto – a distribuição salarial permanece desigual, com um número maior de homens nas faixas salariais superiores, conforme se observa na Tabela 4.

Tabela 4 – Participação de homens e mulheres nas faixas salariais de profissionais científicos e tecnológicos – Brasil 2006 (%)

Profissão	Salários até 10 sm		Salários superiores a 10 sm	
	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens
Matemáticos, estatísticos e afins	60	44	40	56
Físicos, químicos e afins	54	36	46	64
Engenheiros, arquitetos e afins	51	35	49	65
Professores do ensino superior	85	71	15	29

Fonte: Luz (2009).

No que se refere à composição de gênero dos pesquisadores brasileiros, Rocha e Luz (2011) apresentam um estudo sobre a participação feminina nesse espaço, revelando que existe um aparente equilíbrio entre o número de homens e de mulheres (51,1% e 48,9%, respectivamente). Todavia, análise da divisão sexual revelou que a concentração de mulheres nas áreas de linguística, letras e artes (66,5%) e ciências da saúde (60,4%) e predomínio masculino na área de engenharias (72,7%), conforme Tabela 5:

Tabela 5 – Pesquisadores, distribuídos por sexo e área de conhecimento – Censo 2008

Área de Conhecimento	Mulheres	Homens	Total
Ciências Agrárias	4.633 (37,9%)	7.604 (62,1%)	12.237 (100%)
Grande área	7.120 (53,3%)	6.241 (46,7%)	13.361 (100%)
Ciências da Saúde	12.803 (60,4%)	8.394 (39,6%)	21.197 (100%)
Ciências Exatas e da Terra	3.989 (33,7%)	7.836 (66,3%)	11.825 (100%)
Ciências Humanas	13.675 (59,3%)	9.399 (40,7%)	23.074 (100%)
Ciências Sociais Aplicadas	6.878 (47,7%)	7.544 (52,3%)	14.422 (100%)
Engenharias	4.151 (27,3%)	11.046 (72,7%)	15.197 (100%)
Linguística, Letras e Artes	4.413 (66,5%)	2.227 (33,5%)	6.640 (100%)
TOTAL	57.662 (48,9%)	60.291 (51,1%)	117.953 (100%)

Fonte: Rocha e Luz (2011).

As autoras verificaram ainda que os homens são sempre maioria quando se trata de condição de **líder** do grupo de pesquisa, evidenciando que, embora a distribuição de homens e mulheres em grupos de pesquisa possa parecer equilibrada, isso não se reflete na condição de liderança dos grupos de pesquisa (33% de homens e 27% das mulheres estavam na condição de líder em 2008).

Essa mesma realidade foi constatada em pesquisa realizada por Muzi (2011), em pesquisa realizada na Universidade Tecnológica Federal do Paraná – instituição centenária, localizada no Sul do País. Segundo a autora, dos 75 grupos registrados no CNPq, 40% (28 grupos) eram liderados por mulheres (liderança individual ou compartilhada), dentre os quais 54% (15 grupos) eram liderados exclusivamente por mulheres e 46% (13 grupos) a liderança é compartilhada com um homem (13). Destaca-se que os grupos com liderança exclusivamente feminina estavam concentrados nas ciências sociais aplicadas (33%) e em menor presença nas ciências biológicas e da saúde (7%).

Esses dados apontam que, apesar dos tetos e labirintos de cristal, a participação das mulheres nas ciências se ampliou e que a história da C&T hoje é feita com a contribuição de homens e mulheres. Esse processo ainda em curso, todavia, exige que avancemos na escolarização feminina e na continuidade das lutas que visem eliminar as desigualdades de gênero nos ambientes de trabalho e a desconstrução da divisão sexual do trabalho. Nessa discussão, a re(elaboração) dos conceitos de ciência e tecnologia revela-se essencial. Tetos, labirintos, escadas, assoalhos, continuam a desafiar as mulheres que os têm enfrentado e revelado que, apesar dos

obstáculos, ciência e tecnologia são, sim, espaço para as mulheres, o que tem ajudado a desbravar caminhos para que as novas gerações se interessem mais por ciência e tecnologia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A divisão sexual do trabalho, ao hierarquizar e atribuir maior valor às atividades **masculinas**, contribui para que algumas profissões, ao serem feminizadas, sofram desvalorização. Por outro lado, é possível discutir em que medida uma profissão, ao se feminizar, se desvaloriza ou se a sua desvalorização acarreta a sua feminização e **para quê e para quem** serve essa desvalorização?

A desconstrução de uma divisão sexual do trabalho, tanto no que se refere à separação fixa e imutável de atividades masculinas e femininas, quanto no que se refere a diferente valorização dessas atividades, pode contribuir para a construção da equidade de gênero e valorização das atividades de homens e mulheres, bem como contribuir para uma maior participação das mulheres em profissões consideradas masculinas e dos homens em atividades percebidas como femininas.

O estímulo para que ocorra alterações na divisão sexual do trabalho é desafiador e exigirá a participação de homens e mulheres na derrubada de muros/tetos/paredes de vidro, na busca de saídas dos labirintos de cristais e soluções para que as escadas e pisos nos quais trafegam as mulheres seja possível ascender sem dificuldades e um andar com os pés livres para escolher os caminhos, ou seja, vencer as inúmeras barreiras que inviabilizam a construção da equidade de gênero

no mundo do trabalho deve ser uma atividade coletiva, pois o seu fim beneficiará a todos e não somente as mulheres.

Nessa mesma construção, é essencial que ocorra a eliminação de qualquer forma de **desvalor** das atividades femininas e que consideremos a reflexão apresentada por Citelli (2005) que, diferente do que se pode sugerir, a polêmica não reside na injustiça contra as mulheres em não participar da C&T, menos ainda, no direito que estas têm à prática científica, mas, sobretudo, nos benefícios que a incorporação das mulheres pode trazer à essas áreas, pois a baixa representação feminina ameaça esses conhecimentos, sobretudo, pela perda de talentos e de genialidade da metade da população.

Destacamos, finalmente, que os inúmeros avanços na participação feminina em diversas profissões e particularmente nas carreiras científicas e tecnológicas resultam em benefícios sociais e econômicos para toda uma nação que, gradativamente, vem conquistando a igualdade e já começa a usufruir de seus efeitos. Não obstante, a efetivação dessa conquista continua dependendo de processos de socialização igualitários e solidários e de políticas públicas que visem eliminar desigualdades, acelerar a igualdade de gênero e que não fortaleçam processos que legitimem o **Efeito Mateus**, mas que caminhem para a eliminação do **Efeito Matilda** e para a consolidação de práticas educacionais e de trabalho sem qualquer tipo de discriminação negativa e que, em um futuro próximo, tampouco necessitem de discriminações positivas.

Se são inegáveis as conquistas femininas, também é inegável a necessidade de se continuar enfrentando os obstáculos para eliminar preconceitos e transformar as relações de gênero no sentido da concretização da igualdade.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Diretoria de Estatísticas Educacionais. **Censo da educação superior 2011**: resumo técnico. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2013. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/download/superior/censo/2011/resumo_tecnico_censo_educacao_superior_2011.pdf>. Acesso em: 27 set. 2016.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Direitos do(a) empregado(a) doméstico(a)**. Disponível em: <http://www3.mte.gov.br/trab_domestico/trab_domestico_direitos.asp>. Acesso em: 21 set. 2016.

BRUSCHINI, Cristina. Gênero e trabalho no Brasil: novas conquistas ou persistência da discriminação? In: ROCHA, Maria Isabel Baltar da (Org.). **Trabalho e gênero**: mudanças, permanências e desafios. São Paulo: Editora 34, 2000. p. 13-58

CITELLI, Maria Teresa. Laboratório de preconceitos. In: **O estado de São Paulo**: Jornal da Ciência, 31 de jan. de 2005.

HIRATA, Helena. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Revista Tecnologia e Sociedade**, Curitiba, v. 6, n. 11, p. 1-7, 2010. Disponível em: <<https://periodicos.utfpr.edu.br/rts/article/view/2557/1661>>. Acesso em: 21 set. 2016.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Daniele. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 37, n. 132, p. 595-609, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0100-15742007000300005&lng=en&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 21 set. 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Mulher no mercado de trabalho**: perguntas e respostas. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme_nova/Mulher_Mercado_Trabalho_Perg_Resp_2012.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2014.

KOVALESKI, Nadia Veronique Jourda. **Relações de gênero entre docentes dos Programas de Pós-Graduação da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR) e da Universidade Tecnológica de Compiègne (UTC-França)**: um estudo comparativo das carreiras de homens e mulheres. 2013. 255 f. Tese (Doutorado em Tecnologia) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2013. Disponível em: <http://repositorio.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/709/1/CT_PPGTE%20D_Kovaleski,%20Nadia%20Veronique%20Jourda_2013.pdf>. Acesso em: 14 jun. 2014.

KYMLICKA, Will. **Filosofia política contemporânea**: uma introdução. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

LIMA, Betina Stefanello. O labirinto de cristal: as trajetórias das cientistas na física. **Revista Estudos Feministas**, United States, v. 21, n. 3, p. 883-903, 2013. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/24328067?seq=1#page_scan_tab_contents>. Acesso em: 21 set. 2014.

LUZ, Nanci Stancki da. Divisão sexual do trabalho e profissões científicas e tecnológicas no Brasil. In: LUZ, Nanci Stancki da; CARVALHO, Marília Gomes; CASAGRANDE, Lindamir (Org.). **Construindo a igualdade na diversidade**: gênero e sexualidade na escola. Curitiba: Editora UTFPR, 2009. p. 151-170.

MERTON, R. K. The Matthew effect in science. **Science**, v. 159, n. 3810, p. 56-63, 1968. Disponível em: <<http://www.garfield.library.upenn.edu/merton/matthew1.pdf>>. Acesso em: 22 set. 2016.

MUZI, Joyce Luciane Correia. **De escola de aprendizes à universidade tecnológica**: desvelando a participação das mulheres na história de uma instituição de educação profissional. 2011. 236 f. Dissertação (Mestrado em Tecnologia) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2011. Disponível em: <http://files.dirppg.ct.utfpr.edu.br/ppgte/dissertacoes/2011/ppgte_dissertacao_341_2011.pdf>. Acesso em: 21 set. 2016.

ORSI, Carlos. Mulheres são maioria com nível superior, mas homens dominam mercado de trabalho **Revista Ensino Superior**, Campinas,

11 set. 2012. Disponível em <<https://www.revistaensinosuperior.gr.unicamp.br/notas/mulheres-sao-maioria-com-nivel-superior-mas-homens-dominam-mercado-de-trabalho>>. Acesso em: 20 nov. 2012.

RISTOFF, Dilvo et al. (Org.). **A mulher na educação superior brasileira: 1991-2005**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2007. Disponível em <<http://www.publicacoes.inep.gov.br/portal/download/921>>. Acesso em: 27 set. 2016.

ROCHA, Cristina Tavares da Costa; LUZ, Nanci Stancki da. Gênero, ciência e tecnologia: avanços e desafios. In: CASAGRANDE, Lindamir; LUZ, Nanci Stancki da; CARVALHO, Marília Gomes (Org.). **Igualdade na diversidade: enfrentando o sexismo e a homofobia**. Curitiba: Editora UTFPR, 2011. p. 143-166.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Se Deus fosse um ativista dos direitos humanos**. Coimbra: Editora Almedina, 2013.

SCHIEBINGER, Londa. **O feminismo mudou a ciência?** São Paulo: EDUSC, 2001.

SILVA, Nanci Stancki. **Reestruturação produtiva e gênero: um estudo de caso em duas empresas de linha branca**. 2005. 186 f. Tese (Doutorado em Política Científica e Tecnológica) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?view=vtls000375653>>. Acesso em: 22 set. 2016.

VIANNA, Cláudia Pereira. O sexo e o gênero da docência. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 17/18, p. 81-103, 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cpa/n17-18/n17a03.pdf>>. Acesso em: 22 set. 2016.

CIÊNCIA E TECNOLOGIA NO BRASIL: ESCOLHAS GENERIFICADAS?

Joyce Luciane Correia Muzi
Nanci Stancki da Luz

INTRODUÇÃO

Entender o lugar e as formas de participação das mulheres no campo da ciência e da tecnologia (C&T), espaços ocupados predominantemente por homens, é de extrema importância, pois contribuirá para uma visão mais ampla dessa área, bem como ajudará a recuperar uma história que se pressupõe quase inexistente, porque pouco contada, mas que, se resgatada, pode favorecer e estimular uma maior participação feminina na C&T e contribuir para a luta pela igualdade de gênero e pela maior inserção das mulheres em áreas construídas historicamente como sendo de predomínio masculino.

Embora a história da ciência não tenha feito questão de destacar a participação das mulheres, os movimentos feministas possibilitaram que essa história fosse recontada e, agora, com a participação de homens e mulheres. Esses movimentos permitiram ainda que cada dia mais mulheres tivessem autonomia nas suas escolhas profissionais e se aproximassem mais de pesquisa e de áreas que se constituíram com

predominância masculina, dentre as quais a engenharia, a matemática, a física e a química.

Quando se questiona o porquê desse tipo de discussão, cabe lembrar que nos interessa discutir a questão do sujeito da ciência. Discursivamente se postulou, ao longo de centenas de anos, um sujeito universal – o homem branco – e se negou às mulheres e a outros grupos sociais o direito de fazer ciência (LIRES; ANGÓS; PAIRÓ, 2003).

Esta concepção durante anos foi alimentada no imaginário social, até que foi possível a desmistificação dessa ciência, bem como do que se entende por tecnologia (GORZ, 1979). Prevalcia uma representação que se fixou para atender aos interesses de um grupo específico que dominava o campo e do qual as mulheres não faziam parte. Representações sociais funcionam exatamente dessa maneira: segundo Cruz (2007, p. 22), são imagens “construídas e reforçadas na interação com os outros. São constituídas de um núcleo central, resistente às mudanças, e de uma periferia, que protege o núcleo central”. Nesses termos temos uma representação do que seja fazer ciência e tecnologia e uma representação do que seja um cientista/pesquisador, ambas construídas e reforçadas por toda uma comunidade que se empenha em ratificar seus **ideais**.

Aquela imagem, portanto, do homem branco, já apresentando uma certa idade, de jaleco branco, é sinônimo do fazer científico; este tipo de discurso não apenas não é útil para as mulheres e outros segmentos subordinados, como alimenta e reforça as hierarquias sociais (SARDENBERG, 2007).

Devemos considerar que houve tanto uma histórica minimização da contribuição feminina para a ciência como uma exclusão das mulheres desse campo de conhecimento,

pois, durante séculos, as mulheres tiveram menor acesso aos processos formais de educação que possibilitavam a preparação para as atividades científicas e tecnológicas. E, mesmo em período recente, nos casos em que se verifica uma suposta igualdade de acesso em cursos nas áreas de C&T, a participação feminina nas carreiras científicas não ocorre de forma igualitária, pois fatores como a divisão sexual do trabalho, segregações e discriminações de gênero permanecem sendo fatores que interferem nas carreiras femininas, inclusive nos processos de escolhas profissionais por parte das mulheres.

Vale destacar que, apesar de todo avanço feminino no campo laboral e educacional, o senso comum, de acordo com Rapkiewicz (1998), ainda atribui às mulheres uma certa incompetência no campo científico e tecnológico, domínios considerados como coisas de homem, o que influencia escolhas e alimenta discriminações.

O prejuízo dessa **exclusão** feminina não foi apenas para as mulheres, mas sobretudo para a produção/concepção dos saberes, inclusive para suas formas de desenvolvimento, de uso e aproveitamento social. Questões como o que pesquisar, como interpretar os resultados, como realizar a investigação, para quem se destinariam os resultados da pesquisa, que tecnologias usar ou produzir não sofriam (ou sofrem) intervenção de diferentes sujeitos e suas especificidades. Estas decisões cabiam (ou cabem) unicamente aos homens cientistas ou aos que, de alguma forma, financiavam a ciência. Se fosse mantido esse reduto masculino, algumas questões dificilmente seriam pesquisadas ou mesmo percebidas como problemas de investigação. A pergunta a ser feita é: como encaixar necessidades, problemas e interesses **femininos** nas pesquisas se as mulheres estavam praticamente invisíveis para a história?

Assim, a discussão apresentada neste texto diz respeito a não neutralidade e aos interesses da C&T, assumindo a impossibilidade de se conceber os fazeres científicos como neutros, uma vez que são atividades intencionais e que visam interesses, o que nos permite dizer que C&T, assim como a comunidade científica, têm gênero. Importante lembrar que, ainda que se tenha construído uma ciência (e uma tecnologia) como campos de atuação predominantemente masculinos, sempre houve participação feminina, mesmo que esta tenha sido historicamente apagada e intencionalmente esquecida. Com objetivo de democratizar o acesso e estimular uma maior participação das mulheres nesses campos de saber, consideramos relevante que se compreenda qual foi o espaço ocupado pelas mulheres e que alterações elas trouxeram para o fazer científico e mesmo para a compreensão do que é ciência.

CIÊNCIA E TECNOLOGIA: DESVELANDO A PARTICIPAÇÃO FEMININA

A partir do empenho dos movimentos feministas para recuperar a história das mulheres e questionar o androcentrismo vigente na sociedade, houve o questionamento da ausência feminina nas ciências e do próprio conteúdo do conhecimento científico:

Os enfoques de gênero emergentes na “segunda onda” do feminismo dos anos 60 aos 80 partiam da denúncia da escassez de mulheres nas ciências, para logo se deter no caráter androcêntrico do conteúdo das ciências e no viés sexista da linguagem. Estes enfoques se orientavam deste modo até uma revisão profunda das relações entre ciência e sociedade: “Já não se trata unicamente de reformar as

instituições e de alfabetizar em ciência e tecnologia as mulheres, mas de reformar a própria ciência” (GONZÁLEZ GARCÍA, 1999, apud GRAÑA, 2016, p. 13, tradução nossa).

Para a autora, não foram suficientes as reformas que abriram as portas das instituições tradicionais como a universidade ou que reformularam os currículos com vistas a uma alfabetização em C&T, sendo necessária uma reforma na própria concepção de C&T, pois esse campo carrega em sua essência valores como a racionalidade, a objetividade, a imparcialidade, considerados como características essenciais ao fazer científico e tecnológico e atribuídas ao masculino. Essa percepção contribuiu para afastar as mulheres destas áreas, pois a elas foram atribuídas características como emotividade e subjetividade, tidas como opostas às pretendidas para essas áreas.

A ciência, controlada por poucos e controladora de saberes, hierarquizada e masculinizada, acabou por **permitir** a entrada de mulheres que, apesar das dificuldades impostas, se destacaram; delas, por outro lado, foi exigido que se **adaptassem** à forma de fazer científico historicamente construído e que se identificava com o que se percebia como masculino. E muitas o fizeram. Schiebinger (2001, p. 156) afirma que “algumas mulheres não apenas negaram sua feminilidade para trabalharem como cientistas sérias como obscureceram completamente seu sexo”. Forjar a masculinidade foi uma prática usada pelas mulheres em muitas áreas do conhecimento durante o século XIX.

Outra exigência da ciência moderna era quanto à vida solitária que deveriam levar os/as cientistas: as universidades se tornariam um espaço no qual era desejável o celibato:

Professores em Oxford e Cambridge, por exemplo, não podiam casar; mais tarde, no século XIX, o celibato ainda era requerido. Não faz muito tempo havia um historiador da Ciência em Harvard que ofereceu a seguinte receita para uma grande Ciência: seja um gênio, durma pouco e não pratique sexo (SCHIEBINGER, 2001, p. 185).

Essa exigência passaria a marcar mais a vida das mulheres do que a dos homens. Schiebinger (2001) destaca que até o início do século XX, em algumas universidades norte-americanas, havia a exigência de que as mulheres permanecessem solteiras, para não ferir o caráter quase religioso do dedicar-se à ciência; para os homens, por outro lado, era inclusive preferível que se casassem para não ameaçar as alunas com algum tipo de assédio.

Vale destacar que a presença feminina alterou um saber que se autodenominava universal, mas que, no entanto, revelava-se unilateral, segregador e dominador. Tais alterações ocorreram em processos de resistência e subversão. Para Lopes (1998, p. 358), “a Ciência, que não é unívoca, não é só legitimadora da dominação, mas é também um recurso para os que resistem”. Ser mulher cientista foi uma forma de resistir ao domínio masculino e de subverter uma divisão sexual do trabalho imposta às mulheres.

Nesse viés, podemos dizer, baseadas em Haraway (1995), que o campo científico esteve interessado em manter dominados saberes sob um único viés – o da universalidade. O saber científico/tecnológico, portanto, deve ser problematizado para não se tornar uma ferramenta de opressão, que esconde, encobre e exclui uma grande massa de dominados e, se assim for consolidado, perdem os **excluídos** desse saber, mas sobretudo perde esse saber que deixa de receber uma multiplicida-

de de olhares, pela qual se poderia trazer novas percepções aos conhecimentos produzidos (LÖWY, 2000).

Para Löwy (2000), a opressão carrega escolhas. Uma delas é a da assimilação, que pode ser exemplificada no caso de mulheres que **tentam** ser atuantes assim como os **homens de ciências**. Para participar do campo científico, conforme supracitado, algumas mulheres escolheram assumir características que historicamente foram atribuídas aos homens – as mesmas que permitem a eles participarem do campo. E para se fazerem passar por **homens**, elas deixaram de ser femininas, o que representava uma violência, uma automutilação com cicatrizes que as acompanhariam por toda a vida.

A outra escolha é optar pela **manutenção na condição da marginalidade**, lugar do qual é possível ver e posicionar-se como dominado, podendo esta ser classificada como uma posição privilegiada, ficando alheia das decisões, porém também dos conflitos. E, uma terceira possibilidade seria aquela em que não se entende a posição dos dominados como inferior, mas como uma outra escolha possível. Querer estar dominado não significaria ser inferior e, por extensão, estar na posição dos dominantes, tampouco significaria ser superior – ambos são diferentes (LÖWY, 2000).

Löwy (2000) acredita que os estudos de gênero, ao proporem a substituição de um universal que se mostra abstrato por um universal concreto, no qual são valorizadas as singularidades, possibilitam também a outros grupos marginalizados que tenham voz e chance de expressar seus pontos de vista, instituindo a multiplicidade de olhares que, ao contrário do que muitos pensariam, ao invés de desprestígio, traria mais **valor** e qualidade aos conhecimentos produzidos.

A autora propõe que seja abandonada a definição de universalidade e que passemos a concebê-la como algo mais amplo, em que vários pontos de vista sejam considerados. Ela propõe também e, principalmente, a opção por práticas e conhecimentos situados, que reflitam a posição de pessoas e necessidades reais, como uma alternativa ao perigo do totalitarismo e do relativismo. A **ciência situada**, para a autora, poderia abrir caminho para que a ciência passasse a usar outra definição para objetividade e universalidade, incluindo perspectivas outrora desprezadas, como a paixão, crítica, contestação, solidariedade, responsabilidade – características do subjetivo que muito poderiam acrescentar à ciência (LÖWY, 2000).

Nessa perspectiva, consideramos que, a partir de uma maior participação feminina na C&T, novas perspectivas seriam inseridas nesses campos de conhecimento, pois a mulher, construída socialmente e considerada em toda a sua diversidade e formas de expressão, ao ser excluída do campo científico, também tem seus saberes excluídos.

Embora seja relevante a compreensão dos motivos da permanência da sub-representação feminina em determinadas áreas – informática, engenharia, etc. – e que estatísticas desagregadas por sexo/gênero já possibilitem analisar a distribuição quantitativa da participação feminina em determinadas áreas, nem sempre esses dados possibilitam compreender a situação das mulheres, exigindo pesquisas qualitativas para desvelar os mecanismos que ainda dão vida aos processos de segregação e de formas de divisão sexual do trabalho presentes nas atividades científicas.

A comparação de dados de diferentes países ainda continua um desafio, pois, de acordo com Estébanez (2003), não

se desenvolveu ainda um sistema harmonizado que permita essa comparação, que se configure como item fundamental para a análise e diagnóstico apropriados e para a definição de ações que visem eliminar desigualdades e que evitem a perda de talentos.

Cabe lembrar que o interesse em torno da questão do pequeno número de mulheres na C&T teve início a partir dos anos de 1960, no âmbito dos estudos da sociologia e da história da ciência, o que ocorreu a partir de uma perspectiva feminista. Esta preocupação pelos estudos sobre a participação das mulheres nestas áreas ocorreu basicamente sob duas linhas de pesquisas na maioria dos países: a relação mulher e educação superior e o status social da mulher em C&T. Estas linhas contribuíram para que se verificasse que as relações de poder na sociedade se reproduzem dentro das comunidades de produção de conhecimento.

Estudos apontaram para a exclusão das mulheres dos canais de comunicação informal e de interação acadêmica e para o fenômeno de não socialização das informações relevantes para a comunidade, o que mantinha as mulheres alheias a dados exclusivamente intercambiados entre os homens (TABAK, 2002).

Cruz (2007) e Schiebinger (2001) relatam que, desde a Antiguidade, houve contribuição das mulheres à ciência. Existem registros de que Christine de Pizan teria sido a primeira mulher a viver de seu trabalho; já em 1405 ela se questionava a respeito das contribuições das mulheres às artes e ciências. Segundo Schiebinger (2001), a obra mais sólida sobre mulheres e ciência é de autoria de um padre, Mozans (1913): *Women in Science*. A partir dela, o tema foi sendo explorado meio que

timidamente até mais da metade do século passado, quando os movimentos sociais impulsionaram as pesquisas sobre a história das mulheres.

Além de Mozans (1913), diversos enciclopedistas trouxeram a público nomes de mulheres que se destacaram no campo científico desafiando as convenções (SCHIEBINGER, 2001). Como são poucas as que tiveram tal ousadia, questionamo-nos frequentemente: onde estão as mulheres? Por que são tão poucas?

Nessa perspectiva, destacamos Rossi como pioneira na discussão da presença das mulheres em carreiras científico-tecnológicas. Seu texto *Women in science: why so few?: Social and psychological influences restrict womens's choice and pursuit of careers in science*, publicado na revista *Science*, em 28 de maio de 1965, é considerado um marco no campo de gênero e ciência, por questionar justamente o pequeno número de mulheres na ciência.

Rossi atentou para a questão nas décadas de 1950 e 1960 e concluiu que o baixo número de mulheres nas engenharias e em algumas áreas das ciências naturais estava associado a aspectos que passam pelo social e pelo psicológico:

a prioridade do casamento e da maternidade diante da escolha profissional; a influência dos pais na escolha da carreira de seus filhos, determinando o que devem ser atitudes e comportamentos “femininos” e “masculinos”, e incompatibilidades ou diferenças de cunho biológico e/ou social entre homens e mulheres, tal como nas habilidades cognitivas, na questão da independência, de persistência e do distanciamento do convívio social (LETA, 2003, p. 272).

Com o mesmo intuito, décadas mais tarde, a psicóloga e linguista norte-americana Valian (1998) publicou *Why so slow? The advancement of women*, questionando a lentidão do processo de engendramento da categoria gênero no campo da ciência.

Evelyn Fox Keller¹ também merece destaque, pois teve importante papel no âmbito internacional por relacionar a questão de gênero com a ciência, ao escrever em 1978 um de seus primeiros artigos sobre gênero e ciência, que culminou com o livro *Reflexões sobre gênero e ciência*². A cientista escreveu também a biografia de Barbara McClintock, famosa geneticista que, tardiamente, seria laureada com um Prêmio Nobel.

A respeito da trajetória de Barbara McClintock, Lopes (1998) a descreve como todas as outras mulheres cientistas, ou seja, não agia diferente dos outros membros da comunidade científica que acreditavam cegamente que essa é neutra e objetiva. Citeli (2001), por sua vez, destaca a cientista como visionária e como uma mulher que se negou a seguir uma carreira tipicamente feminina – atuando como enfermeira ou auxiliar. Vale destacar que, diferente do que ocorreu com homens de destaque na ciência em sua geração, seu reconhecimento foi tardio, rendendo-lhe um Prêmio Nobel somente em 1983.

1 Nascida em 1936 nos Estados Unidos, é professora do Departamento de História e Filosofia da Ciência do Massachusetts Institute of Technology. Em suas pesquisas Evelyn Fox Keller buscou o que ela chamou de uma ciência melhor: “Em particular, procurei compreender a gênese da divisão sexual e emocional do trabalho, tão conspicuamente dominante em minha própria geração, que rotulava mente, razão e objetividade como masculinas, e coração (e corpo), sentimento e subjetividade como femininos e que, portanto, estão subjacentes à exclusão das mulheres do empreendimento científico” (KELLER, 2006, p. 15).

2 O título original é *Reflections on gender and science*, pela Yale Station New Haven, CT, em 1985.

Para Tabak (2002), o debate sobre a participação feminina em carreiras científico-tecnológicas foi se intensificando a partir da década de 1970 e teve seu ápice na *IV Conferência Mundial sobre a Mulher*, em Beijing, no ano de 1995. As décadas que se seguiram, graças aos movimentos feministas, à inserção de mais mulheres nas universidades e ao interesse por promover debates e fomentar investigações a este respeito, foram de extrema importância para as causas das mulheres, especialmente no combate à extinção de estereótipos sexuais na educação que contribuíam para reproduzir as desigualdades de gênero.

Destaca-se que a questão que Alice Rossi nos apresentou na década de 1960 permaneceu, nas décadas seguintes, norteando estudos e discussões de encontros e reuniões: “por que tão poucas mulheres se interessam por seguir carreira em C&T?”. Além dos movimentos feministas, outros organismos se deram conta de que alcançar a equidade de gênero seria um fator determinante para o desenvolvimento socioeconômico do país (CEPAL, 1991 apud TABAK, 2002).

As mulheres, que representam aproximadamente metade da população, não poderiam deixar de participar desse processo de desenvolvimento, sob pena de acarretar atrasos sociais, econômicos, políticos, ambientais e, conseqüentemente, a continuidade de desigualdades que afetam não só as mulheres, mas toda a população e o próprio planeta. A sensibilização de governos e organismos internacionais – grande parte resultado das lutas das mulheres – para a importância da escolarização e profissionalização feminina e de outros direitos das mulheres acarretou inúmeros avanços no sentido da consolidação da igualdade de gênero.

No entanto, os avanços quanto ao acesso à educação feminina não ocorreram na mesma proporção nos cursos considerados científicos e tecnológicos. As mulheres ainda predominam em cursos e carreiras ditas **femininas** – áreas de saúde e educação, por exemplo. Não obstante serem a maioria, não se pode dizer que nestas as mulheres tiveram acesso aos cargos de mando de forma igualitária aos homens, haja vista que o fenômeno **teto de vidro**³ permanece presente e atuante na vida dessas profissionais, contribuindo para que estas permaneçam mais na execução das atividades e menos nos postos de decisão.

Já na década de 1990, período posterior ao momento de discussão sobre a influência do gênero do pesquisador/a no conteúdo da ciência (década de 1980), outra questão permeou os estudos sobre o fazer científico pelas mulheres: as mulheres fazem ciência de modo diferente? Além de escolher outros temas a serem pesquisados, as mulheres encaminham as suas pesquisas de forma distinta dos homens?

Havia um receio por parte da comunidade científica de que o gênero do pesquisador influenciasse negativamente no fazer científico e depusesse contra as características tão prezas pelas cientistas homens. Em relação a isso, pode-se dizer que houve um movimento no sentido de fazer essa comunidade entender que existem métodos alternativos de conduzir pesquisa. Nessa perspectiva, a incorporação de “uma consciência crítica de gênero na formação básica de jovens cientis-

3 Conhecido como fenômeno glass ceiling, “teto de vidro” ou “teto de cristal”, afeta reconhecidamente as mulheres e se caracteriza como sendo um fenômeno que as impede de aceder aos postos mais altos nas organizações. Segundo Carvalho (2008, p. 133) “as mulheres se desenvolvem profissionalmente até um certo ponto em suas carreiras e depois estacionam, sem chegarem aos postos que representem possibilidades de tomada de decisões”.

tas e no mundo rotineiro da Ciência” (SCHIEBINGER, 2001, p. 31) poderia sim contribuir para ampliar a participação das mulheres nas diversas áreas de conhecimento, ampliar os conteúdos das pesquisas e modificar as formas de pesquisar, modificando o domínio masculino do campo e trazendo para as investigações perspectivas de gênero.

Vale destacar a preocupação de Schiebinger (2001) acerca das mudanças que deverão ocorrer na cultura de determinada sociedade para que as mulheres possam se tornar iguais na ciência e, acrescentamos, nas áreas tecnológicas, o que implica dizer que não bastaria sua entrada, mas uma alteração dos campos historicamente construídos sobre bases androcêntricas. Além disso, a autora cita a necessidade de conscientização das próprias mulheres a respeito das questões de gênero, não sendo suficiente, portanto, o aumento numérico, mas a maior consciência pela maioria das questões pertinentes à sua entrada, permanência, exclusão, enfim, todas as nuances que permeiam as relações entre os gêneros.

É necessário, no entanto, que se tenha claro que mudanças nesse sentido não são fáceis, tampouco rápidas:

Porque a ciência moderna é um produto de centenas de anos de exclusão das mulheres, o processo de trazer mulheres para a Ciência exigiu, e vai continuar a exigir, profundas mudanças estruturais na [e da] cultura, métodos e conteúdo da Ciência. Não se deve esperar que as mulheres alegremente tenham êxito num empreendimento que em suas origens foi estruturado para excluí-las (SCHIEBINGER, 2001, p. 37).

Nesse sentido, o esforço para tentar minimizar a baixa participação feminina em C&T tenta trazer à discussão que,

“embora não exista discriminação formal ao acesso das mulheres à comunidade científica” (TABAK, 2002, p. 29), ela segue acontecendo, já que vemos as mulheres seguindo carreiras tradicionalmente **femininas** e uma baixa participação na produção de C&T.

Tabak atenta para o fato de que, em países como Bolívia, Chile e Colômbia, os números relativos à participação feminina são muito parecidos e ilustram a dificuldade que muitas mulheres encontram para ingressar e/ou se manter ativas. A autora relata ainda que mulheres que participaram de uma mesa-redonda promovida pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e pela Federação Internacional de Mulheres Universitárias em Lisboa, em 1985, identificaram duas causas que dificultam uma maior participação das mulheres em C&T: institucional – as instituições não favorecem a mulher, e psicológica – as próprias mulheres não se sentem capazes de avançar profissionalmente (TABAK, 2002).

Entende-se que o avanço nos números relativos ao ensino superior possibilita uma extensão aos níveis de atuação das mulheres na ciência, elevando numérica e qualitativamente. Ainda assim, destacamos que aceitar a baixa participação das mulheres em algumas áreas da ciência e da tecnologia é também restringir o poder das mulheres sobre questões que lhes dizem respeito, e isso é problemático já que se sabe que as mulheres representam parte significativa dos que são afetados pelas descobertas científicas. Além disso, restringi-las a alguns campos do conhecimento acaba por contribuir para a segregação das mulheres e a manutenção de uma histórica divisão sexual do trabalho.

A HISTÓRIA DA CIÊNCIA NO BRASIL: AS INSTITUIÇÕES E AS PRÁTICAS REPRODUZIDAS

Interessa-nos recuperar parte da história do desenvolvimento científico no Brasil, para, na sequência, refletir sobre a participação das mulheres na ciência, seja de maneira sistemática e institucional ou a partir de uma perspectiva militante.

Embora Dantes (1995) identifique atividade científica em território brasileiro desde o período colonial, foi somente no século XVIII que surgiram os primeiros espaços institucionais para estudos científicos, como a Academia Científica do Rio de Janeiro, criada em 1772. Uma história da ciência brasileira propriamente dita teria se iniciado com a transferência da Corte para o Rio de Janeiro, no início do século XIX, sob a influência dos ideais iluministas.

Iniciativas locais por projetos sociais foram as responsáveis pela implantação da atividade científica no Brasil, que, segundo a autora, teve influência direta dos estudos franceses. Após o declínio da ciência francesa em relação à alemã, outra importante referência à época, o Brasil vai se interessar por esta última, configurando uma dinâmica de **importação de modelos institucionais**, com vistas a buscar uma identidade de produção científica (DANTES, 1995).

Stepan (1976, p. 40) explica que “pouco havia na sociedade brasileira para encorajar o estudo desinteressado da Ciência ou o desenvolvimento da Ciência e tecnologia aplicadas antes das últimas décadas do Século XIX”, acrescentando ainda que o não desenvolvimento foi devido ao pouco valor ao estudo da ciência e ao atraso na industrialização.

O Brasil só alcançou algum destaque na ciência ocidental no início do século XX. Stepan (1976, p. 19) considera que o Brasil, enquanto país em desenvolvimento, estava alheio à “república da Ciência”⁴ que se consolidava na Europa Ocidental, no que se refere à produção; nosso país “foi realmente um ‘consumidor’ das ideias europeias, da Ciência europeia e da tecnologia europeia desde o começo da sua história”⁵ (STEPAN, 1976, p. 19). Será somente com o Instituto Oswaldo Cruz, criado e consolidado no início do século XX, que teremos o início da ciência reconhecida e premiada no Brasil.

Alguns/mas autores/as falam de atraso na ciência, atribuído à condição subordinada da colônia à metrópole portuguesa, que impôs àquela uma condição propícia à exploração econômica (GARCIA et al., 1979). Para Fernandes (1990), a ciência brasileira teria sido institucionalizada nos anos de 1930 com a criação da Universidade de São Paulo, na qual se contou com a cooperação de cientistas estrangeiros.

Entende-se, portanto, que até a instalação de perspectivas econômicas e políticas que apontavam para uma industrialização no Brasil nas primeiras décadas do século XX, não se pensou em produção científica, considerando inclusive a criação das primeiras universidades em polos de possível desenvolvimento no país.

Ainda assim, Stepan (1976) cita que Orville Derby aponta um fato como o **despertar para a importância da pesquisa**

4 Na **república da Ciência**, “uma república semiautônoma com sua própria autoridade científica” (STEPAN, 1976, p. 17), atuam, concomitantemente, laboratórios e institutos de pesquisas, universidades, bibliotecas especializadas, a indústria, as redes de comunicação nacional e internacionais e as revistas científicas.

5 Garcia et al. (1979-1980) afirmam que o interesse pelos estudos a respeito de uma História da Ciência surgiu após a Segunda Grande Guerra.

científica no Brasil: a visita do norte-americano Louis Agassiz. O naturalista fez várias conferências assistidas pelo Imperador D. Pedro II, que inclusive, por insistência de sua mulher Elizabeth, foi assistida por algumas mulheres.

Em seu livro *Gênese e evolução da ciência brasileira*, a historiadora Stepan (1976) faz um levantamento com o intuito de satisfazer sua intenção de posicionar o Instituto Oswaldo Cruz no cenário de definitiva entrada do país na pesquisa científica. Stepan contextualiza recuperando o que foi a ciência no Brasil antes de 1900 e o avanço considerável pós 1900, especialmente devido às pesquisas desenvolvidas no Instituto.

Em relação à participação das mulheres neste **início** da ciência no Brasil, a única mulher citada por ela é Bárbara Stein⁶, que não é brasileira.

Para a historiadora, as ciências da saúde, campo atualmente bastante ocupado por mulheres porque associado ao cuidado, característica considerada **feminina**, foi a área de maior destaque para o Brasil num momento em que epidemias assolavam as principais regiões do país. No século XIX, a medicina, assim como outros cursos⁷, era uma das carreiras possíveis à elite, por isso muitos homens optavam por segui-la. No entanto, os já formados não atendiam aos mais pobres – estes recebiam geralmente cuidados de um curandeiro ou qualquer um que tivesse acesso às ervas medicinais e um mínimo de conhecimento (STEPAN, 1976). E ainda que o trabalho baseado no conhecimento tácito seja um dos pontos de destaque na proposta de uma genealogia da ciência no Brasil,

6 Bárbara Stein foi historiadora, casada com Stanley Stein, com quem trabalhou, e obteve bastante destaque em suas pesquisas.

7 Outros cursos de status no século XIX eram o de direito e o de engenharia civil.

proposta por Stepan, a autora não cita o trabalho das mulheres nesse âmbito.

Pensando na entrada do Brasil no cenário da pesquisa científica, Fernandes (1990) destaca o papel da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC)⁸ a partir da década de 1940 e da anterior Academia Brasileira de Ciências (ABC)⁹. Fatores políticos e econômicos permeiam a situação destas instituições, no entanto, o que nos interessa é analisar a participação das mulheres nessa instituição.

Às mulheres foi permitida a participação nessas associações somente após alguns anos de sua criação. No caso da SBPC, criada “para lutar pela afirmação da ciência e dos cientistas no Brasil” (FERNANDES, 1990, p. 19), é possível notar o baixo número de mulheres cientistas até os dias atuais¹⁰:

- a) a atual diretoria é composta por 9 pessoas, mas só 3 são mulheres – uma vice-diretora e duas secretárias;
- b) nos 52 anos de história da SBPC, 168 homens e 50 mulheres representaram o órgão;

8 Criada em maio de 1948 por um grupo de cientistas e por **amigos da ciência**, a associação seguiu os moldes das existentes em outros países. Disponível em: <<http://www.sbpnet.org.br/site/home>>. Acesso em: 12 jul. 2010.

9 Segundo Fernandes (1990), a instituição se origina ainda durante a Primeira Guerra Mundial, nas dependências da Escola Politécnica, em reuniões informais de um grupo de dez professores dessa Escola, como Sociedade Brasileira de Ciências, e só em 1922 a sociedade será elevada à Academia Brasileira de Ciências, conforme moldes das Academias europeias. Algumas particularidades chamam a atenção em relação ao início da constituição da Academia: as altas taxas cobradas dos sócios determinava que alguns poucos cientistas poderiam dela participar; difícil forma de associação à instituição; limitado número de membros; a preferência durante um longo período pelas ciências biológicas e médicas, e somente após muita discussão a aceitação das ciências exatas; conservadorismo na composição da presidência que permanecia longo período de tempo – desde 1916 a Academia teve somente 16 presidentes; até 1979 não havia sido admitido nenhum membro das ciências humanas.

10 Dados disponíveis no site oficial: <<http://www.sbpnet.org.br/site/home>>.

- c) a partir do ano de 1981 uma mulher assume a vice-presidência. Destaque para o fato de que entre 1949 e 1980 sete mulheres assumiram a função de secretária;
- d) em 1987, pela primeira vez uma mulher assume a presidência;
- e) de todas as diretorias, 26 foram ocupadas por homens e somente 3 por mulheres: de 1987 a 1989 a destacada psicóloga doutora Carolina M. Bori, e nos dois outros períodos (de 1999 a 2001 e de 2001 a 2003), a doutora Glaci Zancan;
- f) a SBPC faz uma divisão do país em seis áreas de representação, e estas contêm ao todo 15 estados que configuram 15 subáreas, das quais 6 são secretariadas por mulheres;
- g) na lista de conselheiros, das 27 pessoas, 5 são mulheres;
- h) desde 1950 a SBPC homenageia anualmente cientistas de destaque. Em todo o período as mulheres foram homenageadas em 5 anos, enquanto os homens foram homenageados em 58 anos.

Por esses dados podemos perceber que, numericamente, foi reduzida a participação de mulheres, cenário que vem se modificando nos últimos dez anos; as diretorias estão compostas por um número equilibrado dos dois sexos, tendo ficado numa média de 4,5 de vagas para cada um deles¹¹.

Apesar destes números, Fernandes (1990) destaca o pioneirismo da instituição, durante os anos de 1970, ao criar um foro para a liberdade de expressão não só de cientistas, mas para o movimento feminista, para os negros e para o movi-

¹¹ As funções disputadas são: presidência, vice-presidência (duas vagas), secretaria geral, secretaria (até três vagas) e tesouraria (até duas vagas).

mento pelos direitos dos homossexuais¹². Isso significa que a SBPC tinha um caráter ativista, o contrário da Academia Brasileira de Ciências (ABC), de caráter mais elitista, por buscar a preservação de altos padrões da ciência brasileira.

O conservadorismo da ABC apontava para algo que vemos nos números da história da entidade. A diretoria, por exemplo, sempre esteve dominada por um grupo de homens que circulavam entre os cargos por até 20 anos (FERNANDES, 1990).

Os números sobre a participação das mulheres cientistas na ABC apontam uma supremacia masculina¹³:

- a) foram 16 presidentes ao longo de toda sua história – todos homens;
- b) atualmente, dos 730 membros, 636 são homens, representando 87% do total;
- c) em valor absoluto, as mulheres são 94 no total;
- d) os novos membros são escolhidos por meio de eleição, o que nos leva a pensar que, em sendo uma ação democrática, em que os atuais membros podem votar naqueles e naquelas que lhes parecem aptos a participar da Academia, o reduzido número de mulheres nos revela que ainda há uma dificuldade de elegê-las como representantes das ciências no Brasil¹⁴;

12 Acreditamos na relevância desta informação para nossa discussão a respeito da participação das mulheres nas ciências, embora não tenhamos encontrado nenhuma referência a esta prática no site da SBPC.

13 Informações disponíveis no site oficial: <http://www.abc.org.br/rubrique.php?id_rubrique=1>. Acesso em: 12 jul. 2010.

14 As áreas possíveis de participação atualmente na ABC são: ciências matemáticas, físicas, químicas, da terra, biológicas, biomédicas, da saúde, agrárias, da engenharia e sociais. Das 94 mulheres membros, só 5% estão nas ciências sociais. Se consideramos o grande número de mulheres nas ciências sociais e humanas em geral, o número de representatividade é bem pequeno. Comparativamente, os homens membros provenientes das ciências sociais somam menos de 3%.

- e) no site oficial, temos que a instituição nos últimos anos despertou para um interesse que atende várias questões sociais, especialmente a partir de sua inserção na atuação internacional, o que possibilitou sua participação em fóruns para a discussão de questões como educação, difusão do conhecimento científico, energia, meio ambiente, pobreza, população, gênero e violência.

Em relação à ABC, destaca-se o fato de uma histórica sub-representação feminina:

Dentre os acadêmicos titulares, ativos em 2003, as mulheres representam menos de 10% do total [...]. Nas Engenharias e nas Ciências da Saúde não há nenhuma mulher entre os acadêmicos. No caso dessas áreas, bem como nas de Física e Matemática, a ausência de mulheres entre os acadêmicos reforça ainda mais o estereótipo masculino associado a essas áreas. Mas, quando se observam os acadêmicos associados, uma posição certamente de menor prestígio, elas são mais representativas, representando cerca de 40% do total (LETA, 2003, p. 278).

Leta e Martins (2008) consideram os institutos de pesquisa como o primeiro lugar em que se fez ciência no Brasil; no entanto, ressaltam que ainda nas primeiras décadas do século passado, as universidades passaram a exercer a função de abrigar pesquisas e seus pesquisadores, o que ocorre mais intensamente após 1950.

À medida que às mulheres é permitido o ingresso nas universidades como alunas, a partir de 1879, e elas alcançam um grau mais alto de escolarização, elas também podem chegar a docentes e, conseqüentemente, em muitos casos, pesquisadoras, possibilitando um aumento crescente no número de mulheres cientistas.

Sedeño (1995) faz questão de destacar que, embora o número de mulheres tenha sido sempre pequeno em comparação ao número de homens nas universidades no final do XIX e início do XX, as poucas a ingressarem formavam um grupo significativo quando se considera o reduzido número de cientistas registradas na história. Por isso, para a autora cabe a essa geração devolver a história às mulheres e as mulheres à história.

Pode-se perceber, portanto, que a atuação das mulheres nas ciências dependeu exclusivamente do acesso às instituições formadoras, ou seja, às universidades. A problemática está em que continuam sendo muitas as barreiras a serem derrubadas. Tabak (2002) cita: a dificuldade de acesso à educação básica, a impossibilidade de acesso a quaisquer áreas do conhecimento, a falta de incentivo a um progresso no campo científico, a dificuldade em aceitação de mão de obra feminina em áreas ocupadas predominantemente por homens, a falta de incentivos financeiros da própria instituição ou das agências de fomento. Apesar destas e de outras barreiras, simbólicas ou não, muitas conseguiram se desvencilhar e deixaram suas marcas na história do fazer científico no Brasil e no mundo.

MULHERES QUE FIZERAM – MULHERES QUE FAZEM HISTÓRIA

A professora de História da Ciência na Universidade de Stanford (Califórnia), Schiebinger (2001), em seu livro *O feminismo mudou a ciência?* discute como os movimentos feministas dos últimos séculos transformaram a ciência e a tecnologia, possibilitando a atuação de centenas de mulheres em áreas como medicina, biologia, engenharia, etc.

Ela nos explica, a partir do depoimento de várias mulheres, que a maior preocupação, e conseqüentemente o maior empecilho, para a entrada e permanência de mulheres na ciência e na tecnologia é o fato de terem de conciliar vida profissional e vida familiar. Portanto, o problema que afeta a atuação da mulher na ciência e na tecnologia é o fato de o trabalho doméstico ser atribuído como responsabilidade feminina.

Sua conclusão é de que, para trazer as mulheres para a ciência, é necessária a reestruturação dos mundos profissional e doméstico, ou seja, é necessário que se faça um esforço em convencer os parceiros a participarem das atividades domésticas, entendendo que esta é a forma mais justa de atuação profissional para ambos.

Assim como Schiebinger, outras/os estudiosas/os se debruçaram sobre a importância dos movimentos feministas para a mudança desse cenário. Todas/os elas/es acreditam que, apesar da continuidade da divisão que relega as mulheres a algumas áreas do conhecimento, seja do campo da ciência ou da tecnologia, aos poucos é possível notar os avanços, haja vista o número superior de mulheres nas universidades e o número cada vez maior de doutoras no país.

A divisão de áreas e tarefas, que relega mulheres e homens a espaços pré-determinados de acordo com seu sexo/gênero, é um fator importante do ponto de vista da exclusão. Ainda que se perceba uma ampliação do número de mulheres em atividades consideradas masculinas e uma ampliação do número de homens em ocupações consideradas femininas, a sociedade segue uma lógica determinista excludente e prejudicial a toda sociedade. Meninos e meninas estão sujeitos a esta lógica que escraviza e os/as impede de escolher uma

carreira, sob pena de sofrer preconceitos, abusos, exclusões. Nesse sentido, destacamos a importância de a educação tecnológica numa empreitada: desvelar a história da ciência e da tecnologia, de modo a discutir quem são os sujeitos, para que e para quem se fez/faz ciência e tecnologia hoje no mundo ocidental, e qual a participação das mulheres nessa história, de modo a estimular que mais meninas ingressem em áreas consideradas redutos masculinos e vice-versa.

Um importante passo nessa perspectiva, portanto, é lançar luz àquelas que, mesmo diante de cenários históricos, políticos, econômicos desfavoráveis, conseguiram se destacar. Assim, podemos citar alguns nomes como o de Hipácia de Alexandria (355/370-415/416 d.C.)¹⁵. Matemática, filósofa, astrônoma, também se dedicou às artes, poesia e retórica. Inventou o astrolábio, o hidrômetro e o densímetro e fez trabalhos extensos sobre álgebra e geometria. Teve uma morte cruel, quando foi atacada por uma multidão de fanáticos cristãos enfurecidos, arrastada a uma igreja, despida e brutalmente torturada por ser pagã.

Ada Augusta Byron Lovelace (1815-1852) estudou matemática e ciências, e ainda é reconhecida por conceber e desenvolver o primeiro programa para computadores, após contato com uma máquina de calcular. Em homenagem a ela, à linguagem de programação desenvolvida pelo Departamento de Defesa/EUA foi dado o nome de ADA.

Lembramos de Marya Sklodowska, mais conhecida e reconhecida como Marie Curie (1867-1934). A polonesa, gradu-

¹⁵ As referências biográficas e bibliográficas foram encontradas em páginas na internet, sites oficiais e livros diversos; estes levantamentos foram feitos para preparação de material didático para o curso Gênero e Diversidade na Escola, da UTFPR.

ada em ciências físicas e matemática, recebeu um Nobel de física e um de química. Com o marido, o físico Pierre Curie, descobriu os elementos urânio e tório, e sozinha descobriu os elementos rádio e polônio. Durante a Segunda Guerra, desenvolveu a utilização de raios X em hospitais militares. A exposição contínua à radiação a levou à morte por leucemia, em 1934. Além desse legado, deixou sua filha Irene Joliot-Curie chefiando seu laboratório, o que também a levou a receber um Prêmio Nobel.

A almirante Grace Murray Hopper (1906-1992) foi matemática e analista da Marinha dos EUA. Desenvolveu a 1ª linguagem de programação comercial fácil de usar: COBOL (*Common Business-Oriented Language*). Trabalhou com os primeiros computadores (Mark I e II) e foi a primeira a usar o termo *bug*, quando abriu seu computador que estava com defeito e encontrou uma mariposa morta lá dentro.

Rita Levi-Montalcini¹⁶ (1909-2012) fez medicina aos 20 anos e foi impedida de continuar os estudos devido à promulgação de leis raciais - ela era italiana de origem judia. Conhecida como a **Dama das Células**, pelas pesquisas sobre os mistérios das células, conduzidas em segredo durante a perseguição fascista e a invasão nazista, avançou no conhecimento de enfermidades neurológicas, desenvolvendo terapias de regeneração de tecidos e estudo do câncer. Nos últimos anos da guerra, serviu como médica voluntária em campos de refugiados.

16 No site <<http://www.biography.com/people/rita-levi-montalcini-9380593#before-and-during-world-war-ii>> podemos encontrar mais detalhes sobre sua trajetória acadêmica.

No Brasil também temos nomes importantes e mais recentes, haja vista a questão histórica apresentada anteriormente. A começar pelo de Bertha Maria Julia Lutz (1894-1976). Estudou ciências naturais/biologia na Sorbonne-Paris. Pesquisou principalmente anfíbios e também cursou direito pela Universidade do Rio de Janeiro. Pioneira nas lutas feministas no nosso país, fundou a Federação Brasileira para o Progresso Feminino, em 1922. Foi eleita vice-presidente da Sociedade Pan-Americana na Liga das Mulheres Eleitoras/EUA e também foi deputada na Câmara Federal, em 1936.

Mayana Zatz (1947), apesar de ter nascido em Tel-Aviv (Israel), vive no Brasil, onde fez toda sua formação acadêmica. Bióloga, geneticista e professora titular de Genética na Universidade de São Paulo, conduz pesquisas com células-tronco adultas não embrionárias. Também coordena o Centro de Estudos do Genoma Humano da Universidade de São Paulo (USP). Foi voz ativa na aprovação, em março de 2005, da Lei de Biossegurança, que autorizou as pesquisas com células-tronco para fins terapêuticos. Bem-sucedida, dá seu testemunho sobre sua condição de mulher cientista:

Para o homem, é difícil ter uma mulher que se dedica demais à profissão. Ser uma mulher bem-sucedida acabou com meu casamento. Na maioria dos casos, os homens são criados para serem o centro das atenções. E é difícil para o homem inverter o papel¹⁷.

17 Disponível em: <http://www.terra.com.br/istoegente/382/reportagens/personalidade_mayana_zatz.htm>. Acesso em: 05 mar. 2014.

A física Marcia Cristina Bernardes Barbosa, cuja formação foi toda na Federal do Rio Grande do Sul, recebeu o prêmio L'Oréal-Unesco por sua contribuição à Ciência. Ela descobriu que quanto maior o número de moléculas de água, mais rapidamente ocorre uma troca de elétrons, o que faz o líquido fluir mais rápido. Os resultados de seu trabalho têm aplicações amplas: podem explicar como ocorrem os terremotos ou mesmo esclarecer como as proteínas estão estruturadas, o que pode influenciar o tratamento de diversas doenças.

Ela, atualmente, é vice-presidente da *International Union of Pure and Applied Physics*, diretora do Instituto de Física da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), membro do Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia e *International Councilor da American Physical Society*. Sua importância, hoje, também se deve ao seu empenho em incentivar a mudança da relação mulher e ciência no Brasil. Ela afirma que o campo científico permanece parecendo um ambiente hostil, mas a falta de mulheres na ciência não é um fenômeno exclusivamente brasileiro, justamente porque, muitas vezes, a imagem da profissão torna a carreira desinteressante para meninas. Para Marcia, esta imagem deveria ser reformulada: “As meninas têm uma imagem de que cientista é uma pessoa que não tem vida social, uma pessoa que só se preocupa com o trabalho e não tem outros interesses na vida. E isso não é verdade”¹⁸.

18 Disponível em: <<http://www.dw.de/f%C3%ADsica-brasileira-recebe-pr%C3%A2mio-internacional-e-quer-mais-mulheres-na-ci%C3%A2ncia/a-16703124>>. Acesso em: 05 mar. 2014.

Ela se considera uma representante idealista da questão das mulheres na ciência, especialmente porque ela própria faz parte do que ela chamou o último “Clube do Boli-nha”. Sua conclusão é de que o número reduzido de físicas no Brasil, em torno de 15%, afasta as jovens que precisam ser incentivadas ao ouvir falar do trabalho que muitas mulheres desempenham ou já desempenharam na ciência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora a história da C&T aponte para uma pouca ou quase nenhuma participação das mulheres, é possível encontrarmos muitas representantes que, em alguma medida, romperam com padrões que insistiam em relegá-las às margens.

A recuperação dessa história é relevante não apenas para que saibamos um pouco mais sobre o nosso passado, mas, sobretudo, para fazer justiça com aquelas que produziram conhecimentos e contribuíram para que, hoje, tenhamos melhores condições de vida a partir do desenvolvimento científico e tecnológico. Apagar a história das mulheres é, de alguma forma, negar a própria história e, sobretudo, condicionar e reduzir o passado, o presente e o futuro das mulheres.

Diante desse cenário, desses e de outros nomes que não foram citados aqui, reforçamos a ideia de que a participação das mulheres nas áreas científicas e tecnológicas é um ganho para todas as pessoas, especialmente àquelas que veem na ciência e na tecnologia uma possibilidade de carreira, e estão à espera de só um empurrãozinho.

REFERÊNCIAS

- CARVALHO, Marília Gomes de. É possível transformar a minoria em equidade? In: RISTOFF, Dilvo et al. (Org.). **Simpósio gênero e indicadores da educação superior brasileira**. Brasília: Inep, 2008.p. 109-138.
- CITELI, Maria Teresa. Fazendo diferenças: teorias sobre gênero, corpo e comportamento. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 9, n. 1, p. 131-145, 2001. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2001000100007/8898>>. Acesso em: 26 set. 2016.
- CRUZ, Joliane Olschowsky da. **Mulher na ciência: representação ou ficção?** 2007. 242 f. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27153/tde-06052009-131106/pt-br.php>>. Acesso em: 26 set. 2016.
- DANTES, Maria Amélia. Relações científicas e tradições científicas locais: modelos institucionais no Brasil no final do século XIX. In: ALFONSO-GOLDFARB, Ana Maria; MAIA, Carlos Alvarez (Org.). **História da ciência: o mapa do conhecimento**. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1995. p. 923-931.
- ESTÉBANEZ, María Elina. As mulheres na ciência regional: diagnóstico e estratégias para a igualdade. **Com ciência**, Campinas, 2003. Disponível em: <<http://www.comciencia.br/reportagens/mulheres/10.shtml#5>> Acesso em: 04 jan. 2010.
- FERNANDES, Ana Maria. **A construção da ciência no Brasil e a SBPC**. Brasília: Editora Anpocs, 1990.
- GARCIA, João Carlos; OLIVEIRA, José Carlos; MOTOYAMA, Shozo. O desenvolvimento da história da ciência no Brasil. In: FERRI, Mário Guimarães; MOTOYAMA, Shozo (Coord.). **História das ciências no Brasil**. São Paulo: Edusp, 1979. p. 381-408.

GORZ, André. Sobre el carácter de clase de la ciencia y los científicos. In: ROSE, Hillary; ROSE, Steven (Org.). **Economía política de la ciencia**. México: Nueva Imagem, 1979. p. 107-108.

GRAÑA, François. **Ciencia y tecnología desde una perspectiva de género**. Disponível em: <<http://www.choike.org/documentos/grania2004.pdf>>. Acesso em: 26 set. 2016.

HARAWAY, Donna. **Ciencia, cyborgs y mujeres: la reinvencción de la naturaleza**. Madrid: Cátedra, 1995.

KELLER, Evelyn Fox. Qual foi o impacto do feminismo na ciência? **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 27, p. 1-22, 2006. Disponível em: <<http://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8644756>>. Acesso em: 26 set. 2016.

LETA, Jacqueline. As mulheres na ciência brasileira: crescimento, contrastes e um perfil de sucesso. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 17, n. 49, p. 271-284, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142003000300016>. Acesso em: 26 set. 2016.

LETA, Jacqueline; MARTINS, Flavio. Docentes pesquisadores na UFRJ: o capital científico de mulheres e homens. In: RISTOFF, Dilvo. et al. (Org.). **Simpósio Gênero e Indicadores da Educação Superior Brasileira**. Brasília: Inep, 2008. p. 85-101.

LIRES, Mari Alavarez; ANGÓS, Teresa Nuño; PAIRÓ, Núria Solsona. **Las científicas y su historia en el aula**. Madrid: Editorial Síntesis, 2003.

LOPES, Maria Margaret. “Aventureiras” nas ciências: refletindo sobre gênero e história das ciências naturais no Brasil. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 10, p. 345-368, 1998. Disponível em: <<http://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/4689345>>. Acesso em: 26 set. 2016.

LÖWY, Ilana. Universalidade da ciência e conhecimentos “situados”. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 15, p. 1-24, 2000. Disponível em: <<http://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8635360>>. Acesso em: 26 set. 2016.

RAPKIEWICZ, Cleli Elena. Informática: domínio masculino? **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 10, p. 169-200, 1998. Disponível em: <<http://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/4172931/2332>>. Acesso em: 26 set. 2016.

SARDENBERG, Cecília Maria Bacellar. Da crítica feminista à ciência a uma ciência feminista? *Labrys, études féministes/estudos feministas*, jan./jun. 2007. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/6875/1/Vers%C3%A3o%20Final%20Da%20Cr%C3%ADtica%20Feminista.pdf>>. Acesso em: 26 set. 2016.

SCHIEBINGER, Londa. **O feminismo mudou a ciência?** Bauru: Edusc, 2001.

SEDEÑO, Eulalia Pérez. Mujer y ciencia: una perspectiva. In: ALFONSO-GOLDFARB, Ana Maria; MAIA, Carlos A. (Org.). **História da ciência: o mapa do conhecimento**. São Paulo: Edusp, 1995. p. 597-606.

STEPAN, Nancy. **Gênese e evolução da ciência brasileira**: Oswaldo Cruz e a política de investigação científica e médica. Rio de Janeiro: Artenova, 1976.

TABAK, Fanny. **O laboratório de Pandora**: estudos sobre a ciência no feminino. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

QUEM FAZ ENGENHARIA E LICENCIATURA NA UTFPR? ANÁLISE SOB A PERSPECTIVA DE GÊNERO¹

Lindamir Saleté Casagrande
Ângela Maria Freire de Lima e Souza

INTRODUÇÃO

A Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), como Universidade pode ser considerada nova, foi criada em 2005, entretanto como instituição existe desde 1909. Iniciou suas atividades como escola de aprendizes e artífices destinada aos meninos **desvalidos da sorte**, em condições financeiras precárias. Pela manhã recebiam instrução sobre conhecimentos elementares e à tarde frequentavam cursos de alfaiataria, sapataria, marcenaria e serralheria. Em sua fundação trazia a característica de atender somente meninos, ou seja, uma instituição masculina. Em 1937 iniciou a oferta do 1º grau e passou a se chamar Liceu Industrial do Paraná, pois o ensino estava cada vez mais profissional. Com a organização do ensino industrial no Brasil, em 1942, mudou novamente de nome e passou a se chamar Escola

¹ Pesquisa realizada com financiamento da CAPES por meio de bolsa de pós-doutorado concedida à primeira autora.

Técnica de Curitiba. Com a unificação da legislação sobre o ensino técnico no Brasil, em 1959, a Escola passou a ter mais autonomia e mais uma vez mudou de nome para Escola Técnica Federal do Paraná.

Em 1978 passou a ofertar graduação plena com os cursos de engenharia e mudou novamente o nome, passando a se chamar Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná (CEFET-PR). Nas décadas de 1980 e 1990 houve a solidificação da instituição e a criação dos cursos de pós-graduação que hoje acontecem em diversos câmpus. Em 1990 descentralizou suas atividades, abrindo câmpus no interior do estado. Em 2005, houve a transformação do então CEFET-PR em UTFPR e a expansão dos câmpus pelo interior do Estado, configurando em final de 2013 em 13 câmpus, localizados nas seguintes cidades: Apucarana, Campo Mourão, Cornélio Procopio, Curitiba, Dois Vizinhos, Francisco Beltrão, Guarapuaça, Londrina, Medianeira, Pato Branco, Ponta Grossa, Santa Helena e Toledo.

Não encontramos registros de quando as mulheres passaram a fazer parte do corpo discente da instituição, fato comum, pois as instituições não costumavam registrar a participação delas na história, dando a sensação de que as mulheres não desempenharam papel importante na construção e na solidificação da instituição no cenário nacional e internacional. Entretanto, os câmpus do interior iniciaram suas atividades com a oferta de vagas tanto para homens quanto para mulheres, porém, a característica dos cursos ofertados atraía majoritariamente os jovens do sexo masculino, principalmente nos cursos técnicos em eletrônica, mecânica e eletromecânica. no curso técnico em construção civil, o número de mulheres se aproximava do número de homens. Ou seja, mesmo sendo

uma instituição nova no interior, nascida nos anos 1990, período no qual a inserção das mulheres no meio acadêmico e científico já se ampliava, mantinha a tradição masculina do tempo de sua criação (1909) tanto no quadro docente como no quadro discente. Em Pato Branco, por exemplo, no curso de eletromecânica, no ano de 1994 apenas duas professoras atuavam, uma em português e outra em matemática, os demais eram todos professores.

Os cursos ofertados pela instituição continuam sendo voltados ao universo masculino e de modo especial nas engenharias o número de mulheres é pequeno, como veremos no desenvolver deste capítulo. Quanto ao quadro docente, embora tenha recebido muitas mulheres, continua sendo majoritariamente masculino. No câmpus Curitiba, por exemplo, do total de 986 docentes, 287 são mulheres², ou seja, 29,6% do total de docentes do câmpus. É bom lembrar que os novos editais de concurso público para docentes exigem que os/as candidatos/as tenham doutorado, muitas vezes específicos, como no caso da matemática, que o doutorado deve ser em matemática pura, ou seja, não existe áreas afins. Esse fato pode limitar o aumento de mulheres no quadro docente da Universidade, pois para elas é mais difícil deixar a família para traz para buscar a formação solicitada nos editais.

Percebe-se nos corredores da UTFPR a circulação cada vez maior de mulheres, porém em que cursos elas estão? Com base nessa trajetória marcadamente masculina da UTFPR e com as inquietações que a pouca presença feminina nas engenharias da instituição nos provoca é que iniciamos esta

² Dados fornecidos pelo departamento de estatística da UTFPR referentes ao início do ano de 2014.

pesquisa. As licenciaturas na UTFPR são recentes, será que nelas podemos encontrar um cenário mais equilibrado? Ou será que o ranço da masculinidade também se mantém neste universo?

Este capítulo traz a composição do quadro discente da UTFPR no final do ano de 2013, bem como a distribuição das vagas nas engenharias mecânica e civil e nas licenciaturas em matemática e em letras por sexo, na década compreendida entre 2003 e 2012. Analisaremos os dados estatísticos referentes às engenharias e licenciaturas dos 12 câmpus na Universidade³, buscando identificar se existe diferença na participação feminina nos cursos ofertados na capital e no interior, nas engenharias e nas licenciaturas.

Os resultados aqui apresentados fazem parte de uma pesquisa desenvolvida para a realização de pós-doutoramento junto ao Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudo sobre Mulher, Gênero e Feminismo (PPGNEIM) da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e busca comparar os cursos de engenharia mecânica e civil e as licenciaturas em letras e em matemática da UTFPR câmpus Curitiba e Pato Branco e da UFBA. Neste projeto, além da análise quantitativa, far-se-á entrevistas com alunos e alunas dos cursos pesquisados, buscando identificar as razões que os levaram a fazer tais escolhas, bem como as dificuldades e facilidades por eles/as encontradas no decorrer do curso. O resultado final deste projeto será publicado futuramente. Aqui nos detemos apenas aos dados quantitativos relativos ao quadro discente da UTFPR.

³ O câmpus de Santa Helena foi aprovado no final de 2013 e ainda não tinha alunos/as na época da coleta de dados para esta pesquisa.

O QUE NOS DIZ A TEORIA?

Os estudos de gênero vêm se desenvolvendo sob os mais diversos enfoques e em múltiplos campos, entretanto, permanecem ainda lacunas, temas que não foram suficientemente estudados, dentre eles as relações de gênero e educação, a divisão sexual do trabalho e a relação de homens e mulheres com a ciência, tecnologia e artefatos tecnológicos, a participação de homens e mulheres em cursos considerados reduto do outro sexo, dentre outras.

Parte-se do pressuposto de que o gênero é social e culturalmente construído. Representa e estabelece relação de poder entre os sujeitos de cada gênero e mesmo entre sujeitos do mesmo gênero (SCOTT, 1995; COSTA, 1994). A categoria gênero pode ser entendida:

como uma linguagem, uma forma de comunicação e ordenação do mundo, que orienta a conduta das pessoas em suas relações específicas, e que é, muitas vezes, base para preconceitos, discriminação e exclusão social (SIMIÃO, 2005, p. 13).

Este preconceito e discriminação de que fala Simião é o que dificulta o respeito e a inserção das mulheres na sociedade brasileira, e quiçá mundial. Para Felipe e Guizzo (2003, p. 121), gênero está “relacionado fundamentalmente aos significados que são atribuídos ao ser mulher ou ao ser homem em diferentes sociedades e épocas”. Aqui se evidencia a construção do gênero, pois se os significados são atribuídos é porque são mutáveis.

Assim, todos os segmentos da sociedade contribuem para esta construção. Família, escola, igreja, meios de comu-

nicação, amigos, enfim, a sociedade como um todo tem participação efetiva no processo de construção, manutenção e transformação das relações de gênero. Sendo o gênero uma construção social, pode ser transformado e difere dependendo da região, da cultura e da época que se está referindo. Ser mulher no Brasil, nos dias atuais, é diferente do que era há 50 (cinquenta) anos, bem como em outros países e em épocas diversas. Cabe ressaltar que ser diferente não significa ser melhor e tampouco ser pior. A diferença é bem-vinda e desejada, ela nos enriquece. Perceber que o fato de o/a outro/a ser diferente não significa que seja inferior e tampouco superior, é fundamental para que possamos respeitá-lo/a e aprender com ele/a. Estas relações vão se modificando e se moldando às necessidades e anseios da sociedade daquele momento histórico. São resultado das lutas sociais que se estabelecem pela busca do reconhecimento dos direitos das minorias, no caso das mulheres. Convém destacar que o termo gênero não é sinônimo de mulher e nem de homem. Implica a relação e é esta visão relacional que permeará nossas análises.

No que se refere à escola, concordamos com o argumento de que ela é uma importante instituição na formação dos novos membros da sociedade. Sendo assim, entendemos que os/as profissionais que atuam na escola (professores/as, diretores/as dentre outros/as) assumem papel importante na construção das identidades de gênero dos alunos e das alunas. Silva (2004, p. 79) argumenta que na escola, por meio do currículo oculto, “aprende-se como ser homem ou mulher, como ser heterossexual ou homossexual, bem como a identificação com uma determinada raça ou etnia”. Sendo na escola que acontece a construção dos padrões, dos estereótipos, é nela também que podem acontecer as transformações que

minimizem os preconceitos e desigualdades, de classe, de gênero e de raça/etnia. Para Auad (2006, p. 15), tanto “a escola pode ser o lugar no qual se dá o discriminatório ‘aprendizado da separação’[...] como pode ser uma importante instância de emancipação e mudança”. Sendo assim, é um ambiente rico de acontecimentos que merecem a atenção de pesquisadores/as dos mais diversos temas, dentre eles, as relações de gênero. Para Louro (2001, p. 61), a escola é generificada:

gestos, movimentos, sentidos são produzidos no espaço escolar e incorporados por meninos e meninas, tornando-se partes de seus corpos. Ali se aprende a olhar e a se olhar, se aprende a ouvir, a falar e a calar; se aprende a preferir.

A autora reforça o argumento de que a escola, por meio de seus atores sociais, tem papel importante na formação das crianças e jovens, inclusive nas expectativas profissionais dos alunos e das alunas.

É papel da escola ensinar mais do que conteúdos disciplinares. É importante que na escola se ensine também como devemos nos portar diante de diversas situações do cotidiano, se ensine a ser cidadãos com responsabilidade social e respeito à diversidade. Dentre os atores sociais que atuam no meio escolar destaca-se o corpo docente que está em contato direto com as crianças e adolescentes e, assim, passam a elas, mesmo que indireta e inconscientemente, seus valores, suas crenças suas formas de ver o mundo. Eles podem tomar pequenas atitudes no dia a dia que poderiam resultar na minimização das desigualdades de gênero, ou, por outro lado, sua ampliação. Auad defende a interação entre meninas e meninos como forma de desenvolvimento de ambos. Para a autora,

“todos, tanto meninas quanto meninos, seriam menos angustiados se tivessem mais liberdade de expressão e de ação na escola” (AUAD, 2003, p. 94). Convém salientar que a liberdade deve estar acompanhada do respeito ao outro e da responsabilidade sobre todos os atos. Consideramos a Universidade como extensão da escola e, assim, assume papel semelhante àquela na formação dos jovens. Professores e professoras universitárias podem se transformar em agentes de promoção do respeito à diversidade no ambiente universitário.

Estudos (CARVALHO; CASAGRANDE, 2011; CARVALHO, 2008; CASAGRANDE et al., 2004; LOMBARDI, 2006; CABRAL, 2005; dentre outros) mostram que as mulheres são minoria nas carreiras científicas e tecnológicas, não só no Brasil como também em outros países. Isso pode ser consequência do fato de pais e professores/as oferecerem pouco estímulo para que as meninas se dediquem e se interessem pelos estudos matemáticos, fato que estaria também limitando suas possibilidades profissionais futuras (VELHO; LEON, 1998). Consideramos que o conteúdo matemático é fundamental para a maioria das carreiras científicas e tecnológicas e o gosto e aptidão em matemática pode ser decisivo na escolha das profissões. Entendemos que este não é o único fator a interferir nas expectativas profissionais, porém, não se pode negar que uma pessoa que não gosta de uma determinada disciplina dificilmente escolherá uma profissão que necessite do conteúdo da mesma no desenvolvimento das atividades cotidianas.

Casagrande e Carvalho (2009) constataram que, num grupo de estudantes de 5^a a 8^a séries do ensino fundamental de um Colégio de Curitiba, quase a metade dos estudantes pesquisados afirmou gostar de matemática, sendo a maioria

meninas. Em outro estudo, as mesmas autoras analisaram as notas dos estudantes do mesmo Colégio no ano de 2008, e constataram que as meninas apresentaram melhor rendimento do que os meninos não só em matemática, mas nas seis disciplinas analisadas (matemática, língua portuguesa, história, geografia, ciências e inglês) (CASAGRANDE; CARVALHO, 2010). Ou seja, considerar-se apenas o gosto e a habilidade para a matemática como fator determinante das escolhas profissionais, com base nestes dois estudos, as meninas deveriam ser a maioria nas carreiras científicas e tecnológicas, fato que não ocorre.

Evidentemente, gostar de matemática não significa a obrigatoriedade de opção por carreiras para as quais este conteúdo seja fundamental, mas pode ser um facilitador nesta escolha. Segundo González Garcia e Pérez-Sedeño (2006, p. 46), a suposta falta de habilidade matemática e espacial “explicaria o escasso número de mulheres nas engenharias e arquitetura, profissões que requerem habilidade para as matemáticas e as relações espaciais”. Entretanto, Velho (2006, p. XIV) argumenta que a socialização diferenciada de meninos e meninas é fundamental para o desenvolvimento das habilidades e no decorrer deste processo “as mulheres são ensinadas a procurar ajuda e a ajudar e não a serem autoconfiantes ou a funcionar autônoma e competitivamente como os garotos”. Selke (2006) argumenta que os meninos, ao ingressarem em cursos técnicos, trazem um conhecimento prévio oriundo da socialização voltada para o manuseio de artefatos tecnológicos. Argumenta ainda que os professores de disciplinas técnicas, ao iniciar um conteúdo, partem do pressuposto de que todos os alunos e alunas já têm este conhecimento prévio. Os/as professores/as, ao introduzir um tema novo duran-

te as aulas, não partem do zero, e com isso, as meninas que tiveram socialização mais voltada para as relações pessoais encontram dificuldade em acompanhar as aulas, e, algumas, acabam desistindo do curso.

Santos e Ichikawa (2006, p. 13) argumentam que como causa para a escassa presença feminina nas ciências e tecnologias pode-se ter “a forma como se ensina ciência e tecnologia na escola, os conteúdos das disciplinas, as atitudes de quem as ensina para as estudantes” e isso tem sido investigado com o intuito de se elaborar políticas que minimizem esta situação. Acredita-se que são inúmeras as razões que levam as mulheres a preferirem outras carreiras que não as vinculadas com ciência e tecnologia. Para se estabelecer um mapa mais detalhado desta situação, há necessidade de se fazer pesquisas neste sentido.

Em pesquisa realizada para a dissertação no Mestrado em Tecnologia, constatou-se que os gêneros são representados de forma diferenciada nos livros didáticos de matemática, principalmente com relação ao mercado de trabalho e à relação com as ciências e a tecnologia (CASAGRANDE, 2005). Em conversas informais com professoras/es de matemática, notou-se que muitas/os delas/es sequer percebem tais representações, outras/os se mostraram surpresas/os com o problema delimitado para a pesquisa do mestrado. Assim, articular a atuação de professores/as com as relações de gênero é uma tentativa de entender como a sociedade atual constrói as diferenças de gênero, pois, conforme argumenta Carvalho (1997), essas diferenças se transformam, muitas vezes, em desigualdades de gênero que, por sua vez, contribuem para a construção de desigualdades sociais.

Tabak (2002) argumenta que a participação das mulheres nas ciências e na tecnologia é fundamental para o desenvolvimento do país. Para a referida autora é importante “a utilização de todos os recursos humanos disponíveis para a constituição de uma importante massa crítica e de uma comunidade científica produtiva” (TABAK, 2002, p. 28) e complementa “a sub-representação das mulheres no campo científico representa uma subutilização dos recursos humanos disponíveis na sociedade, o que afeta o desenvolvimento nacional” (TABAK, 2002, p. 54). Para Tabak (2002), um país que se encontra em desenvolvimento como o Brasil não pode abrir mão da capacidade intelectual de mais da metade de sua população. Dessa forma, compreender as causas pelas quais as mulheres não se sentem atraídas pelas carreiras científicas e tecnológicas, de modo especial pelas engenharias, pode contribuir para que se desenvolvam ações para que mais mulheres ingressem nessas carreiras e possam assim contribuir para o desenvolvimento do País no que tange aos aspectos da ciência e tecnologia. González-García e Pérez-Sedeño (2006, p. 48) argumentam que “o exame dos fatores socioculturais, educativos e psicológicos que podem afetar o êxito futuro das meninas em ciência [e tecnologia] é de grande importância”.

Dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) mostram que, no Brasil, as mulheres são a maioria em todos os níveis de ensino, incluindo o universitário. Porém, em alguns cursos, dentre eles as engenharias, a física e a matemática, as mulheres são minoria. Por outro lado, os homens são a minoria em cursos como magistério, pedagogia e enfermagem. Estudos têm sido desenvolvidos buscando entender as razões pelas quais esta situação permanece e tem apontado como possíveis causas

da diferença de participação masculina e feminina em determinados cursos a socialização diferenciada de meninos e meninas (VELHO, 2006); falta de interesse e estímulo para o estudo matemático (VELHO; LEON, 1998); a diferença na expectativa dos/as professores/as (WALKERDINE, 1995); o ambiente hostil à presença feminina nos cursos de engenharia (SOBREIRA, 2006); dificuldades de inserção no mercado de trabalho (FARIAS, 2007), dentre outras. A menor participação feminina nestes cursos se reflete na menor participação delas nas carreiras científicas e tecnológicas não só no Brasil, mas também em diversos países.

A SITUAÇÃO EDUCACIONAL NO BRASIL

O número de mulheres com cursos superiores vem crescendo significativamente no Brasil nas últimas décadas. A Tabela 1 traz a evolução do número de mulheres com tal formação entre as décadas de 1970 e 2000. Percebe-se que este número duplicou no período analisado com a porcentagem de mulheres superando a de homens no último ano analisado. Este dado é significativo, pois demonstra que a mulher tem buscado cada vez mais a formação universitária, estando assim melhor preparada para o mercado de trabalho. Os dados indicam o aumento da qualificação das mulheres que, até a década de 1970, tinham pouco acesso ao ensino superior, ficando dessa forma afastadas de determinadas profissões que necessitavam tal formação. Num intervalo de 30 anos houve uma reversão deste quadro com a porcentagem de mulheres com nível universitário superando a de homens. Será que isso se reflete em melhores condições de trabalhos para elas? Não

necessariamente. No Brasil, nos dias atuais, as mulheres permanecem com renda média correspondendo a aproximadamente 70% da renda masculina.

Tabela 1 – Distribuição da população total com nível universitário por sexo

Ano	Homens	Mulheres
1970	74,4%	25,6%
1980	54,5%	45,5%
1991	51,1%	48,9%
2000	47,2%	52,8%

Fonte: CNPQ. Elaboração própria.

Com base no resumo técnico do Censo da Educação Superior no Brasil de 2011 do INEP (BRASIL, 2013), no que se refere ao número de matrículas em cursos superiores, as mulheres correspondem a 56,9% e os homens a 43,1%. Números semelhantes se configuram no que tange aos ingressantes (estudantes que fizeram a primeira matrícula naquele ano) com as mulheres perfazendo uma porcentagem de 55,8% e os homens de 44,2%. Quando se analisa o número de concluintes, estas diferenças se ampliam com as mulheres perfazendo 61,1% das/os concluintes e os homens 38,9%. Estes números evidenciam que as mulheres são a maioria das/os estudantes universitárias/os e indicam que elas são mais persistentes, pois a diferença percentual aumenta entre os ingressantes e matriculadas/os e entre os matriculadas/os e concluintes. Ou seja, quanto maior o tempo de permanência na universidade, mais próximo da conclusão do curso, maior a presença feminina. Esses dados indicam que as mulheres são a minoria dos/as universitários/as que, por algum motivo, abandonam o curso.

Dados da mesma pesquisa mostram as 10 (dez) áreas do conhecimento nas quais o número de matrículas apresenta um equilíbrio no que tange ao sexo dos/as estudantes. Estas áreas são: química e engenharia de processos (49,9% de mulheres e 50,1% de homens); finanças, bancos e seguros (49,4% de mulheres e 50,6% de homens); comércio e administração (50,6% de mulheres e 49,4% de homens); formação de professores da educação básica (51,2% de mulheres e 48,8% de homens); história e arqueologia (51,5 % de mulheres e 48,5% de homens); direito (52,1% de mulheres e 47,9% de homens); formação de professores das disciplinas profissionais (47,1% de mulheres e 52,9% de homens); proteção ambiental (46,9% de mulheres e 53,1% de homens); química (53,4% de mulheres e 46,6% de homens) e marketing e publicidade (56,6 % de mulheres e 43,4 % de homens). Estas são áreas do conhecimento pouco conhecidas por grande parte da população, com exceção de direito e química.

A presença masculina é superior em outras 10 (dez) áreas que estão representadas na Tabela 2.

Tabela 2 – Grandes áreas do conhecimento com predominância masculina

Área do conhecimento	Homens	Mulheres
Engenharia Mecânica e Metalúrgica (Trabalhos com Metais)	90,7%	9,3%
Proteção de Pessoas e de Propriedades	89,3%	10,7%
Setor Militar e de Defesa	88,5%	11,5%
Eletrônica e Automação	88,5%	11,5%
Eletricidade e Energia	87,1%	12,9%
Ciência da Computação	85,4%	14,6%
Veículos a Motor, Construção Naval e Aeronáutica	85,2%	14,8%
Processamento da Informação	82,5%	17,5%

Transportes e Serviços (Cursos Gerais)	80,5%	19,5%
Uso do Computador	80,4%	19,6%

Fonte: Brasil (2013). Elaboração própria.

Pode-se perceber que as áreas do conhecimento dominadas pelos homens são valorizadas social e financeiramente. São áreas que conferem *status* ao profissional que exerce atividade em uma delas. São denominadas por alguns como *hard science* que, para muitos, as mulheres não estariam habilitadas para exercê-las. Percebe-se que a engenharia mecânica e metalúrgica é a que apresenta a menor percentagem feminina em seu quadro discente, número este que é inferior a 10%. O quadro fornece um panorama da situação brasileira no ano de 2011, ou seja, é uma informação recente. Em pleno século XXI encontramos áreas do conhecimento que se mantém redutos masculinos. Porém, diversos estudos e exemplos têm demonstrado que não há empecilho para que as mulheres exerçam qualquer profissão, então resta pesquisar as razões pelas quais elas são tão poucas nestas áreas. O aumento do número de mulheres nas carreiras mais valorizadas social e financeiramente é uma das ações necessárias para que obtenhamos a diminuição das desigualdades de gênero na sociedade brasileira e mundial. Quando pensamos em uma sociedade equilibrada não podemos esquecer da importância de termos homens e mulheres trafegando em todas as áreas do conhecimento e profissões, compartilhando conhecimentos, crescendo juntos e construindo uma sociedade melhor para se viver.

O mesmo relatório apresenta as 10 (dez) áreas do conhecimento onde a porcentagem de mulheres supera significativamente a de homens (Tabela 3). Observamos que estas são áre-

as com menor valorização pela sociedade, tanto social quanto financeiramente. Para muitos, sequer se constituem ciência. As mulheres aparecem com predominância em áreas referentes ao cuidado e à educação, áreas que podem ser interpretadas como extensão do trabalho de mãe, ou seja, as mulheres buscariam uma formação universitária que não as afastasse da feminilidade e de seu papel de cuidadora. Por que isso ainda acontece? Observem que os dados são recentes.

Tabela 3 – Grandes áreas do conhecimento com predominância masculina

Área do conhecimento	Mulheres	Homens
Serviços de Beleza	97,2%	2,8%
Ciências da Educação	92,3%	7,7%
Secretariado e Trabalhos de Escritório	91,2%	8,2%
Serviço Social e Orientação	91,0%	9,0%
Ciências Domésticas	89,4%	10,6%
Terapia e Reabilitação	84,5%	15,5%
Enfermagem e Atenção Primária (Assistência Básica)	84,4%	15,6%
Psicologia	81,1%	18,9%
Biologia e Bioquímica	71,5%	28,5%
Farmácia	71,3%	28,7%

Fonte: Brasil (2013). Elaboração própria.

De forma similar ao que ocorre com a inserção das mulheres nas áreas do conhecimento da Tabela 2, a maior inserção de homens nestas áreas da Tabela 3 pode contribuir para o desenvolvimento das mesmas e para a busca da equidade de gênero. Observa-se que nos serviços de beleza os homens correspondem a apenas 2,8% e nas ciências da educação a 7,7%. A compreensão dos motivos pelos quais eles não se interessam por tais áreas só se dará por meio de pesquisas.

Comparando as Tabelas 2 e 3 percebe-se que as áreas mais valorizadas social e financeiramente permanecem com superioridade expressiva masculina. As mulheres aparecem em maior número em áreas de menor prestígio diante da sociedade. Não estamos dizendo que produzir um automóvel é mais importante que educar um ser humano, e, sim, que a sociedade valoriza de forma diferenciada estes campos do conhecimento, quer financeira quer socialmente. Ser um engenheiro soa melhor, dá mais *status*, presume maior conhecimento do que ser uma professora ou esteticista. Convém ainda refletir sobre como é para as poucas mulheres que fazem parte da Tabela 2 se manter naquele ambiente tão masculino. Como é para elas se inserir no mercado de trabalho após a formação? Quais as dificuldades e obstáculos impostos a elas pelo simples fato de serem mulheres? O mesmo acontece com os homens que constituem a pequena porcentagem da Tabela 3. Como será sua inserção no mercado de trabalho? Como é para um homem se apresentar como esteticista, por exemplo? Como a sociedade os percebe? Até mesmo a sexualidade de homens e mulheres que fogem a este **padrão** muitas vezes é questionada.

As diversas dificuldades enfrentadas por estes homens e mulheres são fruto destes redutos rotulados como sendo destinados exclusivamente a um sexo. Qualquer subversão da ordem gera estranhamento e desconforto.

Quando se analisa os/as pesquisadores/as do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) por grande área do conhecimento (Tabela 4) e por titulação máxima, observa-se que existe uma predominância masculina na área de ciências exatas e da terra na qual os homens perfazem 67,6 % do total de pesquisadores/as com doutorado, 58,9% com mestrado, 56,3% com especialização e

62% dos/as pesquisadores/as com graduação cadastrados/as no CNPq. Estes números evidenciam que em todos os níveis de titulação os homens são maioria e que a menor diferença ocorre no nível de especialização. É bom lembrar que nesta grande área do conhecimento estão as áreas de matemática e física, que continuam sendo redutos masculinos.

Outra grande área com predominância masculina é as engenharias. Ali percebemos que os homens perfazem 72% dos pesquisadores/as com doutorado, 70,1% com mestrado, 68% com especialização e 76% com graduação. Ou seja, nesta área a presença masculina é ainda maior e em todos os níveis de titulação. Este quadro reflete o que encontramos na graduação onde os homens são a maioria nesta área do conhecimento.

Se compararmos as Tabelas 2 e 4 podemos perceber que dentre os/as pesquisadores/as do CNPq as diferenças entre os sexos é menor do que entre os estudantes de graduação. Na Tabela 2 as taxas percentuais masculinas eram todas acima de 80% e na Tabela 4, no que tange às engenharias, as taxas ficam abaixo de 76%, número muito alto, porém inferior aos da graduação. Embora a nomenclatura utilizada nos dois quadros seja diferente, fato que dificulta a análise comparativa, podemos dizer que dentre os/as formandos na área das *hard science* a porcentagem de mulheres que se tornam pesquisadores/as do CNPq é maior do que a de homens. Isso pode indicar dificuldade de inserção no mercado de trabalho o que levaria as mulheres a prosseguir nos estudos. Pode indicar ainda que as mulheres sentem mais necessidade de continuar se aperfeiçoando na sua profissão.

Por outro lado, as mulheres predominam na grande área de linguística, letras e artes na qual 64,1% das/os pesquisa-

doras/es com doutorado, 65,2% com mestrado, 68,3% com especialização e 62,7% com graduação são mulheres. Outra área na qual a porcentagem de mulheres é superior a de homens é ciências da saúde na qual elas são responsáveis por 57,3% das/os pesquisadoras/es com doutorado, 67,9% com mestrado, 64,4% com especialização e 67,5% com graduação. Observa-se que em ambas as áreas, a porcentagem feminina é inferior à masculina nas duas áreas destacadas anteriormente, ou seja, as áreas com predominância feminina são menos rígidas ao acesso masculino do que as áreas predominantemente masculinas. É mais comum encontrarmos homens se dedicando à saúde do que mulheres às engenharias. Convém salientar que nas ciências da saúde temos a medicina que, é valorizada social e financeiramente e, portanto, atraente ao público masculino.

Tabela 4 – Número de pesquisadores por titulação máxima e sexo segundo grande área predominante do grupo – Censo 2010

Grande área	Graduação		Especialização		Mestrado		Doutorado	
	M	F	M	F	M	F	M	F
Ciência Agrárias	40,4%	59,6%	55,5%	44,5%	46,8%	53,2%	61,6%	38,4%
Ciências Biológicas	45%	55%	49,6%	50,4%	44,5%	55,5%	47,5%	52,5%
Ciências Exatas e da Terra	62%	38%	56,3%	43,7%	58,9%	41,1%	67,6%	32,4%
Ciências Humanas	44,4%	55,6%	33,3%	66,7%	38,2%	61,8%	43,3%	56,7%
Ciências Sociais Aplicadas	46,8%	53,2%	44,9%	55,1%	47%	53%	56%	44%
Ciências da Saúde	32,5%	67,5%	35,6%	64,4%	32,1%	67,1%	42,7%	57,3%
Engenharias	76%	24%	68%	32%	70,1%	29,9%	72%	28%
Linguística, Letras e Artes	37,3%	62,7%	31,7%	68,3%	34,8%	65,2%	35,9%	64,1%
Totais	49,1%	50,9%	40,9%	59,1%	44,9%	55,1%	53,6%	46,4%

Fonte: CNPq (<http://dgp.cnpq.br/planotabular/>). Elaboração própria (2013).

Legenda: M – sexo masculino F – sexo feminino

Porém, quando comparamos os dados das Tabelas 3 e 4, observa-se que na Tabela 3 temos diversas áreas que se enquadrariam nas ciências da saúde e todas têm uma porcentagem feminina acima de 80%; já nos dados do CNPq esta porcentagem fica em torno de 64%, ou seja, sensivelmente inferior. Estes dados indicam que um menor número de mulheres formadas nesta área buscam dar continuidade aos seus estudos. Mostram, ainda, que dentre os homens formados nesta área, a porcentagem que dá continuidade aos estudos é maior do que a de mulheres.

Quando analisamos o total de pesquisadores/as em todos os níveis de titulação, percebemos que os homens são maioria apenas no doutorado, com 53,6% dos/as pesquisadores com esta titulação. Nos demais níveis temos a predominância feminina com 55,1% das/os pesquisadoras/es com mestrado, 59,1% com especialização e 50,9% com graduação. Convém salientar que o doutorado é o final da formação e os demais níveis são passagem para chegar ao nível máximo. Dessa forma, pode-se concluir que existem mais mulheres em processo de formação do que homens e mais homens que já concluíram sua titulação. Casagrande et al. (2004), em pesquisa realizada com base no Censo do CNPq 2002, destacam que os homens correspondiam a 72% dos doutores em engenharias e 67,6 em ciências exatas e da terra naquele ano. Por outro lado, as mulheres perfaziam 57,3% das doutoras em ciências da saúde e 64,1% em linguística, letras e artes no mesmo Censo. Percebe-se que no período de oito anos a porcentagem de mulheres doutoras em engenharia aumentou em 6,8% (21,2% em 2002 e 28% em 2010), em ciências exatas e da terra o acréscimo foi de 3,9% (28,5% em 2002 e 32,4% em 2010), ou seja, estas áreas se tornaram menos masculinas nes-

te período. Por outro lado, em ciências da saúde o aumento foi de 7,1% (50,2% em 2002 e 57,3% em 2010) e em linguística, letras e artes houve uma queda de 1,6% (65,7 em 2002 e 64,1 em 2010).

Com base nestes dados pode-se perceber que a tendência é que a porcentagem de mulheres com doutorado se aproxime da porcentagem de homens com a mesma titulação nos próximos anos, visto que em três das quatro áreas nas quais a diferença entre os sexos era mais significativa, em 2002, houve uma diminuição na mesma no período de 8 anos.

Comparando os dados de Brasil (2013) onde temos que as mulheres correspondem a 61,1% das/os formandas/os com os do CNPq (Tabela 4) no qual temos que as mulheres cadastradas como pesquisadoras com titulação máxima, a graduação é de 50,9%, pode-se perceber que uma menor porcentagem de formandas buscam a continuação de seus estudos. Muitas interrompem sua formação na graduação.

Nas áreas nas quais os homens eram a maioria dos/as formandos/as, quando consideramos os dados do INEP, com porcentagem acima de 80% percebemos que no cadastro de pesquisadores/as do CNPq houve uma queda de cerca de 10% nestas porcentagens, números que induzem a pensar que mais mulheres das áreas predominantemente masculinas buscam uma maior titulação. Cabe pesquisas para saber quais as razões para que elas continuem estudando. Uma das possíveis causas é a dificuldade de ingresso no mercado de trabalho que as induziria a permanecer no meio acadêmico, porém, há a necessidade de pesquisa para poder fazer uma afirmação mais precisa.

Observa-se similaridade entre as áreas nas quais as mulheres são a maioria das/os formandas/os, segundo dados do INEP, com as áreas nas quais elas são a maioria das/os pesquisadoras/es. Ou seja, também no quadro do CNPq temos as mulheres mais concentradas em áreas referentes ao cuidado e à educação.

AS ENGENHARIAS NA UTFPR SOB A PERSPECTIVA DE GÊNERO

As engenharias são ofertadas em todos os câmpus da UTFPR. A gama de cursos de engenharia nesta instituição é ampla. São ofertados 21 tipos de engenharia distribuídas nos 13 câmpus. Esta diversidade se dá devido às características regionais onde os câmpus estão inseridos. Na capital, por exemplo, não há o curso de engenharia ambiental. Isso não significa que o curso não se enquadraria neste câmpus, visto que a capital apresenta diversos problemas ambientais, mesmo se intitulado **a capital ecológica**.

O curso mais frequente é o de engenharia mecânica, aparecendo em 6 (seis) câmpus, embora apareçam dois câmpus com engenharia industrial mecânica, estes oferecem também engenharia mecânica, ou seja, o número de câmpus que oferecem estes cursos permanece 6 (seis). Engenharia ambiental e elétrica vem na sequência, com 4 (quatro) câmpus nos quais elas são ofertadas.

O câmpus Curitiba é o que oferece a maior variedade de cursos de engenharia. São 9 (nove) opções para os/as estudantes, fato este que se justifica por este ser o mais antigo câmpus da Universidade. A Tabela 5 mostra os números de

alunos e alunas em cada curso do câmpus Curitiba no final do ano de 2013. Percebe-se que as mulheres são minoria em todos os cursos, porém, esta discrepância é mais gritante no curso de engenharia industrial de automação, no qual apenas 10,5 % do total de estudantes matriculados/as no curso são mulheres, seguido por engenharia da computação, no qual elas correspondem a apenas 12,1% do total de estudantes. Estes números são significativos, pois evidenciam que estes são campos que se mantêm resistentes à presença feminina, embora, segundo Schwartz et al. (2006), o início da computação tenha sido marcado pela presença feminina por meio de Augusta Ada Byron - *Lady Lovelace*, Grace Murray Hopper e as pioneiras do ENIAC, que foram as primeiras programadoras da história da computação. Nos dias atuais, as mulheres têm acesso aos computadores de forma similar aos homens, porém, no curso onde se elabora os programas computacionais e se aprofunda o conhecimento na área, elas permanecem minoria absoluta, ou seja, pouco contribuem para que este campo seja pensado para as necessidades femininas, se é que há diferença entre necessidades femininas e masculinas. Porém, o olhar feminino nesta área do conhecimento poderia ampliar a percepção da importância da computação na sociedade atual e o desenvolvimento de programas e equipamentos que pudessem auxiliar grupos sociais até então excluídos do acesso a informática. Schiebinger (2001), argumenta que as mulheres trazem formas diferentes de se fazer ciência, trazem modos diferentes de se olhar um determinado problema e a pouca presença feminina neste curso evidencia que a possibilidade do olhar feminino aparecer no desenvolvimento deste campo do conhecimento é pequena.

Tabela 5 – Estudantes das Engenharias do câmpus Curitiba da UTFPR por curso e por sexo

Curso de engenharia	M		F		T	
	n	%	n	%	n	%
Engenharia da Computação	290	87,9	40	12,1	330	100
Engenharia Industrial de Automação	94	89,5	11	10,5	105	100
Engenharia da produção Civil	102	67,5	49	32,5	151	100
Engenharia Elétrica	372	79,5	96	20,5	468	100
Engenharia Eletrônica	192	85,3	33	14,7	225	100
Engenharia Industrial Eletrônica	142	86,6	22	13,4	164	100
Engenharia Industrial Eletrotécnica	254	87,3	37	12,7	291	100
Engenharia Industrial Mecânica e Engenharia Mecânica	646	85,1	113	14,9	759	100
Total	2092	83,9	401	16,1	2493	100

Fonte: Registros da Instituição. Elaboração própria (2013).

Legenda: M – sexo masculino F – Sexo feminino T – total n – número absoluto % porcentagem relativa ao número absoluto por sexo sobre o total por curso.

A engenharia civil é a que apresenta a maior porcentagem de mulheres, chegando a 32,5 % no câmpus Curitiba, ficando, porém, bem abaixo da metade do total de discentes. Ou seja, mesmo no curso que se mostra mais atraente para as mulheres elas são minoria. Ao olhar os números relativos à totalidade de estudantes desta área, a situação é preocupante. No câmpus Curitiba elas correspondem a apenas 16,1%. Voltaremos a esse dado adiante.

A Tabela 6 apresenta os números relativos aos cursos de engenharia por câmpus e por sexo, bem como, o total da capital e do interior. Podemos observar que os câmpus que apresentam a maior participação feminina são os de Apucarana (60,3 %), Francisco Beltrão (54,5%) e Medianeira (47,6%). Em Apucarana é ofertado somente o curso de Engenharia Têxtil. Destacamos que o câmpus está localizado na região onde se

situa o polo têxtil e de moda do Estado do Paraná, fato que evidencia a tentativa, aparentemente com sucesso, de adequar os cursos ofertados pela instituição à demanda local. Lembramos que o trabalho nas confecções é realizado predominantemente por mulheres e isso pode justificar o fenômeno das mulheres buscarem esta formação universitária para melhor se inserir no mercado de trabalho que está aquecido naquela região.

O câmpus de Francisco Beltrão oferece o curso de engenharia ambiental e em Medianeira as engenharias ambiental, de alimentos, de produção e elétrica. Observa-se que dentre estes cursos encontramos apenas uma das engenharias mais tradicionais, que é a engenharia elétrica, em Medianeira, exatamente o câmpus com menor participação feminina dentre os três citados. As características destes cursos podem justificar a maior presença feminina. São cursos, em sua maioria que estão direcionados ao cuidado com o ambiente, com o vestuário e com a alimentação, tarefas vistas pela nossa sociedade como femininas. Talvez por isso, a presença masculina é menor.

Tabela 6 – Estudantes matriculados/as em engenharias por câmpus e por sexo

Câmpus da UTFPR	Engenharias					
	Homens		Mulheres		Total	
	n	%	n	%	n	%
Apucarana	52	39,7	79	60,3	131	100
Curitiba	2092	83,9	401	16,1	2493	100
Campo Mourão	826	59,8	555	40,2	1381	100
Cornélio Procópio	993	86,2	159	13,8	1152	100
Dois Vizinhos	145	53,5	126	46,5	271	100
Francisco Beltrão	105	45,5	126	54,5	231	100
Guarapuava	182	86,3	29	13,7	211	100
Londrina	351	55,6	280	44,4	631	100

Medianeira	462	52,4	419	47,6	881	100
Pato Branco	1026	76,5	316	23,5	1342	100
Ponta Grossa	859	66	443	34	1302	100
Toledo	394	71,9	154	28,1	548	100
Total capital	2092	83,9	401	16,1	2493	100
Total interior	5395	66,8	2686	33,2	8081	100
Total geral	7487	70,8	3087	29,2	10574	100

Fonte: Registros da Instituição. Elaboração própria (2013).

Legenda: n – número absoluto % – porcentagem sobre o total de estudantes do câmpus.

Ao comparar o câmpus da capital com o total do interior observamos que a porcentagem feminina nas engenharias do interior é significativamente superior à da capital. No interior, as mulheres atingem uma porcentagem de 33,2% enquanto que na capital esta porcentagem corresponde a apenas 16,1%, ou seja, menos da metade. Com base nestes dados, percebemos que os cursos de engenharia da UTFPR tanto em Curitiba quanto no interior permanecem um reduto masculino. Há a necessidade de se fazer pesquisas para saber os motivos pelos quais elas figuram tão pouco no quadro discente destes cursos. Alguns indícios destes motivos poderão ser apontados na sequência desta pesquisa, na parte qualitativa que será publicado em outros espaços.

Quando olhamos para os câmpus do interior, embora na média estas porcentagens aumentem, nas engenharias mais tradicionais o panorama não se modifica muito e ainda piora. Vejamos o caso da engenharia mecânica e industrial mecânica⁴ nos diversos câmpus nos quais os cursos são ofertados (Tabela 7). Pode-se perceber que as porcentagens femininas caem ainda mais. Ou seja, a escassez do olhar e pensamento

⁴ Neste estudo estamos agrupando os dois cursos pela similaridade. Em Curitiba, por exemplo, o curso de engenharia industrial mecânica está sendo extinto e sendo substituído pelo de mecânica.

feminino é ainda mais perceptível em câmpus menores, sendo que em Londrina, onde funciona somente o primeiro semestre, pois o câmpus e o curso são novos, apenas 4 (quatro) mulheres encontram-se matriculadas neste curso, perfazendo 9,5% do total de discentes. Estes dados mostram que estas são características dos cursos e não somente da UTFPR câmpus Curitiba, que traz em seu bojo a tradição de acolher predominantemente homens em seu corpo discente. Como vimos anteriormente, dados do INEP e do CNPq mostram que as mulheres são minoria nas engenharias em todo o Brasil. Este cenário se reflete na UTFPR tanto na capital quanto no interior.

Tabela 7 – Estudantes das Engenharias Mecânica e Industrial Mecânica da UTFPR por câmpus e por sexo

Câmpus	M		F		T	
	n	%	n	%	n	%
Curitiba	646	85,1	113	14,9	759	100
Cornélio Procópio	269	86,8	41	13,2	310	100
Guarapuava	182	86,3	29	13,7	211	100
Pato Branco	314	86,3	50	13,7	364	100
Ponta Grossa	363	85,8	60	14,2	423	100
Londrina	38	90,5	4	9,5	42	100
Total	1812	85,9	297	14,1	2109	100

Fonte: Registros da Instituição. Elaboração própria (2013).

Legenda: M – sexo masculino F – Sexo feminino T – total n – número absoluto % porcentagem relativa ao número absoluto por sexo sobre o total por câmpus.

Vamos lançar o olhar para o curso de engenharia civil e da produção civil⁵, curso este que apresenta a maior porcentagem feminina no câmpus Curitiba. O curso é ofertado em 4 (quatro)

5 Agruparemos os dois cursos por terem grades semelhantes e mercado de trabalho também similar.

câmpus, sendo 3(três) no interior (Tabela 8). O câmpus Pato Branco é o que apresenta a maior porcentagem de mulheres (48,3%), entretanto, mesmo neste câmpus elas são minoria. Por outro lado, Campo Mourão é o câmpus no qual encontramos a menor porcentagem de mulheres na engenharia civil (29,3%), ou seja, há uma diferença de 20% entre os dados dos dois câmpus. No total de estudantes matriculados/as nestes dois cursos, em todos os câmpus elas correspondem a 36,1%, número significativamente superior aos apresentados na Tabela 5, onde se lê que as mulheres são 16,1% do total de estudantes matriculados/as nas engenharias do câmpus Curitiba.

É importante ressaltar que Pato Branco, mesmo tendo 48,3% de mulheres na engenharia civil, esta porcentagem cai para 23,5% quando analisamos todas as engenharias, ou seja, as demais engenharias naquele câmpus apresentam porcentagens inferiores de participação feminina no quadro discente. A média do câmpus é quase 10 pontos percentuais inferior à média de todos os câmpus do interior. É bom salientar que este é o segundo câmpus da UTFPR em número de matriculados/as nas engenharias.

Tabela 8 – Estudantes das Engenharias Civil e da Produção Civil da UTFPR por câmpus e por sexo

Câmpus	M		F		T	
	n	%	n	%	n	%
Curitiba	102	67,5	49	32,5	151	100
Campo Mourão	421	71,7	166	28,3	587	100
Pato Branco	194	51,7	181	48,3	375	100
Toledo	173	61,8	107	38,2	280	100
Total	890	63,9	503	36,1	1393	100

Fonte: Registros da Instituição. Elaboração própria (2013).

Legenda: M – sexo masculino F – Sexo feminino T – total n – número absoluto % porcentagem relativa ao número absoluto por sexo sobre o total por câmpus.

Existe o argumento de que as mulheres se afastam das engenharias pois estes cursos precisam de conteúdos matemáticos e por terem dificuldade de abstração e de noção de espaço, elas estariam menos dispostas a estudar tais conteúdos, ou teriam mais dificuldade em aprendê-los. A engenharia civil também necessita destes conhecimentos, de modo especial da noção de espaço e se mostra mais atraente a elas do que os cursos que estão direcionados para o trabalho com artefatos tecnológicos, como máquinas, carros, computadores. Talvez isso seja um dos resultados da socialização diferenciada de meninas e meninos que estimula mais a eles do que a elas a manusear estes artefatos. Selke (2006) argumenta que um dos motivos pelos quais as mulheres não permanecem nos cursos técnicos na Alemanha é que os/as professores/as partem do pressuposto que todos/as têm o conhecimento básico em computação e acabam iniciando o conteúdo de um determinado ponto. Assim, as mulheres menos acostumadas a lidar com este artefato têm dificuldades em acompanhar a disciplina, obtendo piores resultados e muitas vezes abandonando o curso.

No que tange aos/às ingressantes nas duas engenharias selecionadas para esta pesquisa no câmpus Curitiba, na década de 2003 a 2012, podemos observar que as mulheres são a minoria em todos os anos e em ambos os cursos. No caso da engenharia mecânica a maior porcentagem feminina ocorreu no ano de 2010, com 20,1% dos/as ingressantes e a menor incidência ocorreu no ano de 2005, com apenas 4,5%. Pode-se observar que nos últimos 3 anos analisados houve um acréscimo na porcentagem de mulheres que buscaram este curso, apontando para uma possibilidade de crescimento no interesse feminino pela área.

Para o curso de engenharia civil, embora mais elevadas, as taxas femininas permanecem inferiores às masculinas. A maior incidência também ocorreu no ano de 2010, com 44,2% e a menor porcentagem de ingressantes femininas ocorreu no ano anterior (2009), com 30,9% do total de ingressantes no ano. Quando analisamos os últimos 3 anos, observamos uma variação menos significativa do que a encontrada na engenharia mecânica.

Cabe destacar que em 2010 a UTFPR passou a adotar o Sistema Unificado (SISU) como critério único para a seleção dos/as discentes. Neste processo os/as estudantes conhecem sua nota no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) bem como a nota necessária para adentrar ao curso desejado no ano anterior antes de fazer a inscrição. Com base nisso, eles/as têm noção da possibilidade real de ingresso no curso, o que pode levar mais mulheres e estudantes de escolas públicas a buscar estes cursos mais valorizados social e financeiramente. Este fato fez com que houvesse uma mudança no corpo docente da instituição e pode ter propiciado o maior ingresso feminino nas engenharias, já que foi a partir deste ano que aumentou a porcentagem feminina nos cursos aqui analisados, porém, certamente não foi a única razão para este fenômeno.

Quando observamos os números relacionados aos/às concluintes (Tabela 9) nos mesmos cursos, no mesmo câmpus e na mesma década, temos que o panorama no curso de engenharia mecânica fica ainda pior. O maior índice de formandas ocorreu no ano de 2011, com 19,7% do total de formandos naquele ano. Pode-se dizer que é um índice alto, porém, como o pior índice está no ano anterior no qual ne-

nhuma mulher se formou, podemos inferir que as mulheres que não conseguiram concluir seu curso em 2010 somaram com as que concluiriam em 2011 e elevaram a porcentagem feminina dentre os/as formandos/as. Se fizermos a média entre os dois anos, ficaremos com números aproximados aos demais anos da pesquisa. Apenas em 3 anos a porcentagem feminina ultrapassou a casa dos dois dígitos, ficando entre 10 e 20%.

Ao compararmos os números de ingressantes e concluintes, percebemos que as porcentagens de mulheres concluintes em engenharia mecânica são inferiores às de ingressantes (Tabela 9) na maioria dos anos pesquisados. Este é um indício de que as mulheres têm mais dificuldades para permanecer neste curso. Muitas daquelas que se interessaram e conseguiram ingressar neles não conseguiram permanecer e não concluíram o curso.

Tabela 9 – Matriculados e concluintes do curso de engenharia mecânica e civil por sexo e por ano

Ano	Engenharia Mecânica									Engenharia Civil										
	Ingressantes				Concluintes					Ingressantes				Concluintes						
	F		M		T	F		M		T	F		M		T	F		M		T
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
2003	2	2,5	79	97,5	81	2	4,2	46	95,8	2	36	22,1	127	77,9	163	25	25,8	72	74,2	97
2004	2	2,3	87	97,7	89	0	0	11	100	0	24	14,1	146	85,9	170	11	19,3	46	80,7	57
2005	8	9,8	74	90,2	82	0	0	34	100	0	30	18,1	136	81,9	166	21	23,6	68	76,4	89
2006	5	5,2	91	94,8	96	2	4,6	42	95,4	2	50	26,7	137	73,3	187	23	21,3	85	78,7	108
2007	8	7,7	96	92,3	104	3	6,8	41	93,2	3	38	18,4	169	81,6	207	18	20,9	68	70,1	86
2008	9	11,1	72	88,9	81	0	0	49	100	0	27	17	132	83	159	15	14,4	89	85,6	104

2009	8	9	81	81	89	0	0	64	100	0	42	23,6	136	76,4	178	22	20,8	84	79,2	106
2010	6	6,4	88	93,6	94	4	5,6	68	94,4	4	52	24,5	160	75,5	212	19	25,6	55	74,3	74
2011	9	8,1	102	91,9	111	1	1,2	80	98,8	1	49	26,8	134	73,2	183	24	26,1	68	73,9	92
2012	16	16,7	80	83,3	96	6	9,8	55	90,2	6	54	29	132	71	186	22	21,6	80	78,4	102

Fonte: Departamento de Estatística da UTFPR. – Elaboração própria (2013).

Legenda: M – sexo masculino F – Sexo feminino T – total n – número absoluto % porcentagem relativa ao número absoluto por sexo sobre o total do ano.

Como a duração dos cursos é de cinco anos, podemos perceber que os/as estudantes que ingressaram no ano de 2003 deveriam ter concluído o curso em 2008, sendo assim, os dados nos mostram que no curso de engenharia mecânica o ingresso de mulheres em 2003 foi de apenas 2,5% e não houve nenhuma concluinte em 2008. Em 2004 as mulheres correspondiam a 2,3% dos/as ingressantes e em 2009 novamente não tivemos nenhuma concluinte. Fato semelhante ocorre se analisarmos os anos seguintes. Estes números demonstram que se a porcentagem de mulheres ingressantes era baixa a de concluintes ficou ainda pior.

Com relação ao curso de engenharia civil, observamos que em 2003 as mulheres correspondiam a 22,1% do total de ingressantes e no ano de 2008 tivemos 14,4% de mulheres dentre os/as concluintes e no ano de 2004 elas correspondiam a 14,1% dos/as ingressantes e a 20,8% dos/as concluintes em 2009. Estes números indicam que mulheres que ficaram retidas no ano de 2008 concluíram o curso no ano seguinte. Observa-se que a discrepância entre mulheres ingressantes e concluintes neste curso existe, porém, ora favorece as ingressantes e ora as concluintes.

Os dados até aqui apresentados indicam que na UTFPR acontece um fenômeno similar ao que acontece nas demais universidades do país. As mulheres são a minoria na maioria das engenharias ofertadas pela instituição. Demonstra a necessidade de se desenvolver ações para que a distribuição de homens e mulheres nestes cursos seja mais equilibrada e assim, todos, tanto homens quanto mulheres sejam beneficiados com a maior interação no ambiente estudantil e por consequência esta interação no mercado de trabalho seja mais tranquila e vista como **normal**.

AS LICENCIATURAS NA UTFPR SOB A PERSPECTIVA DE GÊNERO

As licenciaturas da UTFPR não apresentam trajetória tão tradicional quanto as engenharias. Sua ampliação se deu após a transformação do CEFET-PR em UTFPR. Antes disso, somente o câmpus Pato Branco oferecia licenciatura em matemática. Nos dias atuais, a Universidade Tecnológica oferece 14 cursos de licenciatura distribuídos em 6 áreas e 10 câmpus. A maior incidência é a licenciatura em química em cinco câmpus e matemática ofertada em 4 câmpus. Dois câmpus não oferecem nenhum curso de licenciatura.

No que tange à presença feminina e masculina nos cursos de licenciatura as mulheres são maioria em quase todos os câmpus, à exceção de Francisco Beltrão, onde a porcentagem de homens é de 73,9%. Cabe ressaltar que a única licenciatura deste câmpus é em informática, campo no qual os homens são a maioria na graduação. A maior incidência

feminina está no câmpus Dois Vizinhos (75,2%) que oferece somente ciências biológicas, seguido por Pato Branco (73,3%) no qual são ofertadas as licenciaturas em letras, matemática e química. Observa-se que mesmo nas licenciaturas, as áreas abrangidas pela UTFPR estão vinculadas às ciências **canônicas**, com predominância de química, matemática e física. A exceção é letras, que é ofertada em 2 câmpus (Curitiba e Pato Branco) e pertence à área de humanas. Ou seja, mesmo adentrando nesta área de formação, mesmo buscando a formação docente, a UTFPR não se distancia de suas características primordiais, que é a educação tecnológica.

As mulheres estão mais presentes nesses cursos. Cabe ressaltar que os mesmos são voltados a educação, função que desde muito tempo é atribuída às mulheres brasileiras. É visto como natural uma mulher se dedicar ao magistério, mesmo que seja nas disciplinas conhecidas como **duras**, como a matemática, a física e a química. Cabe ressaltar que no Paraná as mulheres são a maioria no quadro do magistério. Em estudo realizado com base no resultado do concurso para professores no Estado do Paraná, realizado em 2007, Casagrande e Carvalho (2008) verificaram que as mulheres foram a maioria das aprovadas em todos os núcleos de educação do Estado na área de matemática. Apenas no núcleo da Região Metropolitana Norte a porcentagem ficou abaixo de 60%, sendo que em Apucarana, por exemplo, a porcentagem de aprovação feminina foi de 84,7% e em Pato Branco, a cidade do primeiro câmpus da UTFPR a oferecer Licenciatura em matemática, a porcentagem de aprovação feminina foi de 79,6%. A porcentagem de aprovação naquele concurso no núcleo Pato Branco é similar à porcentagem de matriculadas naquele câmpus no ano de 2013.

Tabela 10 – Estudantes matriculados/as em licenciaturas por câmpus e por sexo

Câmpus da UTFPR	Licenciaturas					
	Homens		Mulheres		Total	
	n	%	n	%	n	%
Apucarana	39	31,2	86	68,8	125	100
Curitiba	201	44,8	248	55,2	449	100
Campo Mourão	39	38,2	63	61,8	102	100
Cornélio Procópio	57	43,2	75	56,8	132	100
Dois Vizinhos	26	24,8	79	75,2	105	100
Francisco Beltrão	51	73,9	18	26,1	69	100
Guarapuava	0	0	0	0	0	0
Londrina	58	50,9	56	49,1	114	100
Medianeira	16	32	34	68	50	100
Pato Branco	88	26,7	241	73,3	329	100
Ponta Grossa	0	0	0	0	0	0
Toledo	40	41,7	56	58,3	96	100
Total capital	201	44,8	248	55,2	449	100
Total interior	414	38	674	62	1088	100
Total geral	615	40	922	60	1537	100

Fonte: Registros da Instituição. Elaboração própria (2013).

Legenda: n – número absoluto % – porcentagem sobre o total de estudantes do câmpus.

Quando comparamos a capital com o interior, percebemos que os números se diferenciam, porém esta diferença não é tão significativa. A capital apresenta 55,2% de matrículas femininas e o interior elas perfazem 62% dos/as estudantes. No total das licenciaturas da UTFPR, a presença feminina corresponde a 60% das matrículas.

Voltando o olhar para as licenciaturas, que são objeto desta pesquisa, matemática e letras, observamos que na UTFPR a licenciatura em matemática, que é ofertada em 4 câmpus desta universidade, se mostra um curso predominantemente

feminino, com exceção do câmpus Curitiba. Observa-se que no câmpus Pato Branco as mulheres correspondem a 67,5% das/os matriculadas/as no ano de 2013. Com base nestes dados, podemos concluir que as mulheres paranaenses são afeitas a este curso.

Convém lembrar que estamos falando de licenciaturas e que a profissão de professor/a é exercida predominantemente por mulheres. Este fato pode explicar a alta incidência feminina neste curso. Porém, não devemos incorrer no erro de considerar esta a única justificativa para tal fenômeno, visto que este é um forte indício de que as mulheres têm sim capacidade, habilidade e afinidade com o conteúdo de matemática e este fato não pode ser desprezado. Concor damos com o argumento de Lima e Souza (2011, p. 26) que afirma que “somos dotadas de todas as habilidades necessárias ao exercício da investigação científica. Seguir nesta luta constitui, verdadeiramente, o nosso maior desafio”. De forma similar, podemos afirmar que as mulheres são dotadas de capacidade de aprender e se desenvolver na matemática da mesma forma que os homens, desde que sejam oferecidas a elas oportunidades e incentivos semelhantes aos que são proporcionados a eles.

Tabela 11 – Estudantes matriculados/as na licenciatura em matemática por câmpus e por sexo

Câmpus	F		M		T	
	n	%	n	%	n	%
Cornélio Procópio	75	56,8	57	43,2	132	100
Curitiba	39	44,8	48	55,2	87	100
Pato Branco	54	67,5	26	32,5	80	100

Toledo	56	58,3	40	41,7	96	100
Total	224	56,7	171	43,3	395	100

Fonte: Registros da Instituição. Elaboração própria (2013).

Legenda: M – sexo masculino F – Sexo feminino T – total n – número absoluto % - porcentagem sobre o total de estudantes do câmpus.

No que se refere à licenciatura em letras, a oferta ocorre em apenas dois câmpus. Podemos perceber que as mulheres são a maioria das/os matriculadas/os no ano de 2013, em ambos. Este curso também se mostra um reduto feminino, com o câmpus do interior apresentando números superiores aos encontrados na capital.

Tabela 12 – Estudantes matriculados/as na licenciatura em letras por câmpus e por sexo

Câmpus	F		M		T	
	n	%	n	%	n	%
Curitiba	162	68,6	74	31,4	236	100
Pato Branco	173	75,9	55	24,1	228	100
Total	335	72,2	129	27,8	464	100

Fonte: Registros da Instituição. Elaboração própria (2013).

Legenda: M – sexo masculino F – Sexo feminino T – total n – número absoluto % - porcentagem sobre o total de estudantes do câmpus.

Lembramos que as licenciaturas são recentes na história da UTFPR, sendo assim, os dois cursos aqui analisados ainda não completaram uma década de funcionamento no câmpus Curitiba, sendo que a licenciatura em matemática ainda não teve nenhum formando. Na Tabela 13, apresentamos os números relativos aos/às ingressantes no período de 2008 a 2013, ou seja, durante toda a história destes cursos na Instituição.

Tabela 13 – Ingressantes nas Licenciaturas do Câmpus Curitiba por ano e por sexo

Ano	Lic. Letras					Lic. Matemática				
	F		M		T	F		M		T
	N	%	n	%		n	%	n	%	
2008	30	63,8	17	36,2	47					
2009	59	57,8	43	42,2	102					
2010	73	70,9	30	29,1	103	27	52,9	24	47,1	51
2011	77	71,3	31	28,7	108	37	38,9	58	61,1	95
2012	74	64,3	41	35,7	115	42	40,4	62	59,6	104
2013	76	73,8	27	26,2	103	41	40,6	60	59,4	101

Fonte: Departamento de Estatística da UTFR. Elaboração própria (2013).

Legenda: M – sexo masculino F – Sexo feminino T – total n – número absoluto % - porcentagem sobre o total de estudantes do câmpus.

Percebemos que as mulheres são a maioria na licenciatura em letras, sendo que a maior incidência aconteceu no ano de 2013, com 73,8% do total de ingressantes e o menor índice encontramos no ano de 2009, no qual as mulheres corresponderam a 57,8% do total.

No que diz respeito à licenciatura em matemática, observa-se que os homens são a maioria dos ingressantes em 3 dos 4 anos analisados. Apenas no primeiro ano de oferta do curso a porcentagem de mulheres superou a de homens, porém, podemos observar que a diferença é menor do que no caso da licenciatura em letras. Percebe-se que este curso se mostra mais atraente aos homens do que às mulheres. Convém lembrar que existe, no senso comum e em alguns estudos, a crença de que mulheres não têm habilidades para a matemática. Sendo assim, não seria surpreendente os números encontrados aqui.

No que se refere aos/às concluintes, tivemos apenas duas turmas de formandos/as na licenciatura em letras e nenhuma em matemática. Podemos observar que as mulheres são a maioria dentre as/os concluintes. Os números relacionados à conclusão de curso apontam que as mulheres são mais aderentes do que os homens no que se refere a esta licenciatura. Podemos inferir que a licenciatura em Letras se mostra como um reduto feminino.

Tabela 14 – Formandos na licenciatura em letras do câmpus Curitiba por ano e por sexo

Ano	Lic. Letras				
	F		M		T
	N	%	n	%	n
2012	16	94,1	1	5,9	17
2013	7	77,8	2	22,2	9

Fonte: Departamento de Estatística da UTFR. Elaboração própria (2013).

Legenda: M – sexo masculino F – Sexo feminino T – total n – número absoluto % - porcentagem sobre o total de estudantes do câmpus.

Com base na análise dos dados aqui apresentados, podemos concluir que a licenciatura em letras se mostra mais acessível e interessante às mulheres do que a licenciatura em matemática. Entretanto, podemos perceber que a porcentagem de mulheres em ambos os cursos pode ser considerada elevada, embora no câmpus Curitiba os índices referentes às mulheres na licenciatura em matemática girem em torno de 40%, número significativamente inferior à metade dos/as ingressantes. Resta aguardarmos os/as primeiros/as formandos/as para poder analisar a aderência de homens e mulheres ao curso.

Por outro lado, na licenciatura em letras observamos que a porcentagem de mulheres concluintes é superior a de ingressantes. Como o curso é recente, podemos deduzir que as/os concluintes de 2012 ingressaram no curso em 2008. Dentre os/as ingressantes naquele ano havia 63,8% de mulheres e dentre as/os concluintes de 2012 encontramos 94,1% de mulheres, ou seja, a porcentagem de concluintes é significativamente superior a de ingressantes. Este fato demonstra a maior aderência feminina ao curso em questão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nos dados aqui apresentados, podemos perceber que a UTFPR apresenta uma predominância masculina no seu quadro discente, de modo especial nas engenharias. Porém, também é possível perceber que existem redutos femininos, como no caso das licenciaturas.

Os dados levantados por esta pesquisa demonstram que a realidade da UTFPR converge para os números relacionados à educação superior no Brasil, que apontam as engenharias como espaços dominados pelos homens. Também reforçam a trajetória histórica da Instituição, que desde a sua fundação tinha como público-alvo os meninos **órfãos e desvalidos da sorte**. O histórico de sua fundação permanece quase que intocado no quadro discente da instituição, porém as mulheres, gradativamente, têm assumido um papel relevante dentro da instituição, de modo especial nas licenciaturas e na engenharia civil.

Medidas precisam ser tomadas para que estas diferenças percebidas por meio dos números aqui apresentados sejam minimizadas. Convém ressaltar que o fato de que as mulheres optam por cursos menos valorizados financeira e socialmente implica que sua inserção no mercado de trabalho também se dará em áreas com menor remuneração. Pesquisas mostram que as mulheres são responsáveis pelo sustento de cerca de 40% dos lares brasileiros e estas famílias acabam tendo uma condição financeira mais precária devido a este fato. Estimular a inserção de mulheres em cursos valorizados social e financeiramente se constitui em um dos caminhos para que esta desigualdade diminua. Destaca-se assim a relevância da elaboração e implementação de políticas públicas que possibilitem tal inserção e permanência das mulheres nestes cursos.

As razões destes números não podem ser resumidas à trajetória histórica, a tradição da Instituição. Para conhecermos os motivos que resultam nos dados aqui apresentados torna-se necessária a realização de pesquisas de cunho qualitativo com o corpo docente e discente, buscando identificar as diversas razões que levam eles e elas a escolherem os cursos nos quais estão matriculados, bem como as dificuldades e facilidades de permanência nestes cursos.

REFERÊNCIAS

AUAD, Daniela. **Educar meninas e meninos: relações de gênero na escola**. São Paulo: Contexto, 2006.

AUAD, Daniela. **Feminismo**: que história é essa? Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

BRASIL. Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. **Plano tabular**. Disponível em: <<http://dgp.cnpq.br/planotabular/>>. Acesso em: 03 out. 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Diretoria de Estatísticas Educacionais. **Censo da educação superior 2011**: resumo técnico. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2013. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/download/superior/censo/2011/resumo_tecnico_censo_educacao_superior_2011.pdf>. Acesso em: 30 set. 2016.

CABRAL, Carla Giovana; BAZZO, Walter Antonio. As mulheres nas escolas de engenharia brasileiras: história, educação e futuro. **Revista de Ensino de Engenharia**, v. 24, n. 1, p. 3-9, 2005. Disponível em: <<http://www.abenge.org.br/revista/index.php/abenge/article/view/19/1>>. Acesso em: 29 set. 2016.

CARVALHO Marília Gomes de. Tecnologia, desenvolvimento social e educação tecnológica. **Educação e Tecnologia**, Curitiba, v. 1, p. 1-14, jul. 1997. Disponível em: <<http://revistas.utfpr.edu.br/pb/index.php/revedutec-ct/article/view/1011/602>>. Acesso em: 29 set. 2016.

CARVALHO, Marília Gomes de. É possível transformar a minoria em equidade? In: RISTOFF, Dilvo. et al. (Org.). **Simpósio “gênero e indicadores da educação superior brasileira”**. Brasília: INEP, 2008. v. 1. p. 109-138.

CARVALHO, Marília Gomes de; CASAGRANDE, Lindamir Salete. Mulheres e ciências: desafios e conquistas. **INTERthesis**, Florianópolis, v. 8, n. 2, p. 20-35, 2011. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/interthesis/article/view/1807-1384.2011v8n2p20/20565>>. Acesso em: 29 set. 2016.

CASAGRANDE, Lindamir Salete et al. Mulher e ciência: pioneiras em ciência da natureza. **Cadernos de Artigos Sobre Gênero e Tecnologia**, Curitiba, v. 1, n. 1, p. 3-14, 2004.

CASAGRANDE, Lindamir Salete. **Quem mora no livro didático?:** representações de gênero nos livros de matemática na virada do milênio. 2005. 190 f. Dissertação (Mestrado em Tecnologia) - Centro Federal e Educação Tecnológica do Paraná, Curitiba, 2005. Disponível em: <http://files.dirppg.ct.utfpr.edu.br/ppgte/dissertacoes/2005/ppgte_dissertacao_162_2005.pdf>. Acesso em: 29 set. 2016.

CASAGRANDE, Lindamir Salete; CARVALHO, Marília Gomes de. A relação de alunas e alunos com a matemática: uma comparação entre o que eles dizem e o que as notas indicam. In: FAZENDO GÊNERO, 9., 2010, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: [s. n.], 2010. p. 1-11. Disponível em: <http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1277383607_ARQUIVO_CasagrandeeCarvalho.pdf>. Acesso em: 11 fev. 2011.

CASAGRANDE, Lindamir Salete; CARVALHO, Marília Gomes de. A relação de meninas e meninos com a matemática: o que elas e eles nos dizem? In: SIMPÓSIO NACIONAL DE TECNOLOGIA E SOCIEDADE, 3., 2009, Curitiba, PR. **Anais...** Curitiba: Editora da UTFPR, 2009.

CASAGRANDE, Lindamir Salete; CARVALHO, Marília Gomes de. Profissão professora: a carreira do magistério no Paraná sob a ótica de gênero. In: FAZENDO GÊNERO, 8., 2008, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: [s. n.], 2008. p. 1-7. Disponível em: <http://www.fazendogenero.ufsc.br/8/sts/ST38/Casagrande-Carvalho_38.pdf>. Acesso em: em 18 de jan. 2010.

CASAGRANDE, Lindamir Salete; CARVALHO, Marília Gomes. Desempenho escolar em matemática: o que o gênero tem a ver com isso? In: CASAGRANDE, Lindamir Salete; LUZ, Nanci Stancki da; CARVALHO, Marília Gomes de. (Org.) **Igualdade de gênero: enfrentando o sexismo e a homofobia**. Curitiba: Editora da UTFPR, 2011. p. 269-306.

COSTA, Claudia de Lima. O leito de procusto: gênero, linguagem e as teorias feministas. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 2, p. 141-174, 1994. Disponível em: <<http://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1715>>. Acesso em: 29 set. 2016.

FARIAS, Benedito Guilherme Falcão. **Gênero no mercado de trabalho:** mulheres engenheiras. 2007. 156 f. Dissertação (Mestrado em Tecnologia) - Universidade Tecnológica Federal Do Paraná, Curitiba, 2007. Disponível em: <http://files.dirppg.ct.utfpr.edu.br/ppgte/dissertacoes/2007/ppgte_dissertacao_226_2007.pdf>. Acesso em: 29 set. 2016.

FELIPE, Jane; GUIZZO, Bianca Salazar. Erotização dos corpos infantis na sociedade de consumo. **Pro-Posições**, Campinas, v. 14, n. 3, p. 119-130, 2003. Disponível em: <<http://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/proposic/article/view/8643865/11342>>. Acesso em: 29 set. 2016.

GONZÁLEZ GARCÍA, Marta I.; PÉREZ SEDEÑO, Eulalia. Ciência, tecnologia y género. In: SANTOS, Lucy Woellner dos; ICHIKAWA, Elisa Yoshie; CARGANO, Doralice de Fátima. **Ciência, tecnologia e gênero:** desvelando o feminino na construção do conhecimento. Londrina: IAPAR, 2006. p. 33-72.

LOMBARDI, Maria Rosa. Engenheiras brasileiras: inserção e limites de gênero no campo profissional. **Cadernos de Pesquisa**, Campinas, v. 36, n. 127, p. 173-202, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-15742006000100008&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 29 set. 2016.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação:** uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis: Vozes, 2001.

SANTOS, Lucy Woellner dos; ICHIKAWA, Elisa Yoshie. Para iniciar o debate sobre o feminino na relação ciência-sociedade. In: SANTOS, Lucy Woellner dos; ICHIKAWA, Elisa Yoshie; CARGANO, Doralice de Fátima. (Org.). **Ciência, tecnologia e gênero:** desvelando o feminino na construção do conhecimento. Londrina: IAPAR, 2006. p. 3-29.

SCHIEBINGER, Londa. **O feminismo mudou a ciência?** Bauru: EDUSC, 2001.

SCHWARTZ, Juliana. et al. Mulheres na informática: quais foram as pioneiras? **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 27, p. 255-278, dez. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cpa/n27/32144.pdf>>. Acesso em: 29 set. 2016.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Revista Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, 1995. Disponível em: <https://archive.org/details/scott_gender>. Acesso em: 29 set. 2016.

SELKE, Stefan. A complexidade da identidade inconsciente de gênero-resultado de uma pesquisa entre os estudantes da Fachhochschule Furtwangen. **Revista Tecnologia e Sociedade**, Curitiba, v. 2, n. 3, p. 137-171, 2006. Disponível em: <<https://periodicos.utfpr.edu.br/rts/article/view/2487/1601>>. Acesso em: 29 set. 2016.

SILVA, Tomaz Tadeu. **Documentos de identidade**: uma introdução às teorias do currículo. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

SIMIÃO, Daniel Schroeter. Gênero no mundo do trabalho: variações sobre um tema. **Cadernos de Gênero e Tecnologia**, Curitiba, v. 5, ano 2, p. 9-20, 2005.

SOBREIRA, Josimeire de Lima. **Estudantes de Engenharia da UTFPR**: uma abordagem de gênero. 2006. 117 f. Dissertação (Mestrado em Tecnologia) – Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2006. Disponível em: <http://files.dirppg.ct.utfpr.edu.br/ppgte/dissertacoes/2006/ppgte_dissertacao_203_2006.pdf>. Acesso em: 30 set. 2016.

SOUZA, Ângela Maria Freire de Lima e. Sobre gênero e ciência: tensões, avanços, desafios. In: SOUZA, Ângela Maria Freire de Lima e.; BONETTI, Alinne (Org.). **Gênero, mulheres e feminismos**. Bahia: EDUFBA, 2011. p. 15-28.

TABAK, Fanny. **O laboratório de Pandora**: estudos sobre a ciência no feminino. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

VELHO, Lea. Apresentação. In: SANTOS, Lucy Woellner dos; ICHIKAWA, Elisa Yoshie; CARGANO, Doralice de Fátima. (Org.). **Ciência, tecnologia e gênero**: desvelando o feminino na construção do conhecimento. Londrina: IAPAR, 2006. p. IX-XVIII.

VELHO, Lea; LEÓN, Elena. A construção social da produção científica por mulheres. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 10, p. 309-344, 1998.

WALKERDINE, Valerie. O raciocínio em tempos pós-modernos. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 207-226, jul/dez. 1995.

A HISTÓRIA DA TECNOLOGIA E AS TECNOLOGIAS POLÍTICAS DO GÊNERO

Tatiana de Souza
Marília Gomes de Carvalho

A HISTÓRIA DA TECNOLOGIA NA PERSPECTIVA DOS ESTUDOS DE GÊNERO

Os estudos em ciência, tecnologia e sociedade (CTS) surgiram formalmente na academia norte-americana após a segunda metade do século XX.

Tais estudos consideram tanto a ciência como a tecnologia como construções sociais complexas dentro de determinados contextos que implicam simultaneamente questões epistemológicas, políticas e éticas.

Dentro de seus campos disciplinares específicos, e com algumas discussões em comum, muitos destes/as estudiosos/as passaram a construir suas análises e interpretações de uma forma mais contextual. A maioria dos/as filósofos/as, sociólogos/as e historiadores/as da ciência e da tecnologia realizam suas interpretações contextuais de forma bastante crítica à tradicional noção de objetividade e neutralidade do conhecimento e das atividades científicas e tecnológicas.

Na década de 80, surgiram formalmente os estudos culturais dentro do campo acadêmico de CTS. Tais estudos de natureza interdisciplinar nortearam inúmeros debates teóricos em torno da Ciência e da Tecnologia, buscando uma visão mais ampla e autocrítica sobre suas relações com a cultura.

No campo da história da tecnologia foram os historiadores Lewis Mumford e Siegfried Giedion que propuseram uma visão mais ampla da tecnologia, valorizando o papel da ação humana e da cultura neste domínio do conhecimento.

Em seu livro *Technics and civilization*, Mumford (1934) descreveu o desenvolvimento da técnica como um elemento da cultura humana que depende diretamente dos inúmeros interesses sociais em conflito.

Em 1958, um pequeno grupo da *American society of engineering education*, sob a liderança do professor Melvin Kranzberg, começa a incentivar o interesse dos demais estudantes de engenharia em desenvolver novas abordagens para a História da Tecnologia. Surge então a *Society for the history of technology* (SHOT).

No ano seguinte começa a ser publicada a revista *Technology and Culture*, sendo, por muito tempo, Kranzberg o seu editor-chefe.

Numa perspectiva interdisciplinar, a SHOT e a *Technology and culture* se preocupavam não somente com a história dos processos e artefatos tecnológicos mas também com as relações entre tecnologia e ciência, política, mudança social, artes, humanidades e economia.

A partir desta perspectiva histórica mais abrangente, começaram a surgir discussões interdisciplinares que incluíam também problemáticas relacionadas às chamadas minorias sociais. Foi neste contexto que muitos historiadores, preocu-

pados com questões feministas, puderam inserir suas discussões mais específicas.

Grande parte da luta para dar visibilidade às perspectivas feministas dentro desta comunidade teórica foi iniciada a partir da segunda metade da década de 70 e início dos anos 80, com os trabalhos pioneiros de Cowan (1976), Trescott (1979) e McGaw (1982).

Em meados da década de 80, a historiadora norte-americana Scott (1999) propôs aos/às historiadores/as em geral – e aos/às historiadores/as políticos em particular, um instrumental teórico baseado em uma nova categoria de análise que contemplava as questões feministas e que, ao mesmo tempo, permitiu uma revisão crítica dos métodos historiográficos. Sua proposta ansiava por uma maior clareza na elaboração das hipóteses dentro do trabalho dos/as historiadores/as feministas, buscando explicar processos históricos complexos de organização social por intermédios discursos de gênero.

Na maioria das vezes, a discussão que leva em consideração a dimensão discursiva dogênero aparece principalmente entre os estudos culturais. Poucas vezes tal discussão tem sido aprofundada pelos/as pesquisadores/as da história da tecnologia.

Geralmente os/as historiadores/as da tecnologia dizem voltar seus olhares para a realidade material dos fatos sociais que se manifestam em determinados períodos de tempo sob a forma de vestimentas, móveis, meios de transporte, entre outros. Ao concentrar suas pesquisas históricas na vida material, grande parte destes/as historiadores/as, que utilizam a perspectiva de gênero em suas análises, buscam perceber as múlti-

plas associações que existem entre as representações simbólicas das atividades e dos artefatos tecnológicos e as identidades sexuais vigentes em determinados períodos históricos.

Incluir a dimensão discursiva do gênero dentro do campo historiográfico da tecnologia mostra-se prática bastante fértil para as análises que percebem a íntima relação entre tecnologia, sociedade e imaginário simbólico em vigor em determinados períodos históricos e as profundas implicações políticas presentes nesta relação.

A partir de uma perspectiva crítica, como o campo teórico da história da tecnologia pode articular o campo discursivo e histórico do gênero?

A TECNOLOGIA POLÍTICA DO GÊNERO

A abordagem discursiva é frequentemente associada com o filósofo francês Michel Foucault. E uma referência muito usada para exemplificar a questão da natureza discursiva da tecnologia e sua relação com o gênero é o livro de Lauretis (1987), *Technologies of gender: essayson theory, Filmand Fiction*, que localiza claramente a análise discursiva no campo dos estudos culturais.

Neste livro, Lauretis estabeleceu um paralelo com o pensamento filosófico de Foucault, reconhecendo a natureza política do gênero na construção de relações sociais de poder. Segundo ela, a sexualidade e as identidades de gênero são o resultado de uma complexa tecnologia sexual de poder e enquanto representação e autorrepresentação são produzidas através de múltiplas práticas significantes da vida cotidiana.

Dentro de sua perspectiva feminista, Lauretis (1987) lamenta o fato de que a teoria de Foucault, embora radical, seja androcêntrica. Segundo ela, Foucault negou o gênero, pois fez a análise da sexualidade e não se aprofundou na discussão sobre a construção das identidades sexuais. Ao negar o gênero, este autor validou a opressão sexual das mulheres, contribuindo para a ideologia do gênero.

No que se refere à ideologia, Lauretis (1987) utiliza a perspectiva teórica de Louis Althusser, definindo a ideologia do gênero como um efeito das relações sociais desiguais – ligadas a fatores sociais, políticos e econômicos, que se manifesta na cultura estabelecendo uma relação hierárquica entre identidades sexuais masculinas e femininas. Para ela, a ideologia de gênero é um discurso que constitui corpos individuais em homens ou mulheres na realidade concreta, e não representa uma mera teoria política.

Seguindo os passos de Lauretis, muitos/as historiadores/as reconhecem os efeitos de poder do gênero no que diz respeito à construção das identidades sexuais e seus papéis sociais. Reconhecem também o papel fundamental da ideologia de gênero na construção simbólica de imagens ideais de masculinidade e feminilidade e sua influência no uso de objetos, assim como na determinação de atividades no campo tecnológico.

No entanto, as análises históricas dos efeitos políticos do gênero na história da tecnologia limitam-se – assim como fazem os/as estudiosos/as culturais – a evidenciar a presença da ideologia de gênero, admitindo que os atributos de masculinidade, convencionados dentro de uma determinada sociedade em uma determinada época, em geral possuem *status*

sociocultural superior àqueles atributos relacionados à femilidade, caracterizando assim diferentes valores sociais no que se refere à produção, à distribuição e ao uso de tecnologias nas mais diversas atividades humanas.

Embora muitos/as historiadores/as da tecnologia reconheçam o conceito de gênero proposto por Scott (1999) como uma categoria analítica central para o campo teórico da história da tecnologia, poucos se detêm no referencial foucaultiano que ela utiliza.

Ao teorizar pela primeira vez sobre o conceito de gênero, Scott (1999) estabeleceu sua definição segundo duas proposições. Definiu o gênero como um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos. E ainda, afirmou que o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder, isto é, o campo primário no qual ou pelo qual o poder é articulado.

É importante lembrar que, segundo Foucault (1988), o poder não se configura simplesmente como uma ideologia, não se irradia de uma única posição soberana, mas consiste em uma configuração móvel de correlações de força que surgem de todos os pontos ao mesmo tempo.

No prefácio de seu livro *Gender and the politics of history*, Scott (1999) deixa claro que também considera o gênero como um tipo de saber produzido a respeito das diferenças sexuais e que usa o termo saber conforme Foucault.

O saber do gênero para Scott (1999) não se configura como absoluto ou verdadeiro, mas como um significado produzido de maneira complexa dentro de *epistemes* específicas. Ele não se refere apenas a ideias, mas a relações sociais constituídas por estruturas, instituições, práticas e rituais cotidia-

nos. Seus usos e significados nascem de uma disputa política que determina relações de dominação e subordinação entre indivíduos. O saber-poder do gênero organiza a sociedade através do estabelecimento de significados para as diferenças corporais percebidas entre os sexos que, longe de refletirem diferenças fixas ou naturais, constituem discursivamente as diferenças que variam no tempo, de acordo com certas culturas e grupos sociais.

Para Scott (1999), a natureza política do gênero se revela na reflexão histórica, crítica, sobre as relações sociais de poder construídas em torno, principalmente, das desigualdades percebidas entre os sexos, mas que podem ser extrapoladas metaforicamente, **estrategicamente**, para outras desigualdades e lutas sociais, como, por exemplo, as lutas raciais e as de classe. O gênero pode funcionar como um tipo de linguagem naturalizante, que permite criar e articular conflitos políticos, os quais extrapolam a mera diferenciação sexual.

Aponta ainda que a infundável discussão sobre a definição de **sexo** e **gênero** como categorias conceituais distintas não leva em consideração o fato que ambas são configurações históricas de saber que se influenciam mutuamente.

Por entender o sexo e o gênero como discursos articulados e historicamente produzidos, Scott (1999) sugere aos/as historiadores/as envolvidos com estas questões que, ao invés de iniciarem suas análises com uma rigorosa e extensa discussão conceitual, passem diretamente para o questionamento dos efeitos destes discursos nas práticas sociais e políticas atuantes no contexto histórico especificamente analisado.

Para tanto, é necessário se perguntar em que termos as leis, as regras e determinados arranjos institucionais se refe-

rem à diferença sexual e como a implementam. É importante indagar também como os discursos médicos e legais da modernidade ocidental produziram saberes científicos, que supõem refletir a verdade sobre a natureza das mulheres e dos homens a partir deste período. Assim fica mais fácil perceber concretamente qual a conexão entre gênero e política, questionando como o discurso sobre a diferença sexual é invocado nos diferentes contextos sociais e seus efeitos concretos na configuração das disputas políticas.

Para aqueles/as historiadores/as da tecnologia que desejam compreender os efeitos dos discursos de gênero nas práticas sociais e políticas dentro de um determinado contexto histórico com uma ainda maior abrangência teórica, a ampliação do conceito de tecnologia, conforme Foucault o utiliza, pode se mostrar uma ferramenta analítica bastante frutífera.

Foucault foi um filósofo que utilizou amplamente os termos técnica e tecnologia em seu método: a arqueogenealogia. Tais ferramentas conceituais lhe permitiram operacionalizar a análise crítica das múltiplas práticas de poder, formas de saber e modos de subjetivação ao longo da história.

Ao analisar a história ocidental, Foucault (1988) observou três tipos de práticas envolvidas na produção subjetiva dos indivíduos: práticas objetivadoras que permitem pensá-lo através de ciências, cujo objeto é o indivíduo normalizável; práticas discursivas, que desempenham o papel de produtoras epistêmicas; e práticas subjetivadoras, pelas quais o sujeito pode pensar-se enquanto sujeito.

Todas estas práticas implicam certos tipos de técnicas sociais, pelas quais o sujeito tem a possibilidade de construir-se

e/ou ser construído. Tais técnicas sociais representam aquilo que Foucault chamou de tecnologias de produção do sujeito.

Para Foucault (1988), existem pelo menos quatro tipos de tecnologia relacionados às práticas de produção do sujeito: tecnologias de produção, tecnologias simbólicas, tecnologias de poder e tecnologias do eu. Tais tecnologias agem quase sempre em conjunto e representam determinadas relações de poder, na medida em que todas elas implicam a aquisição de certas habilidades e atitudes por parte dos indivíduos.

Utilizando a definição foucaultiana de tecnologia de poder como um tipo de tecnologia que permite a objetivação dos sujeitos e a determinação de suas condutas, pode-se perceber como a emergência histórica do saber médico sobre a sexualidade e a diferença sexual permitiu definir um saber científico a respeito das naturezas sexuais e condutas morais distintas entre homens e mulheres, e, ainda, compreender algumas simplificações deste saber na organização política de certos movimentos sociais surgidos neste período.

Segundo Foucault (1988), foi a partir do século XVIII – período em que os médicos e juristas tornaram-se os grandes escrutinadores e árbitros da natureza humana, que o comportamento sexual humano passou a ser alvo, tanto no plano individual quanto no coletivo, de inúmeras técnicas científicas de disciplinarização e controle social.

No primeiro volume da *História da sexualidade: a vontade de saber*, Foucault (1988) aponta para a proliferação discursiva da biologia e da medicina (a partir do fim do século XIX) sobre o corpo e a sexualidade, constituindo um novo campo de racionalidade científica: a ciência sexual.

Para diferenciar-se, a classe burguesa neste período atribuiu a si um corpo passível de cuidados, cultivo e proteção. O corpo burguês tornou-se então um corpo distinto, e seu comportamento sexual seguia os preceitos médico-científicos da saúde higiênica, a fim de garantir o elevado valor de sua descendência.

Foucault (1988) se posicionou contra a hipótese de que o sexo fosse reprimido pela moral burguesa. Segundo ele, neste período, pela primeira vez na história, houve uma grande proliferação de discursos sobre a sexualidade que provinham de diversos campos de saber, como, por exemplo, a demografia, a biologia, a medicina, a psiquiatria, a crítica política, a moral, a pedagogia, entre outros.

Foi a partir do espaço familiar burguês que se desenvolveram quatro grandes dispositivos específicos de saber-poder, que possibilitaram a emergência do discurso médico-científico que opunha a sexualidade normal à sexualidade patológica, garantidora da heterossexualidade reprodutiva. São eles: a histerização do corpo da mulher, a pedagogização do sexo da criança, a socialização das condutas de procriação com o controle social da natalidade e a psiquiatrização do prazer perverso.

O saber médico especializado da sexualidade passou a representar um importante dispositivo de poder, pois para a burguesia ela funcionou como um modo eficiente de afirmar sua hegemonia de classe. Um corpo higiênico e sadiotornava a burguesia distinta daquela classe que ela explorava. Quando o modelo burguês de sexualidade normal foi aplicado ao proletariado, mostrou-se um eficiente mecanismo de sujeição de classe, permitindo novas formas de controle do comportamento e da reprodução da classe trabalhadora.

Dentro desta lógica de regulamentação das condutas, o discurso sobre a sexualidade **normal**, proveniente do campo científico da medicina, adquiriu importância estratégica fundamental na articulação entre dois tipos específicos de tecnologia de poder: o poder disciplinar e o biopoder. Conforme Foucault, a sexualidade está exatamente na encruzilhada do corpo e da população, depende tanto da disciplina como da regulamentação.

O biopoder, sustentado principalmente pelo discurso biológico sobre o sexo predominante no início do século XX, consistiu num tipo de tecnologia de poder que permitiu aos governantes, aliados aos saberes e às práticas da medicina, regular de maneira mais eficiente a saúde e o crescimento populacional como um todo e, dessa forma, aumentar seu controle sobre o comportamento público e privado dos cidadãos. Diferentemente da disciplina que procura reger a multiplicidade humana, vigiando, treinando, utilizando e punindo os corpos e os sujeitos, o biopoder dirigiu-se ao controle dos fenômenos biológicos da vida humana global, como os nascimentos, as mortes, as doenças, entre outros.

Com o desenvolvimento do biopoder, a vida da espécie humana em seu conjunto passou a fazer parte da ordem do saber e do poder.

Segundo Foucault (1988), o biopoder foi indispensável ao desenvolvimento capitalista e foi garantido pela inserção controlada dos corpos nos processos de produção e pelo ajustamento dos fenômenos populacionais aos processos econômicos. Tais processos, inseridos no funcionamento das instituições, garantiram novas relações sociais de dominação e de

hegemonia como, por exemplo, o racismo promovido pelos propósitos de Estado.

Durante o processo de modernização das sociedades, o discurso de autoridade médica sobre a sexualidade humana também possibilitou a emergência de outra tecnologia política de organização das relações de poder, decorrentes das diferenças **naturais**, percebidas entre os homens e as mulheres.

Segundo o historiador Laqueur (2001), o pensamento de Foucault muito contribuiu para problematizar historicamente a natureza corporal, ética e estética da sexualidade humana. Concorde com Foucault sobre sua visão da sexualidade como uma maneira de construir o sujeito através do corpo. Tal construção subjetiva se dá pela promoção de certos comportamentos pautados por determinados saberes e regras sobre o que é natural ou não.

Em relação à diferença percebida entre os sexos, Laqueur afirma que a sexualidade é um atributo humano e que a ideia de uma oposição radical entre os sexos é o produto do final do século XVIII.

Da antiguidade até o século XVIII, toda a anatomia e fisiologia dos corpos humanos eram percebidas dentro do paradigma de um único sexo, que seguia o cânone do corpo masculino.

Neste período, a diferença fundamental entre homens e mulheres não era da ordem corporal. O que realmente contava eram os valores espirituais hierárquicos atribuídos a cada sexo, segundo a visão ético-religiosa.

Com o advento da era moderna ocidental, o conhecimento científico se tornou fonte legítima de verdade, passando a exercer influência direta nos processos sociais outrora

apoiados pela autoridade religiosa. Somente entre o final do século XVIII e o início do século XIX na Europa, que se configurou um conjunto de discursos científicos sistemáticos acerca da diferença ontológica radical existente entre os homens e as mulheres, seres humanos com essencialidades completamente distintas e inconfundíveis em seus corpos e comportamentos.

Conforme explica Laqueur (2001), um maior conhecimento médico-científico sobre anatomia, fisiologia e reprodução humana desenvolvido no século XVIII possibilitou a emergência de uma intensa produção discursiva sobre o gênero.

Dentro desta nova perspectiva anatômica, ovários e testículos passaram a ser diferenciados enquanto órgãos específicos de cada sexo. Houve um reconhecimento anatômico da existência da vagina, que assim passou a ser denominada linguisticamente. Até mesmo estruturas como o esqueleto e o sistema nervoso, comuns aos homens e as mulheres, passaram a ser diferenciadas, correspondendo às expectativas culturais em relação a cada sexo.

Os discursos médicos não foram os únicos, mas um dos principais campos de construção discursiva das diferenças existentes entre os sexos aceitas socialmente. Os principais alvos destes discursos eram o corpo e a sexualidade das mulheres.

No século XIX, a maioria dos médicos europeus acreditava que as reivindicações feministas de igualdade entre os sexos refletiam uma profunda ignorância em relação às imutáveis diferenças físicas e mentais entre homens e mulheres. Segundo o discurso médico, tais diferenças **naturais** – portanto insuperáveis – é que determinavam seus específicos direitos e deveres sociais.

Estes mesmos discursos médicos, por considerar a natureza da mulher como mais voltada para a reprodução e a criação dos filhos, afirmavam ser natural a manifestação mais modesta de seu desejo sexual. A condição sexual saudável das mulheres dava a elas os recursos necessários para o exercício de uma importante função social civilizatória, controlando e regenerando os instintos sexuais masculinos mais agressivos.

Como visto anteriormente, Foucault havia indicado que na produção histórica do dispositivo da sexualidade a construção discursiva da sexualidade do corpo feminino tinha produzido efeitos de poder singulares.

O processo de histerização do corpo da mulher foi construído a partir do século XVIII, através de um processo tríplice.

Primeiramente, o corpo feminino foi qualificado – e desqualificado – enquanto um corpo saturado de sexualidade. Considerado intrinsecamente patológico, este corpo foi então integrado ao campo dos saberes e práticas médicas. Por fim, o corpo da mulher foi associado ao corpo social e sua fecundidade deveria então ser regulada socialmente; e também seu corpo foi associado ao corpo familiar através do exercício da maternidade e da responsabilidade biológico-moral pela educação das crianças.

Pelo dispositivo de sexualidade, a normalização sexual do corpo das mulheres torna-se um lugar estratégico da esfera privada e pública, um ponto de apoio fundamental do biopoder.

Para o discurso médico daquela época, a **mulher nervosa**, histérica, surgia quando a feminilidade se desviava de seu potencial reprodutivo e de seu dever de garantir a saúde de seus filhos, a solidez da família e a saúde da sociedade.

Analisando principalmente o caso da França, a partir do século XVIII, em seu livro *Um amor conquistado: o mito do amor materno*, Badinter (1985) trata mais extensivamente sobre a construção histórica de inúmeros discursos médicos e moralistas em torno do instinto materno e a sua grande influência na conduta social das mulheres desde então.

No fim do século XVIII, o amor materno surge como um conceito novo. E o que é novo não é o sentimento de ternura das mães, mas a exaltação do amor materno como um valor ao mesmo tempo natural e social, altamente fundamental à espécie e à sociedade.

Segundo Badinter (1985), devido ao grande prestígio moral e valor social atribuído à maternidade, as mulheres tiveram por muito tempo uma grande dificuldade em participar do mundo do trabalho remunerado.

Para os discursos médicos e moralistas da época, o trabalho feminino fora do domicílio dificultava o exercício da maternidade que representava a **verdadeira natureza feminina**, ou seja, dificilmente uma trabalhadora assalariada, envolvida com a árdua luta material pela vida, teria as condições necessárias para ser uma boa mãe, zelosa da saúde e da educação de seus filhos.

Quando os estados modernos passaram a apoiar sua governabilidade em princípios científicos, e não mais religiosos, os médicos tornaram-se seus grandes aliados na obtenção de um controle mais racional e na disciplinarização da conduta social dos indivíduos.

Tais tecnologias políticas do gênero, viabilizadas pelos discursos científicos, médicos, jurídicos e morais, foram cru-

ciais para a nova divisão sexual do trabalho nas sociedades burguesas europeias do século XIX.

Enquanto as mulheres deveriam se adequar à sua natureza frágil, delicada e passiva, o ideal para os homens era transformar sua força física, rudeza e agressividade naturais em energia empreendedora e competitiva, que lhes garantisse a participação política nos debates públicos e melhores postos de trabalho na nova sociedade burguesa capitalista urbano-industrial.

No Brasil, o processo de industrialização capitalista e a urbanização das cidades ocorreram com mais intensidade nas primeiras duas décadas do século XX, período de intensa transformação econômica, social e cultural.

Neste contexto histórico, tecnologias políticas do gênero, aplicadas à divisão sexual do trabalho, foram utilizadas como medidas de controle governamental do Estado e fizeram parte da articulação dos principais conflitos sociais que emergiram neste período.

O processo de aburguesamento das famílias brasileiras, iniciado no século XIX, e a regulamentação higienista do corpo social mais evidente nas décadas de 20 e 30 do século XX, havia produzido uma sólida unidade moral entre sexo, amor, matrimônio e procriação.

Também no Brasil, os discursos médicos reforçavam a visão de homens e mulheres como criaturas opostas tanto na sua constituição biológica como psicológica, e devido a estas diferenças, eles somente poderiam se relacionar sexualmente de forma sadia através do casamento e da vida em família.

Segundo Costa (1979) em seu livro *Ordem médica e norma familiar*, já no século XIX, os princípios médicos da higiene direcionavam os homens da elite brasileira para as qualidades burguesas necessárias aos seus empreendimentos capitalistas. A masculinidade higiênica – associada aos valores burgueses – se refletia cada vez menos pelo uso da força física e cada vez mais pela diplomacia dos hábitos. O novo homem surgia por meio do apreço ao trabalho, à competência profissional, ao espírito de competição, ao gosto pela cultura e ao cultivo da aparência física.

Entre os setores médios da população, o modelo do **pai higiênico** voltou-se principalmente para sua responsabilidade moral em relação aos filhos.

Mesmo para os homens das classes trabalhadoras mais desfavorecidas, a imagem do pai de família também serviu para moralizar os comportamentos masculinos desregrados, que impediam uma maior disciplina para o trabalho nas fábricas.

O mesmo argumento do amor e da responsabilidade com os filhos respaldava a construção histórica da **mãe higiênica**. Tanto para a mãe de elite, como para as mães das classes médias e as operárias, a recomendação higiênica era amamentar seus filhos como prova de seu amor e de sua feminilidade. Seguindo corretamente as recomendações médicas, as mães pertencentes a todas as classes sociais passariam a zelar de forma mais competente e racional pela saúde e bem-estar de suas crianças, diminuindo consideravelmente o índice de mortalidade infantil.

O discurso higienista dos médicos via todas as mulheres como seres extremamente frágeis e que, assim como as crianças, agrediam sua natureza ao terem que lutar pela sua so-

brevivência no trabalho industrial. As mulheres e as crianças pobres eram consideradas pelos médicos como as principais vítimas do sistema capitalista de produção.

Sob influência da eugenia, ciência voltada ao aprimoramento racial e adaptada ao desejo de fortalecimento da identidade nacional, também o Estado brasileiro deste período muito se preocupou com a sexualidade e o controle reprodutivo da população.

Às voltas com a questão social da luta de classes, a eugenia também se apoiou em sua autoridade científica para regulamentar o comportamento sexual e social dos indivíduos pertencentes às classes subalternas.

Para os médicos eugenistas brasileiros, o **amor civilizado** seria aquele consumado pelo casamento e voltado para fins reprodutivos, a fim de gerar uma prole saudável e geneticamente aprimorada. O relacionamento amoroso fora do casamento, o amor livre, era visto como imoral e ocorria principalmente entre as camadas mais pobres da população. Operários, imigrantes, mulheres pobres, negros e mulatos – os **menos aptos** biológica e socialmente, passaram a ser os principais alvos de fiscalização e medidas prescritivas eugênicas.

Por focar suas propostas no controle da reprodução humana, muitas das políticas da Eugenia concentraram-se no papel social das mulheres.

No livro *A hora da eugenia: raça, gênero e nação na América Latina*, Stepan (2005) diz que os eugenistas consideravam que a reprodução definia o papel social das mulheres. Julgavam-nas mais vulneráveis e socialmente dependentes

que os homens, justificando assim um controle mais racional de suas vidas reprodutivas.

A sexualidade tornou-se um assunto de Estado, e a relação entre o trabalho feminino e a maternidade passou a ser discutido à luz tanto do futuro da espécie como da identidade nacional.

Assim como o Estado brasileiro, também o movimento feminista organizado e o movimento operário anarquista – cada qual com a sua perspectiva – articularam os discursos higienista e eugênico de gênero com relação ao papel da mulher na sociedade, segundo seus específicos interesses políticos, caracterizando-se como eficientes tecnologias de poder.

Do ponto de vista governamental, apesar da necessidade da mão de obra feminina para a economia urbano-industrial, o trabalho das mulheres representava um grave problema no que dizia respeito à divisão sexual do trabalho na família.

Ainda mais problemático, era o caso das mulheres pobres que trabalhavam nas fábricas, pois o trabalho fabril afastava as mulheres muito tempo fora de casa, desestabilizando a família operária e comprometendo a saúde e a educação moral de seus filhos, futuros trabalhadores.

Numa tentativa de conciliação entre os interesses políticos e econômicos do Estado e o direito de cidadania das mulheres que lhes dava acesso à educação e ao trabalho, muitas mulheres desta época – provenientes majoritariamente da classe média, puderam se inserir no mercado de trabalho por meio das profissões ditas femininas.

Segundo Besse (1999), em seu livro *Modernizando a desigualdade: reestruturação da ideologia de gênero no Brasil: 1914-1940*, muitas mulheres das classes mais favorecidas,

principalmente profissionais da saúde, professoras e assistentes sociais, assumiram a tarefa eugênica de educar e proteger as mães e crianças pobres, refletindo não só a preocupação humanitária pelo seu bem-estar, mas também a necessidade de evitar a degeneração física e moral das futuras gerações.

Em 1922, é fundada a Federação Brasileira para o Progresso Feminino (FBPF) que realiza no Rio de Janeiro o seu primeiro Congresso. O evento alavancou a organização do movimento feminista no Brasil.

Foram pleiteadas políticas de proteção ao trabalho industrial feminino e à maternidade. Entre elas, a interdição às menores de 18 anos, o trabalho em indústrias nocivas à saúde, a criação de um corpo de inspetoras nas fábricas e nas indústrias domiciliares, a instalação de refeitórios e bebedouros higiênicos em todos os estabelecimentos industriais e, ainda, a instalação de creches e escolas para os filhos dos operários, prevendo também o tempo necessário ao aleitamento.

Durante o governo provisório de Getúlio Vargas, em 1931, as representantes estaduais da FBPF realizaram, também no Rio de Janeiro, o II Congresso Internacional Feminista para que suas aspirações sufragistas fossem contempladas no novo Código Eleitoral. Nesse segundo Congresso foram reforçadas suas propostas anteriores e também trataram da questão da igualdade salarial para ambos os sexos, assim como da qualificação técnica necessária para que as mulheres tivessem igualmente a possibilidade de ocupar cargos considerados masculinos.

Em 1932, foi conquistado o direito ao voto feminino no Brasil, o trabalho feminino foi regulamentado e muitas das reivindicações feministas contempladas.

Estrategicamente, o movimento feminista liberal não discutia sobre a questão da moral sexual baseada na divisão **natural** dos papéis sociais no interior da família e com forte influência religiosa, pelo contrário, utilizou-se da moral familiar estabelecida para adquirir sua legitimidade na esfera política.

Embora toda a luta das feministas sufragistas pela causa trabalhista, o caráter sagrado e natural da maternidade ainda permanecia uma condição que poucas ousavam questionar. Suas principais representantes defendiam que promover e exaltar o papel especializado de dona de casa e mãe era um meio importante de aumentar o poder social das mulheres.

Entretanto, esta não era a maneira de pensar das feministas envolvidas com o ideário anarquista. Para elas, a educação e o trabalho das mulheres eram importantes questões a serem discutidas assim como a própria moral sexual vigente na cultura brasileira, pautada ainda fortemente pela religião.

Desde o início do século XX, dentre os inúmeros problemas relacionados à saúde enfrentados pelos trabalhadores, uma grande proliferação de sífilis fez com que os próprios trabalhadores começassem a se preocupar com questões ligadas à reprodução, sexualidade, mulher, maternidade e infância, também a partir de uma perspectiva moralizadora.

O temor sífilítico torna-se uma das principais preocupações urbanas do início do século XX. A imprensa operária passou então a enfatizar o cuidado com o desenvolvimento infantil. Neste sentido, também a classe trabalhadora exaltou a instrução e a educação moral das crianças e dos jovens, como fundamentais para a melhoria das condições de vida dos trabalhadores.

Diante da realidade em que viviam, os militantes operários acusavam a ordem burguesa como a responsável pela debilidade física e intelectual dos trabalhadores que comprometia sua descendência e defendiam o controle da natalidade como uma forma de resistência política.

Na França, a luta anarquista esteve fortemente identificada com o neomalthusianismo e sua defesa do controle de natalidade desde a década de 1890.

Ao contrário das restrições morais propostas por Thomas Malthus para combater o problema da superpopulação, os anarquistas franceses neomalthusianos foram adeptos do amor livre e da utilização de métodos mecânicos de contracepção.

Segundo essas ideias anarquistas, o controle da natalidade tornaria possível a liberdade sexual e permitiria que as mulheres se libertassem da tirania da maternidade involuntária.

Para muitos escritores anarquistas, a possibilidade de uma reprodução humana consciente traduzia o poder da racionalidade científica em controlar a natureza cega dos instintos humanos e promover assim a organização e a justiça social. Eles aceitavam a visão positivista, bastante influente no final do século XIX, de que um domínio tecnológico cada vez maior da ciência sobre a natureza promoveria o progresso da sociedade.

Com a possibilidade científica de controle reprodutivo, o movimento operário anarquista brasileiro também passou a discutir os hábitos e as crenças sexuais do proletariado.

No Brasil, muitos militantes operários compartilhavam do ideal eugênico em relação ao controle reprodutivo e de re-

geração racial. Passaram a combater a procriação de sífilíticos e alcoólatras, dispensando mais atenção à realização de casamentos eugênicos e apontando a miséria provocada pela organização social burguesa e capitalista como o principal fator de degeneração humana.

Em conformidade com o discurso médico-científico da higiene e da eugenia, os militantes anarquistas desejavam assumir o controle sobre sua própria reprodução. Assim, foi reservado à mulher da classe trabalhadora o espaço doméstico, onde ela seria responsável pela criação de pessoas fisicamente e moralmente saudáveis, plenamente capazes de se engajarem na luta revolucionária.

Assim como o discurso médico, a maioria das publicações anarquistas retratava a mulher operária como vítima do sistema capitalista usurpador da real vocação das mulheres para a maternidade e o cuidado do lar.

Segundo esta visão vitimista, era a miséria econômica promovida pelo sistema capitalista que conduzia as mulheres e as crianças às fábricas, levando-as à ruína física e moral. Contrapondo-se tanto à figura da prostituta como à da burguesa ociosa, o perfil de mulher vislumbrado pelos militantes operários era o da mulher revolucionária moralmente comedida e que, embora negasse o casamento religioso e civil, fosse dedicada ao amor pelo companheiro e pelos filhos.

E também entre os militantes anarquistas, o discurso do gênero adquiriu uma importante função de organização política.

De maneira geral, o discurso operário militante, predominantemente masculino, assumiu uma postura paternalista que visava proteger as mulheres trabalhadoras con-

tra os abusos dos superiores das fábricas, atribuindo-se o direito de liderança sobre as operárias devido à fragilidade e à falta de combatividade que caracterizavam a **natureza feminina**.

Contra a visão da fragilidade e da passividade feminina, muitas mulheres que lutavam em prol da causa feminista dentro do anarquismo, fundam, em 1921, no Brasil, a **Federação Internacional Feminina**, organização que se propunha a discutir diversos assuntos, como os direitos civis das mulheres e das crianças, educação, eugenia, proteção aos animais, entre outros.

O feminismo anarquista brasileiro, em sua vertente libertária mais radical, considerava que, para uma efetiva transformação da condição inferior das mulheres em relação aos homens, era imprescindível que além do acesso à educação emancipadora se realizasse uma mudança radical da moral sexual predominante na época.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como vimos, os discursos médicos da higiene e da eugenia desdobraram-se em tecnologias políticas decisivas na construção histórica das subjetividades sexuais no início da moderna sociedade industrial brasileira, reservando às mulheres deste período um papel social ainda muito atrelado à sua capacidade biológica de maternidade, dificultando sua efetiva e igualitária inserção no mercado de trabalho capitalista.

Mesmo entre os grupos sociais mais contestadores, com suas reivindicações emancipatórias, estas tecnologias

políticas do gênero estiveram presentes neste contexto histórico, articulando sua organização política e lutas sociais específicas.

Perceber isso torna ainda mais complexa uma análise histórica e discursiva do gênero, ultrapassando o entendimento de seu caráter político enquanto mera ideologia opressiva.

Diante das reflexões teóricas e análises evidenciadas, podemos vislumbrar uma das maneiras pelas quais a história da tecnologia pode incorporar de maneira crítica o caráter discursivo do gênero em seus métodos historiográficos.

REFERÊNCIAS

BADINTER, Elizabeth. **Um amor conquistado: o mito do amor materno**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BESSE, Susan. **Modernizando a desigualdade: reestruturação da ideologia de gênero no Brasil, 1914/1940**. São Paulo: Edusp, 1999.

COSTA, Jurandir Freire. **Ordem médica e norma familiar**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988. v. 1.

LAURETIS, Teresa de. A tecnologia do gênero. In: HOLLANDA, Heloisa B. (Org.). **Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

LAQUEUR, Thomas. **Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud**. Rio de Janeiro: RELUME-DUMARA, 2001.

SCOTT, Joan Wallach. **Gender and the politics of history**. New York: Columbia University Press, 1999.

STEPAN, Nancy L. **A hora da eugenia: raça, gênero e nação na América latina**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005.

QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL DE MULHERES PARA A INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO CIVIL: ENTRE O ENFRENTAMENTO E A REPRODUÇÃO DA DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO¹

Talita Santos de Oliveira
Sílvia Cristina Yannoulas

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, a expansão de políticas e programas sociais voltados para inclusão produtiva das mulheres tem proporcionado ganhos significativos às trabalhadoras, ao identificarem-nas como um grupo social em desiguais condições para concorrer aos postos no mercado de trabalho.

Iniciativas como a concessão de créditos para empreendimentos autônomos de mulheres, a elevação da escolaridade e qualificação profissional, bem como o incentivo à adoção de práticas afirmativas no âmbito de empresas e insti-

¹ Este capítulo reúne os principais resultados da dissertação de mestrado em Política Social intitulada *Mulheres na Construção: uma alternativa para as trabalhadoras do Distrito Federal e entorno?*, elaborada por Talita Santos de Oliveira e orientada por Sílvia Cristina Yannoulas (OLIVEIRA, 2014). Parte dos resultados foi apresentada no X Fazendo Gênero (OLIVEIRA, 2013b) e publicada no capítulo sobre *A inserção das mulheres na construção: um retrato midiático sobre a expressão e reprodução da feminilidade no setor* (OLIVEIRA, 2013a).

tuições sociais empregadoras são exemplos de programas sociais orientados ao combate às discriminações e ao desenvolvimento econômico e da autonomia das mulheres, que tem amenizado parte das desvantagens sociais sofridas por elas no mundo do trabalho.

Apesar de darem concretude a importantes estratégias, fatores determinantes da inserção produtiva de homens e mulheres, como a divisão sexual do trabalho por meio da segmentação horizontal e vertical das ocupações ou o conflito entre responsabilidades familiares e laborais (YANNOULAS, 2003; YANNOULAS, 2013) tencionam a maior parte dos mencionados programas no sentido da manutenção da desigual divisão sexual do trabalho (KERGOAT, 2002; HIRATA, 2002).

Os programas de qualificação profissional para mulheres, embora tenham como prerrogativa a capacitação das mesmas com vistas a melhorar sua inserção no mercado de trabalho, em sua maioria, voltam-se para as áreas de ocupação tradicionais, tidas como **femininas**. Dessa forma, incorporam a divisão sexual do trabalho e se fundamentam na segmentação horizontal das ocupações, atuando como fatores de reforço à condição subordinada e inferiorizada do trabalho das mulheres na esfera produtiva.

Em contraposição a esta lógica, os Planos Nacionais de Políticas para as Mulheres (BRASIL, 2004; BRASIL, 2008; BRASIL, 2013), em especial o segundo (2008-2011) e o terceiro (2013-2015), ressaltaram a importância do desenvolvimento e implantação de ações voltadas para inserção das mulheres em áreas não tradicionais, com o intuito de reduzir as assimetrias de gênero, como a desigualdade de rendimentos, e também visando ampliar as possibilidades laborais disponíveis às mulheres.

Todavia, é válido questionar em que medida tais programas não incorporam ou reproduzem as desigualdades de gênero inerentes à divisão sexual do trabalho, uma vez que a separação e a hierarquização das atividades realizadas por homens e mulheres podem variar no tempo e no espaço, sem que haja a modificação dos fatores estruturantes da dominação de gênero (HIRATA, 2002). Esta dialética que envolve os programas de qualificação profissionais para mulheres em áreas não tradicionais é o pano de fundo deste capítulo.

Por meio da metodologia do estudo de caso, tomamos como referência o programa **Mulheres na Construção**, executado no Distrito Federal (DF), procurando problematizar o surgimento e as implicações de qualificações profissionais para inserção das mulheres nos mercados de trabalho, diante do contexto de metamorfoses do capitalismo que permite que, parafraseando *Il Gatopardo*, “tudo mude para que nada mude”.

RELAÇÕES DE GÊNERO NO MERCADO DE TRABALHO E NA QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL

A distribuição de empregos e ocupações apresenta padrões diferenciados segundo o sexo. No Brasil, por exemplo, enquanto 48% da população masculina ocupada se alocou nos setores agrícola, industrial e de construção no ano de 2011, 45% das mulheres ocupadas se concentrou nos mais variados ramos do setor de serviços, como educação, saúde, alimentação, serviços sociais, coletivos e pessoais e domésticos (BRASIL, 2013).

Esta segmentação sexual das ocupações, além de ser assimétrica horizontalmente porque existe maior número

de opções para os homens (YANNOULAS, 2003a), é também hierárquica (DAUNE-RICHARD, 2003). Assim, há um número considerável de atividades e profissões que incorporam mão de obra masculina, cuja remuneração e prestígio social são elevados no rol da estrutura ocupacional. Já o número das atividades e profissões femininas é inferior, e as mesmas são limitadas e desvalorizadas.

A segmentação sexual horizontal e vertical de empregos e profissões assimila as características da separação das tarefas entre homens e mulheres fortemente marcado pela dicotomia entre trabalho produtivo e reprodutivo, e as hierarquiza conforme os ideais de masculinidade e feminilidade presentes na sociedade. Isto é, enquanto as atividades masculinas estão comumente associadas ao uso da racionalidade, à manipulação de máquinas e instrumentos visando produção de objetos e bens, à utilização de técnicas e, em muitos casos, ao uso da força física, as atividades femininas envolvem, dentre outros fatores relacionados à reprodução social, a destreza, a habilidade de ouvir e cuidar de outros seres, a sensibilidade, guardando estreita relação com os processos de socialização vigentes. Assim, o trabalho masculino predominante no setor produtivo industrial em que há o domínio da tecnologia, pressupõe tecnicidade e qualificação profissional, socialmente valorizadas no mercado de trabalho. Enquanto que, o trabalho feminino é associado ao relacional e as capacidades e habilidades que requer são tidas como inerentes à natureza das mulheres (DAUNE-RICHARD, 2003; SOUZA-LOBO, 1991). Deles se espera qualificação profissional específica, delas apenas qualidades tidas como naturais, o que algumas autoras denominam de “qualificação tácita” (YANNOULAS, 2013).

Tal divisão e subjetivismo presentes nos mercados de trabalho refletem em uma pirâmide ocupacional segmentada horizontal e verticalmente em termos de gênero, impossibilitando o acesso e ascensão igualitária das mulheres aos postos de trabalho, uma vez que não só reduzem em número as possibilidades laborais femininas – **segmentação horizontal das ocupações** – como também as exclui dos cargos de nível hierárquico e salários mais elevados, mesmo nas áreas em que elas costumam ser a maioria – **segmentação vertical das ocupações** (YANNOULAS, 2003; 2013).

TENSÕES DECORRENTES DA FEMINIZAÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO

Apesar desses determinantes, a literatura especializada aponta a ocorrência de variações na segmentação das atividades laborativas ao longo do tempo, decorrentes de transformações tanto no interior dos ofícios, quanto dos contextos macrossociais. De acordo com Caccouault (2003, p.33):

uma atividade pode ser definida como “feminina” ou “masculina” em diferentes momentos de sua história, porque o tipo de qualificação e de ideologia profissional que a caracterizam assim como as funções próprias a essa profissão sofreram modificações.

Ou seja, a **feminização** ou **masculinização** de determinadas ocupações é resultado direto de transformações históricas, econômicas e sociais sobre os processos de trabalho e as relações sociais entre os sexos.

Nesse sentido, Saffioti (1979) acrescenta que o desenvolvimento das forças produtivas e o incremento tecnológico

repercutem diretamente sobre a divisão sexual do trabalho e especialmente sobre o trabalho produtivo das mulheres. Haveria uma tendência ao aumento do número de mulheres empregadas como uma estratégia de barateamento dos custos do trabalho e exploração intensa da mão de obra feminina, já que à mão de obra masculina é atribuído maior valor social.

Já Souza-Lobo (1991), no entanto, contesta em parte essa afirmação, alegando que a força de trabalho feminina não substitui sistematicamente à masculina. Embora a ampliação do trabalho das mulheres atenda aos interesses do capital de maximização dos lucros, o trabalho masculino ainda é e, provavelmente, será sempre predominante. Isto é, o capital submete seus objetivos aos limites de atuação nas esferas produtiva e reprodutiva impostos pela divisão sexual do trabalho. Para essa autora, o cerne da questão se encontra no fato de que, quando uma atividade é feminilizada, ou em outras palavras, passa a ser executada pelas mulheres em vez dos homens, ela também passa a ser considerada como menos complexa, a partir dos pressupostos de que suas características requeridas são atribuições tidas como naturais do sexo feminino. É nesse sentido que Souza-Lobo (1991) reforça a tese de que sobre o trabalho masculino repousa a ideia de qualificação profissional, ou trabalho social qualificado.

O aumento quantitativo da participação das mulheres no mercado de trabalho pós-fordista ou no regime da acumulação flexível costuma ser interpretado sob duas perspectivas: uma que aponta para a expansão de atividades **femininas**, e outra, que contempla a inserção, ainda que restrita, das mulheres em alguns espaços ocupacionais tradicionalmente **masculinos**. Em ambas é possível pensar em termos de feminização do mercado de trabalho, caso a inserção das

mulheres tenha implicado mudanças em seu percentual representativo, na estrutura ou na configuração do trabalho e nas relações sociais estabelecidas entre homens e mulheres (YANNOULAS, 2011; LOMBARDI, 2009; LE FEUVRE, 2008).

A feminização das ocupações é dimensionada na literatura especializada a partir de um enfoque quantitativo, baseado em estatísticas do trabalho sobre o percentual de homens e mulheres, ou qualitativo, referindo-se às transformações que podem ocorrer no teor das atividades e no significado social da ocupação (YANNOULAS, 2011). Os dois enfoques privilegiam a relação com o contexto histórico em que se efetiva a feminização, que também pode ser marcado pela adoção de medidas e ações públicas voltadas à promoção da igualdade profissional entre os sexos (LE FEUVRE, 2008).

É comum aos estudos sobre a feminização das ocupações, principalmente os de cunho qualitativo, o apontamento do processo como uma estratégia para baratear os custos do trabalho e intensificar a exploração da mão de obra feminina, uma vez que, o aumento expressivo da participação das mulheres corresponde a períodos em que se manifesta uma maior precarização e flexibilização do trabalho (YANNOULAS, 2003; 2011; NOGUEIRA, 2004).

Essa diferenciação conceitual possibilita a identificação clara de como se dá a inserção das mulheres em ocupações tradicionalmente **femininas**, em geral, desvalorizadas no rol da estrutura das ocupações. Todavia, é com relação ao ingresso das mulheres nas áreas **masculinas** que ela se torna primordial, pois revela que a penetração feminina em tais reductos não rompe, a rigor, com a divisão sexual do trabalho.

Isso é registrado por Le Feuvre (2008) a partir de estudos realizados na França e na Grã-Bretanha sobre a incorporação

das mulheres em antigos **bastiões masculinos** no âmbito de carreiras burocráticas e carreiras profissionais. Segundo ela, essa inserção “não contribui para transformar os fundamentos materiais e ideais do sistema sexo/gênero” (LE FEUVRE, 2008, p. 310). Mesmo quando expressiva, a penetração numérica das mulheres nesses bastiões perpetua as lógicas de separação e hierarquização das tarefas com base nos modelos de feminilidade e masculinidade.

Dessa forma, entendemos que o processo de feminização em profissões e ocupações **masculinas** comporta contradições. A entrada das mulheres pode se dar de forma marginal e restrita a atividades relacionadas aos estereótipos do feminino, ou seja, **feminizando** certos tipos de tarefa e reforçando as assimetrias decorrentes da desigual divisão sexual do trabalho.

QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL DE MULHERES EM ÁREAS NÃO TRADICIONAIS: O PROGRAMA MULHERES NA CONSTRUÇÃO

Utilizamos a técnica do estudo de caso como estratégia de avaliação de programas contemporâneos de qualificação profissional para mulheres em áreas não tradicionais, optando neste estudo pela análise do programa Mulheres na construção, implementado no Distrito Federal.

O programa Mulheres na construção foi concebido pela Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste (SU-DECO), uma autarquia de natureza especial, com autonomia econômica e financeira, vinculada à estrutura do Ministério da Integração Nacional (MI). O programa visou à qualifica-

ção social e profissional de mulheres no Distrito Federal (DF) para o setor da construção como um projeto piloto a ser expandido para todo o Centro-Oeste a partir de 2013.

Desde sua criação, em dezembro de 2011, envolveu a participação de outros órgãos e instituições sociais nos processos tanto de elaboração, quanto de execução e implantação das ações como o Instituto Federal de Brasília (IFB), o Sindicato das Indústrias da Construção Civil do DF (SINDUSCON-DF) e da Secretaria de Estado da Mulher do DF (SEM-DF). Os dois primeiros com participação formalizada por um acordo de cooperação técnica assinado com a SUDECO.

No âmbito desse acordo foram definidas as atribuições de cada parceiro na implementação do programa, sendo que: à SUDECO coube fomentar a realização dos cursos e supervisioná-los, celebrando para isso, um termo à parte com o IFB; este, por sua vez, garantiu a qualificação social e profissional, com a certificação pertinente; e ao SINDUSCON-DF foram relegadas as funções de divulgação dos cursos e da mão de obra qualificada, de identificação das demandas de trabalho no setor e de articulação da posterior inserção das qualificadas no mercado da construção do DF.

A SEM-DF, apesar de não ser um parceiro efetivo, do ponto de vista formal, foi essencial ao recrutamento e seleção das mulheres para realização dos cursos, tendo em vista o perfil que se intentava alcançar: mulheres pobres, com baixa escolaridade e beneficiárias dos programas de transferência de renda no DF e entorno. A divulgação do programa nos equipamentos da SEM-DF foi o principal fator atrativo para a inscrição das mulheres nos cursos, os quais se destinavam à formação nas áreas de pintura e assentamento de azulejos.

As qualificandas foram selecionadas conforme um questionário diagnóstico contido no edital de seleção do curso, publicado pelo IFB, cujo objetivo era a avaliação da situação econômica e da realidade social das candidatas. Os critérios de idade, renda familiar, número de filhos, nível de escolaridade e ser beneficiária de ações de transferência de renda foram elencados e pontuados de 0 a 20, de acordo com a situação das candidatas e com este perfil que se intentava abarcar.

O edital também pontuava a reserva de vagas para mulheres atendidas pelos equipamentos da SEM-DF, como Casa Abrigo, Centros de Referência de Atendimento à Mulher (CEAMs) e Núcleos de Atendimento à Família e aos Autores de Violência Doméstica (NAFAVDs). Neste caso, mulheres em situação de risco ou vulnerabilidade social (vítimas efetivas ou potenciais de violência doméstica, salvaguardadas legal e judicialmente pela Lei Maria da Penha), que foram inseridas nos cursos com pseudônimos, para preservação de suas integridades física e moral.

As qualificandas receberam ao longo da realização do curso um auxílio transporte para o custeio do deslocamento e uma bolsa mensal no valor de R\$ 200,00, o equivalente a quase 30% do atual salário mínimo, que é de R\$ 678,00. Estes, e os demais recursos financeiros necessários ao financiamento do programa, provieram de recursos orçamentários da SUDECO, transferidos ao IFB.

Inicialmente, o programa tinha como meta a qualificação de 440 mulheres em duas turmas. A qualificação da primeira turma, que seria composta por 200 mulheres, teve início ao final de abril de 2012 e foi certificada em setembro do mesmo ano. Já a segunda turma, composta por 240 mulheres, obteve

a formação no período entre janeiro e maio de 2013, tendo iniciado a participação no processo de seleção do programa em outubro do ano anterior. Em ambas as turmas, o número de qualificadas ao final da formação não correspondeu à meta prevista, de forma que uma terceira turma, com vagas remanescentes foi aberta em junho de 2013. A conclusão e certificação da terceira turma ocorreram no início do mês de outubro, computando um total de 391 mulheres qualificadas por intermédio do programa.

Realizamos 18 entrevistas semiestruturadas contemplando as/os representantes das instituições sociais envolvidas na execução do programa, como a SUDECO, o IFB e a SEM-DF, e 15 contatos com mulheres que obtiveram qualificação na área de pintura ou assentamento de azulejos. As mulheres qualificadas, às quais atribuímos pseudônimos ao utilizarmos os fragmentos de suas falas neste texto, compuseram a primeira turma de qualificadas e foram posteriormente inseridas no setor da construção do DF. No entanto, 5 delas desistiram de permanecer neste ramo de ocupação após o contato com o canteiro de obras.

QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL COMO “PORTA” DE ENTRADA DAS MULHERES NA CONSTRUÇÃO CIVIL?

A qualificação ofertada pelo programa Mulheres na construção, executado no DF, acompanha as diretrizes dos programas e ações levados a cabo pela Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM), vinculada à Presidência da República (PR). No contexto nacional, os cursos de qualificação profissional para mulheres em áreas não tradicionais, principalmente o setor da

construção, são motivados como um dos fatores de desenvolvimento da autonomia econômica das mulheres e de inserção mais igualitária no mercado do trabalho (BRASIL, 2013).

É por isso que o programa apresenta uma diferença concreta e inovadora em relação aos programas de formação da mão de obra feminina, tendo em vista que, ao contestar à lógica da segmentação sexual das ocupações, amplia o leque de opções laborais disponíveis às mulheres (ESCOBAR et al., 2003).

No entanto, entende-se que sua formatação ainda segue os modelos associados à divisão sexual do trabalho e aos estereótipos sociais de gênero presentes na maioria deles. A começar pela lógica orientadora da escolha dos cursos oferecidos e, em parte, pela estrutura metodológica e curricular dos mesmos. Indicador que denominamos os elementos materiais e subjetivos característicos da qualificação social e profissional oferecida.

Conforme os atores e atrizes envolvidos na implementação do programa, os cursos de azulejista e pintora de obras foram escolhidos com base nas características identitárias da mão de obra feminina, levando-se em conta certos atributos adquiridos pelas mulheres ao longo dos processos de socialização.

“Os cursos foram pensados em áreas onde a aptidão das mulheres, do trabalho manual das mulheres, seria mais valorizada e faria diferença de fato para o empregador ao perceber que a mulher é mais caprichosa. Então a proposta foi: pegar uma aptidão natural, construída sociologicamente... é claro... sobre o trabalho manual fino das mulheres, e ver isso ser empregado na construção em benefício do trabalho lá. Porque a mulher, ela sendo mais caprichosa dá menos trabalho, não suja tanto... economicamente, a ideia é apresentar essa vertente para o empregador (representante da SEM-DF).”

“*Porque são cursos que eu acho que eles têm mais aceitação das mulheres. Eu não falo nem na parte só do gênero, mas eu falo da parte de... da própria característica da mulher. A mulher ela é mais cuidadosa, ela é mais delicada, mais perfeccionista. Então nessa área ela teria maior recebimento na área da construção civil (representante do IFB).*”

Sob essa perspectiva, os cursos ofertados procuraram articular as dimensões social e cultural ao processo de qualificação, que, inevitavelmente, são determinantes da inserção das mulheres no mercado de trabalho. Quando reconhecem e valorizam as habilidades femininas adquiridas socialmente, os programas de qualificação profissional voltados para as mulheres ultrapassam a lógica estigmatizante e sexista da formação, descolada do contexto das relações sociais e de gênero no mundo do trabalho, e colocam a qualificação como uma construção sociocultural (LEITE; POSTHUMA, 1996; ESCOBAR et al., 2003; OLIVEIRA, 2007; MANFREDI, 2007).

Contudo, se por um lado, esta qualificação nas áreas de pintura e assentamento de azulejos referenda as qualidades e saberes adquiridos socialmente pelas qualificadas como uma vantagem adicional à sua incorporação ao setor, fator extremamente positivo (ESCOBAR et al., 2003), por outro, ela reforça os estereótipos de gênero que dão margem à exploração e subordinação das mulheres no mundo do trabalho, por dois motivos:

A princípio porque parte do pressuposto de que a força física é característica da mão de obra masculina, uma vez que, os cursos foram escolhidos e elaborados em função de não a exigirem. Esse atributo físico, além de não ser reconhecido como típico à mão de obra feminina, é ressaltado como o fundamento estruturante da hierarquização entre os sexos no mercado de trabalho (SOUZA-LOBO, 1991).

Cumulativamente, considera esses atributos **femininos** como um elemento determinante para incorporação das mulheres, realçando-os como benéficos para as empresas contratantes. Nesse sentido, o trabalho realizado pelas mulheres agrega valores substantivos ao processo produtivo e, ainda, favorece a obtenção de lucros do capital (SOUZA-LOBO, 1991; CISNE, 2012).

O trecho a seguir, destacado do depoimento de representante do SINDUSCON, corrobora com os dois argumentos aqui levantados.

“Aonde não depende dessa força física, ela produz em igualdade de condição com o homem. Ela é mais econômica também. O homem gasta mais! (representante do SINDUSCON).”

Ainda com relação aos elementos materiais e subjetivos da qualificação ofertada, é importante caracterizar a grade curricular e a estratégia metodológica utilizada nos cursos à luz da dialética que envolve a noção de qualificação profissional contemporânea (YANNOULAS; SOARES, 2009).

De acordo com o IFB, a qualificação profissional das ladrilheiras e pintoras de obras se efetivou a partir de cursos teóricos com algumas aulas práticas. Essa formatação dos cursos contou com a participação do SINDUSCON-DF e da SEM-DF. O primeiro contribuiu com a indicação das disciplinas necessárias à formação dos trabalhadores e das trabalhadoras da construção. Já a SEM-DF participou do processo formativo com um módulo específico para discutir as relações de gênero, que envolvia: Legislação aplicada ao trabalho das mulheres, Lei Maria da Penha, noções sobre a participação

das mulheres no mercado de trabalho e a construção da autonomia, bem como noções sobre saúde da mulher.

Além dessas disciplinas, também foram ministradas outras do plano de curso do IFB como português, matemática, leitura e interpretação de projeto, organização do trabalho, noções sobre empreendedorismo, segurança do trabalho, materiais e técnicas na área de pintura e assentamento de azulejos.

Esta configuração da grade curricular proporciona uma qualificação profissional com vistas a suplantar a capacitação meramente técnica para o trabalho, e intenta superar os limites da baixa escolarização e da baixa qualificação da mão de obra brasileira (ALVES; VIEIRA, 1995; OLIVEIRA, 2007). Por se tratar de mulheres com níveis de escolaridade mais baixos e que não tinham contato com a sala de aula há muito tempo, a qualificação, de certa forma, oportunizou a retomada e a continuação do processo educativo das qualificadas (ALVES; VIEIRA, 1995).

A inclusão de conteúdos relacionados à temática de gênero também constituiu um aspecto importante da qualificação profissional ofertada pelo programa Mulheres na construção na medida em que contextualizou as práticas sociais e profissionais das mulheres envolvidas e as instrumentalizou diante do mercado de trabalho, sexualmente segmentado e ainda excludente e discriminatório com alguns grupos sociais (ESCOBAR et al., 2003).

No entanto, há que se ressaltar que esta formação generalista coaduna com o paradigma da qualificação profissional enquanto desenvolvimento de competências, que não tem o posto de trabalho como referência para a formação, e sim o mercado de trabalho, no contexto amplo (MANFREDI, 2007; SOUZA; PEREIRA, 2006).

Esta proposta de qualificação, em uma área tão operacional como a construção civil, parece não atender às demandas de formação exigidas pelo setor. As qualificadas apontaram que tal metodologia não contemplou a dimensão prática do processo formativo e não proporcionou o contato suficiente com o canteiro de obras. Segundo a pintora Ana, a seguir, a carga horária de aulas teóricas se sobrepôs em muito à de aulas práticas.

“Eu hoje, formada, se eu não pintar a casa do meu irmão, ou a minha, como eu já fiz, ou ficar perguntando sobre técnicas... porque o curso não me deu todas as técnicas. Era só vc chegar, pintar, fazer o rolamento, uma textura levemente feita, mas assim... ficou pouco na prática e muito na teoria (Ana, pintora).”

Este paradoxo entre a dimensão teórica e prática dos processos formativos dos/as trabalhadores/as tencionam não só os debates sobre qualificação profissional, como também os relativos à educação profissional (YANNOULAS; SOARES, 2009), e se acentua a medida que a noção de qualificação profissional se esvai dos programas de formação dos/as trabalhadores/as (SOUZA; PEREIRA, 2006). A ambiguidade desse processo se encontra justamente no limiar do conhecimento prático, que, apesar de desvalorizado em relação ao técnico-científico pelo discurso, é supervalorizado no cotidiano do trabalho nas empresas (MANFREDI, 2007).

A proposta original do curso, por sinal, inovadora nesse sentido, previa uma alternativa para esta dualidade estrutural da qualificação profissional, que, todavia, não se concretizou: a inserção das qualificadas no setor mediante um estágio ou contrato de experiência. No entanto, devido a fatores como a retração da oferta de trabalho no setor da construção e a baixa

adesão das empresas à proposta de inclusão de gênero precognizada pelo curso, a maior parte das qualificadas não conseguiu se inserir no setor.

Fato que, por sua vez, traz à tona a dialética que permeia a qualificação profissional no Brasil: as empresas a reclamam, mas pouco privilegiam as iniciativas e propostas governamentais de programas de qualificação profissional (DEDDECA, 1998).

Tanto a SEM-DF, quanto a SUDECO e o IFB, envidaram esforços para garantir a incorporação das qualificadas ao setor. Com destaque para a atuação da SEM-DF, por meio de iniciativas como a articulação com empresas, o cadastro das qualificadas na Agência do Trabalhador e, ainda, a busca em estabelecer um diálogo com a Secretaria de Estado do Trabalho do Distrito Federal (SETRAB) e com a Secretaria de Estado de Obras (SO).

Os dados recuperados pela pesquisa desmistificam algumas afirmações do senso comum: primeiro, que sempre há falta de mão de obra (qualificada) no ramo da construção civil, e que este é um setor em plena expansão no GDF. Segundo, de que a falta de qualificação seria o problema central para a expansão do setor. No caso, há mão de obra qualificada, mas não há aceitação da mesma por serem mulheres!

Segundo o SINDUSCON-DF, não houve e nem há possibilidade de viabilizar o estágio da forma como inicialmente foi pensado, porquanto as qualificadas não são estudantes. Nesse sentido, a proposta da entidade, em interlocução com a SEM-DF e o IFB, foi a admissão como auxiliar ou servente de obras, em caráter de contrato de experiência de até três

meses. Depois elas poderiam ingressar como meio-oficial ou oficial.

Dentre as qualificadas entrevistadas, 4 foram encaminhadas pelo IFB para trabalhar em empresas que procuraram diretamente o instituto de formação. Uma recebeu encaminhamento via SEM-DF e 2 via SUDECO. As outras 9 conseguiram adentrar o setor por iniciativa própria, indo às empresas que tinham notícias de carência ou não de profissionais, sendo que, uma delas, na verdade, trabalhou com um amigo a título de experiência e depois montou uma empresa de pintura.

Apesar da maior parte delas, 11, ter sido contratada com registro formal na carteira de trabalho, uma vantagem comparativa das mulheres em relação aos homens que se incorporam a este setor, marcado por vínculos trabalhistas informais e flexíveis (LOMBARDI, 2011), somente 4 foram aceitas como oficiais (pintoras ou ladrilheiras) conforme o curso realizado. As demais foram admitidas enquanto servente de obras.

Pela Convenção Coletiva de Trabalho das Indústrias e Trabalhadores da Construção Civil do Distrito Federal, dos anos de 2013 a 2015, são consideradas categorias profissionais oficiais as funções de pedreiro/a, ladrilheiro/a, carpinteiro/a, armador/a, bombeiro/a hidráulico/a, eletricista, marceneiro/a, soldador/a, azulejista, estucador/a, motorista, gesseiro/a, pastilheiro/a, sinalizador/a, montador/a, pintor/a, poceiro/a, lustrador/a, impermeabilizador/a, vidraceiro/a e operadores/as de máquinas pesadas.

Dessa forma, a contratação como servente de obras, ao posicionar as qualificadas na base da estrutura ocupacional da construção, traz à tona o fenômeno da subordinação feminina no mundo do trabalho e o seu rebaixamento em face

do trabalho masculino (SOUZA-LOBO, 1991; CISNE, 2012). Não só implica o baixo prestígio social na estrutura dos ofícios, como também a percepção dos menores salários. Pela mesma convenção foram estabelecidas as seguintes categorias profissionais e suas respectivas remunerações mínimas: servente ou ajudante de obras (R\$ 772,20), guardião de obra (R\$ 772, 20), meio-oficial (R\$ 855,80), e oficial (R\$ 1199,00).

Além de perceberem menores salários, as qualificadas admitidas como servente de obras também apontaram a realização das tarefas de acabamento e limpeza final da obra como tipicamente femininas dentro dos canteiros em que trabalham, ou trabalharam. Para a pintora Maria, esse foi o fator determinante de sua desistência em permanecer no setor:

“Porque além de fazer todo o serviço de emassar as paredes e pintar, quando terminava, a gente que tinha que limpar tudo... todo aquele serviço que seria de um outro funcionário fazer, eles pnhava a gente para fazer. Tanto eu como outras mulheres que saíram, a gente saiu porque não concordava com isso! (Maria, pintora).”

Nesta fala, além da exigência por uma tarefa **tipicamente feminina**, identifica-se também a revolta delas perante a situação. Interessante verificar como uma mulher que aceita fazer um curso desta natureza quer romper as barreiras sexistas, mas se frustra ao ser recolocada nas relações de gênero tradicionais pela dinâmica social das próprias relações de trabalho.

A restrição das mulheres à fase de acabamento e de limpeza final dos canteiros, ou às atividades administrativas não é uma realidade nova no setor. Segundo Bicalho (2007), sempre houve mulheres, **peoas de obra**, empregadas nessas atividades na construção, em decorrência tanto da natureza da

indústria quanto da legislação trabalhista, a CLT, que acaba por **proteger** o trabalho feminino no setor.

É com base nos aspectos apontados que emerge o segundo indicador destacado nesta subseção como fundamental a análise e avaliação do programa Mulheres na construção: o papel da qualificação social e profissional obtida pelas mulheres para a posterior incorporação ao setor.

Existe uma mística, constante nos programas de qualificação profissional para mulheres, de que apenas a qualificação é capaz de garantir a inserção produtiva igualitária. Isto foi claramente identificado no discurso do representante da SUDECO.

“Quando a mulher é capacitada, ela entra em condições de igualdade no mercado de trabalho com o homem, o que acontece é que ela se sobressai. Ela é tão ou mais competente que o homem (representante da SUDECO).”

Quanto a esta mística, cabe destacar que envolve a educação e a qualificação profissional como um todo. De acordo com Demo (1999, p. 136) “espera-se dos programas de formação da mão de obra algo que eles não podem dar”. Em princípio porque representam mais uma estratégia de preparação dos/as trabalhadores/as, de modo a se tornarem **empregáveis**, que, propriamente, uma condição para a inserção no mercado de trabalho, uma vez que o sistema produtivo não tem o compromisso em incluí-los/as. A população economicamente ativa, sujeita recorrentemente a treinamentos de qualificação, se torna apenas mais selecionável e, contraditoriamente, favorece o mercado na ampliação dos critérios de

competitividade e no barateamento constante de um exército de reserva mais bem preparado.

No caso específico da formação da mão de obra feminina, este hiato se aprofunda, pois, em um contexto global, a elevação do nível de escolaridade e de qualificação profissional das mulheres não as tem garantido as mesmas oportunidades de acesso e ascensão no mercado de trabalho. Quando possuem nível de qualificação semelhante aos homens, ocupam postos menos qualificados; e quando se encontram nos mesmos postos de trabalho que eles, são super diplomadas (DAUNE-RICHARD, 2003; YANNOULAS, 2003).

Em se tratando de uma área tradicionalmente ocupada por homens e com um domínio subjetivo do masculino tão arraigado como o setor da construção, se fazem necessárias mais que iniciativas pontuais e aligeiradas de qualificação profissional para incluir as mulheres e, em uma perspectiva de longo prazo, **desomogeneizar** o setor.

Como bem pontuado pela SEM-DF no fragmento a seguir, embora os cursos possam ter proporcionado uma formação social e técnica para as qualificadas comparativamente superior à formação de grande parte dos trabalhadores da construção, em sua maioria despreparados e desqualificados, a forte segmentação sexual das profissões é fator excludente para incorporação das mulheres, mesmo nessas condições.

“As mulheres, com esse preparo já estão na frente de muitos homens, tecnicamente elas têm mais formação que a maioria dos homens que trabalham na construção. No entanto a gente tem um ambiente masculino e que vigora ainda muito preconceito. Onde o lugar de homem não é lugar de mulher (representante da SEM-DF).”

Ou seja, parece que na construção civil, mais vale um homem desqualificado do que uma mulher qualificada!

A essa configuração, soma-se o caráter rudimentar do setor da construção no Brasil, que põe em xeque a qualificação obtida nos centros e escolas de formação de mão de obra (FARAH, 1996). Contrapõe-se a lógica da formação à da vivência, ou experiência, em canteiros de obras, que desqualifica a formação técnica desacompanhada dessa experiência independentemente do sexo (DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICAS E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS, 2011). Desta forma, a porta de entrada para as funções operacionais no âmbito da construção civil é o posto de servente de obras, onde, após comprovada a familiaridade com a tarefa pode ocorrer a condução às atividades de cunho oficial.

“ [...] com o homem é a mesma coisa. Qualquer trabalhador que começa numa empresa independente de ser homem ou mulher tem a experiência comprovada na carteira assinada. Um homem, nesse caso, também entraria como servente. Lá na obra eles vão adquirir experiência, vivência, e com o tempo, o pessoal administrativo da obra vai classificar ele, como pintor, pedreiro... isso é natural dentro do canteiro de obras... do ambiente da construção (representante do SINDUSCON).”

Esses argumentos, supostamente **igualitários** no que se refere à inserção tanto dos homens quanto das mulheres nos canteiros de obras, reiteram, contudo, o estereótipo de desqualificação da força de trabalho feminina ressaltado por Souza-Lobo (1991). Em princípio porque, se tratando de atividades e ocupações tidas como masculinas, a incorporação das mulheres não se efetiva de modo natural, sendo necessária a comprovação da qualificação profissional.

A certificação de qualificação profissional se torna condição *sine qua non* para a entrada das mulheres no setor, mesmo nas atividades de nível hierárquico mais baixo; ao contrário dos operários, que podem apenas ter aprendido o ofício de forma característica do setor, por meio do saber-fazer (FARAH, 1996).

O processo de trabalho na construção civil implica a execução de tarefas cujo domínio e apropriação do conhecimento é transmitida **homem-a-homem**, ou seja, é socializada na estrutura dos ofícios (RESENDE, 2012). Aspecto que, por sua vez, desqualifica ainda mais, ou novamente, a entrada das mulheres no setor, tendo em vista que os processos de socialização dos meninos e das meninas não rompem com os estigmas do trabalho produtivo *versus* trabalho reprodutivo. Enquanto um menino pode estar aprendendo com o pai o ofício de pedreiro, por exemplo, a menina deverá estar em casa ajudando a mãe nos afazeres domésticos (HIRATA, 2003).

Um dado relevante que corrobora com a argumentação acima desenvolvida foi evidenciado no Relatório Anual Socioeconômico da Mulher - RASEAM, do ano de 2013, com base na PNAD do ano de 2011. Dentre a população infantil, 5,8% dos meninos compunham a Construção, enquanto não houve percentual representativo de meninas no setor. Já as atividades de Educação, saúde e serviços sociais, Serviços domésticos e Outros serviços coletivos, sociais e pessoais representaram, respectivamente, 3%, 22,9% e 5,7% da estrutura ocupacional das meninas, contra 0,4%, 0,7% e 1,3% dos meninos. Quando focamos o percentual de meninas ocupadas nos Serviços Domésticos (22,9%) é possível visualizar com mais clareza a influência dos padrões de socialização sobre a atividade econômica das mulheres.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em primeiro lugar, cabe refletir sobre os motivos que levaram ao fato de não ser atingida a meta inicialmente proposta. Não atingiram a meta porque não conseguiram selecionar mulheres com o perfil adequado, porque não houve candidaturas suficientes, ou porque houve evasão ao longo do curso? Isso seria relevante de ser esclarecido, para saber se estamos perante auto-discriminação (elas não se candidatam) ou se estamos perante o denominado **efeito tesoura** descrito por Barbosa e Lima (2013) quanto aos cursos de física: as mulheres não ficam até o fim do curso porque não se identificam com a área, porque é muito **exata**. No curso ainda não estão confrontadas com os homens, já no mercado de trabalho sim.

A inserção das mulheres na indústria da construção civil ocorre de forma marginal, através da especialização delas em algumas atividades que se aproximam ao **perfil feminino**. Lógica esta de valorização dos atributos ditos naturalmente femininos, e que captura de forma perversa a mão de obra feminina, pois perpetua a subordinação e a exploração intensiva do trabalho das mulheres pelo capital.

Ao ressaltar as **qualificações** naturais da mão de obra feminina em detrimento das obtidas por intermédio do processo de formação, como o nível de atenção aos detalhes, a limpeza, o cuidado com o material e o combate ao desperdício, a incorporação das qualificadas à construção é ressaltada não só como um fator de compensação à falta das características agregadas pelos homens, mas também pela reiteração da desqualificação da mão de obra feminina em comparação à masculina. Especialmente porque, se para adentrarem o mer-

cado de trabalho em condições de igualdade com os homens, as mulheres precisam apresentar requisitos ou capacitações adicionais, quiçá para se inserirem em um setor ou em uma profissão de tradição masculina, como é o caso da construção.

O argumento essencialista que foi colocado como positivo para desenvolver um programa visando à inserção de mulheres no setor, já que os acabamentos são mais valorizados nessa indústria. Entretanto, elas apenas conseguem adentrar no setor como ajudantes e serventes, o que contraria o princípio essencialista anteriormente pautado, por reforçar a subordinação de gênero mais geral da organização do trabalho e sua divisão sexual. Se as mulheres estão qualificadas profissionalmente em tarefas superiores, que por sua vez deveriam valer ou serem mais reconhecidas em dinheiro e prestígio no setor de construção civil, por que então a elas não são garantidos os melhores postos de trabalho, acordos com sua (nova) qualificação?

Neste espaço ocupacional, a não certificação de qualificação certamente torna as mulheres mais atrativas para o ramo haja vista que acompanha a trajetória de inserção inclusive da mão de obra masculina, espoliada, e porque desobriga as empresas quanto a um tratamento **afirmativo** na contratação dessas mulheres. Todavia, a experiência de outros estudos sobre a inserção de mulheres em áreas não tradicionais demonstra que, mesmo nessas condições, a incorporação da mão de obra feminina não dispensa a comprovação de qualificação.

Neste sentido, há que se destacar que, embora a qualificação não tenha conferido experiência ou conhecimento suficiente sobre o **saber-fazer** no âmbito da construção para

as qualificadas, as orientou quanto aos direitos trabalhistas e as manifestações das discriminações de gênero no mundo do trabalho, o que possibilitou, em alguns casos, uma recusa ao posto de servente de obras, ou, em outros, o abandono do setor, pela ausência de condições mínimas de igualdade no trabalho.

Por fim, as considerações acerca dos programas de qualificação para mulheres em áreas não tradicionais parecem encerrar em novas perguntas, em vez de respostas, que põem em xeque a noção de inclusão produtiva preconizada em tais programas nos contextos de expansão dos mercados de trabalho e das áreas ocupacionais a que visam incidir. Podem-se pontuar dois questionamentos: este tipo de qualificação profissional oferecida, no sentido da **contramão** dos estereótipos de gênero, considera as necessidades e habilidades das mulheres entendendo-as como um segmento diverso e heterogêneo? A ampliação das oportunidades de acesso das mulheres nessas ocupações, em contextos adversos, traduz as demandas do trabalho ou as demandas do capital?

No que concerne à primeira questão, pontua-se que os programas de qualificação profissional para mulheres em áreas não tradicionais devem não só considerar a heterogeneidade das mulheres, suas habilidades e saberes adquiridos, inclusive pelo processo de socialização, como também as potenciais dificuldades de inserção que estas mulheres poderão enfrentar ao término do curso (YANNOULAS, 2003). Caso contrário, poderão atuar como um reforço da divisão sexual do trabalho, uma vez que o deslocamento das fronteiras entre o masculino e feminino no mundo do trabalho, ao longo do desenvolvimento do modo de produção

capitalista, não implica a supressão da divisão sexual do trabalho (HIRATA, 2002).

Não faz sentido as mulheres adentrarem um reduto masculino onde executarão as mesmas atividades, ou assemelhadas, que realizariam em **ambientes heterogêneos** ou mesmo **femininos**, sem uma estratégia de sensibilização com relação às desigualdades de gênero no mundo do trabalho, pois as regras e a dominação de gênero a que estarão submetidas será muito maior, e as condições discriminatórias ainda mais perversas.

Em relação à segunda questão, cabe reflexionar: se a naturalização de atividades e trabalhos tidos como femininos atende diretamente aos interesses e à lógica do capital, a sua **desnaturalização** não pode também contribuir para o mesmo fim? A exploração do capital sobre o trabalho das mulheres não se dá de forma diferenciada da exploração sobre o trabalho masculino, todavia, essa se acentua, na medida em que elas se encontram em uma posição subordinada e inferiorizada na estrutura produtiva. Em geral, a entrada considerável das mulheres em alguma área ou na execução de alguma tarefa repercute diretamente sobre o nível de prestígio e valorização que estas possuem na estrutura das ocupações no mundo do trabalho (SOUZA-LOBO, 1991; YANNOULAS, 2011; CISNE, 2012).

A inserção das mulheres em postos de trabalho **masculinos**, porém em condições precárias e flexibilizadas não garante a redistribuição de oportunidades e nem a redução das assimetrias de gênero. Aqui, cabe o apontamento da crítica de Pereira (2012) às políticas de ativação, segundo a qual, nem todo trabalho é nobre e digno, incluindo, em determinados contextos, o formal, e ainda, nem toda capacitação é relevan-

te, se visa formar ligeiramente os pobres para assumirem trabalhos precários.

Não basta aos programas de qualificação voltados para as mulheres a contestação da lógica da segmentação sexual das ocupações. É necessário fornecer condições de incorporação ocupacional, cuja intermediação da mão de obra se desvencilhe do peso desigual atribuído à experiência profissional para homens e mulheres, vez que grande parte da mão de obra feminina encontra uma maior formação dentro do ambiente doméstico.

As políticas de inclusão produtiva voltadas para as mulheres, principalmente os programas destinados à incorporação em áreas não tradicionais, devem se efetivar em compasso com as políticas de ação afirmativa, sob pena se de traduzirem em mecanismos de reforço da dominação de gênero e de ampliação da exploração e alijamento da força de trabalho feminina. E no âmbito do Estado, de um meio de construção e reconstrução das desigualdades de gênero por intermédio das políticas sociais (GAMA, 2008).

Cabe aqui realizar outro questionamento: até que ponto é interessante este esforço para inserir mulheres em um setor tão desvalorizado e precário? Não seria equivalente a apenas tirá-las, por exemplo, do emprego doméstico e colocá-las em outro âmbito **tão ruim quanto** ou apenas **um pouco melhor**?

Finalmente, a proposta de renovação das relações de gênero numa área masculinizada que o programa suscitou pode ser considerada inovadora e relativamente bem sucedida, quando considerada do ponto de vista das intenções dos agentes do Estado, porém paradoxalmente acaba sendo reprodutora do velho conservadorismo na sua concretude.

REFERÊNCIAS

AALVES, Edgard Luiz Gutierrez; VIEIRA, Carlos Alberto dos Santos. Qualificação profissional: uma proposta de política pública. **Planejamento e Políticas Públicas**, Brasília, n. 12, p. 117-146, jun./dez. 1995. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/viewFile/143/145>>. Acesso em: 04 out. 2016.

BARBOSA, Marcia C.; LIMA, Betina S. Mulheres na física do Brasil: por que tão poucas? E por que tão devagar. In: YANNOULAS, Silvia Cristina. **Trabalhadoras: análise da feminização das profissões e ocupações**. Brasília: Editorial Abaré, 2013, p. 69 – 86.

BICALHO, Nair. **Trabalhadores pobres e cidadania: a experiência da exclusão e rebeldia na construção civil**. Uberlândia: EDUFU, 2007.

BRASIL. Secretaria de Políticas para as Mulheres. **Plano nacional de políticas para as mulheres: 2004-2008**. Brasília. Disponível em: <<http://www.spm.gov.br/assuntos/pnpm/plano-nacional-politicas-mulheres.pdf>>. Acesso em: 04 out. 2016.

BRASIL. Secretaria de Políticas para as Mulheres. **Plano nacional de políticas para as mulheres: 2008-2011**. Brasília, 2008, 236p. Disponível em: <<http://www.spm.gov.br/assuntos/pnpm/livro-ii-pnpm-completo09.09.2009.pdf>> Acesso em: 04 out. 2016.

BRASIL. Secretaria de Políticas para as Mulheres. **Plano nacional de políticas para as mulheres: 2013-2015**. Brasília. Disponível em: <file:///C:/Users/EDITORA%203/Downloads/PNPM_2013_2015.pdf>. Acesso em: 04 out. 2016.

BRASIL. Secretaria de Políticas para as Mulheres. **Relatório anual socioeconômico da mulher: 2013**. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2013. Disponível em: <<http://www.spm.gov.br/sobre/publicacoes/publicacoes/2013/raseam-interativo>>. Acesso em: 05 out. 2016.

CACCOUULT, Marlaine. Variações nos ofícios femininos e masculinos. In: MARUANI, Margaret; HIRATA, Helena (Org.). **As novas fronteiras da desigualdade**: homens e mulheres no mercado de trabalho. São Paulo: Editora Senac, 2003, p. 31 – 36.

CISNE, Mirla. **Gênero, divisão sexual do trabalho e serviço social**. São Paulo: Outras Expressões, 2012.

DAUNE-RICHARD, Anne-Marie. Qualificações e representações sociais. In: MARUANI, Margaret; HIRATA, Helena (Org.). **As novas fronteiras da desigualdade**: homens e mulheres no mercado de trabalho. São Paulo: Editora Senac, 2003, p. 65 - 76.

DEMO, Pedro. **Participação é conquista**. São Paulo: Cortez, 1999.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. Salários na construção civil nos anos 2000: entre a formalização e a rotatividade. **Boletim Trabalho e Construção**, São Paulo, n. 6, dez. 2011. Disponível em: <<http://www.dieese.org.br/boletimtrabalhoeconstrucao/2011/2011boletimTrabalhoConstrucao6.pdf>>. Acesso em: 05 out. 2016.

ESCOBAR, Maria Conceição (et al.). Inovação na educação profissional das mulheres (1996-2002). In: YANNOULAS, Silvia Cristina (Org.). **A convidada de pedra**: mulheres e políticas públicas de trabalho e renda: entre a descentralização e a integração supranacional: um olhar a partir do Brasil 1988-2002. Brasília: Flacso, 2003, p. 155 – 191.

FARAH, Marta F. S. **Processo de trabalho na construção habitacional**: tradição e mudança. São Paulo: Annablume, 1996.

GAMA, Andréia Sousa. As contribuições e os dilemas da crítica feminista para a análise do Estado de bem-estar social. **SER Social**, Brasília, v. 10, n. 22, p. 41-68, 2008. Disponível em: <http://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/25/14>. Acesso em: 04 out. 2016.

HIRATA, Helena. **Nova divisão sexual do trabalho?** Um olhar voltado para a empresa e a sociedade. São Paulo: Boitempo, 2002.

HIRATA, Helena. Tecnologia, formação profissional e relações de gênero no trabalho. **Revista Educação e Tecnologia**, Curitiba, n. 6, p. 144-156, maio 2003. Disponível em: <<http://revistas.utfpr.edu.br/pb/index.php/revedutec-ct/article/view/1081/684>>. Acesso em: 04 out. 2016.

KERGOAT, Danielle. División sexual del trabajo y relaciones sociales entre los sexos. In: HIRATA, Helena; et al. (Org.). **Diccionario crítico del feminismo**. Editorial Síntesis: Madrid, 2002, p. 66 – 74.

LE FEUVRE, Nicky. Modelos de feminização das profissões na França e na Grã-Bretanha. In: COSTA, Albertina de O. (Org.). **Mercado de trabalho e gênero: comparações internacionais**. Rio de Janeiro: FGV, 2008, p.299 - 314.

LEITE, Márcia de Paula; POSTHUMA, Anne Caroline. Reestruturação produtiva e qualificação: reflexões sobre a experiência brasileira. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 10 n. 1, p. 63-76, 1996. Disponível em: <http://produtos.seade.gov.br/produtos/spp/v10n01/v10n01_08.pdf>. Acesso em: 05 out. 2014.

LOMBARDI, Maria Rosa. As trabalhadoras na construção civil: quem são elas e o que fazem? In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS EMPREGADOS EM TELECOMUNICAÇÕES, 12., 2011, João Pessoa. **Anais...** João Pessoa: [s.n.], 2011.

LOMBARDI, Maria Rosa. Feminização, reestruturação e profissionalização em redutos tradicionalmente masculinos: as Forças Armadas e a Marinha do Brasil. In: TORNQUIST, Carmem Susana et al. (Org.). **Leituras de resistência: corpo, violência e poder**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2009, p. 205 – 240.

MANFREDI, Silvia Maria. Qualificação e educação: reconstruindo nexos e inter-relações. In: SAUL, Ana Maria; FREITAS, José Cléber (Org.). **Políticas públicas de qualificação: desafios atuais**. São Paulo: A+ Comunicação, 2007, p.11-36.

NOGUEIRA, Claudia. **A feminização no mundo do trabalho**. Campinas: Autores Associados, 2004.

OLIVEIRA, Roberto Veras. A qualificação profissional como política pública. In: SAUL, Ana Maria; FREITAS, José Cléber (Org.). **Políticas públicas de qualificação: desafios atuais**. São Paulo: A+ Comunicação, 2007, p. 37 - 57.

OLIVEIRA, Talita Santos. A inserção das mulheres na construção civil: um retrato midiático sobre a expressão e reprodução da feminilidade no setor. In: YANNOULAS, Silvia C. (Org.). **Trabalhadoras: análise da feminização das profissões e ocupações**. Brasília: Editorial Abaré, 2013a, p.137 - 158.

OLIVEIRA, Talita Santos. **Mulheres na construção: uma alternativa para as trabalhadoras do Distrito Federal e entorno?** 2014. 141 f. Dissertação (Mestrado em Política Social) - Universidade de Brasília. Brasília, 2014. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/15341/1/2014_TalitaSantosdeOliveira.pdf>. Acesso em: 04 out. 2016.

OLIVEIRA, Talita Santos. O programa mulheres construindo autonomia na construção civil entre a agenda de gênero e a agenda neoliberal. In: FAZENDO GÊNERO, 10, 2013, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: UFSC, 2013b, p. 1-12. Disponível em: <http://www.fazendogenero.ufsc.br/10/resources/anais/20/1373323948_ARQUIVO_OLIVEIRA_Fazendogenero.pdf>. Acesso em: 04 out. 2016.

PEREIRA, Potyara Amazoneida Pereira. Utopias desenvolvimentistas e a política social no Brasil. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n.112, p.729-753,out./dez.2012.

POSTHUMA, Anne Caroline. Transformações no emprego no Brasil na década de 90. In: POSTHUMA, Anne Caroline (Org.). **Abertura e ajuste do mercado de trabalho no Brasil: políticas para conciliar os desafios de emprego e competitividade**. Brasília: Editora 34; OIT/MTE, 1999, p. 11-32.

RESENDE, Maria Cristina R. **Mulheres em ambientes masculinizados:** análise da inserção de mulheres nos canteiros de obras da construção civil em duas empresas de Belo Horizonte. 2012. 134 f. Dissertação (Mestrado em Administração) - Faculdade Novos Horizontes, Belo Horizonte, 2012. Disponível em: <http://unihorizontes.br/novosite/banco_dissertacoes/141120121358102912.pdf>. Acesso em: 04 out. 2016.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **A mulher na sociedade de classes:** mito e realidade. Petrópolis: Vozes, 1979.

SOUSA, Salviana de Maria. P. S. e PEREIRA, Maria Eunice F.D. A apropriação da noção de competência nas políticas de educação profissional desenvolvidas no Brasil a partir dos anos 1990. In: (orgs.) SILVA, Maria Ozanira e YAZBEK, Maria Carmelita. Políticas Públicas de Trabalho e Renda no Brasil Contemporâneo. São Paulo: Cortez, 2006, p. 73 - 89.

SOUZA-LOBO, Elizabeth. **A classe operária tem dois sexos:** trabalho, dominação e resistência. Editora Brasiliense: São Paulo, 1991.

YANNOULAS, Silvia Cristina. Gênero e Mercado de Trabalho: situando a problemática. In.: YANNOULAS, Silvia Cristina (Coord.) **A convidada de pedra.** Mulheres e políticas públicas de trabalho e renda: entre a descentralização e a integração supranacional: um olhar a partir do Brasil 1988-2002. Brasília: Flacso, 2003a, p. 48 - 62.

YANNOULAS, Silvia Cristina. Agendas públicas e institucionais. In.: YANNOULAS, Silvia Cristina (Coord.) **A convidada de pedra.** Mulheres e políticas públicas de trabalho e renda: entre a descentralização e a integração supranacional: um olhar a partir do Brasil 1988-2002. Brasília: Flacso, 2003b, p. 82 - 125.

YANNOULAS, Silvia Cristina. Tendência descentralizadora na formulação de políticas públicas de trabalho: o caso brasileiro. In.: YANNOULAS, Silvia Cristina (Coord.) **A convidada de pedra.** Mulheres e políticas públicas de trabalho e renda: entre a descentralização e a integração supranacional: um olhar a partir do Brasil 1988-2002. Brasília: Flacso, 2003c, p. 126 - 154.

YANNOULAS, Silvia Cristina. Introdução – Sobre o que nós, mulheres, fazemos. In: YANNOULAS, Silvia Cristina (Coord.). **Trabalhadoras: análise da feminização da profissões e ocupações**. Brasília: Editorial Abaré, 2013.

YANNOULAS, Silvia Cristina. Feminização ou Feminilização? Apontamentos em torno de uma categoria. **Temporalis**, São Paulo, v. 2, n. 22, p. 271-292, 2011. Disponível em: <<http://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/1368/1583>>. Acesso em: 04 out. 2015.

YANNOULAS, Silvia Cristina; SOARES, Kelma Jaqueline. Educação e qualificação para o trabalho - convergências e divergências entre as políticas de educação e as de trabalho. Brasília: FLACSO, 2009. p. 1-17. (Série Estudos e Ensaios). Disponível em: <http://flacso.redelivre.org.br/files/2015/03/Silvia_Yannoulas.pdf>. Acesso em: 04 out. 2015.

MULHERES EM BIOLOGIA: FEMINIZAÇÃO OU FEMINILIZAÇÃO?¹

Ângela Maria Freire de Lima e Souza

Quando defendi a minha tese de doutorado em 2003, cujo título foi muito criticado porque **lembrava um livro de auto-ajuda** que discutia as diferenças entre homens e mulheres, estava tratando exatamente do objeto das reflexões que apresento neste texto, embora à época não estivesse consciente deste fato. Tais reflexões se construíram a partir de uma longa carreira de magistério em um Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas, ou seja, de formação de docentes de Biologia e, posteriormente, por conta de minha filiação aos Estudos Feministas e de Gênero, no Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher – NEIM/UFBA. Motivada por este engajamento e percebendo a forte presença feminina no curso em que atuava como professora de Biologia Celular e Molecular, uma importante consideração é necessária e urgente: trata-se de uma distinção entre feminização e feminilização (YANNOULAS, 2011, p. 271): embora estes termos sejam muitas vezes utilizados indistintamente, devem ser objeto

¹ Este capítulo se constitui em uma ampliação e revisão de um texto apresentado no XIX Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero, em 2016, em Aracaju – SE.

de distinção do ponto de vista científico, dada a importância que tem certas considerações de natureza quantitativa e/ou qualitativa, do ponto de vista teórico, a respeito da presença feminina nos diferentes campos da atividade humana. Para a autora, é necessária uma distinção de significados diferentes do fenômeno, que ela dispõe da seguinte maneira:

Significado quantitativo (que para efeitos de distinção denominaremos feminilização): refere-se ao aumento do peso relativo do sexo feminino na composição da mão de obra em um determinado tipo de ocupação;

Significado qualitativo (que denominaremos de feminização propriamente dita): refere-se às transformações em um determinado tipo de ocupação, vinculadas à imagem simbólica do feminino predominante na época ou na cultura especificamente analisadas. Essa imagem pode implicar uma mudança no significado da profissão (YANNOULAS, 2011, p. 283).

No caso da biologia, as mulheres são maioria: os dados do CNPq de 2012, já mostravam, por exemplo, que na área das Ciências Biológicas, as mulheres já representavam 61 % das bolsas de pesquisa distribuídas no país.² No Conselho Regional de Biologia(CRBio), 5^a, Região, que abrange todos os Estados do Nordeste, entre os 9.037 inscritos, 5.766 são mulheres, representando 63,80 do total. Na Bahia, as mulheres já representam 66,75% do total de profissionais registrados no Conselho³. Os dados encontrados são consistentes, revelando uma relevante vantagem numérica das mulheres no campo. O que vale investigar é se esta vantagem numérica se reflete em alte-

² Fonte: CNPq/AEI.

³ Fonte: CRBio secção Bahia, 17/10/2013.

rações nas relações de poder, em aspectos epistemológicos ou ainda em discussões sobre pesquisa de temas de interesse das mulheres e que tenham repercussão efetiva em suas vidas.

Quando concluí o estudo que resultou na minha tese de doutorado⁴, me deparei com uma realidade intrigante: entre as mulheres, numerosas no campo do conhecimento, aquelas que se consideravam bem sucedidas na carreira científica **mimetizavam** o comportamento de seus colegas homens, de modo que se àquela época eu tivesse conhecimento dos termos acima referidos, eu teria afirmado que houve, pelo menos no contexto da minha investigação, um processo de feminilização da profissão de biólogo, mas dificilmente se poderia reconhecer uma feminização, a partir do que se observava naquele contexto. No que se refere ao magistério de Biologia, a percepção não é diferente (LIMA, 2008; LIMA E SOUZA, 2011).

Transcorridos mais de dez anos desde a conclusão daquele estudo, continuo interessada na presença feminina nesta profissão que, a despeito de um certo desconhecimento da sociedade em geral sobre seus modos de produção do conhecimento e mesmo dos seus produtos, se afirma como uma das mais importantes áreas de atuação científica no mundo contemporâneo, dado o impacto cada vez mais potente de suas descobertas e novas tecnologias sobre a vida das populações humanas ou não. É nesta perspectiva que amplio o meu olhar sobre as mulheres biólogas, não apenas as pesquisadoras, mas as docentes e outras que atuam em diferentes contextos profissionais.

4 LIMA E SOUZA, Ângela Maria Freire. As armas de Marte no espelho de Vênus: a marca do gênero em ciências biológicas. 2003. 216 f. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal do Bahia, Salvador, 2003.

A profissão de biólogo, que foi regulamentada pela Lei nº 6.684, de 03 de setembro de 1979 (BRASIL, 1979) pelo então Presidente da República João Baptista Figueiredo; na mesma oportunidade se criou o Conselho Federal de Biologia - CFBio - e os Conselhos Regionais de Biologia - CRBios, caracterizados como autarquia federal, com personalidade jurídica de direito público. As atividades profissionais do biólogo são regulamentadas pelo Decreto nº 88.438, de 28 de junho de 1983 (BRASIL, 1983) e pela Resolução CFBio nº 10, de 05 de julho de 2003 (BRASIL, 2003), e incluem:

- a) formulação, elaboração, supervisão, coordenação e orientação de estudos, projetos ou pesquisas científicas básicas e aplicadas, nos vários setores da Biologia ou a ela ligados;
- b) execução de análises laboratoriais para fins de diagnóstico, perícia, fiscalização, docência, estudos e projetos de pesquisa;
- c) prestação de consultorias e assessorias técnicas, dentro de sua área de atuação/especialidade;
- d) emissão de laudos e pareceres técnicos, dentro de sua área de atuação/especialidade;
- e) realização de perícias e fiscalização, de acordo com o currículo efetivamente realizado;
- f) atuação como responsável técnico, dentro de suas respectivas áreas de atuação;
- g) atuação no ensino formal (níveis fundamental, médio e superior) e informal (educação ambiental);
- h) ocupação de cargos técnico-administrativos em empresas, fundações, sociedades e associações de classe, entidades autárquicas, privadas ou do Poder Público, no âmbito de sua especialidade.

Entre as oito atribuições definidas oficialmente pelo órgão regulador da profissão, elencadas acima, destaco a primeira e a sétima, que se referem especificamente à pesquisa e ao ensino da biologia, respectivamente. Tal destaque se justifica pela constatação na prática que a esmagadora maioria de biólogos/as se ocupa do ensino e, quando nas instituições de ensino superior ou em algumas outras raras instituições, da pesquisa científica, em suas diferentes e variadíssimas possibilidades, dada a complexidade do seu objeto de estudo, a vida.

Algumas poucas considerações acerca da formação dos profissionais da biologia se fazem necessárias, porque aí residem as matrizes que configurarão as posturas profissionais e fundamentalmente, o modo de perceber não apenas o mundo vivo em sua concepção puramente biológica, mas também as inserções desse modo de pensar no meio social, nas relações interpessoais e especialmente profissionais, se pensarmos especificamente na docência.

A FORMAÇÃO

A formação de biólogos/as começa de fato durante o curso de graduação. Homens e mulheres são treinados em tarefas cotidianas que lhes permitam o acesso ao mundo da biologia que, como uma ciência, se configura como um espaço de poder, especialmente ocupado por homens; também mergulham de modo sistematizado no estudo da biologia ou de um conjunto de conhecimentos correlatos, que aparecem na forma de teorias, leis, fórmulas e dogmas, bem como procedimentos e rituais próprios daquele conjunto de saberes. Pode-se dizer, então, que a compreensão dos com-

portamentos assimilados pelos indivíduos que se pretendem biólogos exige a análise crítica do processo de sua formação, o que pode significar a análise do currículo, entendido como processo, marcadamente ideológico, definido em relações de poder, uma vez que selecionar temas a partir do critério de **relevância**, isto é, o que é imprescindível e o que seria descartável, é uma operação de poder (SILVA, 2001).

A tabela 1 apresenta um dado interessante. Considerando apenas o Estado da Bahia, existem 48 cursos de formação de biólogos.

Tabela 1 – Cursos de formação de biólogos no Estado da Bahia

Instituição	Licenciatura	Bacharelado	Totais
UFBA	02	01	03
UNIVERSO	01	01	02
UEFS	01	01	02
UESB	05	03	08
FAMEC	01	–	01
UNIJORGE	01	01	02
FTC/SSA	–	01	01
AGES	01	–	01
FAS	01	01	02
FARRP	01	–	01
UESC	01	01	02
UNEB	09	–	09
UCSAL	–	01	01
UFOB	01	01	02
UNICID	01	–	01
UNIP	01	–	01
ULBRA	01	–	01

UNOPAR	01	–	01
UNIME	01	–	01
OUTRAS 5	03	03	06
TOTAIS	33	15	48

Fonte: Brasil (2016).

Uma primeira abordagem do quadro já aponta dados muito relevantes: do total de 48 cursos, 33 são licenciaturas; 13 das IES elencadas oferecem a habilitação de bacharelado, que soma 15 cursos no nosso Estado. Um estudo aprofundado sobre a inspiração epistemológica e o modelo de currículo de cada um desses cursos, extremamente desejável do ponto de vista dos estudos de gênero no campo da Educação, exigiria a análise do projeto político pedagógico de cada um em particular, o que se configura como um trabalho bastante difícil, considerando as dificuldades inerentes ao processo, como, por exemplo, a definição clara das categorias de análise a serem utilizadas; soma-se a esta dificuldade o próprio acesso aos documentos, nem sempre disponibilizados pelas instituições.

Até o momento, acessamos alguns poucos PPPs, sendo que elegemos, para este artigo, uma breve análise do documento que norteia um curso de Ciências Biológicas de uma Universidade Pública – a UFBA - e de um outro, referente a uma instituição de ensino superior privada.

O curso de ciências biológicas da Universidade Federal da Bahia foi criado no início da década de 70 em substituição ao curso de história natural por ocasião da reforma universitária (Lei 5540/68). A princípio, a proposta era criar um curso de Licenciatura para formar professores de biologia para o ensi-

no médio, nos moldes como vinha fazendo o curso de história natural, incorporando os novos conhecimentos no campo da Biologia que, àquela altura, já se configurava como **a ciência do futuro**, uma vez que as conquistas na área da genética, a partir das descobertas nas décadas de 50 e 60, despertavam enorme interesse no ambiente acadêmico e na sociedade. A nova denominação do curso seguiu a tendência em nível nacional, que privilegiava a abrangência da biologia em seus diversos ramos; a matriz curricular contemplava as matérias definidas pelo Conselho Federal de Educação como matérias de currículo mínimo, complementares obrigatórias, complementares optativas e eletivas, distribuindo-se em disciplinas específicas de biologia e aquelas da área de educação, com vistas à formação de professores.

Configurado desse modo, o curso passou toda a década de 70 até meados dos anos 80 do século XX formando professores de biologia, em sua esmagadora maioria, mulheres.

Desde sua criação, o curso passou por dois momentos de reestruturação: o primeiro teve como objeto a reforma da licenciatura, aprovada pela Câmara de Graduação da Universidade Federal da Bahia, em 06 de setembro de 1983. No texto do projeto (UFBA, 1983, p. 5), apresentou-se como justificativa para a alteração do currículo:

Tendo em vista a regulamentação da profissão de Biólogo (Lei 6684/79) tornou-se urgente a reformulação do currículo de Licenciatura, visando atender às reais aspirações dos que desejam se dedicar à nobre tarefa de ensinar ou pesquisar na área da Biologia [...] O currículo de Ciências Biológicas deve ser o mais sólido e abrangente possível de modo a formar profissionais especializados, que irão naturalmente competir em condições de superioridade,

com profissionais de outras áreas, no restrito mercado de trabalho [...] Tem por finalidade torná-lo adequado à realidade atual do ensino, permitindo ao licenciado não só desempenhar atividades docentes como também exercer as atividades profissionais permitidas pela lei.

O texto revela as implicações políticas e sociais da reforma curricular. O currículo aparece como instrumento de luta pelo mercado de trabalho, àquela altura ameaçado por outros profissionais de saúde que também se dedicavam ao ensino da biologia, como médicos, farmacêuticos, odontólogos e outros. A **solidez** e a **abrangência** significava, na prática, a ênfase em conteúdos específicos e cada vez mais detalhados, o que faria e faz a diferença entre os biólogos e outros profissionais. O modelo tecnicista se impôs então, como forma de preparar pessoas treinadas para o exercício de uma profissão, capaz de exibirem domínio de conteúdos e habilidades específicas, muitas vezes em detrimento de uma formação humanista, que daria conta de fundamentos filosóficos e epistemológicos, essenciais ao trabalho docente. A nobreza do exercício do magistério aparece no texto do projeto de reforma curricular associada à biologia, revelando a aura da pretensa superioridade própria das ciências naturais sobre outras áreas de conhecimento. A matriz curricular e as ementas das disciplinas exibiam a **dureza** da ciência, a fragmentação do conhecimento em disciplinas estanques, configurando-se assim a inserção da proposta do novo currículo no “paradigma da simplicidade” (MORIN, 2001). Analisando o texto numa perspectiva de gênero, é notável a noção de competição, de hierarquia e mesmo de dominação tão característica do pensamento androcêntrico. A este respeito, afirma Silva (2001, p. 94):

O currículo oficial valoriza a separação entre sujeito e conhecimento, o domínio e o controle, a racionalidade e a lógica, a ciência e a técnica, o individualismo e a competição. Todas essas características refletem as experiências e os interesses masculinos, desvalorizando em troca as estreitas conexões entre quem conhece e o que é conhecido, a importância das ligações pessoais, a intuição e o pensamento divergente, as artes e a estética, o comunitarismo e a cooperação – características que estão todas ligadas às experiências e aos interesses das mulheres.

Apesar de eminentemente feminino, visto se tratar de um curso de licenciatura, a descrição dos profissionais parece retratar os homens.

Do ponto de vista teórico-filosófico, a reforma da licenciatura se configurou como uma mera atualização do currículo aos novos conhecimentos recém-conquistados dentro das ciências biológicas; algumas disciplinas foram desmembradas em duas, como é o caso de genética e evolução, que originou as disciplinas genética I e genética II. As disciplinas específicas da área de educação sofreram algumas modificações, que não repercutiram significativamente na formação do biólogo licenciado.

Uma questão que continua se impondo desde essas reformas é que, ao tempo em que forma novos biólogos bem treinados e conscientes da importância do seu trabalho para a sociedade, os cursos não tem enfatizado discussões sobre a ciência como produto da cultura e a ela atrelado em termos de seus produtos e suas pretensas verdades. Neste sentido, os avanços da teoria feminista no campo da epistemologia, tão evidenciados em outros centros acadêmicos do mundo, não se constituem em temas de análise contemplados nas abor-

dagens curriculares do curso em estudo. Em consequência, é de se esperar, no âmbito do curso, a reprodução assimetrias de gênero comuns à sociedade contemporânea.

Do ponto de vista teórico, os princípios básicos norteadores das propostas curriculares se baseiam em aspectos como: ensino/aprendizagem, avaliação, metodologia, planejamento, eficácia e eficiência, etc, que se enquadram em teorias tradicionais do currículo, em oposição às teorias críticas e pós-críticas. Por outro lado, as teorias críticas operam com categorias mencionadas anteriormente tais como: ideologia, reprodução cultural e social, poder, classe social, capitalismo, relações sociais de produção, conscientização, emancipação e liberação, currículo oculto e resistência, e as teorias pós-críticas, com as categorias identidade, alteridade, diferença, subjetividade, significação e discurso, saber-poder, representação, cultura, gênero, raça, etnia, sexualidade, multiculturalismo (SILVA, 2001).

Neste sentido, embora tenham muito claras, nas Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de ciências biológicas, certas orientações mais voltadas para uma maior flexibilização curricular ao mesmo tempo em que se sugere uma abertura para outras formas de ver o mundo, os projetos pedagógicos dos cursos continuam se caracterizando dentro do modelo tecnicista, na medida em que enfatizam o conhecimento técnico para a formação do profissional capacitado a atuar no mundo do trabalho, exibindo habilidades especializadas, em detrimento de outras habilidades, competências e atitudes humanistas, voltadas para a formação integral do indivíduo. Perde-se assim de vista a importância do currículo na construção das identidades. Como afirma Goodson (1995, p. 10):

Diferentes currículos produzem diferentes pessoas, mas naturalmente essas diferenças não são meras diferenças individuais, mas diferenças sociais, ligadas à classe, à raça, ao gênero [...] Nessa perspectiva, o currículo deve ser visto não apenas como a *expressão* ou a *representação* ou o *reflexo* de interesses sociais determinados, mas também como produzindo identidades e subjetividades sociais determinadas. O currículo não apenas *representa*, ele *faz*. É preciso reconhecer que a inclusão ou a exclusão no currículo tem conexões com a inclusão ou exclusão social.

Este pensamento está em consonância com os princípios teóricos feministas que enfatizam a importância da escola na afirmação de aspectos essenciais da subjetividade humana, em especial, a consciência de sua identidade de gênero. A ideia da importância do currículo como agente construtor de identidades, reforça a utilização do gênero como categoria de análise de currículos, especialmente daqueles que pretendem formar profissionais que deveriam, conscientemente, minimizar as assimetrias geradas pela sociedade que tendem a dificultar a expressão das múltiplas potencialidades da pessoa humana.

A partir do primeiro semestre de 2011, para atender às recomendações das respectivas Diretrizes Curriculares nacionais, a licenciatura e o bacharelado de ciências biológicas da UFBA sofreram adaptações que não alteraram, na nossa perspectiva, a inspiração epistemológica do curso original nem mudaram significativamente o seu modelo de currículo, como se pode ver nas citações abaixo, disponíveis no site da instituição:

A Licenciatura tem por objetivo habilitar o Biólogo para o ensino de Ciências no Ensino Fundamental e de Biologia, no Ensino Médio, capacitando-o para planejar e ministrar aulas, participar na elaboração de currículos e

demais atribuições relativas ao exercício do magistério. O curso regular tem duração de quatro anos para o turno diurno e quatro anos e meio para o turno noturno.

A habilitação **Licenciatura em Ciências Biológicas**, destinada à formação de professores de Biologia para o Ensino Médio, está pautada em um currículo que prevê o domínio de conteúdos específicos nas diversas áreas do campo da Biologia e em Educação, de modo a permitir o exercício competente do magistério. A formação de cidadãos conscientes e comprometidos com a vida é uma exigência da sociedade frente à inquestionável relevância de questões relativas às Ciências Biológicas.⁵

O Bacharel é habilitado para atuar em atividades técnicas e científicas, atendendo as competências legais, em diversos setores ligados à área das Ciências Biológicas. Em se tratando do **Bacharelado de Zoologia – Organismos Aquáticos**, a capacitação permite atuar nos vários setores ligados à Produção Aquática, nas áreas estuarinas, marinhas e dulciaquícolas. A integralização curricular prevê o cumprimento de 3.556 horas e 144 créditos. A modalidade **Ecologia – Recursos Ambientais** habilita o Bacharel em Ciências Biológicas para atuar em diversos campos ligados à Ecologia, incluindo a Ecologia Teórica, Ecologia dos Ecossistemas e a Ecologia Aplicada, envolvendo as questões de Gestão Ambiental. São requeridas 3.556 horas e 144 créditos para o atendimento da grade curricular.⁶

Em dezembro de 2007 as ênfases dos Bacharelados acima descritas forma extintas e, a partir do primeiro semestre de 2008 passa a vigorar o **Bacharelado em Ciências Biológicas**, tendo-se mantido a Licenciatura em Ciências Biológicas, con-

5 Disponível em: <<https://twiki.ufba.br/twiki/bin/view/Biologia/FluxoGrama#eco>>. Acesso em: maio de 2014.

6 Disponível em: <<https://twiki.ufba.br/twiki/bin/view/Biologia/FluxoGrama#eco>>. Acesso em: maio de 2014.

forme as Resoluções CNE/CPnº1, de 18/02/2002; CNE nº2, de 19/02/2002; CNE/CES nº 7, de 11/03/2002 e no Parecer CNE/CES nº13/01, de 06/11/2001.⁷

Embora não seja objetivo deste capítulo uma discussão aprofundada do PPP de nenhuma das instituições, é interessante destacar um trecho do documento em pauta, referente a uma instituição de ensino superior privado, que oferece apenas a modalidade de Bacharelado no curso de Ciências Biológicas e que define como objetivo geral do curso:

A formação de biólogos com domínio técnico-científico e capacidade crítica para atuar eticamente nas áreas inerentes às Ciências Biológicas em atendimento às demandas da sociedade, com vistas a desenvolver a ciência e a tecnologia (PPP, 2010, p. 7) .

O objetivo descrito parece mais flexível e escapar um pouco do modelo curricular tecnicista, mas o discurso utilizado, baseado em expressões como **domínio técnico-científico e atendimento a demandas da sociedade** revela características do modelo citado, numa perspectiva conteudista e utilitarista do processo de formação profissional. Em outro trecho do documento, pode-se perceber a mesma orientação, embora o discurso apareça com uma roupagem mais humanista e holística:

O profissional formado pelo curso de Ciências Biológicas [...] deverá ser capaz de compreender a estrutura e a dinâmica dos seres vivos, suas inter-relações e interações com o meio, desenvolvendo as suas atividades nas di-

⁷ Disponível em: <<https://twiki.ufba.br/twiki/bin/view/Biologia/FluxoGrama#eco>>. Acesso em: maio de 2014.

versas áreas atuais e potenciais de atuação dos biólogos, de acordo com a legislação em vigor, com criatividade, cooperação, contextualização e capacidade crítica, com vista a atender as necessidades sociais, políticas, econômicas, ambientais e humanísticas, compreendendo a necessidade da continuidade do seu processo de formação e informação (PPP, 2010, p. 11).

O que se vê, na prática, está ainda distante desta recomendação. Estudos recentes realizados no contexto do ensino de biologia no ensino médio apontam aspectos interessantes no que diz respeito a “atender as necessidades sociais, políticas, econômicas, ambientais e humanísticas”; por exemplo, o estudo de Pinho (2014) revela a leitura e a adoção acrítica, por parte dos professores e professoras, de livros didáticos de biologia, repletos de mensagens sexistas e assimetrias de gênero, bem como de silenciamento sobre a contribuição de mulheres cientistas para o avanço da biologia. Andrade (2011) revela o determinismo biológico no discurso e práticas curriculares de docentes de Biologia, cujos desdobramentos sociais são muito significativos, especialmente por servir para justificar posições racistas e sexistas. Em um estudo sobre um curso de Ciências Biológicas no Nordeste brasileiro, SIQUEIRA (2015) revela um currículo que não utiliza categorias como gênero, raça/etnia, geração, entre outras, não contribuindo deste modo para a formação de profissionais comprometidos socialmente. Aponta ainda que A cegueira de gênero contribui para a disseminação de estereótipos que hierarquizam as diferenças entre homens e mulheres e reforçam a violência simbólica contra as mulheres.

É também extremamente preocupante a ausência de discussões sobre aspectos éticos e implicações sociais sobre

a produção de conhecimento em Biologia nos cursos de formação de pesquisadores na área, conforme temos percebido ao longo dos anos. Faz-se necessária, portanto, uma reflexão consistente sobre a importância do uso de certas categorias sociais para se construir projetos políticos pedagógicos de cursos de formação docente, assim como reforçar o estímulo para a inserção de disciplinas que abordem a História e a Filosofia da Ciência, com lentes de gênero.

A CARREIRA

Do ponto de vista do estudo que originou este capítulo, cientista é a pessoa que exerce cotidianamente a função de pesquisador numa instituição de pesquisa ou numa universidade pública, como é comum no Brasil. Diferentemente de outros estudos, não se realizou a escuta de cientistas consagradas, mas de mulheres que, apesar de uma pequena notoriedade, produzem conhecimento diariamente em seus laboratórios, divulgam seus trabalhos em revistas especializadas e eventualmente orientam estudantes de graduação e pós-graduação que desejam seguir a carreira científica.

É importante destacar aqui um dado fundamental: assim como em outras áreas de atuação profissional, as cientistas que nos deram seus depoimentos se dizem divididas em duas partes aparentemente inconciliáveis: a mulher, que tem a obrigação de **se doar**, de ser alguém para o outro, de colocar em primeiro plano o interesse da família e, por outro lado, a profissional, de quem se exige compromisso, dedicação ao trabalho, esforço para se instrumentalizar cada vez melhor para o exercício de sua profissão, em um mundo extrema-

mente competitivo e em que a produtividade é algo definidor de posições e privilégios na carreira.

Uma depoente de 50 anos, professora e pesquisadora chega a afirmar:

“*Ser cientista é mais fácil para os homens, porque a própria sociedade só vê os homens. Para uma mulher hoje ser uma doutora é preciso que ela já tenha sido visceral demais, tenha engulido muito sapo, tenha seguido mesmo desanimada, mas porque ela é uma guerreira, ela consegue superar os seus limites para se impor. Ela só se impõe com guerra.*”

Portanto, por um lado a mulher tem que ser só doçura e compreensão, no seu mundo privado; por outro, deve se comportar como se estivesse numa guerra. Esta **quase esquizofrenia**, que resulta em grande sofrimento, ainda é agravada por preconceitos quanto à sua capacidade intelectual e técnica e pela assimetria de poder no ambiente de trabalho, que se manifesta em aspectos como autonomia e autoridade em relação a decisões e escolhas, quase sempre a cargo de um coordenador ou chefe, na maioria dos casos do sexo masculino, como consequência dos próprios processos de ascensão profissional do meio científico, moldado para ser ocupado por homens e não por mulheres.

Uma outra entrevistada, hoje com 50 anos, egressa em 1977, afirma em seu depoimento:

“*Há 27 anos atrás eu era funcionária da UFBA e fui emprestada para ajudar a implantar a Universidade de Feira. Realmente, aqueles homens que administravam a universidade, os chamados doutores - que não eram os doutores de título - sempre tiveram isso. Achavam que os melhores cargos da universidade, da iniciação, tinha que ser*

de homem porque mulher [...] Eu ouvi até [...] Tive uma briga séria com um que disse que “Mulher tem cabeça embaixo da saia”. Então isso, para mim, foi assim, marcante. Eu me aborreci bastante e tive que ser dura na linguagem mesmo, descer das tamancas e dizer umas verdades para ele.”

Difícilmente se exporia o preconceito tão abertamente nos dias de hoje, em meio aos discursos **politicamente corretos** que soam nos ambientes acadêmicos, mas os depoimentos de outras pesquisadoras, formadas mais recentemente, continuam apontando para a permanência de ideias preconceituosas, assim como de certos estereótipos de gênero segundo os quais a mulher, por ser **diferente**, teria certas dificuldades para executar tarefas ligadas ao trabalho científico.

Uma entrevistada formada em 1992 afirma o seguinte:

“Se você obtém um resultado diferente, uma coisa nova, eles vão questionar mais a mulher: será que isto tá certo? Será que não fez alguma coisa errada, aí? Enquanto que o homem, ele pode, e eu tenho visto, o homem pode até fazer mil bobagens, colocar questões sem nenhuma fundamentação, nem científica, nem literária, mas se eles já têm um nome, as pessoas ignoram isto e deixam passar.”

A situação se torna mais complexa quando se cruzam duas variáveis que concorrem para o processo de discriminação, como lembra uma depoente de 33 anos, pesquisadora em tempo integral:

“Tem brincadeiras como aquela dos dois neurônios: quando um está ligado o outro está desligado, senão entra em curto circuito, mas eu acho que isso é brincadeira, mas falando mais sério, com a minha pessoa, eu nunca percebi isso [preconceito de gênero] mas com

Mariana⁸, pelo fato não só dela ser mulher, mas pelo fato dela ser negra. As perguntas são mais severas; porque a gente tem um convívio, eu conheço __ desde 87, então não é só um convívio profissional, tem de amizade. Sempre nos Congressos, sempre passam isto pra gente. Quando ela está dando uma palestra, a gente sente uma aspereza das pessoas ao tratar com ela; duas vezes, por ser mulher e por ser negra.”

Este é um dado profundamente significativo. Embora este estudo não se proponha a discutir a questão da discriminação racial, o depoimento foi incluído por se configurar como outro exemplo de que a identidade não tem caráter singular, nem se constitui como uma soma de identidades **menores**, na verdade, estas se sobrepõem. Uma cientista mulher e negra é percebida pelos seus pares não apenas através de uma das suas identidades, mas como um sujeito multifacetado, fragmentado e, através do preconceito, contraditório. A **aspereza** percebida pela depoente resulta do estranhamento e da ignorância sobre o que de fato existe sobre as raças. Como afirma Hall (2001, p. 63):

A raça é uma categoria discursiva, e não uma característica biológica. Isto é, ela é a categoria organizadora daquelas formas de falar, daqueles sistemas de representação e práticas sociais (discursos) que utilizam um conjunto frouxo, frequentemente pouco específico, de diferenças em termos de características físicas - cor da pele, textura do cabelo, características físicas e corporais, etc. - como marcas simbólicas, a fim de diferenciar socialmente um grupo de outro.

8 Nome fictício.

Como se pode ver, mundo da ciência não se configura como um ambiente de neutralidade, onde apenas interessa o mérito. Na verdade, ele reproduz as práticas discriminatórias presentes na sociedade como um todo, podendo até magnificar as diferenças, na medida em que as coloca numa hierarquia em que o homem ocidental branco e de classe social mais elevada tem mais poder porque detém o saber (HUBBARD, 1993).

Outra entrevistada, 29 anos, cientista ligada a uma grande instituição de pesquisa conta uma experiência em que sua condição de cientista e mulher causou estranheza:

“Porque meu nome, ele é um nome que dá margem a confusão de gênero. Muitas pessoas acreditam que eu seja homem quando olham somente o meu nome, e aí se surpreendem porque eu sou uma mulher. E eu me inscrevi, era daqui do Brasil, ia ser a única participante daqui do Brasil e tal. As pessoas lá se mobilizaram, de uma certa maneira, que disseram que iam me buscar e tal, não sei o quê. Mas quando eu cheguei lá, as pessoas ficaram assim: ‘Ah! Você é uma mulher?’. Quer dizer, se isso, exatamente, não fizesse diferença, ninguém se espantaria.”

A mesma entrevistada relatou outro episódio muito interessante:

“Eu não me lembro mais o episódio exato que aconteceu, mas aconteceu alguma coisa assim que me deixou muito grilada com essa história de gênero. E aí eu disse: ‘eu quero só mulheres na minha banca de Memorial. Eu não quero um homem.’ Porque só tinha homens também na minha banca de defesa de tese [de doutorado]. Mas isso era um pouco assim, eu não tinha muito como escolher, é porque não existe muita gente fazendo tuberculose no Brasil. Então eu queria só mulheres. E isso gerou uma celeuma, quer dizer, um espanto. ‘Por que botar só mulheres?’. Mas ninguém pergunta porque é que você só tem homens numa banca, entendeu?”

A solicitação apresentada pela entrevistada foi enfrentada com estranhamento pelos colegas, provavelmente porque ela representa o que há de mais consistente no mundo científico, a saber: extrema competência, seriedade, inteligência, criatividade. Exatamente por ser assim, ela está atenta às questões que envolvem sua identidade de gênero, como a tudo mais em sua carreira científica. Certamente, este não é o caso da maioria de seus colegas que consideram no mínimo irrelevante sua observação e sua reivindicação.

Os depoimentos analisados neste estudo revelam de modo claro a forma pela qual as mulheres que escolheram a profissão de cientistas vivem o seu cotidiano. Apenas alguns foram transcritos neste texto, escolhidos entre os demais por apresentarem com clareza os problemas enfrentados pelos sujeitos da pesquisa e também por representarem com extrema fidelidade as impressões de todas as entrevistadas.

Ainda que muitas tenham afirmado não se sentirem pessoalmente discriminadas ou prejudicadas pelo fato de serem mulheres, todas as entrevistadas relataram suas impressões de que sua identidade de gênero marca profundamente as suas vidas no mundo do trabalho científico; destacam o esforço de tentar conciliar as demandas da família e seus anseios profissionais e frequentemente se sentem cobradas e mesmo culpadas por dedicarem menos tempo à família.

Somados os relatos sobre o modo pelo qual a escola conduz a formação de futuros pesquisadores e sobre as experiências profissionais das mulheres que se dispuseram a dar seus depoimentos, confirma-se a expectativa deste estudo: o mundo científico ainda se configura como profundamente atravessado por um viés androcêntrico, seja pelos modos de

produção de conhecimento, no sentido epistemológico, seja pela forma como é estruturado, aí se incluindo longas jornadas de trabalho, dedicação exclusiva, alheamento de outros papéis sociais, contribuindo assim de modo decisivo para dificultar a permanência de mulheres no exercício da profissão.

A redistribuição dos papéis sociais de homens e mulheres, incluindo aqueles relacionados ao mundo privado talvez seja a única possibilidade de se extinguirem as assimetrias de gênero no mundo da ciência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise dos dados aqui apresentados nos coloca em confronto com duas afirmações do senso comum. Uma delas, em consonância com a tradição do pensamento científico, configura a Ciência como neutra, no sentido de que seus produtos e seus procedimentos independem de contingências sociais ou culturais, como por exemplo as assimetrias de gênero; a outra afirmação, ancorada em teorias essencialistas sobre ser homem e ser mulher, aponta para uma pretensa dificuldade das mulheres frente aos desafios da produção de conhecimento, em função de sua suposta minoridade intelectual, sua subjetividade, a prevalência da emoção sobre a razão e a ausência da agressividade inerente à ideia de dominação exigida de um cientista diante de seu objeto de estudo. Neste sentido, importava investigar: se a ciência é neutra do ponto de vista de gênero, por que os preconceitos sobre as habilidades cognitivas das mulheres se sustentam e se reproduzem? Como se evidenciam tais preconceitos e como a formação de cientistas em um curso de graduação contribui

para reafirmá-los? Será que as mulheres cientistas continuam a vivenciar situações em que suas identidades femininas afetam o seu trabalho?

Pode-se afirmar, a partir do que foi apresentado e discutido neste capítulo, que é de inspiração positivista a concepção do curso de ciências biológicas em si mesmo, assim como o são as formas de produção de conhecimento que continuam a se reproduzir em seus ambientes de estudo e de trabalho. Os elementos que sustentam esta afirmação incluem a ênfase na fragmentação do conhecimento em disciplinas estanques, exibida nas matrizes curriculares analisadas; a tendência ao reducionismo é outro elemento marcante na concepção dos cursos e que aponta para a sua inspiração positivista: a biologia que se apresenta disposta no currículo parece não dar conta da totalidade da biosfera, mas se ocupa em destacar dela os aspectos simplificados, quantificáveis ou mais adequados ao método de estudo, configurando-se a face 'dura' da biologia, que exige dados 'robustos', quantificáveis e reproduzíveis, porque só assim inspiram confiabilidade.

A importância atribuída ao método que neutraliza valores e emoções também revela o modelo epistemológico positivista, conforme apontam os depoimentos das entrevistadas. Em sua totalidade, tais depoimentos reafirmam a adoção da concepção clássica de ciência, expressa em elementos como a neutralidade, o distanciamento entre sujeito e objeto, a supressão de aspectos emocionais e sensíveis, isto é, da subjetividade, na interpretação de dados; a opção generalizada pelos métodos quantitativos de análise e a autoridade da pessoa que exercita a produção do conhecimento, associando-se claramente ciência e poder.

A escolha do modelo de currículo tanto na criação do curso como também por ocasião de suas duas reformas curriculares evidenciou a opção pelo modo tecnicista de construção de currículo, fundamentado nas idéias de Bobbit e Tyler, discutidas por Silva (2001), centradas na eficiência, especificidade e quantificação, em consonância com o modelo científico aplicado à educação. Assim, é marcante a importância atribuída à adequação da proposta curricular ao mercado de trabalho, a ênfase no acúmulo de conteúdos cada vez mais extensos e detalhados, em detrimento de uma formação humanística mais abrangente.

Os depoimentos das biólogas entrevistadas e as matrizes curriculares analisadas revelam que as normas, os códigos, os valores e as condutas esperadas e estimuladas nos estudantes que se direcionam para a pesquisa científica são exatamente aqueles preconizados pelo pensamento hegemônico no mundo científico, embasados no racionalismo de Descartes e no positivismo de Comte, em que a Razão se afirma como faculdade primordial e suficiente para a apreensão dos fenômenos, como também na única possibilidade de elaboração de um método universalmente válido para desvendar a Natureza.

Neste contexto, as mulheres que dão os primeiros passos em direção a uma carreira como cientistas percebem a sua identidade feminina como uma possível ameaça à consecução de seus objetivos, uma vez que esta identidade se associa a aspectos da experiência humana que são precisamente aqueles considerados indesejáveis à prática de construção do conhecimento, como a emoção, a subjetividade, a ausência de agressividade ou competitividade e, sobretudo, a maternidade. As entrevistadas em sua maioria associam a identidade

feminina à maternidade e ao cuidado, exatamente como vêm fazendo as mulheres de outras gerações, desde os tempos mais remotos.

Os depoimentos refletem, de modo explícito em alguns casos e disfarçado em outros, o conflito entre as exigências do trabalho científico e os encargos domésticos, quase nunca compartilhados pelos respectivos companheiros. Configuram-se assim nas mentes dessas mulheres duas identidades separadas, antagônicas: a mulher e a cientista, sob a mesma ótica cartesiana impregnada em seu modo de ver o mundo.

No caso do trabalho científico, o conflito entre mundo público e mundo privado se exacerba, porque passa a envolver aspectos cognitivos. Não se trata apenas de mais um trabalho que afasta as mulheres temporariamente de seus papéis tradicionais de gênero, mas é uma função que exige aspectos de ordem pessoal e intelectual considerados, a partir dos estereótipos de gênero, essencialmente masculinos, como a capacidade de abstração e de concentração, frieza, impulso agressivo, competitividade, objetividade e também uma certa atitude diante do trabalho, que deve ser considerado como prioridade na vida. Como se fossem sacerdotes, os cientistas são descritos pelas depoentes como pessoas que tendem ao isolamento, em função de uma atividade profundamente exigente do ponto de vista intelectual, não comportando preocupações como as coisas do dia a dia.

A relação das mulheres com os seus pares, tanto durante o curso como no ambiente profissional se configuram como relações de poder, sendo que não é apenas o saber que assegura a posição superior nas relações de poder, mas também as identidades de gênero e suas interseccionalidades. No

universo onde se desenvolveu este estudo, ocupado majoritariamente por mulheres, poucas ocupam ou ocuparam cargos ou posições hierárquicas superiores nas suas respectivas instituições. Estas mulheres são lembradas pelas depoentes como exemplos de coragem e determinação; em um caso específico, o poder de uma destas mulheres apareceu associado a uma **capacidade de convencimento muito grande**, talvez porque a sua identidade de gênero tenha sido sobrepujada de algum modo, pelo seu poder de **convencer o outro**.

De um modo geral, as relações com os colegas de trabalho são descritas como normais por algumas das depoentes e como subliminarmente impregnadas de preconceitos de gênero pela maioria. As mulheres entrevistadas que afirmaram não terem sofrido discriminação durante sua formação e no exercício profissional fazem ressalvas surpreendentes: ou assumem como brincadeiras sem consequências maiores os comentários sexistas que presenciaram, ou atribuem o fato à sua atitude desafiadora ou arrogante diante das pessoas e das dificuldades. Em outras palavras, o fato de não serem discriminadas, na própria perspectiva das depoentes, está relacionado a um comportamento e uma atitude que poderiam ser caracterizados como tipicamente masculinos.

Não se quer aqui confirmar o estereótipo de que para ser cientista, uma mulher precisa perder a sua feminilidade. De fato, as mulheres entrevistadas, que se incluem em um intervalo de idade compreendido entre 29 e 50 anos, apresentam em sua plenitude as suas identidades femininas, não se enquadrando em modelos estereotipados, como **senhoras feias, de expressão severa, usando óculos de lentes grossas e sempre mal humoradas**. A **adequação** por que passam estas mulheres ao modelo masculino se dá em níveis mais su-

tis, envolvendo atitudes mentais, aprendizados de técnicas e procedimentos, incremento da competitividade e, principalmente, a negação daqueles elementos associados à identidade feminina que poderiam se constituir objeto de crítica ou censura de seus pares, como por exemplo, uma certa leveza ao encarar os desafios da pesquisa que poderia ser confundida com leviandade ou irresponsabilidade. As mulheres também relataram o esforço em **separar**, como fazem os homens, a vida pessoal da vida profissional, como também a tendência a procurar realizar as escolhas na vida com uma maior dose de pragmatismo.

Afirma-se, então, que as cientistas aqui apresentadas **mimetizam** (refletem) ou assimilam certas características associadas ao masculino para se estabelecerem nesse ambiente marcado pelo viés androcêntrico já denunciado muitas vezes, em muitos diferentes estudos. Quando assimilam, não o fazem como uma decisão consciente de sua vontade, mas tal comportamento é insidiosamente construído pelo ambiente em que essas mulheres se formam e atuam. Neste sentido, usando a metáfora que tanto se destaca em biologia para designar fêmea e macho ou feminino e masculino – ♀ ♂ – pode-se dizer que, na ciência, o *espelho de Vênus* reflete as *armas de Marte*, uma vez que a imagem que a mulher cientista constrói para si mesma reproduz, necessariamente, o impulso agressivo necessário à dominação, considerado pelos criadores da Ciência Moderna como essenciais na busca e na produção do conhecimento, expresso metaforicamente pelas armas de um deus. Pode-se, então, dizer que a presença majoritariamente feminina no campo das ciências biológicas configura-se como um fenômeno de feminilização, e não de feminização, segundo o critério defendido por Yannoulas (2011), uma vez que não são discerníveis

“transformações vinculadas à imagem simbólica do feminino” na conjuntura especificamente analisada.

Afirma-se ainda nesse estudo que a grande dificuldade para as mulheres cientistas não se traduz em discriminação explícita, perseguição machista, brincadeiras ou comentários de conotação sexista. O grande desafio é a própria estrutura do campo da pesquisa científica, concebido e construído para os homens, dentro do modelo da sociedade patriarcal, que preconiza a liberdade irrestrita dos homens no mundo do trabalho, enquanto todos os encargos da vida familiar são de responsabilidade da mulher.

Conclui-se, portanto, que enquanto não se produzir uma mudança estrutural profunda na sociedade que altere a divisão de responsabilidades da família na criação dos filhos e administração do mundo privado, não se conseguirá de fato a ocupação feminina dos espaços públicos que as mulheres querem e aos quais podem se dedicar, corrigindo-se assim as assimetrias históricas que por tanto tempo deixaram as mulheres às margens da Ciência, embora tenham elas contribuído de modo expressivo dentro de algumas áreas de conhecimento, inclusive naquelas tradicionalmente associadas ao masculino.

Neste sentido, a busca da superação de assimetrias de gênero no campo da Ciência pode começar por intervenções de natureza acadêmica que incluam reformas curriculares com vistas à legitimação de estudos de gênero, a disseminação de produções teóricas sobre o tema entre os estudantes e, sobretudo, a aceitação de novas formas de abordagem da natureza que contemplem aspectos epistemológicos e características do sujeito do conhecimento até então associados ao feminino e, por conseguinte, rejeitados pelo modo hegemônico – androcêntrico – de fazer ciência.

REFERÊNCIAS

BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Hucitec, 1995.

BRASIL. Conselho Federal de Biologia. Resolução nº 10, de 05 de julho de 2003. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 05 jul. 2003. Seção 1, p. 191. Disponível em: <<http://www.cfbio.gov.br/artigos/RESOLUCAO-CFBio-N%C2%BA-10-DE-05-DE-JULHO-DE-2003>>. Acesso em: 14 out. 2016.

BRASIL. Decreto nº 88.438, de 28 de junho de 1983. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 29 jun. 1983. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1980-1989/D88438.htm>. Acesso em: 14 out. 2016.

BRASIL. Lei nº 6.684, de 3 de setembro de 1979. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 04 set. 1979. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/L6684.htm>. Acesso em: 14 out. 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. **Instituições de educação superior e cursos cadastrados**. Disponível em: <<https://emec.mec.gov.br/emec/nova#avancada>>. Acesso em: 17 out. 2016.

GOODSON, Ivor. F. **Currículo: teoria e história**. Petrópolis: Vozes, 1995.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

HUBBARD, Ruth. Algumas ideias sobre a masculinidade das ciências naturais. In: GERGEN, Mary. (Ed.). **O pensamento feminista e a estrutura do conhecimento**. Brasília: Edunb, 1993. p. 21-36.

LIMA E SOUZA, Ângela Maria Freire de. Sobre gênero e ciência: tensões, avanços, desafios. In: LIMA E SOUZA, Ângela Maria Freire de; BONETTI, Alinne de Lima (Org.). **Gênero, Mulheres e Feminismos**. Salvador: Edufba, 2011. v. 14. p. 15-28.

LIMA E SOUZA, Ângela Maria Freire de. Currículo e gênero: uma articulação urgente. In: Ana Alice Alcântara Costa; Alexinaldo Teixeira Rodrigues; Elizete da Silva Passos (Org.). **Gênero e diversidades na gestão educacional**. Salvador: UFBA-NEIM, 2011. v. 13. p. 69-76.

LIMA E SOUZA, Ângela Maria Freire de; LIMA, Tatiane. Lucena. Práticas educativas “atravessadas” pelo gênero: percepções de docentes. In: TENÓRIO, Robinson Moreira; LORDÊLO, José Albertino Carvalho (Org.). **Formação pela pesquisa: desafios pedagógicos, epistemológicos e políticos**. Salvador: EDUFBA, 2008. p. 255-274.

MORIN, Edgar. **Ciência com consciência**. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 2001.

SILVA, Tomás Tadeu da. **Documentos de identidade: uma introdução às teorias de currículo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

UFBA. Instituto de Biologia. **Processo de Reestruturação Curricular do Curso de Ciências Biológicas**. Salvador, 1983.

YANNOULAS, Silvia Cristina. Feminização ou feminilização?: apontamentos em torno de uma categoria. **Temporalis**, Brasília, v. 2, n. 22, p. 271-292, 2011. Disponível em: <<http://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/1368/1583>>. Acesso em: 05 out. 2016.

AS “PRENDAS” TAMBÉM VESTEM BOMBACHA! MULHERES, HOMENS E NOVAS CONFIGURAÇÕES DE GÊNERO NO MUNDO DO RODEIO PARANAENSE

Miriam Adelman



Como uma longa tradição de pensamento social já deixou claro (BARTHES, 1989; BEAUVOIR, 1949; DU BOIS, 2013), a riqueza histórica das práticas sociais costuma ofuscar-se ou encobrir-se nos mitos que os grupos poderosos elaboram sobre elas. Parece ser bem isso o que ocorre com relação às práticas equestres, não só no Brasil senão no mundo inteiro (ADELMAN; KNIJNIK, 2013). O imaginário ocidental

- se é que podemos falar neste sentido generalizante - revela seu fascínio pela noção do homem heroico, agente histórico por excelência, montado nesse majestoso animal que confere poderes ainda maiores ao sujeito que o **domina**. Às mulheres não corresponde nenhum equivalente. Poucas vezes as encontramos imortalizadas em imagens ou monumentos de, por exemplo, mulheres guerreiras, embora apareçam com certa frequência em imagens sexualizadas nas quais a relação com o cavalo evoca o poder - ou o desejo - masculino.

Na contramão do mito, sabemos que tanto mulheres **de carne e osso** como homens sempre montaram, travando em espaços e tempos diversos relações de trabalho, prazer e companheirismo com equinos (LAGIER, 2009; CLARK, 2001; CAPTURE; HORSES, 2006). No Brasil, não deve ter sido muito diferente. Assim, apesar da escassez de documentação histórica ao respeito, é obvio que as mulheres do campo também dependeram do equino para transporte e trabalho, e existem algumas figuras legendárias - que aparecem em livros de história e de ficção¹ - que montadas a cavalo guerrearam para defender terras e causas.

A cultura que foi forjada historicamente através da criação do gado nos pampas - uma forma de vida que abrange partes do Sul do Brasil, Uruguai e Argentina - produz uma noção particular do **gaúcho** como homem livre "sem lar ni família", como relata Comte (2000), solitário desbravador de fronteiras ou trabalhador do campo, cujo companheiro mais fiel era seu cavalo. A antropóloga Leal (1989) descreve um modo de vida que, nas suas formas tradicionais, criava ou favorecia

1 De Anita Garibaldi e Maria Bonita até Maria Moura (criação da escritora Rachel de Queiroz).

distância entre atividades masculinas e femininas, atribuindo aos homens a vastidão das pampas e às mulheres, outras tarefas mais centradas na vida de vilarejos e pequenos povoados (LEAL, 1989). Não obstante, eu diria hoje que, sem maior indagação histórica sobre a participação feminina na vida das pampas, seria prematuro concluir que – para além das lendas e da tendência da **história oficial** de menosprezar atividades femininas menos ligadas ao **doméstico** – a alegada pouca expressividade delas na construção dessa cultura equestre seja realmente **fato**. É – vale a pena enfatizar aqui – trata-se de uma indagação que realmente precisa ser feita.

Por outro lado, observa-se, na cultura do Sul do Brasil, uma intensiva **produção discursiva** que serve para alimentar o mito do cavaleiro heroico. Me refiro concretamente à contribuição do Movimento Tradicionalista Gaúcho. Pautado em tradições de homosociabilidade² e associando-se aos mitos culturais sobre o homem dos pampas, surgiu, em meados do século XX, um grupo de homens que se interessou pela preservação das **tradições gaúchas**, as quais procuravam na música, roupa, comida, e práticas equestres, assim como noutras expressões do que poderia considerar-se como **folklore**. Assinalados por quem os estude como pessoas que respondiam, à sua maneira, aos processos de industrialização e urbanização que acometiam à região no período (OLIVEN, 2006; LEAL, 1989; SOPELSA, 2005), um dos elementos que devemos considerar é

2 Utilizamos aqui o conceito sugerido pela teórica *queer* norte-americana Sedgwick (1985) no seu livro *Between men: english literature and male homosocial desire*, no qual ela discute as diversas ramificações do fato que a esfera pública toma, na modernidade, o formato de relações que são prioritariamente – e por vezes, exclusivamente, entre homens – seja que se trate do trabalho, da vida política, ou da sociabilidade e o lazer.

que estes homens entendiam que estariam **preservando tradições brasileiras** face à crescente expansão da cultura norte-americana, que irrompia obstinadamente no Brasil pelos meios de comunicação cada vez mais tenazes.

Nesses tempos anteriores à vinda da televisão, o cinema hollywoodiano se tornava uma influência fundamental. O gênero do *western*, por exemplo, promovia uma cultura do campo e do vaqueiro muito diferente da cultura **gauchesca**; baseava-se na história de uma outra nação, de outras formas de produção (econômica e discursiva) e em outras formas de conflito social³. Para estes brasileiros do Sul do país, então, esta **cultura importada** veio a significar uma espécie de ameaça à memória histórica da cultura do campo desta região da América do Sul⁴. Outro elemento digno de ser destacado é que

3 Os filmes do gênero *western* representam relações e conflitos sociais específicos ao contexto histórico da fronteira da emergente nação norte-americana, tão fascinantes quanto mistificadores: choques de interesses entre forças e personagens, como os dos industrialistas (ferroviários, por exemplo) e grandes ganadeiros, o *self-made man gone wrong*, ou seja, que se torna bandido, o índio, as mulheres **santas e putas**, gringos e mexicanos, etc. Sua influência mundial – e como a mesma impactou o gosto pelo rodeio – foi tematizado por Wright (1975, p. 1) no seu livro já clássico, *Sixguns and society*, que começa com o seguinte comentário: “*Everyone’s seen a Western. Most people like them, some do not, but no American and few in the world can escape their influence. The Marlboro man made Marlboro the best-selling cigarettes in the world; pintos, mustangs and mavericks are popular automobiles as well as animals and images from the Western; dude ranches do a thriving business, turning up even in Germany; Western clothing is fashionable; rodeos are the most popular spectator sport in America...*”

4 Neste sentido, representam não só um contraste com os rodeios estilo **country**, que surgiram no Estado de São Paulo nos anos 50 se espelhando nos rodeios norte-americanos e tornando-se finalmente em grandes espetáculos midiático-mercadológicos (COSTA, 2003), mas também uma resposta regionalista que se defendia de várias outras culturas inclusive brasileiras. Balieiro (2014), por exemplo, discute o surgimento de uma cultura de massas no Rio de Janeiro nas primeiras décadas do século XX, mostrando as trocas – mesmo que tensas – que geraram novas formas culturais híbridas, entrelaçando elementos de culturas carioca, baiana e estadunidense.

tal interesse em retomar e preservar estas tradições veio em grande parte de homens urbanos ou urbanizados – **gaúchos a pé** na expressão cunhada pelo escritor Cyro Martins, que, preocupado com os processos que transformavam o meio rural e seus sujeitos, na década de 1930, escreve sua trilogia de obras com essa temática. Trata-se de fato de uma categoria muito expressiva no Brasil do século XX, gente que personifica e protagoniza o movimento da população em direção às grandes cidades, mas mantém vínculos pessoais, familiares e identitários com o meio rural. No caso do tradicionalismo gaúcho, que se cristalizou na formação de um movimento organizado, o Movimento Tradicionalista Gaúcho, os discursos e práticas (artísticas, esportivas e de sociabilidade) com que os adeptos constroem seu universo cultural, poderiam ser compreendidos como um perfeito exemplo da **(re)invenção da tradição**, conceito que à sua vez vem rendendo debate e estudos de grande valor sobre como passado e presente se conjugam na produção de sentidos e significados sociais⁵.

Por outro lado, as práticas esportivas neste meio mantêm evidente relação com os **processos de esportização** que,

5 A partir do clássico contemporâneo de Hobsbawn e Ranger (2012), tecem-se reflexões críticas sobre as **tradições inventadas** (instauradas intencionalmente e com fins políticos, geralmente para ganhar legitimidade como costumes **autênticas**, genuínas, de longa data, etc.), que, de certa forma, podem ser contrastadas com tradições que surgem mais espontaneamente no contexto da vida social e cotidiana, especialmente das classes trabalhadoras e populares. Uma outra perspectiva contemporânea nos permite relativizar um pouco mais este conceito, evitando a noção de culturas mais **genuínas** e **autênticas** do que outras e entendendo, de certa maneira e como nos lembra Prickett (2009), que todas as tradições podem ser pensadas como **inventadas**. São reflexões que vêm ao encontro com o pensamento de Stuart Hall (2006) e outros representantes da corrente interdisciplinar dos estudos culturais as pensam, ou seja, os processos que configuram as tradições são híbridas, sujeitos a usos, interpretações e re-invenções múltiplos.

segundo Elias e Dunning (1986), conduzem tanto práticas de guerra e de trabalho quanto jogos e festas de grupos populares e elites sociais à codificação, à pacificação e ao disciplinamento dentro do mundo moderno do esporte. As provas equestres dos rodeios do Sul do Brasil são excelente exemplo de como práticas inicialmente ligadas ao mundo do trabalho de uma economia agropastoril tornam-se atividades de esporte e lazer, sujeitando-se a regras e regulamentos que as insere num conjunto de fatores organizativos e institucionais. Entre os efeitos sociais deste processo, vale mencionar alguns: alargamento da base de participantes, inserção destas práticas num mundo de esporte-espetáculo que é capaz de gerar lucro, emprego e redes para a compra e venda de serviços e produtos, e conflitos simbólicos diversos sobre o sentido das novas práticas.

O universo cultural e esportivo da pesquisa que aqui apresento pertence, num sentido mais amplo, às culturas equestres do Sul do Brasil, que inclui práticas cotidianas sem grande organização formal – passíveis de serem observadas, por exemplo, em qualquer domingo ensolarado nas regiões rurais e periurbanas de região metropolitana, quando homens e mulheres, meninas e meninos se juntam para cavalgar por estradas de terra e de asfalto. Contudo, teve como foco inicial uma instância esportiva e de sociabilidade com forte estrutura institucional, promovido pelo Movimento Tradicionalista Gaúcho (MTG) acima mencionado, que se expandiu para além das fronteiras de Rio Grande do Sul e nas últimas décadas do século XX e início do século XIX, espalhou-se através de suas entidades locais, os Centros de Tradições Gaúchas (CTGs) por muitos estados do Brasil (OLIVEN, 2006, p. 145) e para o exterior, mantendo centros em países

da Europa, assim como nos EUA e o Japão, onde foram levados por imigrantes brasileiros desejosos de manter ou cultivar laços com seu país de origem.

A pesquisa que venho realizando, junto com minha equipe de jovens pesquisadoras de sociologia e antropologia, em formação na Universidade Federal do Paraná (UFPR), está em curso desde 2010⁶. Centra-se na realidade cultural e cotidiana da região do Paraná que habitamos, ou seja, a região metropolitana de Curitiba, que engloba tanto a capital quanto vários outros municípios, como Colombo, Almirante Tamandaré e São José dos Pinhais, onde passamos longas horas observando (e, por vezes, participando) (d)as práticas equestres destas culturas rurais e **rurbanas**⁷ que, embora muito vivas e em expansão, continuam ignoradas por cidadãos e cidadãs que vivem muito distantes destes fenômenos culturais. Procuramos, desde o início, documentar e analisar as práticas e discursos de gênero que se desenrolam no contexto destas práticas, em que – apesar de uma forte história de homossociabilidade – há, hoje, uma cada vez mais visível e ativa presença feminina. Ao trabalhar gênero neste meio, o entendemos não só como uma **categoria**

6 Equipe inicial: Miriam Adelman e Gabriela Becker; equipe atual composta pelas pesquisadoras Dr^a. Miriam Adelman (socióloga e doutora em Ciências Humanas/Universidade Federal de Santa Catarina), Ms. Gabriela Becker (Antropologia/Universidade Federal do Paraná), Ms. Tiemi Costa (Antropologia/Universidade Federal do Paraná) e as graduandas Andressa Fontana e Camila Mariane de Souza (Ciências Sociais/Universidade Federal do Paraná).

7 Segundo Silva (2001), o conceito de **rurbanidade** foi “um termo utilizado no 19º Congresso Europeu de Sociologia Rural, em Dijon (França), de 3 a 7 de setembro de 2001 para designar a invasão do rural pelo urbano ou a urbanização do meio rural. O Congresso discutiu as relações da sociologia rural com a natureza e a tecnologia, no intuito de contribuir para um profundo questionamento da clássica distinção entre cidade e campo, a modernidade e a tradição, que entende as dinâmicas rurais sociais como formada somente pelo urbano (*Congress of the European Society for Rural Sociology*, 2001, p. 1-3).” (SILVA, 2001, p. 85-103).

relacional no sentido da construção simultânea de masculinidade, feminilidade e heteronormatividade – o conceito tão famosamente avançado, de Rubin (1975) a Scott (1990) – senão compreendido necessariamente na interseccionalidade (Piscitelli, 2008; Brah, 1996), o que para nossa pesquisa significa dar destaque a como as questões de gênero se entrecruzam com as de classe, geração, sexualidade e pertencimento à comunidade rural ou urbana.

Como se sabe, o Estado do Paraná mantém proximidade geográfica e cultural com o gauchismo do Rio Grande do Sul. De acordo com dados do início da década de 2000, o Paraná seria o terceiro estado brasileiro em termos do número de CTGs, seguindo o segundo lugar de Santa Catarina (OLIVEN, 2006). Contudo, há uma diferença fundamental que não se deve perder de vista: no Rio Grande do Sul, o tradicionalismo gaúcho chegou a ser um tipo de discurso oficial, assumido e transmitido pelo governo de estado de diversas formas, desde o apoio dado a atividades públicas tradicionalistas quanto à inclusão do seu **gauchismo reinventado** no currículo escolar básico. O conteúdo político nisto é evidente, sendo interpretado de diversas formas e criticado por estudiosos que entendem que a inserção do discurso do MTG na política cultural oficial rio-grandense representa uma gritante redução de uma grande riqueza cultural a um estranho tipo de **comunidade imaginada**⁸. Assim, e sem querer sugerir que este conteúdo político do discurso tradicionalista não tenha tido impacto no Paraná, é evidente que não chega a ter o poder retórico e po-

8 Críticos como Oliven (2006), Golin (2010) e Pacheco (2003) perguntam, em relação ao tradicionalismo gaúcho: quais os interesses que são servidos? O que (ou quem) se visibiliza, o que se apaga?

lítico que desfruta no Rio Grande do Sul. De fato, no Paraná, os tradicionalistas não são outra coisa do que mais uma das **muitas tribos** da atualidade⁹, e, por sinal, uma tribo que não parece ter grande representatividade nos espaços urbanos que hoje são os que mais conferem status e legitimidade aos grupos sociais¹⁰.

Nossa pesquisa, por outro lado, demonstra que no Estado do Paraná, entre os não tão poucos que participam dos CTGs e os rodeios por estes organizados, o gauchismo em si, não é o principal valor que orienta sua escolha. Muitos simplesmente se aderem a estas atividades porque algo de muito importante lhes oferecem em termos de lazer, cultura, comunidade e sociabilidade. O estudo de Sopelsa (2005) mostra isto em perspectiva histórica, explicando como o CTG de Ponta Grossa, Paraná – o primeiro a ser criado fora de Rio Grande do Sul – veio a incluir pessoas oriundas de lugares diversos. Algumas eram pessoas cujas famílias tinham migrado da região gaúcha, participando do êxodo rural que caracterizou o desenvolvimento industrial intenso de meados do século passado. Outras, sem parentesco direto com a cultura gaúcha, de qualquer maneira a adotaram, porque lhes permitiu expressar seus próprios laços com a cultura **campeira**. O argumento de Sopelsa (2005) é condizente com as experiências atuais, percebidas por nós no trabalho

9 O sociólogo francês Maffesoli (1996) elaborou uma convincente tese sobre a importância de grupos – diversos e fragmentados – na vida social contemporânea, que entre outras coisas pode ser entendida como uma refutação da noção de uma sociedade afundada no individualismo.

10 Isto aparecia de vez em quando na nossa pesquisa, em reclamações diversas – geralmente provenientes de homens engajados na prática do laço comprido – sobre a desvalorização da sua atividade esportiva, inclusive a comparando com o apoio que é dado ao futebol.

de campo. As atividades **campeiras** dos CTGs atraem muitos adeptos por ter se tornado um espaço acessível e aglutinador de práticas equestres, onde o gosto pelo cavalo – e o desejo de comunidade, no sentido do conceito de **re-encaixe** que Giddens (1991) nos oferece¹¹ – encontra um canal de expressão. Alguns informantes nossos indicam ter uma conexão familiar e pessoal com o especificamente **gauchesco** e que inclui um vínculo com o animal privilegiado dessa cultura, o cavalo crioulo; outros dizem simplesmente que **gostam de cavalo** – e que acabaram por se envolver numa comunidade cultural que se apropria de uma simbologia regionalista. Dão a entender que poderiam, igualmente, vir a beber de outras fontes identitárias que lhes fossem igualmente acessíveis¹². Embora isso remeta a outras discussões fascinantes sobre a constituição do Brasil, regionalismos e diferenças, o que mais nos interessa aqui é resgatar e tentar compreender a história de gênero que faz parte deste **caso particular**: uma instância ainda muito pouco estudada no turbilhão de mudanças nas relações de gênero que caracterizam a sociedade brasileira hoje.

11 A modernidade cria a **escolha** como possibilidade e como obrigação ou necessidade; os sujeitos perdem a inserção garantida em contextos institucionais preestabelecidos e precisam (o risco são as formas extremas de deslocamento e alienação) procurar e construir suas próprias re-ligações ao mundo social a aos outros. É este o sentido que Giddens (1991) sugere quando desenvolve o conceito de desencaixe/reencaixe, como parte de sua teoria da **modernidade reflexiva**.

12 Isto é demonstrado pelo fato de que a referência cultural hegemônica das práticas equestres no Norte do Estado do Paraná é outro: o **rodeio country** que prevalece na indústria e cultura do cavalo do Estado de São Paulo, que, por sua vez pode considerar-se uma apropriação da cultura equestre do Oeste dos EUA.

MULHERES E MENINAS QUE MONTAM

“*Eu adoro, amo animal... Amo cavalo sabe, adoro mesmo... Eu acho que existe um certo preconceito, isso existe... Porque no mundo que a gente vive existe o machismo... Tanto é que na primeira região nossa aqui as prendas estão tomando a sua vez... Tanto que tem mais de cem prendas laçando hoje em dia né... Aqui na nossa região de Curitiba, a região em volta... Mas sempre vai existir o preconceito, isso sempre vai existir... Sempre vai ter algum homem machista que vai dizer ‘ah, você não tem competência, você não é capaz,’ isso é norma. [...] Os próprios homens, os mais antigos que deveriam incentivar no tradicionalismo, tem uns que não concordam, acham que ‘lugar de mulher é na cozinha,’ tem uns que falam assim mesmo (Valéria, 26 anos).”*

A primeira vez que eu, muito por acaso, assisti prova de laço de rodeio foi mais ou menos no final da década de 90. Embora não tenha gravado na memória muitos detalhes específicos sobre o lugar e a ocasião, lembro sim da minha alegria ao ver entrar na cancha uma ou duas meninas, de chapéu e com trança loira comprida, perseguindo bezerro com o mesmo empenho e garra que seus companheiros de sexo masculino. Mas nesse dia eram minoria absoluta. Uma ou duas no meio do monte!

Mais recentemente, fazendo pesquisa de campo com minha orientanda, a talentosa pesquisadora, Becker (2011), ouvimos muitas pessoas se referindo ao início do novo milênio como momento que coincide, a grosso modo, com a entrada das mulheres nas provas de laço. Que isto seja um fato novo e realmente indicativo de um novo momento na cultura rural do Brasil, seria sugerido, por exemplo, por contraste com os relatos de pesquisadores que estudaram gênero e lazer no

meio rural nos anos noventa. Brandão (apud ANDRADE et al., 2009, p. 41):

observou que é comum entre os homens, o truco, o rodeio e a caçada, além do futebol, que representam uma espécie de experiência individual e coletiva de um ‘ethos’ de afetos e identidades que se imagina qualificar o ‘homem macho’ do passado e sua preservação no presente.

Ainda no estudo de Stropasolas (apud ANDRADE et al., 2009, p. 42), publicado em 2004, uma informante fala sobre o futebol:

ele vai jogar futebol, que é o gosto dele mas não é o gosto da mulher. A mulher tem outros planos, ela gosta de outras coisas. Eu até tava falando estes dias, às vezes, a gente, no caso, se sacrifica para ir lá num jogo de futebol. Tudo bem, vamos juntos, tal.

Outro argumento sobre a suposta ausência de interesse ou possibilidades das mulheres participarem nas esferas de lazer convencionalmente masculinas vem diretamente de um estudo sobre o mundo do rodeio e as competições de laço, publicado em 1999. O autor, Pimentel (apud ANDRADE et al., 2009, p. 47), ressalta a importância simbólica das festas de laço, que **evoca(m) a vida rural**, gerando uma **metalinguagem** da vida rural enquanto “espaço da vivência da imprevisibilidade, da periculosidade e das emoções no ambiente externo”, criando então valores significados a sua vez como **masculinos**. No seu estudo realizado nos anos 90, Pimentel (apud ANDRADE et al., 2009, p. 47) encontrou que as mulheres apenas se inseriam

na lógica do rodeio como expectadoras acompanhadas ou, principalmente, na busca por um companheiro. A participação feminina na prática do Jogo do Laço é restrita a pouquíssimas mulheres que na maioria das vezes apresentam uma história social diferente das demais mulheres do campo.

Ele não explica o que significa esta diferença (será de classe social?) mas explica ter encontrado apenas uma participante, que ao casar abandona o esporte. Se fosse apenas assim, restaria perguntar sobre os efeitos profundos desta exclusão das mulheres de um campo de práticas tão significativas, onde se constroem linguagens que conferem sentido à existência e tornam-se forte eixo de identidade coletiva.

Felizmente, nosso estudo – iniciado no final da primeira década do novo milênio – nos permite constatar um cenário muito diferente. Desde o início, suspeitamos que a comentada ausência poderia conter também uma porção de **invisibilização**, tanto de práticas cotidianas femininas quanto de atitudes de aberto desafio e transgressão, e logo vimos que nossos informantes, homens e mulheres, apontavam o tempo todo para um mundo em plena mudança. Apontavam para o ano 2000 como marcador (aproximado) do ingresso maciço de meninas e mulheres aos rodeios dos CTGs, o *métier* equestre popular que parece aglutinar mais cavaleiros e aficionados na região do Sul do Brasil que estudamos. Becker (2011) detalha como o próprio termo **prenda** – uma das muitas (re) significações das tradições do sul do Brasil – muda de sentido uma vez que a participação feminina desloca-se da concentração na área **artística** (dança, canto, declamação de poesia, artesanato) para as provas campeiras.

Sem dados estatísticos oficiais, mas após muitas horas e muitas jornadas de pesquisa de campo em rodeios e treinos, assim como de observação participativa em **cabanhas**, podemos afirmar que se trata de um meio que reúne mulheres do meio rural, semirrural e urbano, e de classes sociais diferentes – classe popular, média baixa e média, sendo muito visivelmente presentes – onde o denominador comum parece ser um interesse e identificação forte com o cavalo e as atividades campeiras¹³. De fato, a palavra que ouvimos uma e outra vez neste contexto para explicar as longas horas, energias e recursos gastos nesta esfera, foi a de **paixão** – sendo evocada constantemente por mulheres e homens.

Entre as mulheres jovens do meio rural e semirrural, o amor pelo cavalo nos foi narrado, uma e outra vez, como algo que surgia quase que espontaneamente, do convívio cotidiano com estes animais:

“ Desde que eu me conheço por gente sempre morei em chácara e lá sempre teve cavalo sabe? Então a gente sempre andava, daquele jeitão né? Não conhecia nada de rodeio, então a gente sempre andava no pelo sabe? Pegava ele lá no cabresto, no pelo, eu e a minha irmã. Nossa, passava o dia inteiro andando a cavalo. Então, paixão por cavalo sempre tive, desde criança sempre gostei de cavalo (Flávia, 28 anos).”

Contudo, o relato de uma mulher de classe média urbana mostra que – como foi o caso de outras jovens urbanas que

13 No texto que citamos acima (ANDRADE et al., 2009, p. 42) que é um dos poucos trabalhos brasileiros que encontramos que aborda o lazer no meio rural desde uma perspectiva de gênero, os autores reconhecem que se trata de um **novo rural** que passa por uma série de transformações marcadas por uma crescente imbricação com os meios urbanos que antes se colocavam como antípoda. E nisto, o novo rural pode muito facilmente tornar-se **local de produção de atividades de lazer para as pessoas da cidade**.

se envolveram no mundo das hípicas – a paixão pelo cavalo pode surgir de um outro lugar, geralmente narrado como um desejo ou vínculo inexplicável. Nossa informante Silvia o conta desta maneira:

“*De onde veio essa paixão por cavalos eu não sei. Eu sei que veio muito forte desde o começo. Eu lembro que eu era muito criancinha e eu tinha muita vontade de ver cavalos. Eu lembro que cada vez que me perguntavam, minha mãe e meu pai me perguntavam “o que você quer ganhar de aniversário? O que você quer ganhar de natal?” eu dizia “Bom, o que eu quero é um cavalo”. E assim foi, até que minha mãe viu que não tinha como tirar da minha cabeça a história do cavalo (Silvia).”*”

Em decorrência de inserções sociais diferentes, o caminho que conduz ao envolvimento no meio do rodeio também costuma ser diferente para mulheres de classe média urbana e as do meio rural. Para as dos meios rurais e semirurais, frequentemente inseridas em comunidades onde há uma tradição de prática (masculina) de rodeio, o ingresso às práticas campeiras decorre com uma aparente naturalidade, mesmo que elas não deixem de relatar momentos de resistência masculina ou familiar. Pelo relato da Alessandra, o gosto pelo laço emergiu espontaneamente através do meio onde ela foi criada, como de fato acontece com muitos meninos:

“*[...] meu avô tinha as vacas e eu corria, corria, corria atrás daquelas vacas, as vacas estouravam as cercas, saíam na rua na frente dos carros [...] e ele ficava brabo comigo, pegava uma corda e laçava as vacas, e deixava as vacas com corda e tudo sabe [...] pegava uma cordinha e jogava nas vacas, se enroscasse ficava enroscada e não tinha quem pegasse a vaca, ela ficava muito arisca né, não deixava chegar*”

perto [...] e ficava, e isso ele não gostava que eu fizesse [...] e minha mãe morria de medo que eu andasse nos cavalos, que eu saísse laçando [...] que enroscasse a corda no pescoço, que eu morresse, ela era muito medrosa, mas depois ela foi se acostumando [...] e o laço assim, comecei a laçar quando eu comecei a andar a cavalo, e tinha cavalgada perto, e aqui perto tem uma cancha de laço [...] no seu Tião ali [...] tem a cancha [...] e eu vinha sabe, com o povo, laçando, e achava bonito, e tudo [...] e comecei a querer fazer igual, daí depois desse tempo eu fui pegando a prática, fui pegando o jeito, mas aprendi meio que sozinha assim [...] a laçar [...] (Alessandra).⁹⁹

Vale destacar que o primeiro **estranhamento** das suas atividades veio aparentemente da mãe medrosa – pois o avô que ela diz não gostar de suas estripulias aparece ao longo de sua narrativa como alguém que também, de uma ou outra forma apoiou. Isso é ainda consoante com uma boa parte dos relatos que ouvimos de joquetas em que observamos uma tendência de transmissão do saber ou tradição equestre de pai para filha, inclusive muito valorizado por alguns pais, principalmente na ausência de filho homem, ou de filho homem que **goste mesmo** de cavalo (ADELMAN; MORAES, 2008).

As jovens de classe média algumas vezes passaram por alguma experiência prévia de hípica, isto é, de equitação clássica, esporte muito mais elitizado. Nesses casos, foram fatores posteriores – financeiros, de preferência pessoal ou de oportunidades surgidas aleatoriamente – que acabaram dando lugar a uma opção pelo rodeio. Esse foi o caso da informante Silvia (anteriormente citada) que inclusive se tornou uma pessoa chave na abertura dos CTGs paranaenses para a participação das mulheres, onde teve que se valer de hábeis estratégias de negociação para convencer os homens a aceitarem o ingresso das mulheres às provas campeiras – como convencer eles um

por um em lugar de abordar o tema perante todo o grupo – e para convencer algumas mulheres (as vinculadas às expressões artísticas) para que às laçadoras fosse liberado o uso da calça tradicional, a **bombacha**:

“*Eu tive que inclusive trabalhar em cima de Anita Garibaldi, para mostrar que não era bem assim, perguntando um milhão de vezes se a Anita Garibaldi saiu galopando, de estado a estado, atrás do Giuseppe Garibaldi dela, se ela foi de vestido né? Eu realmente fico imaginando, até onde eu sei, ela vestiu até roupas de guardas. E agora a gente não pode usar bombacha? Que absurdo né? (Silvia).”*

De fato, à entrada das mulheres acompanharam mudanças – e disputas – na própria organização esportiva. Tudo parece ter começado com a atitude de algumas pioneiras, que disputavam em cancha onde e quando se suponha só participação masculina. Silvia conta que, logo nos primeiros rodeios que participou (ela era a primeira mulher a participar como competidora dos rodeios na região, e inicialmente disputava as provas junto com os homens), ela foi recebida de maneira suspeita:

“*Claro que tinha muita gente que olhava feio, claro que tinha muita gente que olhava torto, claro que passavam do lado e perguntavam se eu era sapatão, se eu era gay, o quê que eu era. Mas eu pensava o seguinte: “eu devo prestar contas para quem me criou, o meu pai e a minha mãe estão sabendo o que eu estou fazendo, então não devo mais nada para ninguém. Eu vou fazer o que eu quero, e pronto, acabou”. E comecei. Ficava lá no meu cantinho, sossegada, chegava a minha vez, eu ia laçar (Silvia).”*

Outra informante observa atitudes ambivalentes que persistem até hoje:

“*Tem um povo mais velho que diz que prenda só atrapalha... que laço de prenda só atrapalha, que tinha que ter só vaca-gorda (somente para os homens)... só os adultos que tinham que participar (Tatiane, 20 anos).*”

Nota-se que, por causa disso, pode ser mais difícil todo o processo de aprendizagem para uma novata:

“*...e pra ensinar também, tem muita gente que não ensina, sabe? Te soltam na cancha e que se vire...então acho que falta mais incentivo (...) Tem juiz que acha que só atrapalha, sabe? (Tatiane, 20 anos).*”

No entanto, a diferença de um primeiro momento de pouca participação feminina em competições que, por esse mesmo fato, tornavam-se mistas, a estrutura é outra hoje, com categorias separadas por sexo e muito maior diversificação nas categorias de participação masculinas (BECKER, 2011, p. 41). A premiação menor para as mulheres também sugere menor incentivo a elas nas competições. As laçadoras reclamam nas entrevistas que até hoje receberam prêmios muito baixos em dinheiro, em comparação às premiações masculinas, impedindo qualquer possibilidade de **profissionalização** delas como atletas. Só nos treinos menos formais (que também fazem parte da atividade nas cabanhas) que homens e mulheres podem encontrar-se ainda cara a cara em disputas pelos mesmos prêmios e do reconhecimento dos pares. Ainda, nesses casos, o ressentimento pode se fazer ouvir, como na fala que escutei recentemente de um homem – pai de um jovem laçador de talento já muito premiado – que questionava o primeiro lugar de uma moça da região, conhecida por suas habilidades, alegando com ironia a van-

tagem desta, pois “é, como se fosse difícil laçar com esse laço curto!”¹⁴.

Homens podem se opor à participação feminina de diversas formas, mas na nossa pesquisa eles tendiam a se colocar como **favoráveis** ou até como incentivadores do engajamento das mulheres na prática esportiva. Os seis homens que entrevistamos formalmente assinalaram as mudanças nas relações de gênero (no espaço dos rodeios, e na sociedade em geral) como positivas. Eles disseram incentivar as mulheres mais próximas a eles – esposas, filhas e irmãs a laçarem e participarem dos rodeios, e até preferir que participem – o que de fato pode diminuir o conflito familiar ou entre os casais ao criar parceria em lugar de tensão sobre o tempo e os recursos gastos nesse meio¹⁵. No decorrer das entrevistas, nenhum deles defendia a noção de uma superioridade masculina necessária; consideravam que, tanto neste esporte como noutras atividades e esferas da vida, as mulheres podem sair **vencedoras da competição**. Porém, vários reiteraram uma percepção do meio do rodeio e do esporte de rodeio ser – inerentemente ou ainda por costume – mais atraente para homens do que para mulheres. Um deles, na faixa dos 30 anos, generalizou a partir de sua própria história, insistindo que as mulheres partici-

14 Às mulheres é permitido laçar com um laço mais curto e de menor peso que o dos homens.

15 Anos atrás, quando pesquisava o meio do hipismo clássico, uma informante insistia na maior dificuldade que as mulheres tinham de negociar as horas investidas no esporte com maridos e namorados que não compartilhavam seu compromisso e paixão por ele (ADELMAN, 2004). No mundo do rodeio, o conflito vem sendo representado em outros termos: a relação dos homens – como os mais investidos no meio – com suas parceiras, que podem gostar ou não, ser apaixonadas pelo esporte elas mesmas, ou apenas **se adaptar**. No discurso de nossas informantes, por outro lado, parece operar uma certa pressuposição de (poder) namorar ou estar com homens que também gostam do meio campeiro.

pavam mais **para acompanhar seus namorados** do que por vontade própria (o que contradiz claramente a narrativa de muitas entrevistas nossas); outro homem com quem tive uma conversa mais informal, cuja esposa não gosta de cavalo, deu uma risada enquanto me dizia que “nós homens gostamos que haja mulheres participantes!” – falando neste caso mais especificamente sobre cavalgadas e insinuando que isto pode significar acesso particular a um *pool* de mulheres interessantes, bonitas e ativas. Este tipo de sentimento nos foi expresso outras vezes, e encontrado também até na fala dos narradores dos torneios de laço (sempre homens), que frequentemente anunciam a entrada de competidoras em pista com comentários do tipo “ai vem o laço perfumado” ou referiam-se à sorte de poder ter a presença das “que embelezam o espetáculo” (ADELMAN; BECKER, 2013).

Por outro lado, as respostas positivas dos homens em relação à participação feminina também podem ser interpretadas como sua aceitação do novo valor positivo que no Brasil, como um todo, se está começando a atribuir à superação do machismo e do preconceito. Como todos os homens em todos os meios, podemos pensar que os homens deste universo – gostem ou não – estão sendo obrigados a rever o sentido da masculinidade, numa sociedade em que discursos sobre igualdade de gênero – e contra a violência de gênero e a homofobia – estão circulando muito mais do que noutra época¹⁶. Parece que alguns estão aprendendo a compreender a masculinidade

16 É minha percepção que desde o início do governo Lula, com a maior visibilidade de feministas advindas dos movimentos sociais trabalhando em nível federal e com o reconhecimento maior da necessidade de políticas públicas que contemplem questões de gênero, mudanças culturais que vinham se gestando com grande dificuldade obtêm uma maior legitimidade – mesmo quando os avanços políticos continuam muito devagar e muito atrapalhados.

menos em oposição aberta e radical às mulheres e suas feminilidades do que noutros tempos se pensava.

Assim, Guilherme, um jovem (26 anos) nascido e criado numa cidade pequena e hoje formado em zootecnia e coproprietário de uma **cabanha**, que laça e ganha muitos prêmios desde a adolescência, afirma que “aumentou muito a quantidade de mulher e a qualidade que as meninas estão laçando... [...] Hoje em dia tem mais gente apoiando as mulheres a laçar do que reprimindo.” Olavo, um homem de 44 anos, oriundo do meio rural, foi muito eloquente ao comparar a entrada das mulheres como laçadoras nos rodeios com a inserção geral das mulheres na esfera pública:

“*A filha sempre acompanha, então elas vêm no domingo que é para almoçar...e geralmente fala “pai, eu também queria montar a cavalo e andar”. No começo você acha chato, “não, não, não.” mas por ver do lado, a menina chegando “pai, acertei minha armada”, “você fez filha?”, “fiz”. Então chega todo mundo junto ali e elas querem também, e a emoção de ver a família ali e a filha laçando...então rapidinho o pai já coloca para laçar...[...] Se igualou...está quase se igualando...e é o que eu queria...porque só eu que trabalhava lá em casa, agora a mulher tá me ajudando (risos)...[...] tanto que da parte do homem, nós temos medo disso... porque, pra você ter uma ideia, nossa presidente já...(risos). A mulherada está quase tomando conta mesmo, elas estão entrando firme e estão fazendo certo né, porque não tem nada de errado (Olavo, 44 anos).”*”

Como confirmação destas autorrepresentações masculinas, mulheres também apontam que muitos homens, hoje em dia, incentivam muito a participação feminina neste esporte. Flavia, com 28 anos, entrevistada que vive no meio há mais de dez anos (assim como Silvia, começou na época de

implantação da categoria feminina nos rodeios), afirma que, atualmente, muitos homens encorajam as meninas e mulheres a laçar.

“*Bastante, mesmo, marido incentivando a esposa. Você vê a mulher casada, assim com filho também, que está laçando... Os homens, têm as suas exceções, tem bastante machista no meio. Mas eu acredito que a maioria apoia as mulheres a laçar. É, porque antes a mulher ia no rodeio só pra fazer comida para os maridos e para os filhos e ficar ali no acampamento. Então os maridos participavam, os filhos participavam da vaquinha parada e ela ficava ali, né? Daí assim, porque isso né? Daí começou a laçar, deu certo (Flavia, 28 anos).”*

O discurso familista, que pretende que os rodeios sejam **espaços de lazer familiar**, funciona como um elemento paradoxal, facilitando a participação feminina ao mesmo tempo que reforça a normatividade. Uma informante nossa, Valéria, de origem semirural e atual coproprietária de haras (junto com o marido) também percebe claramente esta conexão, ao dizer,

“*Até um pouco do machismo acabou. Existe ainda, mas diminuiu... porque todo mundo acha normal agora levar a família. Então você não vai se negar a levar a tua mulher, porque vai dizer ‘eu não vou te levar porque lá é lugar de homem. Não, lá é lugar de família. Hoje em dia todo mundo prega a família, todo mundo leva os filhos, então acho que melhorou bastante, e cada vez vem crescendo mais (Valéria).”*

Outra laçadora teve observações interessantes para fazer sobre o processo de incorporação das mulheres aos rodeios:

“A gente nunca sofreu de alguém vir falar para a gente alguma coisa. Mas no começo, bem no começo era mais complicado sabe? Tanto que eles falavam, “É, esse ‘laço prenda’ aí é só para estorvar o rodeio”. Porque uns dois anos antes de eu começar a laçar não tinha a categoria de prenda, a prenda laçava no piá, guri ou no adulto, conforme a idade. E não tinha troféu separado pra ela. Depois começou a ter laço prenda, daí que eles começaram a falar isso sabe? (...) Mudou muito, hoje o incentivo é muito maior. Antigamente era difícil o pai, o marido, alguém incentivar. Por essa falta de meninas eles ficavam até meio com medo, insegurança, de falar “nossa, como é que eu vou submeter a minha mulher a fazer uma coisa dessas”. Mas hoje, é o pai que incentiva, o marido, o avô, tudo mundo faz questão (Natália, 23 anos).”

A proporção de homens e mulheres competindo revela ainda grande vantagem de homens (algo em torno de 4:1, estimado pelo que observamos em diversas ocasiões), o que também tende a criar uma certa tensão entre um meio ainda **homossocial** e a participação feminina ainda muito atrelada à presença familiar. Repetindo mais do que interrompendo a tradição histórica ou a **reinvenção** da tradição gaúcha empreendida pelo Movimento Tradicionalista Gaúcho, as linguagens simbólicas que constroem o discurso público sobre o meio continuam sendo bastante masculinas, o que se vê tanto nas falas cotidianas e esportivas que ressaltam a macheza do homem, a beleza das laçadoras e as ocasionais (ou talvez frequentes) brincadeiras e piadas sobre **viados** – servindo estas, como a literatura *queer* tão bem enfatiza, como expressão de ansiedades e como formas simbólicas que demarcam os limites entre o permitido e o abjeto, o que ameaça, o que excede os limites.

Contudo, as mulheres constantemente afirmam sua identificação com e o prazer que o mundo do cavalo campei-

ro lhes oferece. Assim como as mulheres que encontramos no mundo elitizado do hipismo clássico (ADELMAN, 2004), as do rodeio enfatizaram isto uma e outra vez. Algumas ressaltam a excitação do desafio físico, como Flavia quando relata

“*Eu não tive dificuldade de laçar, eu não ligava também, eu estava fazendo o que eu gostava...então quando chegava ali no brete, chamavam meu nome, a adrenalina ia a mil, era aquilo que eu gostava, eu nem me interessava se eu estava jogando fora do boi ou laçando o boi... eu queria só correr atrás dele e tentar fazer a armada né...então assim, era a minha paixão, é a minha paixão até hoje (...)* (Flavia, 28 anos).”

Isso mostra o apego a uma prática lúdica que envolve uma construção muito pouco convencional do feminino.

O fato das provas de laço serem organizadas de tal forma que precisam formar-se equipes femininas pode também ser um estímulo para aquilo que a literatura sobre mulheres no esporte tem reafirmado importante forma de sociabilidade **contra-hegemônica**: a criação de **subculturas esportivas femininas**. Noutro lugar (ADELMAN; MORAES, 2008) discutimos o grau de desconforto que as mulheres podem sentir ao transitarem por espaços esportivos povoados quase exclusivamente por homens, como, neste caso, os treinos nas cabanhas, que na nossa observação são, e em certo contraste com os rodeios, mais frequentados por homens do que por **famílias**. Nos rodeios, por outro lado, a visibilidade de equipes femininas – geralmente amigas e parentes – ganha destaque. Isto é importante em vista de que, após muitas horas de convivência em cabanha e rodeio, a sociabilidade que se tece a partir destas práticas é muito forte, e parece virar um grande eixo – se não o espaço mais importante na vida – de muitas

peças, homens e mulheres. Como uma informante nossa de 20 anos demonstra, aquilo que começa atrelada ao lazer familiar facilmente cresce e o extrapola.

“ Nossa, vou laçar até eu ficar velinha, não pretendo parar. E agora, quando o meu pai não quiser ir para rodeio eu vou dar um jeito de ir, é difícil você parar assim, do nada, né? Sente muita falta do laço, do teu cavalo, dos teus amigos, do clima. Sente muita falta, tanto que em janeiro, dezembro, a gente fica meio louca sem rodeio (Tatiane, 20 anos).”

As mudanças em curso têm uma forte dimensão geracional. Nossas informantes – geralmente na casa dos 20-30 anos – diferenciavam-se das suas mães, que elas retratavam como mulheres que acompanhavam filhos e maridos mas **não gostavam** de frequentar rodeio – “porque elas vêm e têm que ficar cozinhando né?”, nas palavras de uma. Mas as nossas informantes, membros de uma nova geração de mulheres com investimento próprio na participação, projetavam também nos seus filhos e filhas (as que já eram ou pretendiam ser mães) um futuro como participantes ativos do mundo do rodeio, como herança que hoje em dia possa ser pensada como um bem simbólico ou recurso que se passa de mãe para filho/a.

Por outro lado, não só as fronteiras do comportamento masculino senão também a postura das mulheres do rodeio continua sujeito ao escrutínio constante. Como assinalado por Green et al. (apud TOMLINSON, 2006, p. 4), pelo menos em algumas de suas formas mais comuns (e mais legitimadas!) “o controle masculino sobre o comportamento das mulheres, em lugar de ser um tipo de controle que se exerce através da coerção, depende de normas de respeitabilidade e aceitabilidade,

permitindo considerá-lo como controle por consentimento”¹⁷. Isto resulta muito evidente no meio do rodeio, onde as constantes referências à beleza das laçadoras com certeza funcionam como lembrança para todas, como devem apresentar-se publicamente. Há, pois, um risco na participação feminina se esta não for adequadamente alinhada com as normas vigentes de corpo e aparência femininos, mesmo com limites menos estreitos do que nos tempos em que o uso da calça bombacha era (informalmente) interdita às mulheres. O consentimento das mulheres é acionado também, de forma que, se o policiamento das maneiras de construir a feminilidade é preocupação dos homens, recebe por vezes o apoio das próprias mulheres que o introjetam e o reproduzem. Recentemente, uma participante do meio, que ajuda seu marido a tocar uma cabanha, reiterou estas ansiedades, falando com muita convicção: “Só porque você participa do rodeio, não significa que você é feia, que não se maquia! A gente se preocupa com nossa feminilidade sim!” Por sua vez, duas irmãs entrevistadas anos atrás ilustram a operação de formas de policiamento e autopolicimento para manter uma feminilidade normativa:

“[...] até um tempo atrás tiveram umas reuniões nos rodeios pra incentivar as meninas a serem mais femininas sabe... porque a mulher começou a laçar e querer se submeter muito igual a um peão sabe? Algumas meninas foram indo mais pro caminho assim de “ai, eu sou um peãozão, eu sou um gauchão”... e daí a gente começou a fazer uma campanha pra incentivar a ser feminina... porque afinal de contas não tem nada a ver você ser mulher e estar laçando né?” (Natália e Fabiane, 23 e 20 anos).”

17 “... male control over women’s behavior, rather than being control by coercion, relies on norms of respectability and appropriateness, and can be regarded as control by consent” (tradução nossa).

Não poucas vezes, ouvimos referências ao perigo das mulheres **masculinizadas** e, por vezes, o uso da palavra **lésbica** para se referir a uma condição abjeta. Neste sentido, percebemos que as transformações atuais esbarram na persistência das próprias dicotomias naturalizadas de **diferenças** de gênero, afincadas como estão na arraigada cultura da “matriz heteronormativa, discutido por Butler (1990). Sua **desconstrução** no senso comum e nas práticas cotidianas dependerá, por sua vez, da extensão e da profundidade das mudanças culturais em curso no país, processos lentos e não pouco atrapalhados por ideologias conservadoras de longa história.

COTIDIANO, CABANHAS E A MANUTENÇÃO (OU NÃO) DA HETERONORMATIVIDADE

Após um pouco mais ou menos de uma hora montada no Billy, começa a bater a fome e lembro do convite que o pessoal me fez, de compartilhar, mais uma vez, o churrasco meio improvisado que serve de almoço num feriado em que pessoas vão e vem, aparecem a qualquer hora e ficam o tempo que quiserem. Troco cabeçada por cabresto e deixo meu alazão amarrado no paiol, pensando que talvez ainda me anime a montar mais um pouco, mais tarde. Quando me aproximo ao grupo - cinco homens relativamente jovens e um menino de 15 anos - pego a conversa andando, algo assim como:

— Nossa, vocês tinham que ver, é uma mulher perfeita, super corpo, dessas gostosas nota 10, que vc pega numa boa...mas tem cara de homem!

— Vc tem certeza que não é traveco? (amigo)

— Traveco, de jeito nenhum! Eu a conheço, ela é minha amiga, a A..., a conheço desde os 12 anos...

Continuam falando em tom jocoso sobre o tema “traveco” e se lançando desafios, tipo “Quero ver você dançar com traveco num baile!”

— Pode esquecer, eu não dançaria nunca com um desses...!

— Eu sim, se vc me pagasse....

— Quanto?

— Ah, tinham um rapaz viado, disse que daria uma moto para a pessoa que atravessasse a praça de mãos dadas com ele...

— Aí eu vou, vou mesmo...

— Uma vez lá no baile tal, tinham um cara que chegou lá provocando nosso amigo, um que é viado mesmo, assumido, esse amigo nosso o L., tipo dançando perto dele, rebolando... Daí o L. deu um soco na cara dele (risadas gerais)

— Mas sabem, pra mim não tem essa de não... quer dizer, coisa de orientação sexual é coisa de cada um, tem que respeitar, não é mais como antes, ainda nosso meio era muito machista, mas tem que respeitar, eu respeito....

Nesse momento, alguns calam, outros acenam com a cabeça, meio tendo que concordar, a conversa acaba, traço de sorriso que não escondo, mudança de tema...

(diário de campo, fevereiro de 2013)

O predomínio dos homens no cotidiano das cabanhas parece não ter sofrido muita desestabilização. Conforme constatamos ao longo de quatro anos de trabalho etnográfico, tratam-se de espaços de sociabilidade majoritariamente masculinos, onde os homens – solteiros e casados – se juntam para montar, conversar, tomar chimarrão ou cerveja, durante longas horas, e as mulheres aparecem com menos frequência (tratando-se de mulheres solteiras ou mulheres não acompanhadas por namorados, maridos ou outros familiares). Para além do aspecto do lazer, o trabalho diário com cavalo – tratar, escovar, soltar ao campo e recolher no final do dia, dar remédios ou treinar mon-

tado, entre outras atividades – é a responsabilidade de funcionários de sexo masculino, que, por vezes, são apenas garotos (de 15-18 anos) que parecem não se importar de ganhar pouco pela troca da oportunidade de aprender, lidar com e curtir os equinos¹⁸. Nunca vimos estes trabalhos sendo realizados por garotas, e uma hipótese da pesquisa em andamento é que, para as meninas de classes populares, a profissionalização no mundo do cavalo depende em grande parte do seu acesso – ainda difícil, mas possível – à educação superior¹⁹.

Em visitas nossas a cabanhas em regiões rurais e periurbanas durante a semana, é comum encontrar homens de diversas idades cujo trabalho – ou por vezes, falta de emprego – lhes permite se juntar de tarde nestes lugares. No final de semana, não é muito diferente, mas quando se trata de ocasiões festivas, como cavalgadas e treinos de laço, os espaços se tornam *locus* de lazer e sociabilidade familiar, incrementando ostensivamente a participação de mulheres e meninas²⁰. Mas podemos afirmar que ainda persiste e se reproduz o caráter homossocial destes

18 Entre os que entrevistamos (formal e informalmente), percebemos uma relação problemática com a continuação dos seus estudos, pois mesmo quando expressam a vontade de terminar o ensino médio, a jornada longa e fisicamente cansativa junta-se geralmente a dificuldades de acesso à escola (eles geralmente pousam no trabalho, situado em região rural ou semirural). Em todo caso, teriam que frequentar turno noturno, e ter muita vontade de ir, havendo também o apoio dos empregadores que por vezes incentivam o estudo mas talvez com menor insistência do que poderia vir da família.

19 Numa visita recente ao campo, encontramos uma garota cuja família toca uma cabanha e que, bastante esperta em relação aos equinos e boa amazona, teve que deixar o curso de veterinária numa universidade particular, mas pretende tentar de novo o vestibular para entrar na universidade pública. Seus irmãos fizeram curso pós-médio.

20 Contudo, algumas das cabanhas que visitamos são coadministradas por mulheres (com seus namorados, irmãos ou maridos), o que não necessariamente muda sua inserção numa cultura homossocial, mas, sim, parece representar a possibilidade de uma reversão destas tendências a médio prazo.

espaços. Rolam amizades entre homens, assim como redes que viabilizam desde compra e venda de animais até a obtenção de certo tipo de empregos (principalmente para quem depende do trabalho manual, formal ou informal). Brincadeiras, piadas – referências jocosas aos **gays (bichas, viados)** – e discussões que tematizam a homossexualidade masculina são bastante comuns no interior destes espaços, como mostra o fragmento de diário de campo reproduzido acima, clara demonstração das “ansiedades de gênero” que acompanham tempos de mudança (SEGAL, 2000). Há, nestes comentários, uma interrogação bastante sintomática sobre onde, hoje em dia, podem ser colocadas as fronteiras entre gêneros e entre comportamentos sexuais. Evidenciam ao mesmo tempo abertura à mudança e à persistência de categorias e medos normatizadores. É exatamente o tipo de negociação de expectativas e normas que adquire, em certas discussões sociológicas mais clássicas, o nome de trabalho de *boundary maintenance*²¹, representando a necessidade de testar os outros, testar as fronteiras do permitido e do proibido, que – como a fala acima mostra – não devem ser exatamente o que eram **antes**. Trata-se de esforços que objetivam, pelo menos num primeiro momento, a busca ou a manutenção de fronteiras claras entre o normativo e o transgressor, mas que são feitas de ambiguidades, ansiedades, ambivalências e dúvidas.

21 Embora o conceito tenha origem na sociologia funcionalista norte-americana, não deixa de ser útil para perspectivas de filiação crítica que almejam analisar as formas subjetivas e objetivas da normatividade social. Uma definição do conceito oferecido por um dicionário de sociologia já é sugestivo de suas possibilidades analíticas: “*The ways in which societies (or social systems) maintain distinctions between themselves and others. Many have suggested that, by studying the ways in which a society attempts to define its inherently ambiguous—and hence potentially dangerous—peripheral areas, it is possible to obtain a better understanding of what constitutes its key cultural values.*” Disponível em: <<http://www.encyclopedia.com/doc/1O88-boundarymaintenance.html>>. Acesso em: 17 out. 2016.

Como sugeri em vários momentos ao longo do texto, esta cultura equestre popular do Sul do Brasil, seus participantes e protagonistas, representam um entrecruzamento entre imaginários e práticas que não podem ser qualificados como claramente rurais ou urbanos; também se encontram a distância dos espaços geralmente associados à **vanguarda** das mudanças nas relações de gênero²². Muito pelo contrário, tanto no nível das organizações (no caso, as do MTG/CTG) quanto nos bairros e comunidades (rurais, semirurais, periurbanos) onde as cabanhas situam-se, circulam discursos contraditórios e ambivalentes sobre gênero e sexualidade.

Uma outra hipótese do meu trabalho diz respeito não só a gênero e à presença feminina – na medida que esta última aumenta, exerce pressão sobre as atitudes e expectativas dos homens do meio – mas também à influência do trânsito entre classes sociais e como impactam as questões de gênero. Sem querer dizer que as atitudes entre famílias e pessoas de **classe média** sejam necessariamente mais igualitárias – em todo caso, há sérios debates nas ciências sociais sobre o que ou quem constitui a classe média hoje²³, e a evolução de ati-

22 Penso nestes como os lugares onde mais fácil e visivelmente circulam discursos críticos, como nas universidades, movimentos sociais e espaços de cultura alternativa e artística, dentre outros.

23 O antigo debate sociológico sobre classe social, retomado nos anos 60 pela sociologia que se buscava contemporanizar (ADELMAN, 2009) nunca produziu nenhum consenso. Um esforço recente de pensar sobre o assunto e como se desdobra na sociedade brasileira atual vem do sociólogo Souza (2012), quem pergunta se **os batalhadores** da mercadologicamente definida **classe C** devem ser pensados como **uma nova classe média** ou uma nova classe trabalhadora. Indaga sobre as condições de vida, gostos culturais, crenças religiosas, aspirações e ideologias políticas, entre outros – dos integrantes desta **nova classe trabalhadora**, mas sem examinar a relevância de questões de gênero como elemento fundamental de experiências e de alocação de recursos e oportunidades.

tudes sobre gênero dentre as diversas camadas sociais exige maior estudo e atenção – podemos sugerir que o acesso das mulheres ao ensino superior e à profissionalização influencia como meninas e mulheres percebem sua vida e suas opções. Há por exemplo cada vez mais mulheres veterinárias²⁴ - que exercem no meio, e que servem de exemplo para as meninas que gostam de cavalo e querem um espaço profissional no setor equestre. Nas comunidades rurais e populares, ao que nossa pesquisa sugere, ganhar a vida com cavalo era geralmente restrito aos homens²⁵. Mas hoje em dia, uma jovem oriunda das classes populares que aspira à profissionalização no setor equino/equestre pode também teve a oportunidade de fazer uma faculdade de medicina veterinária ou zootecnia, expandindo seus horizontes a partir da entrada inicial de mulheres, geralmente de famílias da classe média urbana, que não deixaram, por sua vez, de constituir uma geração pioneira de mulheres em profissões até então constituídas como masculinas.

Também me parece que a expansão de um campo de lazer equestre que envolve pessoas de origem rural e urbana, classe média e classe popular, favorece o desenvolvimento de novas práticas e atitudes em relação a crianças e cavalos. Nós observamos, por exemplo, o cotidiano das aulas numa caba-

24 Um número especial da revista do Conselho Nacional de Medicina Veterinária dedicado à atuação das mulheres nesse campo profissional cita os números de mulheres profissionais da medicina veterinária e da zootecnia como sendo de 57.000 na atualidade (Conselho Federal de Medicina Veterinária, 2013).

25 Minha participação recente num curso da área equina/equestre oferecida de forma gratuita pelo Sistema Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) em áreas rurais reiterou esta percepção da minha pesquisa de campo. Segundo o veterinário instrutor do curso e a secretária do Sindicato Rural de São José dos Pinhais, a procura e a participação dos cursos da área (doma, casqueamento e ferragem, e rédeas) é quase exclusivamente masculina; contudo, algumas edições têm, em tempos recente, estimulado interesse entre mulheres também.

nha onde há uma escolinha de montaria/equitação – prática de lazer que se expande em função da diversificação do mercado de lazer das camadas médias urbanas – frequentada por meninas e meninos. Nesse contexto, crianças e adolescentes de ambos os sexos participavam de forma muito parecida nas aulas e com possibilidades de engajar na competição, e demonstrando atitudes muito semelhantes quanto ao desafio físico de montar, quanto às práticas de cuidar de suas montarias. Estes momentos também servem como importante reforço para noções e práticas mais igualitárias, e como se trata, neste caso, de uma esfera de prática equestre muito menos cara do que o hipismo clássico que se ensina nos clubes e centros de treinamento mais elitizados, parece promover uma mistura de pessoas de origens distintas.

Por outro lado, é importante ressaltar que não são só os homens que agem para reproduzir atitudes **machistas** e classificações binárias. Se bem que o espectro da **masculinização das meninas** nas preocupações de homens foi apontado claramente na crítica de uma das pioneiras da participação feminina nos rodeios paranaenses, que relatou cobranças a ela feitas por eles, as preocupações de certas lideranças dos CTGs, por **preservar a feminilidade** das meninas, é também ecoada e apoiada nas vozes de algumas jovens. Chegamos a ouvir, em espaços de cabanha ou rodeio, mulheres jovens reclamando espontaneamente, de outras mulheres, que **querem ser igual peão, que chegam, igual rapaz, dizendo ‘eu sou o gauchão**. Em contraste, elas se defendem como adequada, evidente ou desejavelmente **femininas**.

Para finalizar, vale ressaltar que hoje em dia, como nunca antes, a sociedade brasileira está permeada por intensos processos de luta simbólica em torno do significado de ser meni-

na e menino, homem e mulher, e inclusive – como as notas de caderno de pesquisa acima reproduzidas demonstram – alguma outra coisa. A heterossexualidade não é mais *a simple taken-for-granted notion* neste país, onde os movimentos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT) ocupam espaço e agenda pública, tendo ganhos importantes, assim como alguns retrocessos aparentes²⁶. O meio – talvez **rurbano** – dos rodeios CTG não é, com certeza, um palco privilegiado destas disputas, mas sem dúvida participa delas. A desconstrução de atitudes e práticas binárias, heteronormativas, policia-doras, e a evolução para atitudes e atividades que **desfazem o gênero** dependerá do comportamento dos homens do meio, que tendem a resistir a quaisquer mudanças mais radicais, mas também de uma nova geração de meninos que podem estar obtendo uma socialização diferente nos espaços hoje mais compartilhados, e, talvez, principalmente, das mulheres e meninas, que bem podem se entregar **como iguais** ao mundo do cavalo, ou se manter numa posição de quem é mais frágil, menos competente, ou mais preocupadas com a aparência física e a aprovação masculina do que com a conquista de novos espaços e o desmantelamento das hierarquias sociais.

REFERÊNCIAS

ADELMAN, Miriam. **A voz e a escuta**: encontros e desencontros entre a teoria feminista e a sociologia contemporânea. São Paulo: Edgard Blucher, 2009.

²⁶ Como exemplificado na lamentável e crescente influência de fundamentalistas evangélicos (extremamente homofóbicos e machistas) no agenda política nacional.

ADELMAN, Miriam. O desafio das amazonas: a construção da identidade das mulheres como atletas do hipismo clássico (salto) brasileiro. In: KNIJNIK, Jorge; SIMÕES, Antônio Carlos (Org.). **O mundo psicossocial das mulheres no esporte**: comportamento, gênero e desempenho. São Paulo: Aleph, 2004. p. 277-304.

ADELMAN, Miriam; BECKER, Gabriela. Tradition and transgression: women who ride the rodeo in Southern Brazil. In: ADELMAN, Miriam; KNIJNIK, Jorge (Ed.). **Gender in equestrian sport**: riding around the world. United States: Springer, 2013. p. 104-130.

ADELMAN, Miriam; KNIJNIK, Jorge. Introduction: Women, men and horses: looking at the equestrian world through a gender lens. In: ADELMAN, Miriam; KNIJNIK, Jorge (Ed.). **Riding around the world**: gender relations in equestrian sport. United States: Springer, 2013. p. 6-22.

ADELMAN, Miriam; MORAES, Fernanda Azeredo. Breaking their way in: women jockeys at the Racetrack in Brazil. In: SEGAL, Marcia Texler; DEMOS, Vasilikie (Ed.). **Advancing gender research**. United Kingdom: Emerald Press, 2008. p. 99-123.

ANDRADE, Rafael Júnio et al. Relações sociais de gênero no meio rural brasileiro: a mulher camponesa e o lazer no início do século XXI no Brasil. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**, São Paulo, v. 23, n.1, p. 39-49, 2009. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/rbef/article/view/16709/18422>>. Acesso em: 07 out. 2016.

BALIEIRO, Fernando Figueiredo. **Carmen Miranda entre os desejos de duas nações**: cultura de massas, performatividade e cumplicidade subversiva em sua trajetória. 2014. 329 f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2014. Disponível em: <<https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/6687?show=full>>. Acesso em: 07 out. 2016.

BARTHES, Roland. **Mitologias**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo**. São Paulo: Círculo do Livro, 1949.

BECKER, Gabriela. **Prendas e peões em um mundo em transição?:** a participação feminina nas práticas equestres do laço comprido. 2011. 91 f. Monografia (Curso de Ciências Sociais) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2011. Disponível em: <<http://www.humanas.ufpr.br/portal/arquivos/BECKER,%20Gabriela%20Liedtke.pdf>>. Acesso em: 07 out. 2016.

BRAH, Avtar. *Cartographies of diaspora: contesting identities*. United Kingdom: Routledge, 1996.

BUTLER, Judith. **Gender trouble:** feminism and the subversion of identity. New York: Routledge, 1990.

CLARK, LaVerne Harrell. **They sang for horses:** the impact of the horse on navajo and apache folklore. Boulder: University Press of Colorado, 2000.

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINARIA. Cinquenta e sete mil mulheres na medicina veterinária e na zootecnia. **Revista CFMV**, Brasília, v. 19, n. 58, jan./abr. 2013. Disponível em: <https://issuu.com/cfmv/docs/cfmv_58_grafica>. Acesso em: 07 out. 2016.

COSTA, Simone Pereira da. **Estrada da vida:** A organização do mundo dos rodeios no Brasil. 2003. 247 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Universidade do Estado Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.

DU BOIS, W.E.B. **The souls of black folk**. United States: Eucalyptus Press, 2013.

ELIAS, Norbert; DUNNING, Eric. **Quest for excitement:** sport and leisure in the civilizing process. Hoboken: Wiley-Blackwell, 1986.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Editora UNESP, 1991.

GOLIN, Luiz Carlos Tau. **Luiz Carlos Tau Golin, jornalista e historiador**. Entrevistador: Redação da IHU On-Line. Rio Grande do Sul: UNISINOS, 2010. Entrevista concedida ao CONSUMIDOR RS. Disponível em: <<http://www.consumidor-rs.com.br/rs2/inicial.php?case=2&idnot=12124>>. Acesso em: 07 out. 2016.

HALL, Stuart; SOVIK, Liv (Org.). **Da diáspora:** identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: UFMG, 2006. pp.410.

HOBSBAWN, Eric; RANGER, Terence. **The invention of tradition.** New York: Cambridge University Press, 2012.

LAGIER, Rosine. **La femme et le cheval:** des siècles d'histoire. La Tullaye: Éditions Charles Hérissey, 2009.

LEAL, Ondina Maria Fachel. **The gauchos:** male culture and identity in the pampas. 1989. 345 f. Tese (Doutorado em Antropologia) - University of California, Berkeley, 1989. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/69822>>. Acesso em: 10 out. 2016.

MAFFESOLI, Michel. **The time of the tribes:** the decline of individualism in mass society. Twin Oaks: Sage Publications, 1996.

OLIVEN, Ruben George. **A parte e o tudo:** a diversidade cultural no Brasil-nação. Petrópolis: Vozes, 2006.

PACHECO, Luis Orestes. **Como o tradicionalismo gaúcho ensina sobre masculinidade.** 2003. 60 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/3707>>. Acesso em: 10 out. 2016.

PISCITELLI, Adriana. Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. **Sociedade e Cultura**, Goiânia, v. 11, n. 2, p. 1-12, jul./dez. 2008. Disponível em: <<http://www.revistas.ufg.br/fchf/article/view/5247/4295>>. Acesso em: 10 out. 2016.

PRICKETT, Stephen. **Modernity and the reinvention of tradition:** backing into the future. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.

RUBIN, Gayle. The traffic in women: notes on the "political economy" of sex. In: REITER, Rayna Towards (Ed.). **Toward an anthropology of women.** New York: Monthly Review Press, 1975. p. 157-210.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Revista Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 15, n. 2, p. 5-22, jul./dez. 1990.

SEDGWICK, Eve Kosofsky. **Between men**: english literature and male homosocial desire. New York: Columbia University Press, 1985.

SEGAL, Lynn. **Why feminism?** New York: Columbia University Press, 2000.

SILVA, Maria Aparecida. Assentamento e sustentabilidade.

Revista Sociedade e Cultura, Goiânia, v.4, n.1, p. 85-103, jan./

jun. 2001. Disponível em: <<http://www.revistas.ufg.br/fchf/article/view/2228/2183>>. Acesso em: 10 out. 2016.

SOPELSA, Renata. **Aquerenciados em um novo rincão**: migrantes e o culto às tradições gaúchas na cidade de Ponta Grossa - Pr (1958-1968). 2005. 119 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2005. Disponível em: <<http://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/26947/DISSERTACAO%20-%20RENATA%20SOPELSA%20.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 10 out. 2016.

SOUZA, Jessé de. **Os batalhadores brasileiros**: nova classe média ou nova classe trabalhadora? Belo Horizonte: UFMG, 2012.

TOMLINSON, Alan (Ed.). **Gender, sport and leisure**. Aachen: Meyer and Meyer, 2006.

WRIGHT, Will. **Sixguns and society**: a structural study of the western. California: University of California Press, 1975.

O OLHAR FEMININO DE ESTUDANTES PRIVADAS DE LIBERDADE SOBRE O CUIDADO

Ires Aparecida Falcade Pereira
Araci Asinelli-Luz

INTRODUÇÃO

O presente capítulo, decorrente de dissertação de mestrado em educação (FALCADE-PEREIRA, 2013), teve como objetivo analisar os pressupostos conceituais que facilitam a compreensão da ética do cuidado e da ética da justiça, apresentadas e argumentadas por Carol Gilligan (1990), dentro das interpretações de mulheres que se encontram em situação de privação de liberdade. A pesquisa de campo, de cunho qualitativo e exploratório, caracteriza-se como um estudo de caso e tem como sujeitos de pesquisa 10 mulheres que frequentam a escola do sistema penitenciário na unidade junto ao Complexo Médico Penal – Pinhais – Paraná – Brasil. Para a coleta de dados, foram utilizadas as técnicas de aplicação de questionário para caracterização dos sujeitos da pesquisa e análise da autoestima e autoconceito, o grupo focal e a narrativa. Como instrumentos utilizamos, além do questionário semiestruturado, um roteiro temático para o grupo focal e a carta como gênero textual para a narrativa. Para a análise dos dados, uti-

lizamos a análise de conteúdo na especificidade de análise clínica e núcleos de significação de Aguiar e Ozella (2006). A partir de indicadores que emergiram do corpus da pesquisa, foi possível identificar quatro núcleos de significação e sua estreita ligação com os quatro componentes interligados que dão suporte à teoria bioecológica do desenvolvimento humano, proposta por Bronfenbrenner (1996), enquanto exemplar para ilustrar a complexidade que envolve a vida de mulheres apenadas. Os encaminhamentos metodológicos seguem os pressupostos éticos aprovados pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Setor de Ciências da Saúde da Universidade Federal do Paraná. As percepções em relação à discriminação por ser mulher, trazem o estigma social da desvalia ainda maior pela prostituição, pela condição de presa. A superação da herança histórica e cultural do moralismo em relação à prisão de mulheres é necessária e fundamental para que se estabeleça o mínimo de condições de igualdade e equidade; possibilitar o direito de pensar por si só, decidir e ser os resultados desta pesquisa se evidenciam pela gritante necessidade de contemplar como direito humano as especificidades de gênero no cuidado e justiça aplicados ao cárcere feminino. Dessa forma, a educação é apontada como um caminho imprescindível para respeitar a dignidade das mulheres privadas de liberdade. A discriminação estabelecida, a sobrecarga que sociedade impõe à mulher, delegando quase que exclusivamente a ela a responsabilidade e os cuidados com as/os filhas/os aparecem nas mulheres presas pesquisadas, que, por sua condição vulnerável, sujeitam a outra geração (filhos/as) aos riscos, violências e discriminações sociais: negligenciam-se os direitos humanos básicos. A maioria dos presídios não está preparada para o abrigo de crianças e as especificidades das mulheres.

As condições apresentadas nesta pesquisa com as mulheres encarceradas apontam para a estruturação de espaços prisionais apropriados às condições e necessidades femininas previstas em lei, incluindo aí a gestação, maternagem das encarceradas e o cuidado com seus/as filhos/as. A necessidade de criar espaço específico e próprio às mulheres é um direito na construção da cidadania, assegurando a dignidade e os direitos à igualdade, cuidados e justiça social. Muito além dos muros e grades, a superação do sentimento e emoções de desvalia, sobrecarga e discriminações pela condição de gênero demonstrada nos relatos apresentam aspectos de violência sofrida em sua infância e adolescência: estupro por pessoas próximas e queridas, espancamento, prostituição, sobrecarga e desespero em prover sozinha os cuidados com os/as filhos/as. É fundamental que a sociedade como um todo enxergue a violência invisibilizada nas relações diárias. Reafirmamos aqui que, ao mesmo tempo em que estas mulheres são condenadas pelo crime que cometeram, são vítimas de violências anteriores. Elas precisam, em seu período de privação de liberdade, ter o direito assegurado ao atendimento psicológico para refazer as dores e violações sofridas, amenizar e contornar a quebra dos vínculos afetivos com filhos/as e família, precisam de tratamento e acompanhamento das doenças sexualmente transmissíveis (DSTs) e outras doenças adquiridas pela vida pregressa na prostituição, drogadição e desinformação vividas.

Este capítulo aborda a ética do cuidado, o pensar, o agir e o existir feminino no cotidiano de mulheres privadas de liberdade, em processo de escolarização. Na perspectiva de gênero, consideramos que a escolarização é um diferencial importante na vida de mulheres presas, permitindo-lhes o repensar

enquanto seres históricos nas questões relativas ao cuidado e à justiça.

Temos como pressuposto que a ética do cuidado contribui para as indagações apresentadas no acolhimento de mulheres em privação de liberdade, percebidas no contexto da educação como real possibilidade de contribuição no desenvolvimento humano presente e futuro, evidenciando as questões de gênero que se apresentam mascaradas, invisibilizadas nas relações diárias. A história nos mostra que o sistema de sociedade e relações é sexista¹, em que o modelo masculino é o padrão.

Mesmo diante das dificuldades e resistências sociais apresentadas, a sociedade começa, tanto fora como dentro das paredes do cárcere, a manifestar-se pela insistência do reconhecimento dos direitos humanos dos/as encarcerados/as como sujeitos de direitos e cuidados.

Diante deste contexto, apresentamos e discutimos os dados de pesquisa oriundos da dissertação de mestrado em educação que se propôs verificar como as mulheres estudantes em privação de liberdade percebem as questões da teoria da ética do cuidado e da ética da justiça manifestadas ao longo de sua vida, inclusive no cárcere. A pesquisa foi dirigida às internas do Complexo Médico Penal (CMP)² atendidas pelo Centro Estadual de Educação Básica para Jovens e Adultos

1 O caráter de invisibilidade do feminino dentro do cárcere é superior ao vivido fora das paredes e grades.

2 O CMP é a única unidade prisional de atendimento médico, psiquiátrico e psicológico especializado em todo o complexo penitenciário do Estado do Paraná. Atende homens e mulheres em condição de privação de liberdade, regime fechado, que necessitam de tratamento e acompanhamento especializado. Normalmente as pessoas que estão neste espaço cumprem medida de segurança para tratamento por terem cometido crimes influenciados ou decorrentes dos transtornos globais de desenvolvimento (psicoses, esquizofrenia, psicopatias, dependência de drogas, dentre outros).

(CEEBJA) Dr. Mário Faraco, tendo como referenciais as teorias da ética do cuidado, de Gilligan (1990), e da justiça, de Kohlberg (1969), enquanto pressupostos da educação moral, e a teoria bioecológica de desenvolvimento humano de Bronfenbrenner (1996), proporcionando a leitura sistêmica e complexa que o tema exige.

Na coleta dos dados utilizamos instrumentos variados, possibilitando a ampliação e a diversidade na forma e qualidade dos dados coletados. Assim, ao descrever e explorar as qualidades das inter-relações que são possíveis no sistema prisional e sua relação com as perspectivas do cuidado e da justiça, o movimento teoria-prática foi constante: a exposição do estudo e sua importância junto aos setores envolvidos. A participação na pesquisa se deu de forma voluntária, a coleta de dados diversificada e em diferentes momentos, a análise sistemática dos dados coletados, a realização do relatório e o ajuste das estratégias de busca de informações.

O microsistema³ escola encontra-se distante dos demais microsistemas que compõem o espaço geográfico de convivência social mais amplo do sistema penitenciário, ficando restrito às relações internas dos estudantes e profissionais da educação que atuam no sistema prisional. Por estar isolado, tem pouca interferência dos familiares e sociedade como um todo. Nele atuam os profissionais da educação (professores/as, pedagogos/as, técnicos-administrativos e pessoal de apoio) específicos para o sistema penitenciário e que

3 Bronfenbrenner (2011, p. 23) na teoria bioecológica de desenvolvimento humano (TBDH) descreve o microsistema como o ambiente dentro do qual o indivíduo está em atividade em um determinado momento de sua vida. Ele é o “complexo de relações entre a pessoa em desenvolvimento e o ambiente imediato no qual ela está contida”.

interagem, quando necessário, com as unidades de saúde e justiça dentro e fora do espaço prisional.

Os sujeitos da pesquisa pertencem ao grupo de população vulnerável e por ser pesquisa que envolve seres humanos foi avaliada pelo Comitê de Ética da Universidade Federal do Paraná (UFPR) sob o parecer CAAE: 09204612.0.0000.0102. As mulheres participantes da pesquisa apresentavam no período de coleta de dados quadro clínico favorável para responder por si só aos instrumentos, mesmo que algumas delas ainda necessitassem do uso de medicamentos.

AS MULHERES DA VEZ E DA VOZ

O estudo de caso referiu-se a 10 mulheres presas no CMP. A identificação das participantes da pesquisa deu-se por nomes fantasia/fictícios e foram escolhidos pelas próprias mulheres para lhes garantir o anonimato. Estes nomes só aparecerão quando os dados forem relativos ao questionário e à narrativa. Nas sessões do grupo focal, os nomes não aparecerão, pois o *corpus* da pesquisa representa o coletivo das mulheres em privação de liberdade.

Conforme é possível visualizar no Quadro 1, as mulheres participantes da pesquisa possuem idade entre 24 e 43 anos; quanto ao estado civil, a maioria (6) foi casada ou teve um relacionamento fixo e estavam separadas e/ou divorciadas, embora três delas se declarassem solteiras. Duas são solteiras, pois nunca tiveram um compromisso ou relacionamento fixo de morar junto com o companheiro; uma casada e uma viúva. Dentre elas, nove (9) declararam ter filhos/as. Em relação ao grau de escolaridade, três estavam cursando o ensino médio e sete o ensino fundamental.

Quadro 1 – Caracterização das participantes da pesquisa

Nome	Idade	Escolaridade	Estado civil	Profissão	Artigo/ Crime	Nº de filhos/as
Pipa	33	Ensino médio incompleto	Casada	Manicure	163 – dano qualificado – uso de drogas	4
Drika	38	Ens. médio incompleto	Separada	Vendedora	157 – roubo – uso de drogas	5
Camila	31	Fase II ens. fundamental incompleto	Viúva	Garota de programa/ Prostituição	121- homicídio – uso de drogas	3
Bia	30	Ensino fundamental incompleto	Separada	Do lar	33 – tráfico de drogas – usuária	–
Ana	37	Fase II Ensino fund. incompleto	Solteira	Manicure	157 – roubo, uso e venda de drogas	1
Toco	38	Fase II Ensino fund. Incompleto	Separada	Prostituta/ Bailarina	121 – homicídio	1
Camille	25	Ens. médio incompleto	Solteira	Telemarketing	33 – tráfico de drogas – usuária	1
Iza	43	Fase II Ensino fund. incompleto	Separada	Balconista	157 – roubo, uso e venda de drogas	3
Nenê	24	Fase II Ensino fund. incompleto	Separada	Do lar	Crime com crianças não identificado	1
Ninfa	38	Fase II Ensino fund. incompleto	Divorciada	Pensionista	157 – roubo	1

Fonte: Autoria própria.

O Quadro 1 evidencia a informalidade do mercado de trabalho⁴ onde atuam (duas profissionais do sexo, duas manicures, uma balconista, uma pensionista, uma atendente de telemarketing, duas do lar) e a ligação com o tráfico de drogas como elo da criminalidade da maioria, aliado ao furto, ao roubo ou ao homicídio (oito mulheres). Apenas uma delas, com 24 anos de idade, apresentava baixa escolaridade (Fase I - ensino fundamental incompleto) e sem indicação profissional (apresentava-se como do lar) e tinha seu crime relacionado à criança, sem esclarecer sua especificidade. São mulheres jovens, vítimas de violência e discriminadas pela condição de gênero desde sua infância.

No processo de análise dos dados destacamos, numa primeira leitura, chamada de leitura flutuante, os pré-indicadores; numa segunda leitura demarcamos os indicadores que, em análise subsequente, apontaram as categorias e, a partir delas, os quatro núcleos de significação. O núcleo I: a discriminação de gênero: o cuidado como referência de vida e afeto. O sofrimento como alavanca para mudança (a pessoa); o núcleo II: a justiça como forma de organização de vida: as drogas como ponto de fuga dos problemas e o caminho do crime (o contexto); o núcleo III: o trabalho e a escola como alternativas de ressocialização e reinserção social (o processo); núcleo IV: o pagamento da pena como forma de reinserção e oportunidade de mudança (o tempo), os quais serão explicitados em detalhes na sequência, contemplando os dados apresentados na pesquisa.

O Quadro 2 sistematiza, para cada núcleo de significação, a origem dos dados em cada um dos instrumentos de coleta utilizados.

⁴ As mulheres quando questionadas sobre sua profissão tiveram dificuldade em identificar e assumir sua profissão ou forma de ganhar a vida.

Quadro 2 – Coleta de dados

Núcleos identificados	Instrumento de coleta de dados	Dados coletados
Núcleo I – a pessoa	Questionário (questões 1, 2,3,5,6,7,8,9,10. Grupo focal (tem 1,2, 11,12) Cartas (escrita de cuidados e descuidos que complementaram os dados) Escala likert (1 a 10)	Cuidados na infância, adolescência e vida adulta. Cuidados desenvolvidos pela família; Cuidados com os filhos. Sentimentos e emoções em relação aos cuidados no cárcere. Sentimentos e emoções de desvalia, sobrecarga, discriminação. Motivos para dar valor às pequenas coisas. Percepções em relação à discriminação por ser mulher. Sentimentos e percepções de si mesma.
Núcleo II – o contexto	Questionário (2,3,6,7,10,11,12,13) Grupo focal (item 3, 4,5,6,7) Cartas (denúncias e dados específicos de cada uma)	Percepção de justiça no cárcere (Brasil). Fatores que contribuíram para estarem presas. As drogas como fator decisivo para entrada no crime.
Núcleo III – o processo	Questionário (4,5,6,14,15) Grupo focal (item 8,9,10,11,12) Cartas (narrativas)	A justiça no cárcere. Oportunidades para mudar de vida.
Núcleo IV – o tempo	Questionário (2,4,5,6,13,14) Grupo focal(1,2,7,10, 11) Cartas o reconhecimento	Tomada de consciência para reinserção social. Sentimento em relação ao cumprimento da pena.

Fonte: Autoria própria.

Na primeira coluna (esquerda) estão listados os núcleos de significação, cada um correspondendo a um componente da teoria bioecológica do desenvolvimento humano, con-

forme Bronfenbrenner (2011). Na segunda coluna (central) encontram-se citados os instrumentos de coleta de dados e os números das questões relativas ao núcleo de significação correspondente. Na coluna da direita estão descritos os significados identificados nos dados coletados.

SENTIMENTOS E EMOÇÕES EM RELAÇÃO AOS CUIDADOS NO CÁRCERE

O sistema penitenciário por si só é um espaço limitador, vulnerável, excludente, insalubre, fechado, que vai de encontro ao que se apregoa sobre os direitos humanos, tendo em vista o desenvolvimento humano. É um sistema bioecológico que se caracteriza como espaço institucional necessário para regular e vigiar a vida dos sujeitos que a ele estão submetidos. Normalmente, privilegia seu sistema de vigilância constante, como norma de segurança. Resultante das observações diárias de comportamentos, outras sanções podem ser impostas, caso novas transgressões sejam cometidas. O controle penitenciário exercido regularmente força a pessoa encarcerada a apropriar-se de uma cultura própria, rotineira e esmagadora da autoestima e da identidade social. Isto porque seu propósito primeiro é o do cumprimento da pena. Concomitante a ela, o trabalho, a educação e outras atividades ligadas ao lazer e ao desenvolvimento pessoal são disponibilizados como forma de reinserção social. Porém, em que pesem os investimentos no campo jurídico brasileiro, as práticas penitenciárias ainda conduzem para a exclusão social, a discriminação, a falta de oportunidades, o descaso, a lentidão da justiça, um conjunto de fatores que afrontam a dignidade humana das pessoas encarceradas e suas famílias.

Quanto aos cuidados recebidos no sistema penitenciário, os dados coletados revelam que três das participantes sentiam-se bem, recuperadas e com novos objetivos de vida. Porém, admitiam, como as outras participantes, que o tratamento penitenciário é ruim, desumano em muitos aspectos. Outras três participantes disseram estar usando medicamento, mas concebem isso como algo bom, como exemplo de cuidado:

“ — *Aqui está sendo bom pra mim. Hoje me sinto recuperada e com objetivos em minha vida (C).*”⁵

“ — *Vou fazer de tudo para merecer a liberdade (C).*”

“ — *As guardas são nossas cuidadoras, as colegas, as companheiras que estão juntas no quarto, a família, Deus (GF).*”

“ — *Eu hoje precisei de uma injeção e elas me deram então este cuidado é muito importante (GF).*”

“ — *Uma ajuda a outra, a gente tem espírito de união, a gente é cuidada pelas funcionárias, é cuidada pra não ir embora daqui (GF).*”

Os cuidados identificados na instituição penal que aparecem na fala das mulheres, além dos cuidados pessoais, da solidariedade como componente relacional nas díades (presa-agente penitenciária), o vigiar para não descumprir a norma (nesse caso aceitando a justiça como cuidado), acompanham,

5 Na indicação das falas das mulheres pesquisadas utilizamos legenda identificando a origem do dado coletado: C = carta (narrativa), GF = grupo focal e Q = questionário. Somente os dados coletados nos questionários foram identificados pelo nome fictício escolhido pelas próprias pesquisadas, conforme consta no Quadro I que apresenta os sujeitos desta pesquisa. Os dados oriundos do grupo focal e das cartas não foram identificados individualmente.

algumas vezes, situações adversas, reclamações e descuidos. As mulheres em privação de liberdade referiram-se, em suas falas, à falta de respeito que sentem pela sociedade e pela família, a impossibilidade de contato e afastamento dos familiares e filhos/as, a falta de privacidade, a alimentação ruim, o banho frio, a permanência na instituição após o cumprimento da medida, a demora em liberação, a escassez e deficiência no atendimento técnico especializado (psicológico, psiquiátrico, odontológico, ginecológico, jurídico, assistência social, escolarização e profissionalização), denunciando um conjunto de violação de seus direitos fundamentais:

“ — *Aqui dentro é uma falta de respeito total com a pessoa da gente (GF).*”

“ — *A comida é horrível, não dá pra comer, sem tempero, não tem uma salada, muitas vezes é azeda (GF).*”

“ — *Nosso banho está sendo gelado, não esquenta mais a caldeira faz dias. Outro dia eu peguei uma gripe forte que não sarava mais por causa disso (GF).*”

“ — *Já cumpri minha pena e ele nunca que me libera, já estou há quatro anos e nada de ir embora. Esse lugar não recupera ninguém, a gente não tem privacidade nenhuma, nem pra tomar um banho (GF).*”

“ — *Nem ligar pra família a gente consegue, já faz dois meses que ninguém liga mais daqui de dentro. Ficamos abandonadas a própria sorte, sinto falta desse apoio que a família dá pra gente (GF).*”

“ — *Aqui dentro a gente precisa rezar pra não adoecer, com essa comida a gente fica com a imunidade baixa e pega doença muito fácil (GF).*”

“ — *Eu acho que o CMP está abandonado pelo estado (GF).*”

“ — *A comida é péssima, o tratamento praticamente não existe e alguns funcionários nos tratam pior que animais (GF).*”

Ao mesmo tempo em que reclamaram de várias situações de violações de direitos, reconheceram cuidados importantes, com bons resultados, apesar do cárcere:

“ — *Aqui dentro a gente aprende a dar valor às coisas, apesar de o lugar ser horrível e de muito sofrimento, eu aprendi muito aqui dentro, eu amadureci e não quero mais essa vida pra mim (C).*”

“ *[...] aqui eu me livrei da droga. Nossa eu nem acredito quando eu cheguei aqui eu fiquei quase louca, porque tratamento mesmo pra droga eu não tive. Via cobra, falava que era cobra do Mato Grosso que vinha ao meu encontro, chutava, gritava, falava palavrão [...]* (GF).”

“ — *Eu falo sempre que aqui tem tudo de ruim, mas uma coisa boa que me aconteceu, foi eu ter ficado aqui trancada sem poder fugir, nem usar droga. Foi difícil no começo, quase impossível, sofri muito, porque eu era dependente, hoje eu percebi que eu consigo viver sem a droga e apesar do lugar eu estou a 9 meses sem usar e me sinto bem. Voltei a estudar aqui dentro, sabia mal e mal ler e agora já estou bem adiantada nos meus estudos. Mas eu digo que encontrei boas pessoas que me ajudaram, outras presas que fiz amizade e venci por conta própria [...]* (C).”

“ — *A escola aqui dentro é uma coisa muito boa que acontece na vida da gente [...]*(GF).”

No cárcere, as mulheres chegam fragilizadas, com referências específicas para a sua realidade de exclusão e margi-

nalização. Diante disso, a instituição que acolhe estas pessoas deve possuir condições para redimensionar a questão do cuidado humano. Os cuidados básicos e a educação devem ser os objetivos primários da instituição em face dessas carências e formas específicas de viver a vida.

A análise dos dados resultantes do questionário, em que foi utilizada a escala *Likert* para avaliar a autoestima e a autoconfiança das mulheres em privação de liberdade mostrou que, apesar da vulnerabilidade pessoal e social a que estiveram expostas, associada à insalubridade e repressão do cárcere, das fragilidades e dificuldades sofridas, a autoestima das mesmas era positiva. Todas as participantes concordaram com a afirmativa “Eu sinto que sou uma pessoa de valor, no mínimo, tanto quanto as outras pessoas”.

O objetivo de reinserção social só será atingido se houver a possibilidade de mudança de postura por parte da instituição penal, da sociedade, das famílias e das próprias mulheres. O sistema penitenciário, enquanto espaço bioecológico, deverá ser capaz de propiciar e estabelecer a oportunidade para os novos sonhos de vida e romper o ciclo da violência em que as participantes da pesquisa foram inseridas:

Pues no habrá tal proyecto si el sujeto no admite la posibilidad de relacionarse de otra manera com lo social a través de la cultura plural o, dicho em otros términos, de cercionarse de que otras búsquedas y otras alternativas son viables (PÉREZ, 2010, p. 71).

Em vários momentos da pesquisa, as mulheres afirmaram o desejo de mudança de estilo de vida, de valorização da família, da importância da educação em suas vidas, dos sonhos a compartilhar. Para isso, fica explícito o papel do Estado

e da sociedade no processo de reinserção social da presa. Desenvolvimento de valores, vínculos afetivos e familiares, habilidade profissional e escolarização representam fatores de proteção para as transições ecológicas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS E ENCAMINHAMENTOS

Ao iniciarmos esta pesquisa, tivemos como objetivo vislumbrar outros paradigmas para o sistema penitenciário no atendimento às mulheres em privação de liberdade, a partir da perspectiva da complexidade que envolve a ética do cuidado, ética da justiça e o desenvolvimento humano. A pesquisa nos possibilitou descrever o perfil das mulheres privadas de liberdade, internas no CMP, que frequentam a escola no sistema penitenciário, os motivos que as levaram à privação de liberdade, bem como as manifestações de autoestima e autoconceito.

O estudo de caso possibilitou evidenciarmos que as mulheres encarceradas são jovens, com idades entre 24 e 43 anos, com filhos (90%), 70% estão separadas e, de alguma forma, não contam com o apoio do pai de seus filhos/as, a maioria possui escolaridade incompleta e vida laboral na informalidade. A maior parte está presa por envolvimento com o tráfico e/ou uso de drogas como elo para a criminalidade, aliado ao furto, ao roubo ou ao homicídio (80% das mulheres pesquisadas).

As mulheres privadas de liberdade demonstraram compreender os papéis sociais apresentados pela sociedade como parte das atribuições e da construção social, percebendo o cuidado e a justiça como fatores morais importantes na vida do homem e da mulher. No entanto, deixaram transparecer em suas falas que o contexto social onde estiveram inseridas

possui uma cultura de inversão de valores no cuidado com as crianças. A situação de vulnerabilidade pessoal e social a que foram submetidas estas mulheres, nem sempre lhes foi consciente. Parece-nos que as mulheres em privação de liberdade acostumaram-se com as situações de carências, tendo em vista a facilidade com que naturalizam as situações de violação vividas. Comparada à situação precária do sistema penitenciário, somente a vantagem da liberdade lhes parecia suficiente para a supervalorização de sua condição anterior à prisão.

A situação de cuidado vivenciada pelas mulheres, ao longo da vida, revela seus sentimentos e percepções acerca da infância e adolescência, evidenciando terem vivido situações de maus tratos, abusos e abandono, propiciados pelos adultos cuidadores/as e aí estão inclusas a escola e a sociedade. Nos papéis dos adultos cuidadores a que foram submetidas, estão expressos a atrofia social, a crise de valores no cuidado e educação propiciados às crianças e adolescentes. Os riscos e situações de vulnerabilidade são apresentados como naturais à postura dos adultos, influenciados pelo contexto, pela cultura local, envolvendo a violência, a prostituição, a gravidez indesejada, dentre outros fatores. A aceitação preestabelecida de seguir os determinantes da falta de expectativa de vida diferente, reproduz-se no contexto do microssistema comunidade.

A situação de cuidado compreendida pela instituição carcerária é expressa por situações de descuidos, pelas situações adversas a que estão submetidas as mulheres em privação de liberdade, principalmente pela demora na liberação após o cumprimento da medida penal, pelo rompimento com os vínculos afetivos e familiares, escassez e deficiência no atendimento técnico especializado (psicológico, psiquiátrico, odontológico, ginecológico, jurídico, assistência social,

escolarização e profissionalização). A fragilidade e precariedade que as mulheres apresentam ao chegarem ao cárcere abre a necessidade imperiosa à administração dos cuidados que deveriam ser estabelecidos no sistema penitenciário: os cuidados básicos específicos e fundamentais, desintoxicação, educação, orientação e profissionalização necessárias à mudança de estilo de vida e transformação social. A situação de privação de liberdade deveria garantir o cumprimento do estabelecido na Lei de Execuções Penais (LEP): oferta de oportunidades reais que possibilitem a reinserção social após o cumprimento da pena ou medida. Não será possível cumprir o objetivo de reinserção social sem a possibilidade de mudança de postura e atitude. O espaço penitenciário deverá propiciar condições para novos sonhos de vida e romper com o ciclo da violência a que estão inseridas as mulheres e suas famílias. A sociedade necessita de políticas públicas sérias que ofereçam oportunidades iguais a todos/as, quebrando o ciclo de garantias de privilégios e desigualdades.

A discriminação estabelecida, a sobrecarga que a sociedade impõe à mulher, delegando quase que exclusivamente a ela a responsabilidade e os cuidados com as/os filhas/os aparecem nas mulheres presas pesquisadas que, por sua condição vulnerável, sujeitam a outra geração (filhos/as) aos riscos, violências e discriminações sociais: negligenciam-se os direitos humanos básicos.

A maioria dos presídios não está preparada para a especificidade das mulheres-mães com filhos pequenos. As condições apresentadas nesta pesquisa com as mulheres encarceradas apontam para a necessidade de espaços prisionais apropriados às condições e necessidades femininas, previstas em lei, incluindo aí a gestação, maternagem das encarceradas

e o cuidado com seus/as filhos/as pequenos. A necessidade de criar espaço específico e próprio às mulheres é um direito na construção da cidadania, assegurando a dignidade e os direitos a igualdade, cuidados e justiça social.

As mulheres encarceradas são submetidas a um tratamento, fruto da sociedade machista e patriarcal, que nega o espaço e o reconhecimento da mulher como ser humano digno de tratamento igualitário. Há a necessidade de superar as discriminações de gênero, estabelecer locais apropriados para elas e o direito à visita íntima é o início dessa superação.

As percepções em relação à discriminação de gênero trazem o estigma social da desvalia, ainda maior pela prostituição, pela condição de presa. A superação da herança histórica e cultural do moralismo em relação à prisão de mulheres é necessária e fundamental para que se estabeleça o mínimo de condições de igualdade e equidade entre gêneros; possibilitar o direito de pensar por si só, decidir e ser pessoa. Muito além dos muros e grades, a superação do sentimento e emoções de inferioridade, sobrecarga e discriminação pela condição de gênero, demonstrada nos relatos, as mulheres apresentam aspectos de violência sofrida na infância e na adolescência: estupro por pessoas próximas, espancamento, prostituição, sobrecarga e desespero em proverem sozinhas os cuidados com os/as filhos/as. É fundamental que a sociedade como um todo reconheça a violência invisibilizada nas relações diárias.

Reafirmamos que, ao mesmo tempo em que as mulheres são condenadas pelo crime que cometeram, também são vítimas de violências anteriores. Elas precisam, em seu período de privação de liberdade, ter o direito assegurado ao atendimento psicológico para refazer as dores e violações sofridas,

amenizar e contornar a quebra dos vínculos afetivos com filhos/as e família. Precisam de tratamento e acompanhamento das possíveis DSTs e outras doenças adquiridas decorrentes da prostituição, da drogadição e desinformação vividas.

Dentro e fora do cárcere há a necessidade emergente de oferecer educação de qualidade, sem os ranços e discriminações culturais. Educar pessoas com sentimentos e emoções, com inteligência e senso de justiça, respeitando as diferenças individuais, a diversidade humana, superando a educação massificadora, ficticiamente igualitária. Há que se considerar a biologia do desenvolvimento humano, que destaca a importância do contexto relacional no qual a pessoa se encontra inserida, o que a torna mais humana, mediada pelas emoções, pelas relações afetivas, interpessoais, encontradas nos microssistemas como família, escola, vizinhança, instituição penitenciária, bem como no mesossistema, no exossistema e no macrossistema. Bronfenbrenner (1996) alerta que todos somos responsáveis por gerar um desenvolvimento saudável. Quer dizer que a qualidade das relações e inter-relações afetivas são significativas e fundamentais em todos os contextos, tempos e processos relacionais em que as pessoas interagem e se envolvem, não sendo diferente no sistema penitenciário.

Segundo os dados apresentados na pesquisa sobre a ética da justiça, há consciência sobre sua aplicação prática na vida de cada uma das mulheres que constituem este estudo de caso. Muitas de suas atitudes, guiadas pelos efeitos da prisão, são-lhes é consciente, porém, umas ensinam às outras como se comportar para conquistar a liberdade. Assim, o processo, o contexto e o tempo de prisão as impulsionam a dar uma resposta pontual, tentando driblar a

justiça, de forma que não as comprometam no prolongamento de sua pena e represente uma evolução e possibilidade de conquistar a tão almejada liberdade.

Entender as afirmações de Bronfenbrenner (1996) em nosso contexto estudado, requer compreender que as transições ecológicas estabelecidas entre os microsistemas do sistema penitenciário influenciam todos os níveis do contexto de desenvolvimento humano e estas, por sua vez, especificam a compreensão da bioecologia do desenvolvimento humano das mulheres em privação de liberdade. A socialização e os conteúdos científicos apreendidos no microsistema escola, na prisão, por sua vez, interferem diretamente nos outros microsistemas do espaço penitenciário. Sabendo que sua condenação tem envolvimento com o uso ou tráfico de drogas, faz-se necessário no contexto prisional feminino incluir, como campo prioritário para o desenvolvimento de todos os eixos da Política Nacional sobre Drogas: prevenção, tratamento, redução de danos e redução de oferta.

Todas as ações estabelecidas no contexto prisional deverão estar integradas às ações e políticas públicas sociais, estancando a produção do crime e favorecendo o seu reingresso e reinserção em sua comunidade de origem. Assim, reforça-se a importância das atividades escolares, laborais e de profissionalização como formação de oportunidade para reinserção social. As mulheres pesquisadas reconhecem a necessidade e a importância do trabalho e da escola como espaços de promoção de autoconfiança, desenvolvimento da autoestima, de diádes que fortaleçam as relações interpessoais com o objetivo e o sonho de desejar melhorar e mudar de vida. A oportunidade disponibilizada, a retomada aos estudos depois

da resistência inicial é reconhecida, entendida, valorizada; é vista como um espaço onde pode ser reconhecida como pessoa capaz.

A promoção da paz e qualidade de vida da sociedade requer a compreensão de que as deficiências históricas de abandono do sistema penitenciário devem ser discutidas pelos cidadãos/ãs. Elas devem interessar a todos/as como problema que interfere diretamente na vida de cada um, mas, infelizmente, a realidade de abandono exalta o estado lastimável de degradação, risco, conflito, violência, insalubridade e vulnerabilidade de suas práticas e regras. A escola, apesar de sua incompletude, é hoje um dos poucos espaços, para não dizer o único, que as mulheres têm para ocupar suas mentes e refazer suas vidas. A falta de investimentos na humanização do sistema penitenciário nega a possibilidade de as mulheres em privação de liberdade reverem suas práticas delituosas e, assim, o tempo de prisão pouco modifica seu comportamento, pouco agrega à sua conduta. O confinamento e o tratamento medicamentoso, aliados às poucas vagas para frequentar a escola, são suficientes para tornar o tempo e o espaço de privação de liberdade ainda mais hostil e, em vários casos, servirem para as estimular ainda mais ao mundo marginalizado e excludente do crime.

Assegurar a convivência familiar e comunitária é um dos caminhos que pode contribuir para a recuperação e superar parte da discriminação e exclusão sofrida por estas mulheres. A educação de toda a sociedade é necessária e fundamental para superar esta situação desfavorável pela condição de ser mulher, por meio de campanhas educativas nas redes sociais, livros didáticos, escolas, atividades esportivas e culturais.

O sistema penitenciário, no que se refere à ética do cuidado e à ética da justiça para mulheres estudantes e em privação de liberdade, deve assumir o compromisso de cumprir seu propósito, levando em consideração não só a punição, mas também de socialização, criando espaços e condições saudáveis, monitorados, onde haja atividades que permitam a convivência entre pares, com atendimento humanizado por parte dos profissionais que trabalham com este público. Há necessidade de aumentar o efetivo de recursos humanos nos espaços de carceragem e assegurar a essas profissionais formação continuada, para que possam garantir esses cuidados que exigem um tratamento mais individualizado e não tão massificado como ocorre atualmente. Assim, o tempo de prisão, no contexto carcerário, poderá contribuir para o desenvolvimento efetivo dessas mulheres que, por omissão social, ainda não haviam tido a confiança e oportunidade de investir em si próprias, de se desenvolverem adequadamente. Dessa forma, acreditamos que, ao proporcionar ambiente adequado, com atividades diversas e cuidados dignos, as mulheres presas poderão se desenvolver, apesar da situação de isolamento e privação de liberdade.

Pela pesquisa, pudemos perceber que a escola, no sistema penitenciário, pode contribuir de forma significativa para romper com a lógica instituída e instituinte de discriminação da mulher dentro do cárcere. Muito além das dificuldades e limitações que o sistema penitenciário como um todo atravessa, perceber a prisão como instituição incompleta, com necessidade de exercer conexões constantes com a sociedade como um todo, visando, a partir deste princípio, ao estabelecimento de políticas públicas de tratamento penitenciário, as quais prevejam projetos institucionais no tempo de privação de liberdade, mas articulados aos projetos de políticas públi-

cas sociais de prevenção ao crime (investimento nas políticas articuladas para crianças e jovens), bem como aos egressos.

Há a necessidade inerente à condição feminina de exclusão e discriminação que deve ser enfrentada mesmo antes do encarceramento. A prisão repete a discriminação que ocorre fora de suas grades. Diante desta realidade, fica evidente a necessidade de implantação e construção de políticas públicas voltadas à condição de gênero, bem como política de execução penal para as mulheres.

Na condição de institucionalizadas, as mulheres necessitam de cuidadores/as, outra pessoa com discernimento e cuidados que irá estabelecer condições e limites necessários de convivência no espaço limitado do cárcere. Esse sujeito cuidador/a, representado/a na figura das agentes penitenciárias, necessita de formação continuada, assim, poderá intervir de forma adequada, colaborando de maneira efetiva para a (re)socialização e reinserção social. Neste sentido estará cumprindo a Lei de Execução Penal (LEP), ajudando na compreensão e entendimento dos limites, na preservação da ética e moral da sociedade humana, impedindo-as de agir movidas pela raiva ou pelo medo, colaborando efetivamente no processo de reinserção das mulheres presas.

As discriminações de gênero, ocorridas também no sistema penitenciário, deverão nos próximos anos ser vencidas. Há necessidade de adequar a própria legislação às questões das políticas públicas para mulheres, com recorte das questões de gênero, sabendo-se que estas mulheres encarceradas são, em sua maioria, pobres, com pouca escolaridade, provedoras do sustento de sua prole. Reclamam sobre elas, mesmo antes do cárcere, a exclusão, a violência e a discriminação so-

cial. Não é possível continuar a exclusão quando em privação de sua liberdade, o encarceramento, sem as garantias necessárias pela sua condição e peculiaridades femininas. O desafio é tornar visível aos olhos da sociedade este desrespeito à integridade e direitos humanos praticados no confinamento destas mulheres que infringiram a lei, mas que continuam cidadãs e por isso merecem o tratamento digno de ser humano, incluindo as crianças e adolescentes que estão sob sua guarda. Estas mulheres encarceradas são fruto de uma vida de violência, de privação de direitos, de dificuldades incalculáveis, que comprometem suas vidas e as vidas de seus/as filhos/as e de toda a comunidade por seguidas gerações.

É importante salientar a necessidade de políticas públicas específicas para mulheres também no Sistema Penitenciário. A revisão dos documentos oficiais que regem o encarceramento de pessoas deve levar em conta a existência das especificidades das mulheres. Atualmente, elas são enquadradas no sistema como se nada tivessem de específico, seguem as regras desumanas feitas para os homens.

Vencer a sujeição de encarceramento sofrida pelas pessoas que cometeram delito poderá permitir que, ao sair desta privação de liberdade, possam ter um comportamento diferente. Até retornarem ao mercado de trabalho encontram resistências e dificuldades financeiras para prover o seu sustento e de seus/suas filhos/as, que normalmente ficam sob a responsabilidade da família materna. O pai, em grande maioria, se omite e este fator dificulta ainda mais o reingresso e a vida destas mulheres fora do crime.

Reforçando a evidência, investir em políticas públicas de melhorias dos contextos (comunidades) para onde estas

mulheres voltarão é de fundamental importância. Os investimentos no cárcere são necessários, não há como fugir disto; porém, de nada adiantará se ao voltarem a usufruir de sua liberdade, após o cárcere, continuarão a ter que conviver com a dura realidade de violência e discriminação em sua cidade, com a falta de oportunidades e dificuldades de inserção e privação de direitos básicos fundamentais: saúde, educação, moradia, trabalho com remuneração justa, saneamento básico. Aliado ao combate às fontes geradoras de violência e criminalidade globais pelos governos: combate ao tráfico de drogas e crime organizado.

As argumentações de Gilligan (1990) se confirmam em grande parte da pesquisa ao defender que a sociedade/humanidade exerce a influência da diferença de tratamento para ambos os sexos, em que se destinaria exclusivamente à mulher a responsabilidade de cuidar da prole. Ao argumentar sobre “a reprodução dentro de cada geração, de certas diferenças gerais, e quase universais, que caracterizam a personalidade e os papéis masculinos e femininos”, atribuindo essas diferenças entre os sexos não à anatomia, mas antes ao “fato de que as mulheres, universalmente, são grandemente responsáveis pelo cuidado inicial dos filhos” (GILLIGAN, 1990, p. 17).

No sistema penitenciário não é diferente; os homens/pais, ao abandonar as mulheres e seus/suas filhos/as, deixam-nos à mercê dos cuidados e a grande maioria casa-se logo em seguida da prisão de sua companheira. Confirma-se o que Gilligan (1990) relata; o lugar das mulheres na vida dos homens tem sido o de alimentadora, cuidadora, companheira e tecelã dos relacionamentos. Quando esta é retirada do espaço familiar, a

família se desfaz e coloca os próprios/as filhos/as em situação de mais vulnerabilidade: a ausência da mãe e a omissão do pai.

As acusações sociais e os enfoques que evidenciam a depreciação do julgamento moral das mulheres podem ser postos à prova no momento em que fica evidente que as mantenedoras de suas famílias, no âmbito emocional, cuidados e muitas vezes no aspecto financeiro, são as mulheres. Portanto, é injustificável a concepção de discriminação que a mulher enfrenta. Neste aspecto, as qualidades que a sociedade julga ser da idade adulta são a capacidade para pensamentos autônomos, poder decisório e ação responsável, todos associados à masculinidade e considerados indesejáveis como atributos do gênero feminino. Esta mesma sociedade cultiva o estereótipo de divisão entre amor e trabalho, concepção desequilibrada por favorecer a separação do eu individual em detrimento da conexão com os outros, pendendo mais no sentido de uma vida autônoma de trabalho do que no sentido da interdependência de amor e cuidado.

Em análise dos argumentos apresentados por Habermas (1989) e Kohlberg (1969), percebemos que ambos desconsideram a concreta realidade de que antes de qualquer indivíduo ser adulto foi necessariamente uma criança, e que as responsabilidades e o cuidado são essenciais para que se torne um adulto moralmente competente e autossuficiente.

Agregamos a esta pesquisa a real percepção e forma de interpretar a vida e as relações femininas e a distinção entre ética da justiça e do direito, e ética do cuidado e da responsabilidade percebida por Gilligan (1990). O desenvolvimento moral das mulheres revela sentimentos de empatia e simpatia, seu julgamento contextualizado, imerso nos relacionamentos

e seus pormenores. Não seria aspecto para uma análise discriminatória do julgamento e enquadramento moral, colocando a mulher como fraca ou deficiente, mas sim uma manifestação de maturidade moral que encara o eu como imerso numa rede de relacionamentos com os outros, aqui ressaltada, pois mesmo as mulheres estando presas, esforçam-se para manter o contato, preocupação e responsabilidade com suas/seus filhas/os e familiares. Assim, Gilligan (1990, p. 32) conclui:

dadas as diferenças nas concepções das mulheres do eu e da moralidade, as mulheres trazem ao ciclo da vida um diferente ponto de vista e organizam a experiência humana em termos de diferentes prioridades.

Frente às adversidades da ideologia do discurso moderno, na universalização do modelo de homem branco, ocidental, adulto, heterossexual e civilizado, mantiveram à sombra das luzes do Iluminismo: mulheres, negros, orientais, gays, lésbicas, doentes mentais, selvagens e crianças. Podemos incluir aí a própria natureza, que se tornou um lugar de dominação no decurso da modernidade e do desenvolvimento tecnológico-científico que acompanha seus passos (KOHAN, 1999).

Ao apresentarmos a teoria da ética do cuidado, aparece a voz diferente de Gilligan (1990) que percebe a evidência dos pressupostos citados, os perigos e injustiças da dominação, da invisibilidade feminina, da falta de respeito para com a diferença. O direito a discernir, diante da particularidade de uma cultura dominante, elevada à categoria universal, reivindica um modelo de educar diferente das formas clássicas, que mantém a estrutura social de dominação dos mais fracos.

Essa nova proposta precisa ser construída de forma essencialmente dialógica e democrática, em que todos, sem exclusão, estariam convidados a construir.

Mesmo sendo efetivados e transmitidos os valores rancosos da inferioridade feminina pela sociedade como um todo, há um grande número de mulheres e meninas que optam por resistir à degradação moral e psicológica que estes **imperativos da feminilidade** propiciam: submissão, dependência, domesticação e passividade.

Embora na atualidade, com o advento da teoria de gênero, com a nova significância do papel masculino e feminino reconhecido socialmente, com os avanços e o reconhecimento da mulher como cidadã, com direitos e possibilidades de assumir outras funções sociais além das predeterminadas até então, ocorrem ainda muitas desigualdades e discriminações que se apresentam invisibilizadas pela cultura. Apesar das leis que promulgam, asseguram e reconhecem a igualdade entre os sexos, compromisso legal que assumiu a sociedade, ainda está impregnada nas práticas das relações diárias a divisão de papéis, mantendo a desigualdade de gênero, e esta realidade não é diferente no sistema penitenciário.

O respaldo científico encontrado nas teorias da ética da justiça (Kohlberg, 1969), da ética do cuidado (Gilligan, 1990) e teoria bioecológica de desenvolvimento humano (Bronfrenbrenner, 1996) nos abriu espaço para repensar o Sistema Penitenciário, buscando contribuir para as novas possibilidades e oportunidades de construção de políticas públicas voltadas a este público, excluído desde antes do seu encarceramento; repensar o modelo de sociedade que está posto e que notoriamente não tem dado certo, fato esse provado

pelas estatísticas estarrecedoras do crescimento da violência. Esta pesquisa buscou contribuir na reflexão, construção e sistematização de conhecimentos no campo da ética do cuidado e ética da justiça na perspectiva da discriminação de gênero dentro do sistema penitenciário.

A educação, enquanto direito a ser vivenciado no cárcere, bem como outros direitos (lazer, saúde, atendimento psicológico, atendimento espiritual, trabalho) deverão ser capazes de possibilitar às mulheres presas a qualidade de vida mediada pelos/as agentes de transformação social, os/as professores/as, ou seja, “[...] educadores que têm como desafio permanente discutir, rever, refazer o sentido histórico de inovação e humanização”. Despertar neste processo de aprendizagem, no movimento que a educação propicia, o repensar da memória histórica de suas estudantes e como “sujeitos sociais que criam e recriam o espaço e a vida social” (ONOFRE, 2007, p. 11), emergir para a tomada de consciência de sua condição de vida, abrindo-lhes novas possibilidades e escolhas a partir da autonomia e liberdade propiciadas.

Esta pesquisa buscou ainda contribuir no sentido de preencher a lacuna da necessidade de ampliar e possibilitar pesquisas científicas no sistema penitenciário e mais especificamente com mulheres privadas de liberdade, apresentando respostas efetivas de construção de ações possíveis de serem contempladas e delimitadas nas políticas públicas. Não esgotamos os questionamentos acerca dos cuidados, justiça e ações no encarceramento de mulheres, pois o que conseguimos coletar de informações abre portas a tantas possibilidades de investigação e aprofundamento para buscar respostas,

por meio de pesquisas às tantas incógnitas e demandas de investigação e compreensão ainda presentes.

O tema (re)socialização do/a preso/a é um compromisso legal que o Estado, representado pelos governos federal e estadual, assumiu com a sociedade, mas que ainda se encontra obscurecido pela astronômica mudança dos paradigmas sociais e pelo crescimento estrondoso da violência urbana. Nesta esfera, a educação moral, desempenhada pelas diferentes esferas e formas de atendimento no cárcere, se apresenta como tema com a emergente necessidade de compreensão e estudos os quais possam agregar conhecimentos e elementos importantes na construção de alternativas inovadoras de atendimento ao público encarcerado, pensando também em políticas públicas interligadas antes e depois de seu encarceramento como medidas de prevenção e efetiva possibilidade de reinserção social após o cárcere. As pesquisas científicas devem ser demarcadores imprescindíveis para as ações efetivas no sistema penitenciário. O acaso e o empirismo devem ser postos de lado diante da crescente necessidade de mudanças efetivas nas relações sociais estabelecidas.

Esta pesquisa, mesmo não sendo específica em relação à educação e sua importância na vida de cada uma, revelou que diante de tantas dificuldades, desigualdades e exclusões, ela se apresenta como um fator que mobiliza a esperança e a transformação de vida pessoal e de sociedade, permitindo, pelo acesso ao conhecimento, a possibilidade e as condições para que as mulheres construam a sua cidadania.

A construção da cidadania requer o reconhecimento das mulheres como categoria importante e fundamental, parte da sociedade, com direitos e necessidades específicas de seu gê-

nero. Esta construção requer transformações profundas na sociedade e mudanças de paradigma nas questões ética, moral e política, desencadeando simultaneamente a mudança e investimento nas pessoas e nos contextos em que estão inseridas, seja o cárcere ou a comunidade onde vivem ou voltarão a viver.

A luta para vencer as desigualdades socioeconômicas carregam em si a superação da desigualdade de gênero também no cárcere. As ações que superem a passividade e obediência do cárcere devem ser vencidas, pois não se constrói cidadãos/ãs efetivos sem a possibilidade do exercício e experiência de cidadania. Não é possível propiciar transformação e cidadania e igual oportunidade com os níveis de escolaridade que as mulheres encarceradas apresentaram. Esta oportunidade, aliada à capacitação específica para o mundo do trabalho, abre a possibilidade da autonomia, dignidade e cidadania.

O investimento em qualificação profissional a todas as pessoas que trabalham com as mulheres em privação de liberdade é uma necessidade emergente e necessária, tendo em vista que o cárcere tem o objetivo de ser ou propiciar um processo educativo constante, integral e integrado. Compreender a vulnerabilidade e a fragilidade de sua população, mas que, acima de tudo, acredite na transformação e propicie oportunidades de quebra dos preconceitos sociais estabelecidos, livrando essas mulheres dos estereótipos e acreditando na possibilidade de tomarem novo rumo em suas vidas.

Não é possível (re)socializar pessoas, neste caso presas, com as condições atuais de nossas prisões e muito menos sem políticas efetivas para egressos. Faz-se necessário abrir espaços nas cadeias para planejamento e acompanhamento individual de cada sujeito, buscando oferecer projetos e a educação for-

mal com objetivo de ressignificar suas vidas, abrir espaço para o exercício das relações e interações sociais, onde cada uma consiga expressar suas angústias e aflições, suas ideias e opiniões, descobrir suas fraquezas e fortalezas, despertar sua criticidade. É possível, por meio da educação, executar e despertar o processo de formação e ação política necessária e imprescindível ao acesso à autonomia e conseqüentemente à efetiva liberdade. A possibilidade de estabelecer objetivos e sonhos próprios lhe permitirá a abertura para se colocar e se perceber no contexto do cárcere. E neste processo, estabelecer relações maduras e solidárias para se conhecer e vencer seus limites e os limites sociais, mas também a oportunidade para descobrir suas potencialidades e autoestima.

Esta pesquisa abre espaço para aprofundar estudos científicos referentes às questões específicas do sistema penitenciário, como as questões de gênero, as contribuições da escolarização e seus efeitos práticos na (re)socialização e reinserção social de mulheres no Estado do Paraná. A relevância dos resultados encontrados nesta pesquisa abre espaço para ampliar a discussão em nível global, internacional, além de aprofundar cada uma das discussões aqui elencadas:

nova história abrirá possibilidades para a reflexão sobre as atuais estratégias políticas feministas e o futuro (utópico), pois ela sugere que o gênero deve ser redefinido e reestruturado em conjunção com uma visão de igualdade política e social que inclua não somente o sexo, mas também a classe e a raça (SCOTT, 1995, p. 93).

Podemos aqui, diante de tantos dados, de tantas reflexões e apontamentos, afirmar que a ética do cuidado está na natureza e na constituição humana, como afirmaram La

Barre (1673), Gilligan (1990) e Boff (1999). Sem o cuidado, o ser humano deixa de ser humano. Qualquer forma de vida e principalmente a existência humana, sem os cuidados do nascer a todas as suas fases de existência, desestrutura, define, perde o sentido e morre. Tudo o que o ser humano empreender necessita cuidado; portanto, o cuidado está na essência humana e não só no feminino. Como afirma Heidegger (1889-1976 apud BOFF, 1999, p. 89), cuidado significa “um fenômeno ontológico existencial básico, é um fenômeno possibilitador e essencial da existência humana enquanto humana”.

O cuidado com o povo, com os marginalizados e excluídos da sociedade se faz tão necessário quanto fundamental para a evolução da humanidade. O resgate da essência humana passa pelo cuidado. “O cuidado foi difamado como feminilização das práticas humanas, como empecilho à objetividade na compreensão e como obstáculo à eficácia” (BOFF, 1999, p. 98).

A sequência da violação dos direitos do outro, a desconsideração dele como ser humano e cidadão de direitos, discriminando-o, às vezes, por idade, gênero, etnia, religião, orientação sexual ou nível socioeconômico, expressa-se em relações de exclusão, subordinação e desigualdade, que são comumente antecedentes de atos violentos (LISBOA; KOLLER, 2001 apud KOLLER, 2004, p. 375).

A ética do cuidado implica, portanto, a superação da dominação dos sexos: o machismo de um lado e o feminismo excludente de outro. Exige inventar relações que propiciem manifestar as diferenças, propiciar a humanização do ser humano através da ética do cuidado. Assim, a ética do cuidado traduzida por cuidar da vida, cuidar do conjunto das relações,

chegando ao estado de pessoas amadurecidas, autônomas, sábias e plenamente livres. Negar a essência do cuidado é tornar-se cruel consigo mesmo, é o embrutecimento das relações, a desumanização do ser humano, independente do gênero e independente dos muros e grades.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Wanda Maria Junqueira; OZELLA, Sérgio. Núcleos de significação como instrumento para a apreensão da constituição dos sentidos. **Psicologia, Ciência e Profissão**, Brasília, v. 26, n. 2, p. 222-245, 2006. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/pcp/v26n2/v26n2a06.pdf>>. Acesso em: 14 out. 2012.

BOFF, Leonardo. **Saber cuidar: ética do humano**. Petrópolis: Vozes, 1999.

BRONFENBRENNER, Urie. **A ecologia do desenvolvimento humano: experimentos naturais e planejados**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

BRONFENBRENNER, Urie. **Bioecologia do desenvolvimento humano: tornando os seres humanos mais humanos**. Porto Alegre: Artmed, 2011.

FALCADE-PEREIRA, Ires. A. Ética do cuidado X ética da justiça: o olhar feminino de estudantes privadas de liberdade. 2013. 183 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2013. Disponível em: <<http://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/31661?show=full>>. Acesso em: 19/12/2016.

GILLIGAN, Carol. **Uma voz diferente**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1990.

HABERMAS, Jürgen. **Consciência moral e agir comunicativo**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.

KOHAN, Walter Omar. **Filosofia para crianças na prática escolar**. Petrópolis: Vozes, 1999.

KOHLBERG, Lawrence. Stage and sequence: the cognitive developmental approach to socialization. In: GRUSEC, Joan E.; HASTINGS, Paul. D. (Ed.). **Handbook of socialization: theory and research**. Chicago: Mc Nally, 1969.

KOLLER, Sílvia Helena (Org.). **Ecologia do desenvolvimento humano: pesquisa e intervenção no Brasil**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.

ONOFRE, Elenice Maria Cammarosano. **Educação atrás das grades**. UFSCAR: São Carlos, 2007.

PÉREZ, Violeta Nuñez. Espacio carcelario/espacios educativos. In: AÑAÑOS, Fanny Bedriñana. (Coord.). **Las mujeres en las prisiones: la educación social en contextos de riesgo y conflicto**. Barcelona: Gedisa, 2010. p. 65-76.



SENTIDOS ATRIBUÍDOS A PATERNIDADE NO ÂMBITO DA POLÍTICA PRIMEIRA INFÂNCIA MELHOR/RS

Carin Klein
Dagmar Estermann Meyer

Este capítulo¹ tem por objetivo analisar alguns sentidos atribuídos, pelas mulheres-mães e mulheres-visitadoras da política Primeira Infância Melhor (PIM/RS), à paternidade/masculinidade, uma vez que eles contribuem para (re)atualizar e constituir as relações de gênero no âmbito de políticas públicas de educação em saúde e/ou inclusão social, no Brasil contemporâneo. O PIM², do governo do Estado do Rio Grande do Sul/Brasil, tem como objetivo central orientar:

1 Este trabalho desdobra-se de uma tese de doutorado intitulada *Biopolíticas de inclusão social e produção de maternidades e paternidades para uma 'infância melhor'*, produzida no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGEdu) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) (KLEIN, 2010). A investigação inseriu-se numa agenda de pesquisa mais ampla, coordenada pela professora Dagmar Meyer, no contexto da qual se problematizam, a partir da perspectiva de gênero, conhecimentos e práticas produzidas e/ou implementadas nas áreas da educação e da saúde (MEYER, 2008).

2 “O Programa Primeira Infância Melhor – PIM foi criado em 2003 pelo governo do Estado do Rio Grande do Sul, tendo como referência teórico-metodológica o programa cubano **Educa a tu Hijo** [...] tornando-se Política Pública em 03 de julho de 2006, por meio da Lei Estadual nº 12.544/06” (RIO GRANDE DO SUL, 2007, p. 7).

as famílias para o desenvolvimento de atividades adequadas às necessidades e potencialidades de seus filhos no período mais importante da formação das competências familiares: da gestação até os seis anos de idade (PRIMEIRA..., 2006, p. 7).

Dentre os critérios de seleção das áreas **beneficiadas** pelo PIM, está o número de famílias cadastradas no Programa Bolsa Família (PBF), menor número de crianças assistidas em escolas infantis, maior taxa de mortalidade infantil e maior vulnerabilidade social, estabelecendo-se, assim, pertencimento ou não.

O estudo insere-se no campo da teorização cultural, com ênfase nos estudos de gênero e culturais, nas vertentes que têm proposto uma aproximação crítica com o pós-estruturalismo e o material empírico, produzido em um trabalho de campo de caráter etnográfico, realizado no município de Canoas/RS³, sendo examinado na perspectiva da análise de discurso foucaultiana. Interessa aqui explorar e discutir como a paternidade vem sendo significada, sob o enfoque de gênero, a fim de buscar compreender alguns aspectos que diferenciam, definem e hierarquizam as relações entre homens e mulheres no contexto da **política em ação** investigada. A investigação de um contexto de sociabilidade voltado para a educação de mulheres-mães, como o vivenciado na implementação do PIM, pode sugerir e indicar como os indivíduos-alvo da política interagem com tais posições de sujeito e

3 O trabalho de campo de caráter etnográfico foi realizado no município de Canoas/RS e ocorreu ao longo de onze meses – de março de 2007 a janeiro de 2008 – por meio da observação e do registro do trabalho desenvolvido pelas visitadoras e pelos/as técnicos/as, com as mulheres-mães e, ainda, a seleção e a análise dos documentos oficiais referentes ao PIM.

discursos, levando em conta o caráter relacional, dinâmico e histórico da paternidade/maternidade.

A educação das mulheres pobres direcionada para o incremento do desenvolvimento infantil, desde a gestação, tem um propósito claro no âmbito da política: atuar na redução da violência, na redução da mortalidade infantil, na ampliação da escolarização, da gravidez na adolescência e de outros problemas sociais. Argumentamos que, por meio de projetos educativos como esses, produzem-se imperativos que têm efeitos muito concretos nas vidas dessas mulheres, pois são elas que necessitam realizar, periódica e sistematicamente, uma extensa agenda que envolve os cuidados com o corpo, com o feto e com o bem-estar de todos os membros da sua família (MEYER, 2005).

Nesse sentido, partimos de algumas indagações que podem ser importantes para iniciar esta reflexão. Ao tomar a maternidade como uma produção articulada ao gênero e considerar que a produção de determinadas formas de definir e viver a maternidade produz, ao mesmo tempo e de forma inter-relacionada, formas de definir e viver a paternidade, que sentidos sobre paternidade o PIM (re)atualiza e produz quando investe na educação de mulheres como mães? A invisibilidade e a não participação dos homens-pais, que constatamos durante o trabalho de campo quando observamos as atividades de estimulação e cuidado realizadas com as crianças de 0 a 6 anos, não poderia incidir sobre morbimortalidade infantil, bem como sobre as situações de violência e vulnerabilidade social que a política inicialmente se propõe a reduzir? Será que um trabalho orientado pelo viés do conceito de gênero pode atuar no sentido de ampliar

e (re)configurar, propositivamente, as posições de sujeito atribuídas à paternidade/maternidade e vivenciadas pelas mulheres e homens no âmbito de programas e políticas públicas de educação e(m) saúde que tem como alvo as famílias pobres (KLEIN; MEYER, 2008)? São essas questões que movem a discussão que procuramos desenvolver a seguir.

O QUE AS MULHERES FALAM SOBRE HOMENS E A PATERNIDADE

Não é novidade pensarmos nos ensinamentos referentes a cuidado, saúde e educação de crianças, preconizados através de instituições públicas e privadas, sob a forma de políticas, programas, campanhas, cartilhas, manuais, guias, folders, etc., a partir das seguintes equações: mulheres-mães = cuidado/educação/responsabilidade e homens-pais = ausência/desresponsabilização (LYRA; AZEVEDO; MEDRADO, 2008; FONSECA, 2009; KLEIN, 2005; MEYER, 2005, 2008; THURLER, 2001). Assim também, nos encontros ou **modalidades de atenção** que acompanhamos nesta investigação, a frequência era maciçamente feminina e os ensinamentos/temas eram dirigidos às mulheres, sobretudo, às mães⁴, fazendo-nos compreender que o que ocorria nos encontros e nas visitas

4 As **modalidades de atenção** compreendiam: modalidade individual (que ocorre nas residências, com famílias que possuem crianças de 0 a 3 anos), modalidade grupal (ocorre nas escolas ou em centros comunitários com os/as cuidadores/as e as crianças de 3 a 6 anos), visitas de acompanhamento (com as gestantes ou famílias cadastradas que não comparecem aos encontros), reuniões comunitárias com as gestantes e atividades comunitárias.

domiciliares⁵ investia em um processo de naturalização que tratava de relacionar os cuidados infantis à responsabilização das mulheres. Ao perguntarmos às mulheres-visitadoras sobre quem elas tomavam como referência para receber os ensinamentos do PIM, suas respostas se aproximavam do que foi dito por Renata e Sônia⁶:

“ Com quem tu estabelecias maior contato para receber os ensinamentos do PIM?

Com os pais, eu não tinha muito contato, porque os pais trabalhavam. Daí o meu contato mais direto era com a mãe e com as irmãs. E, nas oficinas, geralmente, era a irmã ou prima que levava os menorzinhos. Mas o dia a dia da visita individual, o contato maior era com a mãe (Renata, 04 jul. 2007).”

“ Com quem tu estabelecias maior contato para receber os ensinamentos do PIM?

Era sempre com as mães o atendimento, não tinha nenhum pai que eu chegasse e tivesse em casa para me atender, então era mais com a mãe e as crianças, ou com a irmã e as crianças, sempre um responsável junto.”

“ E esse responsável era sempre uma mulher?

Sim, no meu caso era. Eu tinha só um pai que levava às vezes nas oficinas (de 3 a 6 anos) e daí ele participava.”

5 Ao/a visitador/a cabe atuar diretamente nas comunidades cujas famílias são cadastradas na política. Ele/a deve cadastrar, planejar, orientar, desenvolver atividades, elaborar materiais, acompanhar e controlar a qualidade das ações educativas que as famílias devem realizar, por meio da realização da estimulação “adequada”, visando ao desenvolvimento integral das crianças de 0 a 6 anos, desde a gestação (RIO GRANDE DO SUL, 2007).

6 As perguntas feitas pela pesquisadora estão em negrito e os nomes das/os participantes da pesquisa são fictícios. Cada participante assinou um termo de consentimento livre e esclarecido.

“ **E quando o homem estava em casa?**

É, quando é o homem fica complicado, porque tu vai dentro da casa, então mexe com outros valores.”

“ **Mas, eles não recebiam bem como a mulher?**

Não, até recebiam... Tem homem que recebe com respeito e tem homem que recebe já com malícia e aí complica (Sonia).”

As falas indicavam quase uma impossibilidade de compreender os homens-pais como cuidadores, competentes e responsáveis. Atributos como **malícia** tratavam de colocar os homens fora da dimensão do cuidado das crianças, pois, **quando é o homem, fica complicado**. Para a visitadora, masculinidade e sexualidade se interligavam, vinculando ao masculino **coisas de homem**, que até poderiam incluir o **respeito**, mas que, por outro lado, poderiam compreender sedução, virilidade e **malícia**. Seffner (2003, p. 116) argumenta que “as questões de sexualidade e de gênero caminham próximas, num jogo de relações e influências recíprocas”. Para o autor, a produtividade das análises de gênero reside na possibilidade de examinar “a organização social das interações entre o masculino e o feminino, para além do terreno sexual”, observando que as “‘coisas de homem’ e [as] ‘coisas de mulher’ aparecem impressas em situações muito alheias ao sexual propriamente dito”. No que se refere à discussão da paternidade, interessa pensar no que vem a ser apresentado como **coisas de homem** e **coisas de mulher**, na medida em que essas vivências passam a ser entendidas a partir de determinadas marcas corporais (SEFFNER, 2003). Nessa direção, no excerto aqui analisado, a palavra **malícia** parece produzir uma determinada compreensão de

masculinidade **reduzida** ao sexual, que contribui para afastar os homens do exercício de uma paternidade cuidadora.

O excerto também sinaliza uma divisão de trabalho entre mulheres e homens; em geral, eles são citados como motoristas, pedreiros, biscateiros e catadores e raramente eram mencionados pelas mulheres-visitadoras e técnicos/as, nomeando-se seu vínculo ou **funções** relativas ao cuidado e à educação dos/as filhos/as. O trabalho das mulheres, tomado como referência, era geralmente aquele realizado em casa, que incluía o serviço doméstico e a criação das crianças; quando trabalhavam fora, na maior parte das vezes, as mulheres permaneciam atuando nas mesmas esferas, ou seja, como faxineiras, empregadas domésticas, catadoras ou cuidadoras de crianças.

A naturalização da equação feminino = cuidado não era uma prerrogativa das mulheres-visitadoras e técnicos/as, mas estava também incorporada, de diferentes formas, pelas mulheres-mães. Desse modo, o cuidado tornava-se um conceito genereficado, em que, a partir dele decretar-se-ia um roteiro diferenciado para homens e mulheres, incidindo, respectivamente, na divisão entre o público e o privado. Era aguardado das mulheres-mães inserirem-se e aderir a um roteiro de aprendizagens sobre a maternidade, que incluía a sua participação em encontros semanais, visitas domiciliares, idas a postos de saúde, cumprimento de um roteiro de vacinas, realização de consultas médicas periódicas, cadastramento em programas como o Bolsa Família, entre outros (KLEIN, 2012).

Quando entrevistamos Elena, uma das mulheres-mães que frequentavam as reuniões comunitárias e lhe pergunta-

mos sobre as responsabilidades que considerava importantes de exercer como mãe, respondeu-nos:

“ Quais seriam as tuas principais responsabilidades como mãe?

Ah, é cuidar deles na hora certa, dar comida na hora certa, dar banhinho, roupinha limpinha na hora de ir para o colégio, que é uma briga para estar pronto às 8 horas, 7 horas, acordar e ir para o colégio.”

“ E quais são as atribuições que tu consideras importante que o pai realize?

É trabalhar fora, botar comida dentro de casa. E ele faz as coisas da mulher em casa, daí, quando eu tenho que sair, ele faz tudo. É, ele faz as coisas da mulher dentro de casa, ele faz comida, lava a louça, faz tudo, mas as coisas que são dever do pai, trabalhar e botar comida para dentro de casa, ele não faz, quem tem que fazer para botar as coisas dentro de casa é eu e o João1. Ele bota o dinheiro fora, ao invés de comprar umas frutinhas para eles (Elena, 21 nov. 2007).”

Ao mesmo tempo em que Elena se apoia em representações hegemônicas de gênero para indicar a importância da mulher em ocupar uma posição específica no espaço doméstico, isto é, dar comida na hora certa, dar banho, roupa limpa, acordar e levar para o colégio, ela também aciona uma representação de paternidade relacionada à responsabilidade de prover economicamente a família. As posições de sujeito mãe e pai convergem com os conhecimentos e conteúdos instituídos pelas políticas de inclusão social, como o PIM, que denotam, através de seus documentos, que a família deve priorizar as crianças no orçamento familiar⁷. Da análise dos documentos,

⁷ Para aprofundar a análise sobre essa discussão, ver Klein, Meyer e Borges (2013).

destacamos um excerto da Cartilha do Radialista – Rádio pela Infância Desenvolvimento Infantil (BRASÍLIA, 2003), por entender que esta foi um dos principais instrumentos que abordaram a paternidade, sugerindo que pais e mães assumam atitudes e comportamentos diferenciados. No *spot* veiculado no CD que faz parte desse documento, utilizado para divulgar o PIM, encontramos um diálogo que investe nessa direção:

Filha: Pai, eu e o Luis precisamos de uma caixa de lápis de cor.

Pai: Ah, filha, eu não sei se vai sobrar pra isso, não!!

Filho: O senhor diz isso toda vez.

Mãe: Eles têm razão. Se você deixar de sair com seus amigos um final de semana, a gente compra os lápis de cor deles.

Pai: E você deixa de pintar as unhas e a gente compra o caderno de desenho também.

Mãe: (Risos) Eu topo. Você também, né?

Pai: Tudo bem!! E a gente senta com eles para desenhar (risos).

Ao final, uma voz feminina diz: “A criança é prioridade no orçamento da família. Boa alimentação, remédios, material escolar e brinquedos devem vir em primeiro lugar”. Uma voz masculina diz: “Rádio pela infância. Desenvolvimento Infantil. Um projeto Unicef e Comitê da Primeira Infância” (BRASÍLIA, 2003).

Com isso, pode-se pensar que não somente a maternidade tem sido significada, instituída e regulada pelo Estado, mas também a paternidade, até mesmo quando é pouco visibilizada. Contudo, Elena argumenta que, na ausência desse sujeito pai (e companheiro) como provedor, ela passa a incorporar novas dimensões – da provisão –, enquanto o masculino assume o doméstico. Esse movimento tanto desarranja as

feminilidades e maternidades restritas ao âmbito doméstico, quanto tensiona as masculinidades com as quais convive ou as masculinidades representadas através do PIM.

O processo de inserção do homem na esfera doméstica e da mulher na provisão continuava, de acordo com o excerto, colocando homens e mulheres em posições (e funções) antagônicas. Elena demonstrava que o pai não correspondia às **coisas de homem** ou de um modelo hegemônico de masculinidade, pois, ao invés de ele:

“trabalhar fora, botar comida dentro de casa, [...] ele faz as “coisas da mulher”; [...] faz comida, lava a louça, faz tudo, mas as coisas que são dever do pai, trabalhar e botar comida para dentro de casa, ele não faz (Elena).”

As funções apresentadas por ela designavam, diferenciavam e naturalizavam representações de maternidade e paternidade, uma vez que, clara e objetivamente, nomeava e ordenava os comportamentos e atitudes que deveriam ser interditados a uns e autorizados a outros. Pensar em como as pessoas se posicionam e são posicionadas em meio aos jogos discursivos que constituem essas relações significa refletir sobre as linguagens e práticas que fomentam e sustentam as políticas.

A resposta de Elena remete, ainda, ao entendimento das próprias mulheres-mães quando as vincula de maneira implícita (ou não) ao imperativo da maternidade como trabalho nas camadas pobres. Além disso, apresentar-se como a mãe que cuida e leva para o colégio responderia aos apelos de um modelo único e exemplar da **mãe cuidadora**, muito difundido nos ensinamentos das políticas governamentais.

Se, por um lado as mulheres-mães mostravam, através de suas histórias e vivências, a ambivalência e a heterogeneidade da maternidade, possivelmente, o PIM, em sua formulação, também admitia a existência da multiplicidade de possibilidades de viver a maternidade, sendo necessário, então, investir em um modelo unívoco e adequado de ser mãe: a que respeita os horários, garante os alimentos e roupas limpas e se responsabiliza pela frequência escolar, tal como mostra a entrevista.

Ao solicitarmos à visitadora que relatasse os aspectos mais importantes das suas atividades com as famílias, ela nos contou o seguinte:

“Eu pensava assim, oh, eu tenho que começar pelas prioridades. Primeiro, organizar o alimento, depois, a higiene e ir indo por partes. Não adianta atropelar. Inclusive, eu tinha uma família lá, a família tinha oito filhos, e ela vive essa situação assim de ter pouco recurso, não tem... Mas ela tem pouco recurso porque o marido, o salário é dele, então, ele compra o que ele quer. Ele não compra sabonete porque acha que não é importante; ele não compra sabão porque acha que não é importante (Sonia, 13 jul. 2007).”

A mulher-visitadora indicava atribuições importantes que precisava desenvolver, como: educar e intervir na organização da casa, no horário da alimentação, em aspectos da higiene e até em relação à priorização dos gastos. Ao narrar o contexto de algumas famílias, Sonia mostrava que sua intervenção estava voltada à mulher-mãe e que o homem-pai não era abordado (e raramente nomeado), a não ser como alguém que não priorizava a educação e o bem-estar dos/as filhos/as, de acordo com o que era esperado e vivenciado através do

PIM, ou seja, a mãe-professora (em casa) e o pai-provedor. Inquirimos a visitadora sobre o trabalho que ocorria nessa família e, mais especificamente, com os homens:

“E vocês conversavam com os homens dessas famílias para também ensiná-los a cuidar das crianças?”

Tem certos mantenedores... que com o salário dele, compra cerveja, compra o cigarro, compra o alimento que ele vai comer ali, mas é só. Ele não compra roupa para o filho, não compra material de higiene, e a mulher tem que dar um jeito, arrumar, pedir, sei lá, ou então se acomodar, que nem essa família. Eles viviam num casarão, que chegava o verão branqueava... (Sonia, 13 jul. 2007).”

Lá na **ponta** do PIM, a visitadora indicava como havia incorporado fragmentos discursivos propostos nos documentos, como a *Cartilha do radialista* (BRASÍLIA, 2003), voltados à educação dos homens-pais. Estes também precisavam ser ensinados, uma vez que **[o pai] com o salário dele [e] compra o que ele quer**, cabendo à mulher **dar um jeito, arrumar, pedir, sei lá**. Porém, a mulher-visitadora reiterava em seus depoimentos a convergência com a proposta mais ampla da política, que é a mulher-mãe que precisava ser cobrada, responsabilizar-se, desacomodar-se para melhorar a situação familiar. Já a masculinidade expressa pela visitadora aproximava-se de sentidos vinculados com acomodação e desresponsabilização com relação à família, com a escolha de usar o dinheiro em benefício próprio e de não ser alvo dos ensinamentos, enfim, de não estar à disposição. Compreendemos que a visitadora buscava tornar inteligível a materialidade do cotidiano de que fazia parte e que se configurava nas relações sociais, mas, ao mesmo tempo, traduzia uma

dimensão simbólica que produzia e reafirmava diferentes lugares para homens e mulheres.

Por meio das entrevistas com as mulheres-visitadoras percebíamos que, ao se dirigirem aos homens-pais, enquanto **cuidadores** das crianças, também era preciso ter um **jogo de cintura** pelo **preconceito** que os homens poderiam vivenciar ao assumir tarefas relacionadas ao cuidado e à educação das crianças. Vejamos o que Luisa, outra mulher-visitadora, diz sobre isso:

“ No que se refere ao cuidado das crianças, o PIM indica um conjunto de ensinamentos às mulheres-mães. Haveria também um conjunto de ensinamentos voltados aos homens-pais ou companheiros?

Comigo não, mas já teve casos de ser o pai, o cuidador, na hora da atividade. Eu acho que não tem muita divisão do que é ser mãe ou ser o pai, porque a mesma atividade que tu vai levar para a mãe realizar, o pai também pode realizar, só às vezes é mais complicado para ti explicar para ele, talvez ele não entenda com tanta clareza como a mãe.”

“ Por que você acha que ele pode não compreender com tanta clareza?

Porque de certa maneira é complicado uma mulher estar entrando na tua casa, uma mulher que tu não conhece, que ela vai estar te passando uma atividade para ti fazer com o teu filho, eu acho que a gente tem que ter todo aquele jogo de cintura porque a gente sabe que há muito preconceito, tanto uma mulher (visitadora) atender um homem, quanto um homem (visitador) atender uma mulher, como já aconteceu com os meninos, os visitantes, que no início eles enfrentaram esse preconceito, de eles estar indo fazer a visita e não uma mulher, mas eu acho que a partir do momento que tu consegue explicar com clareza o pai também realiza bem as atividades (Luisa, 24 jul. 2007).”

Nesse excerto, parece que o **complicado** não se refere apenas ao homem inserir-se no processo de aprendizagem dos/as filhos/as, mas também a aprender com uma mulher que, supostamente, ele “não conhece [...] estar passando uma atividade, [...] para [ele] fazer com o filho”. Pode-se apreender que o **preconceito** não reside somente em o homem-pai aprender com uma mulher estranha a respectiva atividade para o desenvolvimento infantil, mas em deixar de associar os homens a uma sexualidade que, facilmente, sai do controle e que ameaça. Aqui, a sexualidade está para os homens como o cuidado está para as mulheres, afastando decisivamente a paternidade da esfera doméstica, do cuidado e do desenvolvimento infantil, embora até seja admitido pelas visitadoras o caráter de produção cultural da paternidade. A linguagem produzida no âmbito do PIM atuava na reprodução de significados sobre o feminino/masculino, operando por meio de uma pedagogia que ensinava não só através do que se dizia sobre a saúde e o cuidado da infância, maternidade/paternidade, etc., como também pelo que silenciava e consentia.

Heilborn et al. (2006) indica que o exame das relações de gênero permite revelar alguns caminhos pré-estabelecidos que passam a orientar as condutas de homens e mulheres em dinâmicas como: namoro, relações sexuais, contracepção, reprodução, cuidado dos/as filhos/as. Para a autora, há funções que são claramente atribuídas a cada um dos gêneros, revelando um cenário que difunde e (re)atualiza “o modo como prescrições culturais hegemônicas acerca do gênero modelam a feminilidade em torno da maternidade e, a masculinidade, sob o signo da sexualidade” (HEILBORN et al. 2006, 37).

Portanto, a equação: homens = aprendizagens e cuidados da infância é uma equação quase impensada no âmbito da política. Quando perguntamos a uma das visitadoras sobre o que ela pensa sobre o desempenho dos visitantes-homens que haviam feito parte do PIM, Goreti respondeu:

“ Prefiro visitadora mulher. Porque mulher se entende melhor com mulheres. A linguagem entre mulheres é mais fácil e, geralmente, existem mais cuidadores mulheres e aí, o diálogo entre elas fica mais fácil. E, muitas vezes, quando um homem ou o pai acompanha a visita que a mulher está junto, parece que ele assimila melhor a coisa, quando é mulher (visitadora) que está lá visitando a mulher dele. Eu tive famílias que me foram passadas que tiveram visitantes homens e eu tive queixas, não digo queixas porque o visitante não prestava, queixa porque o marido não gostava dessa presença masculina na ausência dele (Goreti, 10 out. 2007).”

Ao fazermos a mesma pergunta às mulheres-mães, indagando sobre a sua preferência por visitadoras ou visitantes, elas demonstram convergir com o que pensam as visitadoras:

“ Pra mim tanto faz, mas eu acho que a gente tem mais confiança numa mulher, ela é mais amiga sabe (Vó Maria).”

“ Mulher, né. Ah, porque a gente tem mais intimidade e homem já fica mais estranho assim. Como a gente vai contar uma coisa só nossas assim, mais nossa mesmo? (Salete).”

“ Mulher. É porque eu nunca tive homem como visitante. Um pouco eu até ia me incomodar dentro de casa (Laís).”

Mulheres-mães e mulheres-visitadoras falam sobre a sua relação de ensinar e de aprender, indicando a crença na existência de uma espécie de característica intrínseca ao feminino e que as fazem **falar a mesma linguagem**, tornando-as mais **íntimas** e **amigas** umas das outras. Nesse movimento, afasta-se mais uma vez os homens da função de **cuidador** ou **visitador** e, conseqüentemente, de ser visto como um **amigo** ou alguém responsável, expresso aqui como **de confiança**.

Assim, a masculinidade não pode ser vivida ou demonstrada por meio da amizade com as mulheres cadastradas no PIM, nem por meio de uma relação de aprendizagem, onde quem ensina sobre o desenvolvimento infantil são os homens, tampouco estar legitimada a conhecê-las melhor e conversar sobre as suas **intimidades**. Ao contrário, na esfera do cuidado (da sexualidade, da contracepção, etc.), os homens geralmente são vistos e significados como **estranhos** e, sobretudo, como **perigosos**; por isso, podem até **incomodar dentro de casa**. No entanto, observamos que o coordenador do PIM (que era médico) exercia suas funções educativas com as mulheres-mães e visitadoras, legitimado pelo conhecimento biomédico, que o tornava reconhecido, valorizado e aceito para ocupar o lugar de amigo, cuidador e ensinante das mulheres.

Falar sobre o medo foi o tema de um dos encontros com as mulheres-mães. Nesse dia, foi possível refletir alguns posicionamentos interessantes acerca da maternidade e da paternidade:

“ A escolha do medo como assunto daquele encontro ocorreu em razão da atividade da semana anterior, quando as crianças precisaram vender os olhos para explorar aspectos relacionados aos sentidos: tato, olfato e paladar. Uma das técnicas perguntou a todos/as sobre

os seus medos. Observei que os medos das mulheres e crianças eram variados, como: aranha, altura, barata, barulhos estranhos, filme de terror, lugar fechado, rato, rã e espíritos. O coordenador contou ao grupo que sentia medo de barata e que quando via uma, saía correndo e não se preocupava se alguém o chamasse de “fiasquento”. Nisso, chegaram duas funcionárias da Secretaria de Cultura, responsáveis pelas sacolas itinerantes de leitura; sentaram-se e participaram do trabalho. A técnica que dirigia o trabalho disse que os nossos medos estão relacionados com fatos que marcaram nossas vidas, experiências e aprendizagens. Então, perguntou às mães sobre como lidavam com os medos das crianças. Uma delas contou sobre o medo de escuro de suas filhas, dizendo que por isso deixava a luz acesa, que tentava explicar que não havia necessidade do medo, mas não sabia mais o que fazer. O coordenador falou que é importante ter afeto e dar segurança à criança. Outra mulher falou que o marido tinha medo de sapo e que sua sogra dizia: “Nem parece um homem”, pois não enfrentava nem para matá-lo. Relatou, ainda, que seu marido trabalhava durante a semana, mas que, no final de semana, fazia tudo que podia para ajudá-la – mamadeira para a filha, passeava, cuidava dela, fazia comida, etc. Contou que ele certa vez fez um fogãozinho de madeira para a filha brincar. Para o coordenador, as pessoas mais velhas mostram mais dificuldade em mudar, mas, com a educação de nossos filhos, podemos fazer diferente. Disse que o homem não deixaria de ser homem por brincar de boneca ou de comidinha, por exemplo, e que assim aprenderia a ser um pai mais participativo. A técnica que propôs a atividade contou sobre o grupo de gestantes que ocorria nas 3ª feiras e relatou sobre um dos maiores medos das mulheres apresentados no grupo: “de morrer e deixar o filho sem amparo”. Ela acrescentou: “Nós, mães, achamos que somos insubstituíveis e não damos espaço para eles atuarem com as crianças, achamos que eles não têm habilidade. Então, muitas vezes, ficamos sobrecarregadas, não dormimos direito, ficamos irritadas, começamos a xingar, sendo que poderíamos dar espaço para eles”. Ao ouvir sobre o que conversávamos, uma das técnicas da Secretaria de Cultura contou ao grupo que, no último feriado, seu marido fora com as crianças para a praia.

Contou que uma conhecida sua levou as crianças para brincar com as suas e que, quando viu apenas seu marido, perguntou: “Cadê a mãe das crianças?” “Ela não veio”, respondeu ele. “Mas é o senhor que vai ficar com eles?” “Sim.” E terminou a história: “Não deu meia hora, e ela veio buscar as crianças, pois não deve ter tido confiança no meu marido” (DC, 14 nov. 2007).⁹

Como dizia a técnica, achar-se **insubstituível** ou ter medo de ser substituída povoava o pensamento das mulheres-gestantes, que, mais uma vez, gravitavam numa órbita em torno da maternidade e da infância, onde o maior medo residia em faltar, significando morrer e **deixar o/a filho/a sem amparo**. Já os homens-pais apareciam novamente relacionados ao **preconceito** ao narrar ou serem narrados, por possuírem características que em nossa cultura se aproximam do feminino: medo de barata, ser visto como **fiasquento**, enfrentar um sapo. O homem **que nem parece homem**, como disse a sogra de um deles, era trabalhador e sustentava a família, participava das atividades domésticas e também brincava, cuidava, ensinava, confeccionava brinquedos, levava para passear e demonstrava **ser de confiança** com a filha. Já outro, segundo a esposa, mesmo sem a sua presença, levava os filhos/as para a praia, cuidava deles/as e, possivelmente, de seus amigos/as, se suas mães assim o permitissem, confiassem nele ou dessem **espaço para ele atuar**. Outros homens participavam do cuidado com a infância, assim como o coordenador do PIM ou o ex-secretário da saúde⁸, talvez por encontrarem legitimidade, como referimos há pouco, para dirigirem-se às

⁸ Osmar Terra foi secretário de saúde no governo Germano Rigotto (2003-2007) e Yeda Crusius (2008-2012) e esteve à frente da implantação e implementação do PIM, no Rio Grande do Sul.

mulheres-mães a partir de sua posição de médicos, autorizados a proferir um conhecimento técnico sobre o assunto.

Porém, o que mais interessava naquela discussão era pensar na multiplicação dos espaços de aprendizagem, na repercussão que aquelas discussões e ensinamentos poderiam ter na vida das pessoas ali presentes, nas marcas de pertencimento que elas produziam, na proliferação dos discursos que disputavam dizer a **verdade** sobre o cuidado e nos modelos teóricos que buscavam conformar e posicionar aqueles sujeitos. Refletíamos, ainda, sobre a possibilidade de aderirmos ou resistirmos às formas hegemônicas de viver a masculinidade e a feminilidade, sobre a (des)naturalização de aspectos relacionados com maternidade e paternidade que, certamente, poderiam trazer efeitos muito concretos para as relações sociais, como, por exemplo, ampliar a visibilidade dos homens-pais no âmbito das políticas públicas de inclusão social.

As entrevistas nos encaminhavam a pensar que é através da maternidade, que as mulheres se tornam o alvo principal de intervenção das políticas públicas contemporâneas, referentes à criação das crianças e à organização familiar. São elas que precisam buscar auxílio, orientação, conhecimento, paciência, não gritar ou bater, cantar, contar histórias, ouvir e praticar o que as visitadoras ensinam, relatar aspectos da saúde e do desenvolvimento infantil, além de organizar a casa, confeccionar brinquedos, cozinhar, priorizar as necessidades das crianças no orçamento doméstico e contribuir, muitas vezes, na complementação de renda para a família. Ao colocar como foco de atenção as crianças e intervir nas relações familiares, por meio de estratégias centradas na interpelação e na educação das mulheres-mães,

(re)atualizam-se diferenças e desigualdades de gênero, diferenças essas, culturalmente construídas e organizadas e que pouco contribuem para ampliar o que se denomina como família, maternidade e paternidade. A linguagem produzida no âmbito do PIM atua na produção dos significados sobre o feminino/masculino e opera por meio de uma pedagogia que ensina não apenas através do que se diz sobre a saúde e o cuidado da infância, maternidade/paternidade, etc., mas também através do que silencia e consente.

Durante o trabalho de campo e da discussão acerca do desenvolvimento infantil, a paternidade não esteve relacionada, ou serviu como foco de intervenção. Ao ser abordada foi a partir da ótica feminina que, legitimada sob a esfera corporal, tratou de justificar a supremacia dada à maternidade (LYRA et al., 1998). Não é à toa que, ao tratar sobre o tema do abandono de bebês na mídia, Thurler (2001), ao analisar matérias jornalísticas, publicadas em jornais de grande circulação diária da capital do país, sinalizou para a visibilidade, responsabilização e culpabilização da mulher-mãe na maioria absoluta das matérias. Quanto à paternidade foram escassas as referências feitas a ela, ficando um tom de complacência, ausência e silenciamento⁹. Para essa autora, a **verdade** que é apresentada na mídia, assim como nas políticas públicas, trata de interagir com as relações sociais, podendo manter, questionar ou renovar padrões de comportamento, valores e crenças ligados à promoção da (des)igualdade entre homens e mulheres, no espaço doméstico e público.

⁹ Para a realização desta análise, a autora analisou 77 matérias, publicadas entre 1º de janeiro de 1998 e 30 de junho de 1999. Sobre o tema referente ao abandono de bebês, o *Correio Brasileiro* publicou durante este período 50 matérias e o *Jornal de Brasília*, 27 matérias.

Quase ao final de um dos encontros comunitários, onde conversávamos sobre a participação dos homens-pais no cuidado infantil e no trabalho doméstico, chegaram dois homens na porta da associação, perguntando se suas esposas poderiam participar e se ali ocorria a distribuição de cestas básicas. Explicamos brevemente no que consistia o PIM e da não doação de alimentos. Mesmo assim, os convidamos a participarem do que estava sendo abordado:

“As mulheres entram acompanhadas de várias crianças pequenas, sentam-se e parecem interessar-se pelo assunto ali abordado. Os homens ficam na porta e dizem que já estiveram ali, num outro dia e que indicaram a participação das mulheres nos encontros. Uma das técnicas do PIM convida-os para entrar e também participar da conversa. Ao darmos continuidade ao assunto, uma daquelas mulheres sorri e conta que ao solicitar a participação do seu marido em casa, ele respondia “Isso é teu serviço”. Um desses homens rebate e diz que desde pequeno, com 8 anos, precisou trabalhar na rua para ajudar a sustentar a casa, não pode estudar e que sua resposta era essa porque aprendeu assim, lá no interior. Outra mulher que participava do encontro disse que quando ela pedia ajuda a seu marido, ele respondia estar cansado e que isso era serviço dela, no que ela respondia que também estava cansada: “pensa que é fácil cuidar de 3 crianças todo o dia e ainda fazer faxina pra fora”, mas agora, ele até ajuda um pouco, mas que ela prefere não brigar porque sabe que não adianta discutir com ele (DC, 22 jun. 2007).”

Embora vários estudos discutam as transformações ocorridas nas relações de gênero e enfatizem a necessidade de ampliação da participação masculina e paterna no âmbito familiar, constata-se ainda a existência de barreiras culturais, institucionais e individuais por parte de homens e mulheres. Isso significa levar em conta a existência de conflitos e contra-

dições que envolvem a participação masculina neste campo, principalmente por parte das instituições e políticas governamentais no sentido de apoiar, interagir e alargar as ações e as condições para que os homens possam contribuir efetivamente na arena da saúde sexual, reprodutiva e do cuidado, por exemplo. No que se refere a investir numa paternidade responsável, isso não denota assumir um modelo de família nuclear, mas, sim, incentivar o seu exercício, independente do vínculo conjugal (LYRA et al., 1998)¹⁰.

Nessa direção, argumentamos que homens/paternidade podem e devem relacionar-se com funções de educação e “cuidado” e que isso, certamente, trará vantagens para toda a família, inclusive para o desenvolvimento infantil. Mas, para isso é preciso discutir e rever as formas de socialização mas-

10 É importante chamar atenção, aqui, que as pesquisas que temos feito em nosso grupo indicam que segue existindo um descolamento entre o que se define como família nas políticas de inclusão social *lato sensu* e o intenso debate teórico-político que envolve a problematização da heterossexualidade normativa protagonizado pelos estudos gays e lésbicos e pela teoria *queer* que se tem traduzido. Também no Brasil, em um crescente (e contestado) reconhecimento social e legal dos direitos de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBTT) e no alargamento das noções de família a eles vinculados (reconhecimento legal de união civil entre pessoas de mesmo sexo, direito de adoção de crianças por casais homossexuais, etc), sem falar do impacto das técnicas de fertilização *in vitro* e de reprodução assistida sobre a (re)significação dos vínculos familiares usualmente aceitos e legitimados (óvulos produzidos com material genético de duas mulheres, transexuais de mulher para homem que mantiveram a capacidade de engravidar - ou seja, podem tornar-se homens grávidos; mãe biológica que é ao mesmo tempo a avó biológica, pai social e legal que não é pai biológico, etc). A matriz que sustenta a noção de família de políticas de inclusão social, como o PIM, por mais que esta tenha sido flexibilizada e rasurada, continua sendo profundamente heteronormativa; e a maternidade e a paternidade que elas tornam inteligíveis e comensuráveis continuam sendo representadas como heterossexuais. Dessa forma, nas práticas educativo-assistenciais que delas decorrem, o termo família segue sendo traduzido como mulher heterossexual/mãe biológica, e esta continua sendo posicionada como principal alvo das ações programáticas de inclusão social.

culinas e femininas (bem como, a elaboração de campanhas, projetos, ações em saúde, políticas governamentais e a organização do currículo escolar) para pensarmos nos homens não restritos apenas à disciplina, sexualidade e ao suporte econômico da família, mas como fonte de amor, cuidado e educação, dinamizando e transformando as relações de gênero.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do trabalho de campo, o posicionamento ou a (in) visibilidade dada à paternidade e à participação dos homens no cuidado operaram no sentido de desresponsabilizá-los. Porém, ao mesmo tempo, podíamos localizar alguns movimentos em que, principalmente, os/as técnicos/as resignificavam a masculinidade, incluindo a vivência de uma paternidade que participa, acompanha, se responsabiliza e que, justamente por assumir tais tarefas, torna-se valorizada e defendida. Em muitos momentos, os/as técnicos/as mostravam-se abertos/as para a realização de um trabalho que também envolvesse homens e cuidado, mas esta era uma proposição que precisava ser ainda formulada, planejada e iniciada, uma vez que existiam famílias que indicavam, através de seus arranjos, formas singulares de cuidar. Isso não significa que esses atributos sejam valorizados da mesma forma em todos os lugares, nem que esses homens não possam ocupar outras posições de sujeito que coexistam com a posição de sujeito marido e/ou pai-responsável. Isso indica a possibilidade de pluralizar sentidos ligados à masculinidade e à paternidade, rachando sentidos convergentes em torno do cuidado e da educação de crianças.

Se a educação é um lugar onde nos tornamos sujeitos de uma determinada cultura, torna-se importante refletir sobre o lugar dos homens-pais e, de forma muito mais ampla, nos sentidos que estão implicados nos termos função paterna e função materna, no âmbito das políticas governamentais (de educação, saúde e inclusão social) e da forma que tais processos têm moldado, definido, separado e limitado algumas formas de convivência. Se os espaços onde fazemos educação oferecem a oportunidade de fixarmos e (re)afirmarmos comportamentos e formas de pensar, cuidar, amar, etc., eles ainda podem oportunizar outras e diferentes experiências, ampliando sentidos, observando ausências, ouvindo os silêncios e, quem sabe, outras vozes, principalmente daqueles(as) que não estamos acostumados(as) a ouvir quando se trata de cuidar e de educar em saúde. Talvez, isso possa alterar não apenas as maneiras de ensinar, mas também nossa capacidade de valorizar e de trabalhar criativamente com a fragmentação e a provisoriidade que envolvem as nossas formas de conhecer e viver.

REFERÊNCIAS

BRASÍLIA. Cartilha do Radialista, Rádio pela infância: Desenvolvimento Infantil. **Unicef e Comitê da primeira infância**. 2003

FONSECA, Claudia. Algumas questões em torno do “abandono materno”. In: TORNQUIST, Carmen Susana et al. **Leituras da resistência: corpo, violência e poder**. Florianópolis: Ed, Mulheres, 2009. p. 49-79.

HEILBORN, Maria Luiza et al. (Org.). **O aprendizado da sexualidade: reprodução e trajetórias sociais de jovens brasileiros**. Rio de Janeiro: Fiocruz e Garamond, 2006. p. 30-59.

KLEIN, Carin. A produção da maternidade no Programa Bolsa-Escola. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 13, n. 1, p. 31-52, jan./abr. 2005. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2005000100003/7779>>. Acesso em: 13 out. 2016.

KLEIN, Carin. Educação de mulheres-mães pobres para uma ‘infância melhor’ **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 51, p. 647-660, set./dez. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782012000300009&lng=en&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 13 out. 2016.

KLEIN, Carin; MEYER, Dagmar. Paternidades e maternidades nas propostas da política para uma “primeira infância melhor”. In: STREY, Marlene Neves et al. (Org.). **Encenando o Gênero: cultura, arte e comunicação**. Porto Alegre: ediPUCRS, 2008. Disponível em: <<https://books.google.com.br/books?id=hN4Dg3Ek6Q8C&pg=PA93&lpg=PA93&dq=Paternalidades+e+maternalidades+nas+propostas+do+Primeira+Inf%C3%A2ncia+Melhor&source=bl&ots=vwO4rgpMp5&sig=iPg4ucyybe90SUw-JKsuS8PByUI&hl=pt-BR&sa=X&ved=0ahUKewiKoZ-v6dfPAhXHx5AKHRLjB-MQ6AEIKjAC#v=onepage&q=Paternalidades%20e%20maternalidades%20nas%20propostas%20do%20Primeira%20Inf%C3%A2ncia%20Melhor&f=false>>. Acesso em: 13 out. 2016.

KLEIN, Carin; MEYER, Dagmar; BORGES, Zulmira. Políticas de inclusão social no Brasil contemporâneo e educação da maternidade. **Cadernos de Pesquisa, São Paulo**, v. 43, n. 150, p. 906-923, set./dez. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742013000300009>. Acesso em: 13 out. 2016.

LYRA, Jorge et al. Papai: uma experiência de ensino, pesquisa e extensão. **Cadernos de Extensão**, Recife, n. 1, p. 57-66, 1998. Disponível em: <https://www.ufpe.br/proexc/images/publicacoes/cadernos_de_extensao/saude/papai.htm>. Acesso em: 13 out. 2016.

LYRA, Jorge; AZEVEDO, Mariana; MEDRADO, Benedito. Rompendo barreiras culturais, institucionais e individuais no cuidado infantil: pai não é visita!: pelo direito de ser acompanhante. In: FAZENDO GÊNERO, 8., 2008, Florianópolis. **Anais eletrônicos...** Florianópolis:

[s.n.], 2008. Disponível em: <http://www.fazendogenero.ufsc.br/8/sts/ST21/Medrado-Azevedo-Lyra_21.pdf>. Acesso em: 13 out. 2016.

MEYER, Dagmar et al. **A educação “da família” como estratégia governamental de inclusão social:** um estudo situado na interface dos estudos culturais, de gênero e de vulnerabilidade. Porto Alegre: UFRGS/CNPq, 2008. (Relatório de pesquisa).

MEYER, Dagmar. A politização contemporânea da maternidade: construindo um argumento. **Gênero**, Niterói, v. 6, n. 1, p. 81-104, jul./dez. 2005. Disponível em: <<http://www.revistagenero.uff.br/index.php/revistagenero/article/view/198/134>>. Acesso em: 13 out. 2016.

PRIMEIRA infância agora está na lei. **Correio do Povo**, Porto Alegre, 04 jul. 2006. Geral, p. 7. Disponível em: <<http://www.correiodopovo.com.br/jornal/A111/N277/PDF/Fim07.pdf>>. Acesso em: 13 out. 2016.

RIO GRANDE DO SUL (Estado). Secretaria da Saúde do Estado do Rio Grande do Sul. Programa Primeira Infância Melhor. **Guia de orientação para GTM, monitor e visitador.** Porto Alegre: Relâmpago, 2007. Disponível em: <<http://publicacoes.fundatec.com.br/home/portal/concursos/publicacao/legislacao/leis/GuiaDeOrientacaoParaGTMMonitorEVisitador.pdf>>. Acesso em: 13 out. 2016.

SEFFNER, Fernando. **Derivas da masculinidade:** representação, identidade e diferença no âmbito da masculinidade bissexual. 2003. 261 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/4340>>. Acesso em: 13 out. 2016.

THURLER, Ana Liési. Fabricação de “verdades” e violência de gênero. **Observatório da imprensa**, São Paulo, ano 19, n. 922, 2001. Disponível em: <<http://observatoriodaimprensa.com.br/primeiras-edicoes/fabricao-de-verdades-e-violncia-de-gnero/>>. Acesso em: 13 out. 2016.

GÊNERO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA NO RIO GRANDE DO NORTE: REFLEXÕES SOBRE INDICADORES E DESIGUALDADES

Carla Giovana Cabral

*Não tenho bens de acontecimentos.
O que não sei fazer desconto nas palavras.
Entesouro frases. Por exemplo:
- Imagens são palavras que nos faltaram.
- Poesia é a ocupação da palavra pela Imagem.
- Poesia é a ocupação da Imagem pelo Ser.
Ai frases de pensar!
Pensar é uma pedreira. Estou sendo.
Me acho em petição de lata (frase encontrada no lixo)
Concluindo: há pessoas que se compõem de atos, ruídos, retratos.
Outras de palavras.
Poetas e tontos se compõem com palavras. [...]*

Manuel de Barros: “Retrato Quase Apagado em que se Pode Ver Perfeitamente Nada, de *O Guardador de Águas*, 1989.

INTRODUÇÃO

No Grupo de Pesquisa Democracia e Gênero em Ciência e Tecnologia, vinculado à Escola de Ciências e Tecnologia (ECT) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), temos trabalhado em quatro linhas de pesquisa: Co-

municação Pública da Ciência e da Tecnologia, Educação, Ciência, Tecnologia e Sociedade (CTS), História da Ciência e da Tecnologia e Gênero, e Políticas Públicas em Ciência e Tecnologia. Na linha História da Ciência e da Tecnologia e Gênero, desenvolvemos, desde 2010, o projeto de pesquisa Indicadores de Ciência e Tecnologia: visibilidade de gênero nos contextos de inovação no nordeste do Brasil¹.

Essa pesquisa tem nos levado a refletir sobre indicadores sob vários prismas. Entendemos que é importante a reflexão sobre o conceito de indicadores, suas potencialidades e limitações teórico-metodológicas; qual lugar ocupam no rol de pesquisas realizadas no campo dos Estudos Feministas da Ciência e da Tecnologia (EFCT) no Brasil e mesmo em outros países; seu papel na formulação de políticas de inclusão de gênero no Sistema de Ciência, Tecnologia e Inovação (SCTI) do País; a própria inclusão de gênero no SCTI como um indicador de transformação social; e também a construção de indicadores de gênero em áreas científicas em nosso país.

Nessa direção, temos procurado mapear a presença das mulheres, especialmente em cargos de docência, no Estado do Rio Grande do Norte, buscando discutir e contextualizar os dados em relação à região Nordeste do Brasil. Procuramos investigar também aquilo que os indicadores não indicam, ou seja, as causas da segregação territorial e hierárquica, conceito que discutiremos a seguir.

¹ Aprovado em edital da Pró-Reitoria de Pesquisa da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (PROPESQ/UFRN), para o período de agosto de 2010 a julho de 2011, inicialmente. Posteriormente renovado, permanece em andamento. A ideia é atualizar periodicamente os indicadores e buscar a construção de séries históricas. Agradeço à Angélica Genuino de Oliveira pela contribuição na primeira etapa do trabalho e a Gabriel Antônio Marcelino Xavier por contribuir com o trabalho de campo para este capítulo, enviado em 2014 para as editoras.

Neste texto, inicialmente discutimos aspectos relacionados aos indicadores, no que tange aos EFCT e também à política científica e tecnológica, ambos enfocados à luz dos Estudos CTS. A articulação entre gênero e política pública também é abordada. Por fim, apresentamos os dados da pesquisa realizada no Rio Grande do Norte e no Diretório de Grupos de Pesquisa (DGP) do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), em 2011 e 2014. Mapeamos a presença das mulheres em três universidades potiguaras: a UFRN, a Universidade Federal do Semi-Árido (UFERSA) e a Universidade Estadual do Rio Grande do Norte (UERN). Analisaremos, especialmente, a segregação territorial considerando as áreas de conhecimento definidas pelo CNPq e pelas próprias instituições² e questões tratadas por Kochen et al. (2001) em capítulo de livro que reúne estudos de casos sobre as mulheres em sistemas de ciência e tecnologia na América Latina e Espanha (SEDEÑO, 2001).

CTS E GÊNERO

Na segunda metade do século XX, pesquisadores/as vinculados/as aos EFCT, em sua origem, inicialmente nos países do Norte, investiram em diferentes linhas de pesquisa que buscavam construir uma forte crítica à ciência de caráter salvaçãoista, triunfalista e pretensamente neutra e ao determinismo tecnológico. As mulheres na ciência e na tecnologia – e

² O CNPq categoriza oito áreas de conhecimento. São elas: Ciências Humanas, Ciências Sociais Aplicadas, Linguística, Letras e Artes, Engenharia e Ciência da Computação, Ciências Exatas e da Terra, Ciências Biológicas, Ciências da Saúde e Ciências Agrárias.

também aquelas que estavam fora desse âmbito de produção de conhecimento – tornaram-se objeto de estudo de várias áreas e seus referenciais teórico-metodológicos. Uma dessas linhas adotou como estratégia transformar a segregação territorial e hierárquica, por exemplo, em estatística. Estamos nos referindo aos indicadores que começam a ser construídos a partir da década de 1970, em um contexto em que ciência e tecnologia já estavam fortemente vinculadas à política pública de vários países.

Este capítulo percorre algumas das discussões sobre a origem desses trabalhos e busca uma reflexão sobre seu lugar nos EFCT, pensando a política pública, a partir de experiências de diferentes países, inclusive o Brasil. Refletimos também sobre a urgência de se incluir cada vez mais gênero nas políticas públicas de ciência e tecnologia, como uma forma de se pensar que as transformações positivas em termos de gênero impactam profundamente a transformação social de caráter mais amplo. Por fim, apresentamos e discutimos indicadores de gênero, ciência e tecnologia no Estado do Rio Grande do Norte, fruto de uma pesquisa cujos resultados constataam que decorridas cerca de quatro décadas de crítica à ciência e a tecnologia áreas como a Engenharia permanecem calcadas em assimetrias de gênero, quer dizer as desigualdades que se evidenciam a partir da falta de oportunidades, condições e direitos iguais entre homens e mulheres, o que gera uma hierarquia de gênero (BARRETO et al., 2009).

O nosso ponto de partida para a discussão que aqui tem lugar é a crítica contundente feita à ciência e à tecnologia na segunda metade do século XX, constituindo novos marcos de pesquisa acadêmica e movimento social no âmbito das rela-

ções CTS. Tributários do que podemos considerar uma virada epistemológica, ou pelo menos seus princípios, os EFCT criticaram, também fortemente, a ciência e a tecnologia, desvelando seus interesses, contextos sociais e históricos, construindo epistemologias, reescrevendo a História das Ciências, (re)pensando a educação e a cultura científica e tecnológica.

Em países como os Estados Unidos da América do Norte (EUA), como aponta Schiebinger (2001), a coleta de estatísticas inicia-se na década de 1970, como parte de um projeto para aumentar o número de mulheres na ciência naquele país. Doze anos depois, e desde essa época, nos EUA, a Fundação Nacional de Ciência, passa a produzir livretos com informes a respeito de estatísticas articulando gênero, ciência e tecnologia. Na avaliação de Schiebinger (2001, p. 75), esses indicadores eram inicialmente construídos para “provar apenas o quanto as mulheres estavam em desvantagem na ciência”. Posteriormente, no início dos anos 2000, essas estatísticas serviam para “mapear oportunidades de emprego e salários das mulheres”.

Segundo a mesma autora (SCHIEBINGER, 2001), na década de 1980, Rossiter (1993) propôs dois conceitos que até hoje utilizamos em nossas pesquisas com indicadores: os conceitos de segregação territorial e segregação hierárquica. O primeiro diz respeito a presença/ausência das mulheres nas áreas científicas. Em outras palavras, o território que as mulheres ocupam ou não ocupam de uma certa forma demarca sua vida acadêmica e carreira científica. O segundo define-se pela relação inversamente proporcional entre gênero e poder, quer dizer, “conforme se sobe a escada do poder e prestígio, cada vez menos rostos femininos são vistos” (SCHIEBINGER, 2001, p. 76).

Essas formas de exclusão se avizinham já na educação básica, quando as mulheres sofrem discriminação ou preconceito ao escolherem carreiras que passam distantes do que a norma social define como femininas. Essa pressão social também leva muitas mulheres a abandonarem seus desejos e sonhos (CABRAL, 2006).

No ensino superior, há diferentes formas de exclusão em cada etapa da vida universitária, seja como estudantes ou mesmo como professoras universitárias. Em alguns países, segundo Schiebinger (2001), essas formas de segregação nas comunidades científicas representam também um status inferior em termos de salário. No Brasil, onde legalmente não há diferenças salariais entre professores universitários de mesmo nível, essa segregação se evidencia nos indicadores de gênero em termos de bolsas de produtividade, por exemplo, ou mesmo nos obstáculos e desiguais oportunidades de liderar projetos ou alcançar postos de direção em instituições universitárias e de pesquisa.

Nas palavras de Lopes (1998, p. 349):

[...] a partir da década de 1980, os primeiros estudos sexuais, que depois se referiram a gênero, rapidamente evoluíram, nos Estados Unidos, da procura e da constatação da ausência das mulheres nas ciências a suas causas, para as discussões das consequências científicas dessa representação histórica.

Como veremos em uma outra seção deste capítulo, pesquisas que resultaram na construção de indicadores foram basilares para a articulação das demandas feministas na política pública em uma série de países.

O QUE AS ESTATÍSTICAS (NÃO) INDICAM?³

Embora um mapeamento do campo dos EFCT que nos ofereça dados mais precisos ainda esteja em andamento⁴, temos registrado que as pesquisas realizadas em nosso País tendem a investigar objetos com o intuito de:

- a) construir indicadores;
- b) apontar a ausência das mulheres nas práticas científicas ao longo da história (LOPES; COSTA, 2005). O estabelecimento de diagnósticos da situação das mulheres, seu avanço em determinadas áreas, possível por meio de estatísticas e indicadores, por exemplo, podem orientar tomadas de decisão em relação à política pública e agir como ferramenta para movimento de mulheres. É a informação estatística que evidencia de forma mais evidente as assimetrias entre homens e mulheres (SOARES, 2004).

Segundo Soares (2004), a invisibilidade de gênero nas fontes de informação e a falta de indicadores com essa variável alimenta um desenho de políticas públicas em que as contribuições das mulheres não são consideradas.

Dispomos de bases de dados importantes como a do CNPq, mas defasadas, infelizmente, em termos temporais e em contemplar a variável sexo/gênero. O CNPq, por exem-

3 Uma grande parte da discussão deste subtítulo foi inicialmente escrita no artigo *Igualdade de gênero em ciência e tecnologia como indicador para um desenvolvimento social*, publicado por Cabral e Oliveira (2011) nos anais do IV Simpósio Tecnologia e Sociedade.

4 A pesquisa *Mapeamento nacional de publicações do campo interdisciplinar gênero, ciência e tecnologia* iniciou-se no primeiro semestre de 2011 e foi concluída em 2015, sob coordenação de Carla Cabral, autora deste capítulo.

plo, disponibiliza dados com a variável sexo apenas a partir de 1995 e muitos dos quadros analíticos advindos do DGP e de suas fontes não contemplam sexo. Os Encontros Nacionais Pensando Gênero e Ciências⁵ recomendam fortemente a inclusão da variável sexo/gênero em todas as pesquisas realizadas e publicadas pelos organismos do Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia (SNCT).

Segundo Velho (2001), o interesse de diferentes países em reunir informações para planejar, monitorar e avaliar as atividades de ciência e tecnologia ocorrido em meados da década de 1970, pode ser atribuído a duas razões:

- a) o desenvolvimento do aparato institucional relacionado à ciência e à tecnologia dos países e das relações que passaram a ser estabelecidas com outros segmentos sociais;
- b) a evolução de teorias e metodologias dos Estudos Sociais da Ciência e da Tecnologia. À medida que o interesse em ciência e tecnologia cresce, diversificam-se a coleta e a produção de indicadores. Passam a ser valorizados, tanto os insumos (inputs) alocados para as atividades científicas e tecnológicas quanto os produtos (outputs) delas derivados: informações requeridas para se tomar decisões (VELHO, 2001).

Em uma outra perspectiva, a produção de indicadores está relacionada à lógica mercantil por meio da qual a ciên-

5 Duas edições foram realizadas em 2006 e 2009. Suas discussões estão registradas em dois livros, disponíveis no site da Secretaria de Política Para as Mulheres. Disponível em: <<http://www.spm.gov.br/sobre/publicacoes/publicacoes/2010/spm-nucleos-web.pdf>>; e <<http://www.spm.gov.br/sobre/publicacoes/2006>>. Acesso em: 10/02/2016.

cia passou a se desenvolver no período pós-Segunda Guerra Mundial. Ciência e tecnologia passaram a ter um papel central para os países que, em geral, assumiram o discurso de que o crescimento científico e tecnológico seria responsável pelo seu desenvolvimento econômico e, por consequência, também o social e o humano. Ou, como escreveu Velho (2001, p. 111):

[...] a ênfase nos indicadores quantitativos parece derivar da premissa de que eles proporcionariam uma base racional completamente objetiva para o planejamento de ciência e tecnologia e de que uma ciência da ciência mecanicista não era apenas necessária, mas também suficiente.

A falta de uma escala de referência tem valorizado a comparação como uma estratégia analítica, embora vários manuais orientem a construção de indicadores, dentre eles, o de Canberra, que enfoca indicadores em recursos humanos. Obedecendo uma racionalidade de competição entre os países, a comparação internacional tornou-se um dos parâmetros mais valorizados (VELHO, 2001). Estamos falando de indicadores tradicionais. Há limitações aqui.

De acordo com Velho (2001, p. 118), a principal limitação desse tipo de indicadores está na falibilidade de sua base teórica, qual seja, o modelo linear de inovação, sua ancoragem na pretensa neutralidade da ciência, “a existência de um sistema normativo e de recompensa na ciência que funciona de maneira a garantir que o conhecimento produzido é objetivo, verdadeiro e partilhado entre os praticantes”.

Se há essa questão, há também outra, de natureza contextual, a ser analisada, a de transferir epistemologias e metodologias de países centrais para periféricos, ignorando

seus percursos históricos e sociais e necessidades locais. Em outras palavras, por um lado, construir indicadores também significa representar, ou melhor, padronizar realidades distintas em uma categoria universal; ou como disse Schiebinger (2001, p. 75) “trazem um distintivo de verdade” ao modo da ciência moderna. Assim, mede-se realidades distintas a partir de um mesmo referencial. Mas a que interesses essa medida serve?

Isso nos obriga a pensar em outros modos de produzir conhecimento e relacioná-lo com a política científica (VELHO, 2010). Isso quer dizer que a base teórica do modelo de desenvolvimento baseado, por exemplo, em indicadores tradicionais, tem que ser transformada. E seria preciso pensar quais novos indicadores complementaríamos ou substituiríamos, por exemplo, o que se procura ainda atualmente medir em termos de:

- a) gastos com pesquisa e desenvolvimento;
- b) pessoal envolvido em pesquisa e desenvolvimento;
- c) produção científica (de preferência, internacional);
- d) número de patentes (ALBUQUERQUE, 1996). Gênero é uma categoria não contemplada nesses indicadores, justamente porque a ciência pretensamente neutra não tolera o sujeito do conhecimento situado social e historicamente. Sendo androcêntrica, valorizará categorias historicamente relacionadas a quem por mais tempo esteve no poder, ou seja, os homens. Não se trata apenas disso. Estamos falando de incluir gênero como uma forma de pensar a ciência como um construto social e histórico, em que as realidades e contextos locais sejam levados em conta.

Ao pensar gênero como uma variável importante para construir estatísticas, quebramos a lógica de ciência neutra, visibilizando as mulheres. Além disso, podemos trabalhar na edificação da igualdade de gênero como um indicador de transformação social. Há vários documentos nessa linha, a citar a Declaração sobre a Ciência e a Utilização do Conhecimento Científico e a Declaração de Santo Domingo (UNESCO, 2003), que procurou grafar um novo contrato social para a ciência. Em suas “novas estratégias e políticas em ciência e tecnologia”, destaca a “igualdade dos gêneros nas atividades científicas” (UNESCO, 2003, p. 24).

As meninas e as mulheres de muitos países da região vêm encontrando grandes dificuldades ao tentarem acesso ao sistema educacional e, portanto, aos conhecimentos de C&T. Além do mais, a educação científica vem tomando como base abordagens que excluem as mulheres. Uma participação plena e equitativa das mulheres nas atividades de C&T irá contribuir para o enriquecimento e a reorientação dos programas, métodos, práticas e aplicações da C&T. Consequentemente, é necessário o desenvolvimento de estratégias que facilitem o acesso das mulheres aos conhecimentos de C&T e que, simultaneamente, aumentem sua participação em todos os campos da atividade científica (UNESCO, 2003, p. 24).

A PESQUISA NO NORDESTE BRASILEIRO: ALGUNS INDICADORES

Anteriormente, discutimos algumas questões sobre a construção de indicadores, suas potencialidades e limitações, sob o enfoque de se quebrar as ideias salvacionista e triunfalista da ciência e o determinismo tecnológico que enseja.

Nesta seção, apresentaremos e discutiremos resultados de um trabalho de campo em bases de dados sobre a pesquisa brasileira, como forma de contextualizar os indicadores de ciência, tecnologia e gênero construídos com base na realidade de universidades públicas do Estado do Rio Grande do Norte. Inicialmente, abordamos a amplitude de grupos de pesquisa em todas as regiões brasileiras.

O Nordeste é a terceira região brasileira com o maior número de grupos de pesquisa – 5.044, de acordo com a Súmula Estatística do Diretório dos Grupos de Pesquisa do CNPq (CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO, 2010). Em uma década, período de 2000 a 2010, houve um crescimento de cerca de 3%, percentual que representou a criação de aproximadamente 330 grupos por ano, 3.324 no total.

Nessa região, a Bahia é o estado com o maior número de grupos de pesquisa (1.330), seguido por Pernambuco (963), Paraíba (662), Ceará (656), Rio Grande do Norte (416), Alagoas (303), Sergipe (262), Piauí (247) e Maranhão (323).

Ocupando a quinta posição dentre os nove estados, o Rio Grande do Norte contabiliza 416 grupos, reunindo um total de 2.846 pesquisadores, sendo 1.681 doutores, 878 mestres, 200 especialistas e 87 graduados.

A região Sul também teve um bom incremento no número de grupos de pesquisa. Passou de 2.317 em 2000 para 6.204 em 2010, ou seja, 3.887 novos grupos. O Centro-Oeste passou de 636 para 1.965; e o Norte, de 354 para 1.433 grupos, nessa primeira década do século XXI. No Sudeste, havia 6.733 grupos de pesquisa em 2000. Esse número passou para 12.877, ou seja, 6.144 novos grupos.

Esses dados mostram que houve um grande crescimento do número de grupos de pesquisa no País. A região Norte do Brasil quadruplicou seu número de grupos nesse primeiro decênio. As regiões Nordeste e Sul praticamente triplicaram suas bases de pesquisa. Na região Sudeste, o crescimento foi menor, muito embora o número de grupos tenha dobrado. Observa-se que, em 2000, essa região representava quase 60% do total de grupos de pesquisa brasileiros. Em 2010, sua abrangência na produção científica mantém-se, porém diminuiu em cerca de 10% (46,8). São dados que expressam, de uma certa forma, o investimento do Estado brasileiro no Norte e no Nordeste, por meio de projetos como o de

Universidades Federais (REUNI), interiorizando o ensino superior, criando novas vagas para ingresso de estudantes, concursos para docentes e técnicos e administrativos, e destinando 30% dos recursos para projetos de pesquisa científica e tecnológica nessas regiões.

Agrupando todas as regiões brasileiras, temos cerca de 28 mil grupos e 30 mil pesquisadores. Destes, 50,59% são mulheres, e 49,41, homens. Desde 1995, quando o DGP passa a incluir a variável sexo em suas estatísticas, é no censo de 2010, que o número de mulheres supera o de homens pela primeira vez (Tabelas 1 e 2).

Tabela 1 – Série histórica/relação pesquisadores/as e gênero

Distribuição percentual dos pesquisadores segundo o sexo – 1993-2010									
Sexo	1993	1995	1997	2000	2002	2004	2006	2008	2010
Masculino	ND	61	58	56	54	53	52	51	50
Feminino	ND	39	42	44	46	47	48	49	50

Fonte: Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq/ junho de 2014.

ND: Não disponível.

Tabela 2 – Relação pesquisadores/ áreas de conhecimento em todas as regiões

Grande área	Mulheres	%M	Homens	%H	NI*	Total geral
Ciências Agrárias	1.261	4,31	1.790	58,69	1	3.052
Ciências Biológicas	1.561	51,36	1.475	48,64	3	3.039
Ciências Exatas e da Terra	992	33,59	1.959	66,41	2	2.953
Ciências Humanas	3.968	57,29	2.949	42,71	9	6.926
Ciências Sociais Aplicadas	2.025	53,72	1.734	46,28	10	3.769
Ciências da Saúde	3.122	63,94	1.755	36,06	5	4.882
Engenharias	991	29,06	2.416	70,94	3	3.410
Linguística, Letras e Artes	1.308	63,24	758	36,76	2	2.068
TOTAL	15.228		14.836		35	30.099

Fonte: Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq/ junho de 2014.

*NI – Não informado.

GÊNERO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA NO RIO GRANDE DO NORTE

O Rio Grande do Norte tem três universidades públicas: UFRN, UERN e Ufersa. Elas foram criadas em diferentes momentos da educação superior brasileira. UFRN e UERN são mais antigas, têm 56 e 45 anos, respectivamente⁶. Já a Ufersa é bem mais recente, foi fundada em 2005. As três, a exemplo do que ocorreu com outras instituições brasileiras na virada da primeira para a segunda metade do século XX, tiveram como marcos fundadores escolas ou faculdades que funcionavam de forma isolada anteriormente a sua fundação.

⁶ Considerando o ano de 2014.

A UFRN, criada em 1958, a partir da agregação das faculdades de Serviço Social, Farmácia e Odontologia, Direito, Medicina, Filosofia e Engenharia, entre outras (NEWTON JÚNIOR et al., 2005) é a principal instituição de ensino, pesquisa e extensão do Estado. De acordo com a Súmula Estatística, a UFRN está na 24ª colocação em termos de número de pesquisadores, dentre as 91 instituições brasileiras com grupos de pesquisa registrados no CNPq.

No primeiro semestre de 2014, em seus sete centros e quatro unidades especializadas, havia 2.407 professores – 42,79% são mulheres, 57,21%, homens. Em 2011, quando iniciamos a nossa pesquisa, havia 1.876 docentes, 41,75% mulheres e 58,24%, homens. Comparando esses dados, constatamos um ligeiro aumento no percentual de professoras, em três anos, quando foram contratados 480 novos docentes.

As mulheres mostram uma participação majoritária como professoras apenas em três centros e/ou unidades especializadas. Nos Centros de Ciências da Saúde, campus Natal, na Faculdade de Ciências da Saúde do Trairí, campus Santa Cruz, e no Centro de Educação são, respectivamente, 56%, 80% e 65%. Nos demais espaços, a presença feminina varia de 17 a 48%. Vejamos. No Centro de Biociências, as professoras são 48,9% do total de docentes; no Centro de Ciências Humanas, Filosofia, Letras e Artes, 48,70%; no Instituto Metrópole Digital, 42,10%; e no Centro de Ciências Sociais Aplicadas, 41,83%; no Centro de Ensino Superior do Seridó (CERES), há 38,36%; na Escola Agrícola de Jundiá, 38,53%; e no Instituto de Química, 33,33%. Em cinco outros centros e/ou unidades acadêmicas especializadas, as professoras não representam sequer um terço do total de docentes. Na ECT (de onde par-

te este estudo), por exemplo, há 28,31% de mulheres apenas; no Centro de Tecnologia (CT), 27,95%, na Escola de Música, 27,69%, no Centro de Ciências Exatas e da Terra, 24,03% e no Instituto do Cérebro, 17,64% (Tabela 3).

Tabela 3 – Docentes por centro e unidades especializadas da UFRN

Centro/Unidade especializada	Mulheres	%M	Homens	%M	Total
Centro de Tecnologia	64	23,44	209	76,56	273
Escola de Ciências e Tecnologia	32	28,31	81	71,69	113
Centro de Ciências Exatas e da Terra	50	24,03	158	75,97	208
Centro de Biociências	92	48,93	96	51,07	188
Centro de Ensino Superior do Seridó	61	38,36	98	61,64	159
Centro de Ciências da Saúde	240	56,47	185	45,53	425
Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes	169	48,70	178	51,30	347
Centro de Ciências Sociais Aplicadas	105	41,83	146	58,17	251
Centro de Educação	67	65,04	36	34,96	103
Escola de Música	18	27,69	47	72,31	65
Centro de Ciências da Saúde do Trairi	61	80,26	15	19,74	76
Instituto de Química	18	33,33	36	66,67	54
Instituto do Cérebro	3	17,64	14	82,36	17
Instituto Metrópole Digital	8	42,10	11	57,90	19
Escola Agrícola de Jundiá	42	38,53	67	61,47	109
TOTAL	1.030	42,79	1.377	57,21	2.407

Fonte: Sistema de Gestão Integrada de Atividades Acadêmicas (SIGAA)/UFRN (2014).

Aproximando o olhar a um dos centros com um dos menores percentuais de professoras na UFRN, o CT, as desigualdades aprofundam-se. Vejamos a Tabela 4.

Tabela 4 – Docentes do Centro de Tecnologia da UFRN por departamento

Departamento	Mulheres	%M	Homens	%H	Total
Engenharia Biomédica	5	50	5	50	10
Engenharia Civil	14	31,81	30	68,19	44
Engenharia de Computação e Automação	0	0	24	100	24
Engenharia de Comunicações	1	7,14	13	92,86	14
Engenharia de Materiais	2	11,76	15	88,24	17
Engenharia de Petróleo	2	13,33	13	88,67	15
Engenharia Elétrica	1	4,16	23	95,84	24
Engenharia Mecânica	1	3,33	29	96,67	30
Engenharia de Produção	6	33,33	12	66,67	18
Engenharia Química	12	44,44	15	55,56	27
Engenharia Têxtil	3	16,66	15	83,34	18
TOTAL	47	19,50	194	80,50	241

Fonte: SIGAA/UFRN (2014).

Nessa tabela, observamos que em nenhum dos 11 departamentos do CT da UFRN há maioria de mulheres como professoras. Os únicos departamentos que tendem a uma certa proporcionalidade são o de Engenharia Química, cujo percentual é 44,44% e o de Engenharia Biomédica, com 50%.

Os EFCT no Brasil têm mostrado que áreas como as Engenharias Química e de Alimentos são uma espécie de refúgio das mulheres na área tecnológica, uma vez que, entre outras coisas, uma maior presença feminina não inibe o ingresso, o que acaba acontecendo em áreas como a Engenharia Mecânica (CABRAL, 2006).

Na engenharia Civil e na Engenharia de Produção, há um terço de professoras. Nos demais departamentos, entretanto, os

percentuais de mulheres são muito baixos. Na Engenharia Têxtil, de Petróleo e Materiais, não chegam a 20%; na Engenharia da Computação, Elétrica e Mecânica, não ultrapassam 8%. E na Engenharia de Automação não há sequer uma professora!

Comparando os indicadores de 2011 e 2014, vemos que houve a contratação de uma professora para a Engenharia Biomédica e duas para a Civil. Nas Engenharias da Computação e Automação, Comunicações e Mecânica o quadro de mulheres não se alterou. Nos demais, entretanto, registrou-se a diminuição de pelo menos uma professora. Mas na Engenharia Elétrica houve a perda de três.

Na UERN, os indicadores mostram uma realidade semelhante. Segundo dados de 2014, essa instituição tem 1.018 docentes, 576 homens (57,96%) e 428, mulheres (42,04%). Lá, as faculdades com o maior número de professoras são Serviço Social (94,11%), Enfermagem (68%) e Educação (65,27%); têm cerca de 40% de professoras a Faculdade de Letras e Artes (43,93%); com cerca de um terço de mulheres, estão Ciências Econômicas (37,63%), Ciências da Saúde (36%) e Educação Física (33,33%); e com menos de 30%, encontram-se Ciências Exatas e Naturais (29,51%), Direito (28,57%) e Filosofia e Ciências Sociais (25,92%), esta última onde se verifica a menor participação feminina na docência nessa instituição, conforme a Tabela 5.

Tabela 5 – Docentes por faculdade na UERN

Faculdades	Mulheres	%M	Homens	%H	Total
Ciências Econômicas	35	35,63	58	62,37	93
Ciências da Saúde	36	36,00	64	64	100
Direito	10	28,57	25	71,43	35
Educação	47	65,27	25	34,73	72

Educação Física	6	33,33	12	66,67	18
Enfermagem	17	68,00	8	32,00	25
Serviço Social	16	94,11	1	5,89	17
Letras e Artes	29	43,93	37	56,07	66
Filosofia e Ciências Sociais	21	25,92	60	74,08	81
Ciências Exatas e Naturais	29	29,59	69	70,41	98
Campus de Patu	17	38,63	27	61,37	44
Campus de Pau dos Ferros	64	48,85	67	51,15	131
Campus de Caicó	31	49,20	32	50,80	63
Campus de Natal	35	37,23	59	62,77	94
Campus de Assu	35	52,23	32	47,77	67
TOTAL	428	42,04	576	57,96	1.004

Fonte: Site da UERN (2014).

Agora, conheçamos a realidade de mais uma universidade potiguar, a Ufersa. A história da Ufersa se inicia em 1967, com a criação da Escola Superior de Agricultura de Mossoró. Desde essa época, é intensa a movimentação acadêmica e política para a transformação desse espaço em uma universidade. Isso somente ocorre em 2005, quando algumas dezenas de turmas de engenharia, agronomia e veterinária haviam se formado. No primeiro semestre de 2014, a Ufersa registra 345 docentes, 225 homens e 120 mulheres (Tabela 6). Entre 2011 e 2014, houve um acréscimo de 209 novos professores, 131 homens e 78 mulheres. Mesmo tendo quase que triplicado o número total de professoras nessa universidade, em nenhum dos departamentos elas são maioria: no de Agrotecnologia e Ciências Sociais, as professoras representam 44,56% (45,83% em 2011), no de Ciências Animais, 40% (30% em 2011). Como se observa, nesse departamento houve um aumento de 10% de professoras em três anos. No

Departamento de Ciências Vegetais, as docentes representam 38,23% (38,71% em 2011) e no de Ciências Naturais, 34,48%⁷; o menor número de mulheres está no Departamento de Ciências Ambientais e Tecnológicas, com 17,28% (7%).

Tabela 6 – Docentes da Ufersa por departamento

Departamentos	Mulheres	%M	Homens	%H	Total
Ciências ambientais e Tecnológicas	14	17,28	67	82,72	81
Ciências Animais	32	40,00	48	60,00	80
Ciências Vegetais	13	38,23	21	61,77	34
Ciências Naturais	20	34,48	38	65,52	58
Agrotecnologia e Ciências Sociais	41	44,56	51	55,44	92
TOTAL	120	34,78	225	65,22	345

Fonte: Site da Ufersa (2014).

TECENDO REFLEXÕES, VISLUMBRANDO AÇÕES

A média de professoras atuando nas três universidades potiguares, considerando centros, unidades especializadas e faculdades é de 39,87%, de acordo com os dados de 2014. Comparando com os indicadores construídos em 2011, que mostravam um percentual de 42,80%, observamos que houve uma ligeira diminuição no número de professoras em três anos.

Nessas instituições, a Faculdade de Serviço Social da UERN (94,115), o Departamento de Agrotecnologia e Ciências Sociais na Ufersa (44,26%) e a Faculdade de Ciências Sociais do Tairí da UFRN (80,26%) são os espaços com maior presença feminina na docência. Uma segregação territorial mais repre-

⁷ No ano de 2011, o número de professores por gênero não estava disponível, apenas o total, que era de 63.

sentativa nessas universidades passa pelo Instituto do Cérebro (17,64%), CT (27,95%) e ECT (28,31%) da UFRN, Departamento de Ciências Ambientais e Tecnológicas da Ufersa (17,28%) e faculdade de Filosofia e Ciências Sociais da UERN (25,92%).

Ressaltamos que especificamente na área tecnológica, uma das nossas principais áreas de estudo e também espaço de grande segregação territorial e hierárquica das mulheres nas ciências, tínhamos um indicador de 20,09% de mulheres, em 2011. Em 2014, esse percentual alcança 24,5%, o que não destoa do percentual de mulheres nos grupos de pesquisa das Engenharias no Brasil, segundo o censo de 2010. Em outras palavras, as universidades potiguares refletem a segregação territorial verificada em outras regiões brasileiras.

Conforme temos dito em outros trabalhos, quanto mais aproximamos nosso olhar de universidades, centros, departamentos e cursos mais desigualdades encontramos (CABRAL, 2006). Quer dizer que o que o indicador muitas vezes esconde é a realidade local das universidades, as questões históricas, as práticas culturais de cada instituição e área, como caminham preconceito, discriminação.

Neste capítulo, não poderemos avançar nas questões relacionadas à segregação hierárquica a partir dos dados de 2014, pois a pesquisa de campo sobre cargos de direção nas universidades ainda não foi concluída. Porém, em 2011, fizemos esse levantamento em relação à área tecnológica e observamos que no CT, por exemplo, não havia nenhuma professora chefiando departamento, tão pouco na direção dessa unidade. Na ECT, uma professora da área de prática de leitura e escrita (PLE) havia sido eleita como vice-diretora.

A ECT abriga o Bacharelado Interdisciplinar em Ciências e Tecnologia (BICT). É um curso em dois ciclos que, tanto pre-

para o ingresso posterior dos alunos para algumas engenharias e ciências, tais como Matemática e Física, quanto oferece um diploma **generalista** de bacharel após o término do primeiro ciclo de três anos.

Na área tecnológica da Ufersa, os dados disponíveis publicamente em 2011 referendavam a supremacia masculina nas chefias de departamento⁸. Esses números indicam desigualdades que têm persistido historicamente, mesmo com um crescimento feminino substancial na educação superior brasileira. Isso revela que há práticas que discriminam e excluem as mulheres em áreas como a Engenharia, práticas que precisam ser transformadas.

Autoras como Schiebinger (2001), García e Pérez Sedeño (2002), e Cabral (2006) discutem que a incorporação de mulheres nas áreas científicas e tecnológicas não ocasiona linearmente uma mudança em termos de segregação territorial e hierárquica, uma vez que estariam implicadas em uma transformação a mudança nas concepções de ciência, tecnologia e relações CTS dessas professoras, e também a apropriação do conceito de gênero. Retomaremos essa questão a seguir.

Também é importante mencionar a relação que tem sido feita em alguns países entre os indicadores de gênero construídos e as políticas públicas. Como exemplo de ações talvez mais pioneiras, podemos citar países da América do Norte, como os Estados Unidos, e da Europa, como a Espanha, que se utilizaram de estatísticas e indicadores de gênero para a formulação de políticas públicas que visassem a igualdade de gênero. Como relatei em outro artigo (CABRAL; OLIVEIRA,

⁸ Na UERN, não há cursos de engenharia. Em razão disso, não está contemplada nessa breve análise sobre segregação hierárquica.

2011), a Fundação Nacional de Ciência norte-americana, por exemplo, investe em um programa avançado (*Advanced program*), com o objetivo de:

- a) proporcionar um incremento das mulheres no corpo docente das universidades e *colleges*;
- b) incentivar o crescimento do número de mulheres em cargos mais altos de professores e posições de liderança. Os mecanismos de incentivo envolvem políticas de transformação institucional, prêmios para melhores práticas, produção de dados (MACK, 2010). Segundo Mack (2010), uma das políticas com melhor resultado foi a que trabalhou com as percepções das pessoas em relação aos papéis femininos e masculinos.

Na Espanha, segundo a diretora de pesquisa Alemany (2010) tem havido um esforço progressivo mais intensivo a partir de 2004, com a promulgação de leis. Tem sido obrigatoriedade a produção de estatísticas com a variável sexo, e também a inclusão de professoras em projetos de pesquisa, uma ação afirmativa. Alemany (2010) considera que um aumento no número de mulheres nas universidades não levará à incorporação de um pensamento mais crítico.

No Brasil, uma ação mais concreta que articulasse as informações disponíveis em termos de segregação territorial e hierárquica e políticas públicas convergiu para a criação do Programa Mulher e Ciência, em 2005. Esse Programa é uma política pública de ciência, tecnologia e gênero que nasceu de um trabalho conjunto entre a Secretaria de Política para as Mulheres (SPM), o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), o CNPq e o Ministério da Educação, entre ou-

tros grupos e colabores. Seu objetivo é estimular a produção científica na área de gênero, mulheres e feminismos no País e contribuir para a igualdade e equidade de gênero em ciências e tecnologia.

Conclusiva e brevemente, refletimos sobre a necessária articulação entre ações políticas e fortes investimentos em uma educação científica e tecnológica crítica. Falamos em considerar as políticas de inclusão de mais mulheres nas áreas científicas e tecnológicas, por exemplo, como um aspecto a ser conjuntamente tratado com processos educativos que construam concepções da ciência e da tecnologia como atividades situadas cultural e historicamente e que levem para os mais variados espaços universitários as discussões de gênero e feminismo, ampliando um debate de importante cunho social.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Eduardo da Motta. Sistema nacional de inovação no Brasil: uma análise introdutória a partir dos dados disponíveis sobre a ciência e a tecnologia. **Revista de Economia Política**, v. 16, n. 3, p. 56-72, 1996. Disponível em: <www.rep.org.br/pdf/63-4.pdf>. Acesso em: 28 jun. 2011.

ALEMANY, Maria Carme. Centro de Estudos Mulher e Sociedade, Barcelona, Espanha. In: ENCONTRO NACIONAL DE NÚCLEOS E GRUPOS DE PESQUISAS: PENSANDO GÊNERO E CIÊNCIAS, 2., 2010, Brasília, DF. **Anais...** Brasília, DF: Secretaria Especial de Políticas Para as Mulheres, 2010. p. 25-34. Disponível em: <<http://www.spm.gov.br/central-de-conteudos/publicacoes/publicacoes/2010/spm-nucleos-web.pdf>>. Acesso em: 26 jan. 2016.

BARRETO, A.; ARAÚJO, L.; PEREIRA, M. E. (Org.). **Gênero e diversidade na escola: formação de professoras/es em gênero, orientação sexual**

e relações étnico-raciais - livro de conteúdo. Rio de Janeiro: CEPESC; Brasília: SPM, 2009. Disponível em: <http://estatico.cnpq.br/portal/premios/2014/ig/pdf/genero_diversidade_escola_2009.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2016.

CABRAL, Carla Giovana. **O conhecimento dialogicamente situado: histórias de vida, valores humanistas e consciência crítica de professoras do Centro Tecnológico da UFSC.** 2006. 205 f. Tese (Doutorado em Educação Científica e Tecnológica) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/89057/229788.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 26 jan. 2016.

CABRAL, Carla Giovana; OLIVEIRA, Angélica Genuíno. Igualdade de gênero em ciência e tecnologia como indicador para um desenvolvimento social. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE TECNOLOGIA E SOCIEDADE, 4., 2011, Curitiba. **Anais...** Curitiba: Universidade Tecnológica Federal do Paraná, 2011. Disponível em: <<http://www.esocite.org.br/eventos/tecsoc2011/cd-anais/arquivos/pdfs/artigos/gt021-igualdadede.pdf>>. Acesso em: 26 jan. 2016.

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO. Censo atual. **Diretório de Grupos de Pesquisa no Brasil**, 2014. Disponível em: <<http://lattes.cnpq.br/web/dgp/censo-atual>>. Acesso em: 20 dez. 2016.

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO. Súmula estatística do Diretório dos Grupos de Pesquisa. **Plataforma lattes**, 2010. Disponível em: <http://plsql1.cnpq.br/censos/sumula_estatistica/2010/grupos/index_grupo.htm>. Acesso em: 20 dez. 2016.

KOCHEN, Silvia et al. La situación de las mujeres em el sector científico-tecnológico em América Latina: principales indicadores de género. In: SEDEÑO, Eulalia Pérez (Ed.) **Las mujeres en el sistema de ciencia y tecnología: estudios de casos.** Madri: OEI, 2001. p. 19-39.

LOPES, Maria Margareth; COSTA, Maria Conceição da. Problematizando ausências: mulheres, gênero e indicadores na História das Ciências. In:

MORAES, Maria Lygia Quartim de (Org.). **Gênero nas fronteiras do sul**. Campinas: Pagu/Núcleo de Estudos de Gênero – Unicamp, 2005. p. 345-368.

MACK, Kelly. Fundação Nacional de Pesquisa, Estados Unidos da América. ENCONTRO NACIONAL DE NÚCLEOS E GRUPOS DE PESQUISAS: PENSANDO GÊNERO E CIÊNCIAS, 2., 2010, Brasília, DF. **Anais...** Brasília, DF: Secretaria Especial de Políticas Para as Mulheres, 2010. p. 15-24. Disponível em: <<http://www.spm.gov.br/central-de-conteudos/publicacoes/publicacoes/2010/spm-nucleos-web.pdf>>. Acesso em: 26 jan. 2016.

NEWTON JÚNIOR, Carlos et al. **Portal da memória**: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 50 anos (1958-2008). Brasília: Senado Federal, 2005.

GONZÁLES GARCÍA, Marta Isabel e PÉREZ SEDEÑO, Eulalia. “Ciencia, Tecnología y Género. **Revista Iberoamericana de Ciencia, Tecnología y Sociedad**, n. 2, 2002. Disponível em: <<http://www.oei.es/historico/revistactsi/numero2/varios2.htm>>. Acesso em: 10 fev. 2016.

RISTOFF, Dilvo et al. Simpósio Gênero e Indicadores da Educação Superior Brasileira, Brasília-DF, 6 e 7 de dezembro de 2007. **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira**, 2008. Disponível em: <<http://www.publicacoes.inep.gov.br/portal/download/681>>. Acesso em: 10 fev. 2016.

ROSSITER, Margaret. The [Matthew] Matilda Effect in science. **Social Studies of Science**, v. 23, 1993. Disponível em: <<http://journals.sagepub.com/doi/pdf/10.1177/030631293023002004>>. Acesso em: 26 jan. 2016.

SCHIEBINGER, Londa. **O feminismo mudou a ciência?** Bauru: EDUSC, 2001. Disponível em: <<http://brasil.indymedia.org/media/2007/06/386937.pdf>>. Acesso em: 26 jan. 2016.

SEDEÑO, Eulalia Pérez (Ed.) **Las mujeres en el sistema de ciencia y tecnología**: estudios de casos. Madri: OEI, 2001.

SOARES, Vera. Não medem a felicidade, mas são importantes no acompanhamento das políticas públicas. In: SOARES, Vera (Coord.). **Estatísticas e indicadores de gênero**: Programa Igualdade, Gênero e Raça. Brasília, DF: Unifem, 2004, p. 2-5.

VELHO, Léa. Estratégias para um sistema de indicadores de C&T no Brasil. **Parcerias Estratégicas**, n. 13, p. 109-121, 2001. Disponível em: <http://seer.cgee.org.br/index.php/parcerias_estrategicas/article/viewFile/207/201>. Acesso em: 20 dez. 2016.

VELHO, Léa. Modos de produção de conhecimento e inovação. Estado da arte e implicações para a política científica, tecnológica e de inovação. **Nota técnica**, CGEE, São Paulo: 2010. p. 1-25. Disponível em: <<http://www.cgee.org.br/busca/ConsultaProdutoNcomTopo.php?f=1&idProduto=6361>>. Acesso em: 30 maio 2014.

UNESCO. **A ciência para o século XXI**: uma nova visão e uma base de ação. Brasília: UNESCO; ABIPTI, 2003.



SOBRE A “GAROTA DA CAPA”

Luciana Martha Silveira

O trabalho que foi escolhido para estar em recortes na composição das capas da coleção *Entrelaçando gênero e diversidade* foi construído na pintura em aquarela, nas dimensões 1,05cm X 0,70cm, no ano de 2014.

Este trabalho faz parte de um tríptico intitulado *Rede de pescador* que, por sua vez, está em um conjunto de aquarelas fortemente vinculadas a um trabalho intenso de pesquisa no entorno da Teoria da Cor.

A proposta artística, onde este trabalho se localiza, encontra-se vinculada às discussões que envolvem o diálogo e a busca de equilíbrio entre a teoria e a prática da cor. As aquarelas, consideradas de grandes dimensões para a técnica, estão pensadas na interação entre a arte e a ciência da cor. Seu processo de elaboração se dá a partir de um movimento pendular, isto é, a construção de cada obra acontece através de distanciamentos e aproximações com o próprio trabalho, com a memória e também com as sensações de pertencimento.

A discussão sobre o diálogo e a interação entre a teoria e a prática da cor já foram materializadas por diversos artistas e pesquisadores, dentre eles, Wassily Kandinsky, Joseph Albers, Israel Pedrosa e Alfredo Andersen. Esses artistas evidencia-

ram, em suas épocas e com suas diferentes abordagens, que a teoria influencia a prática da cor e, por outro lado, as diferentes linguagens de expressão artística trazem contribuições para a fundamentação da Teoria da Cor.

Concepções filosóficas como as de Isaac Newton e Johann Wolfgang von Goethe influenciaram artistas em suas poéticas. Newton dizia, baseando-se na óptica mecanicista, que **a cor existe, quer você queira, quer não**; enquanto Goethe dizia, baseando-se no idelismo alemão, que **a cor só existe se o ser humano a interpreta**. São convicções contrárias, que interferem radicalmente na produção artística da autora do trabalho *Rede de Pescador*, Luciana Silveira.



Figura 1 – Rede de pescador

Fonte: SILVEIRA (2013).

Este trabalho, assim como as outras aquarelas que fazem parte do mesmo contexto, tem como proposta poética a interferência dessas duas convicções, numa busca pelo equilíbrio.

Por um lado, vários objetos são representados e iluminados cromaticamente, seguindo hierarquias de uso e expressão, e, por outro, esses mesmos objetos são representados na percepção do ser humano, numa hierarquia cromática de valores.

A cultura material surge como uma forma de percepção cromática em um contexto formado de objetos e adornos delicados, representados em aquarela, na delicadeza da transparência.

Em texto publicado por ocasião de exposição *Uma grande janela verde*¹, Correa diz que essas aquarelas:

propõem uma experiência de re-apresentação do cotidiano – das coisas reais do cotidiano. Um tipo de re-apresentação, ao modo de DANTO, em que o objeto-obra não só está no lugar de outras coisas, mas nos traz sua presença e seus sentidos. Os objetos-obra que constituem a exposição, ao re-apresentarem as coisas reais, nos afetam de igual forma pelas camadas de cores sobrepostas no papel, como pela possibilidade de desvendar as estratégias para nos relacionarmos com aquelas coisas. Somos afetados em cada objeto-obra pelos formatos, pelas cores e pela organização particular das coleções de coisas. As obras de Luciana Silveira, por isso, nos aproximam amorosamente da vida.

1 Exposição realizada no Museu Alfredo Andersen, Curitiba, 2013.



SOBRE AS AUTORAS E OS AUTORES

(Em ordem alfabética)

ÂNGELA MARIA FREIRE DE LIMA E SOUZA

Professora da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Docente do Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo (PPGNEIM) da UFBA. Graduada em Ciências Biológicas, Mestra em Biologia e Doutora em Educação todos pela UFBA. Atua na linha de pesquisa Gênero, ciência e educação, com ênfase em Mulheres na ciência: aspectos estruturais e epistemológicos e Gênero no ensino das ciências e de biologia.

ARACI ASINELLI-LUZ

Professora da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Graduada em História Natural pela Universidade Católica do Paraná (PUC-PR). Mestra em Educação pela UFPR. Doutora em Educação pela Universidade de São Paulo (USP).

CARIN KLEIN

Professora da Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Graduada em Pedagogia pelo Centro Universitário La Salle (UNILASALLE). Mestra e Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Membro do Grupo de Estudos Educação e Relações de Gênero (GEERGE) e do Grupo Técnico Municipal da Política Primeira Infância Melhor do município de Canoas/RS.

CARLA GIOVANA CABRAL

Professora da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Graduada em Comunicação Social-Jornalismo, Mestra em Literatura e Doutora em Educação Científica e Tecnológica todos pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Coordena o Grupo de Pesquisa Democracia e Gênero em Ciência e Tecnologia, o Núcleo Interdisciplinar Tirésias e a área de Cultura, Memória, Documentação e Museu da UFRN.

DAGMAR ESTERMANN MEYER

Professora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Graduada em Enfermagem pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-PR). Mestra e Doutora em Educação pela UFRGS. Pós-Doutora em Medicina Preventiva pela Universidade de São Paulo (USP). Membro do Grupo de Estudos Educação e Relações de Gênero (GEERGE). Bolsista de Produtividade em Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) – Nível 1B.

IRES APARECIDA FALCADE-PEREIRA

Professora de Educação de Jovens e Adultos para estudantes em privação de liberdade. Graduada em Biologia pelas Faculdades Reunidas de Administração, Ciências Contábeis e Econômicas de Palmas e em Psicologia pela Universidade Tuiuti do Paraná. Mestra e Doutora em Educação, Cognição, Aprendizagem e Desenvolvimento Humano pela Universidade Federal do Paraná (UFPR).

JOYCE LUCIANE CORREIA MUZI

Professora do Instituto Federal do Paraná (IFPR). Graduada em Letras pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Mestra em Ciên-

cias da Educação pela Universidad del Norte (Asunción) e em Tecnologia pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). Doutora em Letras pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). Líder do Núcleo de Estudos Interdisciplinares de Gênero, Diversidade e Inclusão (NeGeDI) do IFPR. Pesquisadora do Núcleo de Gênero e Tecnologia (GeTec) da UTFPR.

LEDA GITAHY

Professora da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Graduada em Ciências Sociais, Mestre e Doutora em Sociologia todos pela Universidade de Uppsala (Suécia).

LINDAMIR SALETE CASAGRANDE

Professora da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). Docente do Programa de Pós-Graduação em Tecnologia e Sociedade (PPGTE) da UTFPR. Graduada em Ciências com habilitação em Matemática pela Fundação de Ensino Superior de Pato Branco. Mestre e Doutora em Tecnologia pela UTFPR. Pós-Doutora em Estudos sobre Mulheres, Gênero e Feminismo Universidade Federal da Bahia (UFBA). Pesquisadora do Núcleo de Gênero e Tecnologia (GeTec) da UTFPR.

LUCIANA MARTHA SILVEIRA

Professora da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). Docente do Programa de Pós-Graduação em Tecnologia e Sociedade (PPGTE) da UTFPR. Graduada em Educação Artística e Mestre em Multimeios pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Doutora em Comunicação e Semiótica pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Pós-Doutora pela Universidade de Michigan.

MARILIA GOMES DE CARVALHO

Professora da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). Docente do Programa de Pós-Graduação em Tecnologia e Sociedade (PPGTE) da UTFPR. Graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Mestra em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Doutora em Antropologia Social pela Universidade de São Paulo (USP). Pós-Doutora pela Université de Technologie de Compiègne-França. Pesquisadora do Núcleo de Gênero e Tecnologia (GeTec) da UTFPR.

MIRIAM ADELMAN

Professora da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Docente do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e em Letras da UFPR. Socióloga. Mestre em Sociologia pela New York University (NYU) (Estados Unidos). Doutora em Ciências Humanas pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

NADIA VÉRONIQUE JOURDA KOVALESKI

Professora da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). Graduada em Letras pela Universidade de Lyon (França). Mestra em Ciências Sociais Aplicadas pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Doutora em Tecnologia pela UTFPR.

NANCI STANCKI DA LUZ

Professora da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). Coordenadora e Docente do Programa de Pós-Graduação em Tecnologia e Sociedade (PPGTE) da UTFPR. Graduada em Matemática pela Universidade Federal do Paraná (UFPR) e em Direito pelo Centro Universitário Curitiba. Mestra em Tecnologia pela UTFPR.

Doutora e Pós-Doutora em Política Científica e Tecnológica pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Coordenadora do Núcleo de Gênero e Tecnologia (GeTec) da UTFPR. Membro da Comissão de Estudos sobre Violência de Gênero da Ordem dos Advogados do Brasil/OAB-PR.

SILVIA CRISTINA YANNOULAS

Professora da Universidade de Brasília (UnB). Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Política Social (PPGPS) da UnB. Graduada em Ciências da Educação pela Universidade de Buenos Aires (UBA). Mestra em Ciências Sociais pela Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais Sede Acadêmica Argentina (Flacso/Argentina). Doutora em Sociologia pelo Programa Conjunto em Estudos Comparados sobre América Latina e o Caribe da Flacso/Brasil e UnB. Pós-Doutora pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Líder do Grupo de Pesquisa Trabalho, Educação e Discriminação (TEDis).

TALITA SANTOS DE OLIVEIRA

Assistente social. Graduada em Serviço Social e Mestra em Política Social ambos pela Universidade de Brasília (UnB). Membro do Grupo de Pesquisa Trabalho, Educação e Discriminação (TEDis).

TATIANA DE SOUZA

Graduada em Desenho Industrial pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Mestra em Tecnologia pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). Pesquisadora do Núcleo de Gênero e Tecnologia (GeTec) da UTFPR.

Fontes: Utopia Std (texto) e Helvetica Neue LT Std (títulos)

Curitiba

2016

A coleção Entrelaçando Gênero e Diversidade é composta por quatro volumes. Foi organizada para contribuir com as discussões acerca da temática gênero e diversidade na escola, a partir de temas que contemplassem parte da complexidade dessas discussões. O volume 2 da coleção e traz discussões acerca da divisão sexual do trabalho e seus impactos na vida cotidiana de mulheres e homens. Os capítulos que compõe este livro abordam temas como a percepção sobre o trabalho feminino como inferiorizado em relação ao masculino, tanto no mercado de trabalho em geral quanto na academia. Discute o fato de que as carreiras científicas e tecnológicas são generificada e ainda se apresentam como um espaço destinado aos homens. Outro tema abordado neste livro é a questão da formação das trabalhadoras que, se por um lado ampliam as possibilidades de inserção das mulheres no mercado de trabalho, por outro, podem delimitar os espaços nos quais elas podem se inserir. Lança olhar também sobre a inserção das mulheres no mundo dos rodeios, universo predominantemente masculino. A questão da mulher presidiária foi outro tema abordado, bem como a questão da paternidade nas políticas da primeira infância. Desta forma, esperamos que este livro contribua para a ampliação da percepção sobre os impactos do gênero na vida profissional e social das mulheres.

Agência Brasileira do ISBN

ISBN 978-85-7014-177-4



9 788570 141774